



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FELIPE MOURA DE ANDRADE**

**NOTAS SOBRE OS CONFRONTOS DE JUNHO DE 2013 NO  
BRASIL: CAUSAS PROVÁVEIS, SIGNIFICADOS EM DISPUTA,  
POSSIBILIDADES HISTÓRICAS**

**VITÓRIA**

**2015**

**FELIPE MOURA DE ANDRADE**

**NOTAS SOBRE OS CONFRONTOS DE JUNHO DE 2013 NO  
BRASIL: CAUSAS PROVÁVEIS, SIGNIFICADOS EM DISPUTA,  
POSSIBILIDADES HISTÓRICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, na área de concentração Instituições, Conflitos e Desigualdades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adelia Miglievich Ribeiro.

**VITÓRIA**

**2015**

**FELIPE MOURA DE ANDRADE**

**NOTAS SOBRE OS CONFRONTOS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL:  
CAUSAS PROVÁVEIS, SIGNIFICADOS EM DISPUTA, POSSIBILIDADES  
HISTÓRICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, na área de concentração Instituições, Conflitos e Desigualdades.

Aprovada em 10 de agosto de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adelia Maria Miglievich Ribeiro – Orientadora  
Professora do PGCS/Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Zorzal e Silva  
Professora do PGCS/Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Breno Marques Bringel  
Professor do Instituto de Estudos Sociais e Política/Universidade Estadual do Rio de Janeiro - IESP/UERJ

---

**Suplentes:**

---

Profa. Dra. Cristiana Losekann  
Professora do PGCS/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil  
Professora do PPGH/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## FICHA CATALOGRÁFICA

## AGRADECIMENTOS

Quando fazemos uma trajetória de vida distinta daquela que parecia provável e mesmo possível para nós, mais que nunca fica claro o papel de diversas pessoas em nossa vida. Nada é natural, nada era “destino”, nada nos faz crer de maneira fácil em mérito pessoal, a não ser que este esteja “recheado” de histórias que se cruzam, implicam e impulsionam. É justamente esta a minha condição, chegar ao mestrado não era provável, mas aqui estou, fruto de muitas relações. Não podendo retomar e relembrar todos que contribuíram para eu chegar aqui agradeço algumas pessoas em nome de um conjunto muito amplo.

Elejo a professora Graça Frade e a amiga e colega Marcieli Ramos como síntese de diversos e importantes encontros no tempo em que estudei na escola municipal Maria José Costa Moraes. Foi esta escola, seus profissionais e educadores que despertaram em mim a crença de que outro destino era possível.

Do meu período de ensino médio agradeço minha grande amiga Loren Borges, que junto com outras relações me ajudou a ter firmeza para passar uma difícil travessia de dificuldades materiais e mesmo preconceitos.

Do tempo de graduação agradeço aos professores e amigos, nominalmente Celeste Cicarone, Patrícia Pavesi, Macely Schunch, Bruno de Deus, José Antônio e Antônio Barbosa, pessoas que de distintas formas me ajudaram a ser quem sou hoje.

Agradeço ainda, Maria Durvalina Maria Oliosia, Giani Veronez, Vanda Vieira, José Luis, Fábio Veiga, Salomé de Sá, Márcia Saldanha e Rogeovânia Chisté, pessoas que tiveram papel decisivo em minha vida profissional, e, foram solidárias e parceiras ao longo dos últimos anos.

Nesta fase de mestrado agradeço ainda meus amigos Darcy Anderson, André Tosta, Pedro Roberto e Elias Junior. Agradeço também meu companheiro Ricardo G. Oliveira pela compreensão, apoio e força ao longo das fases mais pesadas deste trabalho.

Agradeço também a professora e minha orientadora Adélia M. Ribeiro, que tem sido uma grande parceira, contribuindo de forma decidida para o meu crescimento

acadêmico, extrapolando em muito as obrigações de uma orientação, me acolhendo como um filho acadêmico.

Agradeço minha família, minha mãe, Maria M. de Andrade por ser uma mulher de força, de fé e capaz de resistir e superar barreiras, meu pai, Divino B. de Andrade, por ser uma pessoa responsável e engajada para o bem-estar da família, bem como capaz de lidar com a diferença de maneira surpreendente em sua dimensão humana. Para minha sobrinha Lavínia Q. Andrade, no desejo e esperança que tenha uma vida "recheada" de amigos e de relações que viabilizem seus sonhos.

Ao meu irmão Estevão M. De Andrade por ser uma pessoa generosa e que muito me ajudou em momentos difíceis, por vezes sem mesmo saber.

Muito obrigado.

## RESUMO

Junho de 2013 entrou para história política brasileira como o mês das manifestações mais espontâneas, massivas e catárticas que o país já experimentou até o presente momento. Um mês de enormes surpresas parecendo caminhar na contramão de toda a ordem e expectativa social. Esta pesquisa tem como objetivo somar na compreensão e explicação dos motivos, significados e desdobramentos daqueles protestos, ainda tão recentes, ciente, pois dos riscos desta análise. Falamos de manifestações difusas e, por vezes, contraditórias que se espalharam por centenas de cidades brasileiras com as ruas tomadas por milhões de pessoas. Para tanto, a categoria "confronto" é escolhida abrindo a possibilidade de se pensar os protestos nem como movimentos sociais nem como revolucionários, mas como "ciclos de confrontos", em acordo com Tarrow, McAdam e Tilly. Elegemos, também, a discussão acerca dos significantes "vazios" e dos significados em disputa, com base em Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Íris Young ao trazer a ideia de "perspectivismo" na análise do social. Inspirada em Max Weber, a pesquisa propõe o reexame do processo de abertura e redemocratização da sociedade brasileira chamada de "Nova República", explicitando conexões entre tais eventos, que incluem os governos de FHC e a chamada "era Lula", e as motivações que possibilitaram os eventos de junho de 2013, mediante recursos de construção de tipologias; ao mesmo tempo em que buscamos identificar as possibilidades históricas abertas. Defendemos, a par de outros apontamentos, acerca da incapacidade do Estado brasileiro, em seus vários níveis, desde a redemocratização até os protestos, em efetivar um modelo de bem-estar prometido na Constituição Cidadã de 1988, bem como a configuração de um sistema político que permitiu a persistência de práticas e lógicas políticas não compatíveis com as expectativas sociais como produtoras das condições para os conturbados eventos de junho de 2013. Tais eventos acabaram marcados por confrontos e polarizações que, ao desestabilizar o sistema político, tem provocado efeitos de realinhamento de caráter conservador da sociedade e da política em que pesem intenções originais de alguns agentes. Todavia, o projeto de sociedade continua em aberto e em disputa, trazendo para o palco da democracia o conflito entre antigas e novas subjetividades, com relevância para a mídia tradicional e as alternativas.

**Palavras-chave:** Manifestações de junho de 2013. Confronto político. Ações coletivas. Democracia.

## ABSTRACT

In 2013, June joined Brazilian political history as the month the most spontaneous demonstrations, massive and cathartic that the country has experienced until today. Huge surprises that it is against the grain of all kinds and social expectation. This research aims to add the understanding and explanation of the reasons, meanings and consequences of those protests, still so recent, aware, because of the risks of this analysis. We speak of diffuse manifestations and sometimes contradictory that has spread for hundreds of Brazilian cities with streets taken by millions of people. Therefore, the category "confrontation" is chosen opening up the possibility of thinking the protests not as social or as revolutionary movements, but as "clashes cycles" in accordance with Tarrow, McAdam and Tilly. Elect also the discussion of significant "gaps" and meanings in dispute, based on Chantal Mouffe, Ernesto Laclau and Iris Young to bring the idea of "perspectivism" in the analysis of social. Inspired by Max Weber, the research proposes a review of openness and democratization in the process of Brazilian society titled "New Republic", explicit connections between these events, which include the FHC and the call was "Lula" and the motivations They enabled the 2013, June's events by typologies building resources; while we seek to identify the historical possibilities open. Advocate, along with other notes, about the Brazilian State's failure in its various levels, from democratization to the protests, in effect a promised welfare model of the 1988 Citizen Constitution as well as setting up a political system It allowed the persistence of practices and logics not compatible policies with social expectations as producers of the conditions for the troubled 2013, June's events. These events ended up marked by confrontation and polarization that to destabilize the political system, has provoked character realigning effects conservative society and politics in spite original intentions of some agents. However, the social project remains open and in dispute, bringing to the stage of democracy the conflict between old and new subjectivities, relevant to traditional media and the alternatives.

Keywords: 2013 Junes demonstrations. Political confrontation. Collective action. Democracy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Distribuição da população brasileira por faixa de renda domiciliar 2002-2013 ....	100
Gráfico 2 Evolução do Índice de GINI no Brasil de 1960-2012 .....	101
Gráfico 3 Variação por Décimo de Renda per capita na década. Brasil (2001/2011).....	103
Gráfico 4 Crescimento da Renda Média dos 0,1%, de 1% e 5% mais ricos e renda média total no Brasil 2006-2012 .....	104
Gráfico 5 Tendência do avanço da renda do brasileiro por percentual populacional com base nos dados do IPEA (2012) e em Castro, Medeiros e Souza (2015) .....	106
Gráfico 6 Frequência diárias de manifestantes no Brasil de 3 a 30 de junho de 2013 .....	120
Gráfico 7 Frequência de manifestações diárias no Brasil de 3 a 30 de junho de 2013 .....	121
Gráfico 8 Média diária dos manifestantes por protestos entre os dias 3 e 13 de junho de 2013 no Brasil .....	122
Gráfico 9 Nível de interação na mídia social <i>Twitter</i> entre usuários mais ativos durante os protestos no Brasil entre os dias 15 e 22 de junho de 2013 .....	133
Gráfico 10 Frequência de <i>tweets</i> relacionados a protestos no Brasil entre os dias 1 e 22 de junho de 2013 no Brasil .....	134
Gráfico 11 Frequência de publicações nas redes sociais Facebook; Twitter; Instagram ....	134
Gráfico 12 Doze temas mais frequentes nas redes sociais com base nos dados do <i>site</i> Causa Brasil, Youtube e Google no Brasil no período de 16 a 30 de junho de 2013 .....	135
Gráfico 13 Frequência de manifestações ao longo do período de 31 e março e 27 de julho de 2014 .....	150
Gráfico 14 Frequência de de greves ao longo do período de 31 e março e 27 de julho de 2014 .....	151
Gráfico 15 Frequência das menções em rede e mídias sociais de temas relacionados às manifestações no período de 16 de junho de 2013 a 12 de junho de 2014 .....	152
Gráfico 16 Posicionamento do brasileiro sobre a realização da Copa de Mundo FIFA no Brasil 2008- 2014 .....	152

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de partidos com representação na Câmara dos Deputados e dos partidos com mais de 5% na mesma casa .....	93
Tabela 2 Brasil, gastos não financeiros do governo federal 1999-2002, em porcentagem do PIB .....	99
Tabela 3 Razões para as manifestações .....	123
Tabela 4 Resultados eleitorais de primeiro e segundo turno de candidatos petistas à presidência da república de 2002 a 2014.....	159
Tabela 5 Comparativo dos índices de confiança social nas instituições 2012-2013.....	171
Tabela 6 Percentual de intenções de voto em candidaturas petistas à presidência da república nas eleições de 89, 2002, 2006, 2010 e 2014, segundo faixas de renda.....	175
Tabela 7 Nível de escolaridade dos manifestantes na segunda fase das manifestações de junho de 2013 no Brasil.....	177
Tabela 8 Frequência por faixa de renda dos manifestantes na segunda fase das manifestações de junho de 2013 e do Brasil no mesmo ano.....	179
Tabela 9 Perfil etário dos manifestantes na segunda fase dos protestos de junho de 2013 no Brasil.....	180
Tabela 10 Evolução da renda segundo o nível de estudo entre 2003 e 2011 no Brasil.....	181
Tabela 11 Preferência partidária na cidade de São Paulo e dos manifestantes na capital paulista no dia 20 de junho de 2013.....	182
Tabela 12 Concepções morais e ideológicas dos manifestantes na Av. Paulista (SP) no dia 20 de junho e do município da capital paulista .....	201
Tabela 13 Localização dos manifestantes no espectro ideológico.....	202
Tabela 14 Perfil ideológico do brasileiro em 2013 e 2014.....	202
Tabela 145 Histórico do nível de convicção democrática do brasileiro.....	203

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Ciclos políticos e trajetória do modelo de sociedade e sistema político brasileiro a partir da década de 1970.....	75
Quadro 2 Caracterização do regime político e modelo de sociedade pelos aspectos econômicos, sociais e políticos no período de distensão do regime militar.....	78
Quadro 3 Reivindicações dos manifestantes nos protestos de 20 de junho em capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA).....	168
Quadro 4 Tipos de percepção social que emergiram e nortearam a conversação civil a partir de junho de 2013 no Brasil com foco no Estado.....	184
Quadro 5 Tipos de percepção social que emergiram e nortearam a conversação civil a partir de junho de 2013 no Brasil com foco no legislativo.....	185
Quadro 6 Tipos de percepção social que emergiram e nortearam a conversação civil a partir de junho de 2013 no Brasil com foco no lulismo.....	187
Quadro 7 Modelos de nexos provaáveis entre tipos de percepções, de impactos institucionais efeito hipotético de possibilidade histórica .....	192

## **LISTA DE FIGURAS**

Diagrama 1 Operação lógica de construção do discurso com base em Laclau. ....	30
Diagrama 2 Dispersão das motivações para os protestos em junho de 2013, tendo por referência a abrangência territorial e da problemática.....	116
Diagrama 3 Polarização política dos comportamentos com base nos polos direitas e esquerda e governistas e opositoristas.....	170
Diagrama 4 Enraizamento histórico das percepções sociais que emergiram em junho de 2013. ....	189
Diagrama 5 Mapa das Manifestações no Brasil no dia 20 de junho de 2013.....	190

## **LISTA DE SIGLAS**

**ARENA-** Aliança Renovadora Nacional

**ALCA-** Área de Livre Comércio das Américas

**CEB-** Comissão Eclesial de Base

**CBN-** Central Brasileira de Notícias

**CMN-** Coletivo Mídia Ninja - Narrativas, Independentes, Jornalismo e Ação

**CNI-** Confederação Nacional da Indústria

**CNT-** Confederação Nacional dos Transportes

**CPT-** Comissão Pastoral da Terra

**BRICs-** Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

**DIAP-** Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

**DIEESE-** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**DIRPF-** Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física

**FdE-** Fora do Eixo

**FIES-** Fundo de Financiamento Estudantil

**FIFA-** Federação Internacional de Futebol

**FHC-** Fernando Henrique Cardoso

**FMI-** Fundo Monetário Internacional

**IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBOPE-** Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

**INPCA-** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**IPEA-** Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada

**MDB-** Movimento Democrático Brasileiro

**MDA-** MDA Pesquisa

**MPL-** Movimento Passe Livre

**MTST-** Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

**OAB-** Ordem dos Advogados do Brasil

**ONGs-** Organizações não Governamentais

**PCB-** Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB**- Partidos Comunista do Brasil

**PCO**- Partido da Causa Operária

**PCR**- Partido Comunista Revolucionário

**PDT**- Partido Democrático Trabalhista

**PDS**- Partido Democrático Social

**PIB**- Produto Interno Bruto

**PL**- Partido Liberal

**PMDB**- Partido da Mobilização Democrática Nacional

**PME**- Pesquisa de Periodicidade Mensal

**PMN**- Partido da Mobilização Nacional

**PNAD**- Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

**PPS**- Partido Popular Socialista

**PRB**- Partido Republicano Brasileiro

**PRONATEC**- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PROUNI**- Programa Universidade Para Todos

**PSB**- Partido Socialista Brasileiro

**PSDB**- Partido da Social Democracia Brasileira

**PSTU**- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

**PT**- Partidos dos Trabalhadores

**PTB**- Partido Trabalhista Brasileiro

**PTC**- Partido Trabalhista Cristão

**PV**- Partido Verde

**UOL**- Universo Online

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.</b> ....	16
<b>1 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR</b> .....	22
1.1 SOBRE O SOCIAL E O SOCIOLOGICO .....	22
1.2 SOBRE DEMOCRACIA E O CONFRONTO POLÍTICO. ....	32
1.3 SOBRE AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE AÇÃO COLETIVA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....	47
1.4 SOBRE AS REDES, MÍDIAS E INFORMAÇÕES .....	61
1.5 SOBRE OS MÉTODOS E METODOLOGIAS DE PESQUISA. ....	67
<b>II A CONSTRUÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DEMOCRÁTICA</b> .....	73
2.1 TRAJETÓRIA DE REDEMOCRATIZAÇÃO .....	73
2.1.1 Distensão do regime civil-militar .....	75
2.1.2 Transição de regime .....	79
2.1.3 Democracia com ênfase no econômico .....	85
2.1.4 Democracia com ênfase no social. ....	93
<b>III A EMERGÊNCIA DA INDIGNAÇÃO DIFUSA E MASSIVA</b> . ....	111
3.1 OS EVENTOS .....	111
3.1.1 Compreendendo os eventos .....	119
3.1.2 Os desdobramentos de junho .....	140
<b>IV OS SIGNIFICADOS E AS POSSIBILIDADES HISTÓRICAS</b> .....	163
4.1 AS PREVALÊNCIAS DE JUNHO .....	163
4.2 OS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DE JUNHO . ....	183
4.3 AS POSSIBILIDADES HISTÓRICAS .....	191
<b>CONCLUSÃO</b> .....	200
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	208

## INTRODUÇÃO

Junho de 2013 foi um mês excepcional, isto porque o clima social e político dos primeiros dias daquele mês eram completamente diferentes do que se observaria em seu término. O mês iniciara em clima de festa, de um lado porque o país direcionava sua atenção para a realização da Copa das Confederações de Futebol, em um misto de esperança e dúvida sobre o futuro da seleção Canarinho na competição que antecede o evento social e esportivo mais importante a se realizar no país, a Copa do Mundo. De outro, porque o clima político era majoritariamente otimista, discutia-se o legado dos 10 anos da gestão petista, a ascensão da classe C e os 10 anos do Programa “Bolsa-Família” como política de inclusão social, mesmo com sinais de fraco desempenho da economia.

Não tardou muito para a felicidade e otimismo serem trocados por protestos, críticas e mesmo pessimismo. Isto porque junho de 2013 entrou para história como o mês das manifestações mais espontâneas, massivas e catárticas que o Brasil viu em sua história até o presente momento, o que era tudo, menos esperado. Este mês foi, portanto, de enorme surpresa na medida em que parecia caminhar na contramão de toda a ordem estabelecida e da expectativa social para aquele período.

Foram justamente os sentimentos de espanto, perplexidade e ineditismo que nos últimos dois anos levaram à escrita desta dissertação com foco em compreender e explicar aquelas manifestações, praticamente no calor do momento, ciente, pois da provisoriedade da análise. Como afirma Figueiredo “o tempo não altera a grandeza ou a pequenez dos acontecimentos, mas estabelece limites de interpretação em relação a eles” (2014:7), Nesta esteira, concordamos também com a afirmação de que discutir junho de 2013 e seus desdobramentos um ano depois é situação similar a daqueles que discutiram maio de 1968 em 69, portanto, estamos ainda embalados pelos efeitos e miragens daquilo que nem se quer sabemos em que medida finalizou ou não. Contudo, escrever neste momento é uma necessidade, é usar o direito à memória, ainda agitada com os acontecimentos e portadora de informações e percepções que dificilmente serão recuperadas anos à frente.

A pesquisa aqui apresentada tem relação direta com as inquietações e dúvidas dos brasileiros sobre os motivos, significados e desdobramentos dos acontecimentos de junho de 2013, em que centenas de ruas em diversas cidades do país foram ocupadas

por cidadãos que expressavam frustrações e demandas, possibilitando a criação de uma nova agenda pública de debates que ainda reverbera.

Junho de 2013 impôs a todos a sensação de que se tratava de um conjunto de eventos inéditos, não há relato que não admita isto, a pergunta que cabe fazer é o que lhe confere esta aura de ineditismo. Buscamos oferecer respostas a esta e outras questões de maneira a se estabelecer conexões, significados e desdobramentos específicos àquelas configurações sociais. Como se percebe, estamos tratando de significação cultural como definida por Max Weber (2003).

Em concordância com o problema apresentado acima objetiva-se nesta pesquisa propor um modelo explicativo para os eventos de junho de 2013 e apresentar seus principais desdobramentos. Para a consecução deste objetivo mais amplo, outros três de menor amplitude são apresentados, a saber: a- descrever as manifestações de junho e seus derivados; b- apontar quais foram os elementos causais prováveis mais importantes para ocorrência de junho; c- apresentar alguns dos principais significados e das principais possibilidades históricas abertas. Para operacionalizar tais objetivos buscamos responder as seguintes questões: 1) O que foi junho? 2) Como aconteceu junho? 3) Por que em junho? 4) Por que ocorreram tais manifestações? 5) Quem as compôs? 6) Para onde segue junho?

Nossa pesquisa trabalha com um modelo explicativo composto por três elementos hipotéticos: a) junho decorre da saturação da “paciência” dos cidadãos brasileiros com o desenvolvimento de uma trajetória de insuficiência democrática; b) junho de 2013 foi uma catarse social contra este “estado de coisa”; c) junho abriu um “ciclo de confronto” Sidney Tarrow; Doug MacAdam e Charles Tilly (2009) que polarizou a sociedade e tem se desdobrado em um realinhamento social e político conservador, todavia ainda em aberto.

Como nomear ou definir o conjunto de acontecimentos de junho de 2013 no Brasil? Esta é uma das tarefas mais difíceis para aqueles que analisam de maneira sistemática as manifestações que tomaram o Brasil a partir de junho daquele ano. Tal questionamento não se constitui em preciosismo acadêmico, é, antes de tudo, uma demanda social, já que a forma como se nomeiam os eventos pode imprimir a eles graus diferentes de radicalidade, profundidade, longevidade e produzir significados. Ao falar de junho, o primeiro desafio que encontramos, portanto, é nomeá-lo, dessa forma, “enquadrar” tudo o que aconteceu naquele mês ou em parte dele em uma nomenclatura que consiga sintetizá-lo e capturar seus sentidos.

Por isso, inicialmente, mesmo que de maneira inquieta, adotamos o nome pelos quais os ativistas, cientistas sociais, políticos e jornalistas em geral convencionaram chamar tais acontecimentos: Jornadas de Junho.

Desconfiando de que este nome não traduzia tudo o que víamos, chegamos a André Singer (2013) que preferiu chamar este período apenas de “acontecimentos” de junho, à semelhança do espírito atônito de Jean-Paul Sartre depois do maio de 1968, que insistia que ainda tentava entender o que havia “acontecido”. Optamos, também, por este “enquadramento vazio”, em busca de significados que o ocupem. Nossas opções foram “acontecimentos de junho”, “eventos de junho” ou simplesmente “junho”.

A pesquisa exigiu-nos uma discussão teórica abrangente, que podemos agrupar em torno de cinco questões centrais, uma refere-se à redefinição das noções de *social* e *sociedade* que traz questões de metodologia; outra aborda temas pertinentes da democracia e do confronto político e se realiza uma revisão das décadas recentes da história política brasileira, com destaque à “Nova República”; uma terceira trata das formas contemporâneas de ação coletiva, mas, também da problemática da representação. Temos ainda uma discussão mais pontual sobre mídias, informações e redes na construção da experiência social e política. Para a abordagem da problemática teórica da definição do social e da sociedade, lançamos mão de Bruno Latour (2012) que considera que a compreensão pela sociologia e pelas ciências sociais do social como “fato”, “coisa”, dimensão com propriedades específicas e ontológicas, é um desvio no desenvolvimento destas disciplinas. Assim, propõe que aquilo que tomamos por *social* e *sociedade* seja entendido como um movimento ou processo de *agregação* de relações e sujeitos, não exclusiva ou previamente social, se não contextualmente. Trazemos também Weber (2003), já citado, para esta formulação inicial e exploramos sua concepção de *social* como evento que é dotado de significação cultural, desta forma o “real” para as ciências sociais é uma mediação entre o observador e o observado e supõe a intersubjetividade. A incorporação de Simmel (2006) permite, por um lado, adensar a discussão de Latour do *social* como agregação de relações, já que o autor adota a perspectiva de uma sociologia gregária e conflitiva, mas também nos ajuda a delimitar o diálogo com Weber sobre o social e o alcance analítico de categorias como indivíduo e sociedade que, para Simmel, são contínuos de uma mesma realidade. Soma contemporaneamente a esta discussão, sob uma nova chave, Laclau e Mouffe (1985) que nos possibilitam compreender que o social é a construção de relações discursivas que ao se articular produzem relações de poder cuja objetividade está na construção da hegemonia. Este conjunto de autores é mobilizado para orientar nosso olhar num

emaranhado complexo de dados empíricos que, ao longo da dissertação, apresentamos ao leitor.

Ao discorrer sobre questões pertinentes a política, democracia e confronto político, tratamos da incorporação da *centralidade do conflito* para análise da ação coletiva. Incorporamos Sidney Tarrow; Doug MacAdam e Charles Tilly (2009) para explicar a processualidade das múltiplas formas de confronto político. Estes autores têm a compreensão de que a tradição acadêmica fragmentou as diversas formas de conflito social - movimentos sociais, revoltas, ciclo de confronto, revoluções e outros - em campos de estudo distintos, o que produziu análises excessivamente compartimentadas de dinâmicas que são fluidas. No sentido oposto, pretendem construir um esquema teórico que abarque uma variedade de categorias e processos sem a perda da percepção de sua dinamicidade, conexões e particularidades mediante a noção de *confronto político*.

Abordamos ainda a questão da democracia, por um lado, buscando uma leitura realista sobre seu desenvolvimento e características, que encontramos em Tilly (2013), atentando especialmente aos *níveis de democratização* e à *capacidade de ação do Estado* como importantes indicadores de *democratização* e *desdemocratização*. Em uma perspectiva mais normativa sobre a democracia e o papel do conflito nesta, incorporamos, também, as contribuições de Chantal Mouffe (2003) e Ernesto Laclau (2008), para os quais o conflito deve ser compreendido como parte da política democrática, noutros termos, a negação do confronto impossibilitaria a própria democracia. Dessa forma, os autores eleitos propõem um modelo de análise pautado no *pluralismo agonístico*, em que se recusa a possibilidade de eliminação do antagonismo da política e se busca a construção de consensos temporários abertos a novos processos de disputas.

A problemática das formas contemporâneas de ação coletiva é centrada em dois aspectos, por um lado discutimos a pertinência do conceito revisitado de *classes* com base em Klaus Eder (2001), que aponta que as relações de classe e sua capacidade explicativa continuam vigentes, todavia não nos termos das relações industriais das sociedades semimodernas, mas como disputa pela construção da identidade, dos estilos de vida que incorporam o bem viver e relações consensuais entre os cidadãos. Para complementar esta discussão, trazemos Souza (2013) que propõe que visões “economicistas” não dão conta de explicar o papel que as classes cumprem hoje, apontando como alternativa a compreensão de que as classes se estruturam com base no

acesso desigual a recursos escassos, como capital econômico, cultural e social e que uma luta de classes cotidiana se instaura na busca por acesso a estes recursos.

O tema do lugar das novas formas de ação coletiva, como os coletivos e as redes de movimentos sociais é trazido inspirado por Scherer-Warren (2012), que nos permite explorar as mudanças nas últimas décadas produzidas pela globalização, mas particularmente pela incorporação de formas menos hierárquicas de mobilização e ação, bem como pelo avanço das comunicações e das relações entre os sujeitos. Recorremos a Castells (2013) para defender que para os jovens que se põem a desenvolver ações coletivas não há uma separação rígida e nítida entre interesses individuais e coletivos. O processo de individuação na atualidade alia autonomia e socializações não hierárquicas e autogestionárias, portanto, os indivíduos continuam dispostos a se mobilizar, todavia, a relação entre pessoa e coletividade sofre fortes mudanças no sentido de se configurarem em redes fluidas e porosas.

Para abordar o papel das novas tecnologias de comunicação na redefinição das relações sociais, recordamos Pierre Lévy (1999), que nos permitiu fazer uma discussão sobre a emergência do *ciberespaço* como *redes de redes* de estruturas de tecnologias da informação e da *cibercultura* como as práticas sociais típicas deste espaço em redes. Combinado com Manuel Castells (2013) se pode apresentar como a constituição deste espaço e da cultura a ele vinculada fez emergir novas formas de ação coletiva. Discutimos ainda as mídias tradicionais, alertando a perspectivas como a de Moraes (2002) que destaca uma convergência das mídias tradicionais com as novas formas de organização e gestão capitalistas de modo que a internet converte-se à lógica da lucratividade. Somamos abordagens como a de Miguel (2002) que observa as mídias tradicionais em seu papel de ditar a percepção dos fenômenos que narram, não se configurando em um neutro transmissor de conteúdos. Por isso, para o autor, a internet também pode alimentar um espaço de *conversação civil* relevante e disputado hoje, alimentando a construção de uma esfera pública renovada e mais plural.

Por fim, exploramos, a partir de Weber, o conceito de *possibilidade objetiva* na reconstrução das ações tratadas e respectivas escolhas dos atores, buscando uma análise causal de cunho *ideal* e provável, tomando por objeto dados estatísticos, dentre outros, sabendo que a causalidade é uma imputação feita pelo pesquisador. Complementamos a abordagem weberiana com considerações sobre o neo-institucionalismo histórico como instrumento de análise de trajetórias de desenvolvimento, o qual nos oferece conceitos úteis como *path dependence* e *momento crítico*, pelos quais conseguimos identificar

algumas tendências de um desenvolvimento histórico bem como interrupções e emergência de novos caminhos.

Nosso texto está estruturado em quatro capítulos, a saber: 1) A construção do olhar; 2) A construção de insuficiência democrática; 3) A emergência da indignação difusa e massiva; 4) Os significados e as possibilidades históricas. O primeiro de nossos capítulos faz um panorama dos conceitos que norteiam nossa análise. Nele, desenvolvemos ainda uma discussão metodológica a nos conduzir na investigação. O segundo capítulo apresenta aos leitores a trajetória de redemocratização recente do Brasil, explorando a potência heurística da conformação de quatro distintas fases do desenvolvimento conjugado de nosso sistema político e de modelos de sociedade. No terceiro capítulo, descrevemos densamente os eventos de junho, explorando as ações dos manifestantes, as reações dos governantes, da mídia, mas também as contra reações das redes sociais. Buscamos ainda os elementos que nos permitem avançar nas tentativas de compreensão do turbilhão de eventos. Constatando que junho, dada sua enorme energia social, não se encerraria em si mesmo, fomos à busca de seus desdobramentos, apontando como aqueles eventos impactaram de maneira direta ou indireta alguns eventos subsequentes.

É no último de nossos capítulos que avançamos propriamente para explicações possíveis, primeiramente, explorando aqueles contornos mais gerais que nos permitem sair da apreensão inicial e partir para a construção de nexos lógicos entre os acontecimentos. Retomamos a questão da insuficiência democrática e da percepção social acerca desta. Ao apontar que junho e seus efeitos remetem ao passado, ocupamos, também, em saber como podem estes eventos impactar o futuro. Buscamos assim investigar algumas *possibilidades históricas* abertas e discutimos a possibilidade da configuração de um *ciclo de confrontos*, de um *momento crítico* e de um realinhamento político de caráter conservador.

Nos limites de uma dissertação de mestrado, nossa intenção foi poder somar ao conjunto de esforços que cientistas sociais vêm fazendo na tentativa de revisitar algumas teorias sociais que possam mais eficazmente ajudar na elucidação de acontecimentos que marcam a democracia brasileira contemporânea, mais especificamente, aqueles que vindo à tona em junho de 2013 traduzem trajetórias anteriores de nossa sociedade e se desdobram em eventos que têm lugar na cena social hoje.

## I A CONSTRUÇÃO DO “OLHAR”

Reunimos, em nosso primeiro capítulo, as questões teóricas e metodológicas que balizam esta pesquisa, desta forma nos concentramos em expor argumentos teóricos que subsidiem a produção e o tratamento dos dados empíricos que apresentamos, ou seja, expomos as bases que nos permitem emitir determinados juízos sobre o objeto que tomamos para pesquisa.

Nossa perspectiva sociológica carrega a influência weberiana no que concerne ao fato de que o cientista elege um fragmento mínimo da realidade para estudo, sabendo impossível dar conta da totalidade social. Mesmo este ínfimo fragmento é por ele analisado segundo um ponto de vista, que ele defenderá como útil analiticamente, dentre outros incontáveis pontos de vista possíveis, mas, talvez, de menor capacidade explicativa.

À atitude weberiana juntamos a opção simmeliana por observar a sociedade como um todo relacional, quase um *jogo*, de infindáveis modos de interação. No conjunto de elementos que a compõem, as relações sociais nunca são sólidas e petrificadas, a cada instante elas se atualizam, ou se esgarçam ou se fortalecem ou se enfraquecem. A fórmula indivíduo *versus* sociedade funciona mais como um mito do que como um aparato explicativo neste olhar. Nos *acontecimentos* que estuda, individualismo e coletivismo metodológicos como abordagens dicotômicas têm pouca contribuição. Na ênfase ao movimento, ou às repetições de certos movimentos, é as dinâmicas societárias seu objeto de estudo, por excelência. Na contemporaneidade, é Bruno Latour que nos parece ter levado bastante a sério as incitações de Simmel.

### 1.1 Sobre o social e o sociológico

Uma das formulações weberianas que mais nos interessa é a tentativa de reconciliar visões fenomenológicas, que privilegiam o papel do *espírito* na produção do conhecimento, com visões de orientação positivista que privilegiam o conteúdo que os fenômenos carregam em si. Não vamos nos aprofundar em questões epistemológicas, mas explorar como nesta perspectiva, realismo e idealismo coexiste e se modificam um ao outro.

A perspectiva weberiana admite uma realidade social exterior ao observador, mas dada à infinidade de elementos que constituem o social e os interesses que orientam

o pesquisador, tal realidade só pode ser acessada e tornada conhecimento científico se mediada pela construção de conceitos e teorias.

A ciência social que *nós* pretendemos praticar é uma *ciência da realidade*. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a *significação* cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo (WEBER, 2003:88).

Como se pode notar, estamos falando de uma ciência da realidade e não de um idealismo hipotético ainda preso à filosofia, portanto, para Weber (2003), há condições efetivas para se conhecer “objetivamente” a realidade social. São duas as possibilidades deste conhecimento, uma de caráter compreensivo dos significados culturais imediatos dos acontecimentos, outra, da própria trajetória de desenvolvimento histórico dos eventos analisados.

O realismo da proposta weberiana é matizado quando se observa que a realidade exterior não se apresenta de maneira total, transparente e direta ao observador, mas sempre de maneira parcial, opaca e indireta, ou seja, mediada pelo próprio olhar que observa. Desta forma se existe um real objetivo, o conhecimento produzido por ele é sempre em alguma medida subjetivo, não em um sentido psicológico, mas de que foi mediado por um observador, que construiu seu objeto com base em suas visões de mundo e interesses próprios.

É a mediação subjetiva do observador que permite à ciência produzir, sem recair em paradoxos, um conhecimento objetivo do real. Neste caso, a qualidade da objetividade não equivaleria a uma inexequível neutralidade, mas ao rigor de um saber sistematicamente construído. Cabe ao pesquisador social reconstruir intelectualmente o mundo visível em bases intersubjetivas de teste e de convencimento.

Não *existe qualquer* análise científica puramente “objetiva” da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações passam ser, explícitas ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição enquanto objeto de pesquisa (WEBER, 2003:87).

A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais, propositalmente entre aspas, está na reconstrução intelectual de uma realidade externa ao pesquisador. É por isso que Weber pode afirmar que “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas”, mas as conexões *conceituais* entre os *problemas*” (2003:83). É na seleção de elementos, aspectos e acontecimentos do real que o investigador produz um real idealizado, visto que não é a realidade, ainda que sua

conceitualização tenha pretensões claras de dizer algo a respeito da realidade mesma que seja consistente e coerente, ainda que necessariamente incompleto.

A formulação weberiana apresentada acima leva-nos a outra questão de profunda importância: a ciência é sempre um conhecimento parcial de uma realidade infinita, desta forma, “todo o conhecimento reflexivo da realidade realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (WEBER, 2003:88) <sup>1</sup>. Com base nesta última afirmação sobre a ciência, de que ela “recorta” seu objeto de realidades sociais de fluxo infinito, temos condições de ir para o segundo aspecto que muito nos interessa em Weber, sua percepção do social.

Para Weber, o social é cultural, dado que porta significados. A sociedade é uma intrincada rede de relações sociais cuja unidade mínima é a ação social, logo, uma ação humana significativa que visava a afetar um “outro”. De outro modo, o social em Weber é antes de tudo os processos de significação que os agentes constroem arbitrariamente na realidade em que estão inseridos, portanto, tem relação com ideias de valor, ou seja, refere-se à compreensão das motivações a mover pessoas, grupos, coletividades, chegando a conformar grandes configurações sócio-históricas, a exemplo do patrimonialismo, do capitalismo, do Estado Moderno e outras.

Da compreensão weberiana sobre o social nos interessa o conceito de significação cultural como capaz de explicitar o processo de seleção arbitrário dos elementos da realidade infinda que passam a ser dotados de sentido para os agentes: “a realidade empírica é “cultura” para nós por que e na medida em que a relacionamos a ideias de valor. Ela abrange aqueles e *somente* aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativo para nós” (WEBER, 2003:92).

Injustificáveis equívocos levaram alguns a ver em Weber uma perspectiva individualista nele inexistente. Em momento algum, Weber estuda algo como inclinações individuais. Seu fundamento analítico, conforme já dissemos, é a ação social que, por sua vez, ainda quando desencadeada por um único indivíduo se dá porque este tem em mira impactar outro ou demais indivíduos, bem ou mal sucedido seja o protagonista da ação social. A intersubjetividade é base de sua sociologia. Entretanto, a recusa em partir de estruturas supra-individuais deu-lhe a fama que, mais

---

<sup>1</sup>Esta concepção se opõe a perspectivas como o funcionalismo ou estruturalismo bem como algumas fórmulas marxistas de que a realidade social imediata ou histórica nos impõe como objeto que nos cabe, revelar. O “concreto pensado” de Marx, jamais auto-evidente, mas produto de um severo procedimento metodológico, acaba, entretanto, coincidindo com o real, ou melhor, com a determinação última do real e, por isso, capaz de explicar a complexa totalidade social.

tarde, se desdobraria em outras teorias - não mais weberianas - como a *rational choice* e outras.

Mais próximo de Simmel, talvez, devemos localizar Weber, em que pese o primeiro sequer trabalhar com a ideia de ação (humana e social) e já localizar seu objeto na trama das socializações. Na perspectiva simmeliana, “os indivíduos também não são os elementos últimos, os “átomos” do mundo humano” (SIMMEL, 2006:12). O individualismo é uma forma social, ou uma experiência: “A unidade efetiva e possivelmente indissolúvel que se traduz no conceito de “indivíduo” não é de toda maneira um objeto do conhecimento, mas somente um objeto de vivência” (SIMMEL, 2006:12). Notemos que segundo esta percepção o indivíduo não é uma unidade totalizável, mas também um conceito e mais que isto, uma construção conceitual da cultura, já que segundo próprio autor “o modo pelo qual cada um sabe da unidade de si mesmo e do outro não é comparável a qualquer outra forma de saber” (SIMMEL, 2006:12). Podemos observar que para Simmel a unidade pessoal é uma percepção de si que se apresenta de maneiras muito distintas para cada um. Entretanto, a sociologia não estaria interessada nos elementos primordiais da gênese social, se não no processo de gênese propriamente e em seus seguidos desdobramentos, os processos sociais.

E se então a realidade verdadeira corresponde somente às unidades últimas, e não aos fenômenos nos quais essas unidades encontram uma forma – e toda forma, que é sempre uma articulação estabelecida por um sujeito articulador - , torna-se patente que a realidade a ser conhecida se nos escapa rumo à total incompreensão. A linha divisória que culmina no “indivíduo”, para a análise ininterrupta, apresenta-se necessariamente como uma composição de qualidades, destinos, forças e desdobramentos históricos específicos que, em relação a ele, são realidades elementares tanto quanto os indivíduos são elementares em relação à “sociedade” (SIMMEL, 2006:13).

Para Simmel, o objeto de estudo da sociologia são as formas sociais nas quais se articulam acontecimentos e eventos sociais. O limite superior, “sociedade” e o limite inferior, “indivíduos”, são unidades analíticas que tomadas em *formas* extremas não podem explicar o curso social. A vida social não reside nem na margem superior nem na margem inferior. Não somos estudiosos da psique humana nem das macro-formações concretas, mas dos movimentos que reinventam cotidianamente interações humanas que possibilitam a existência de relacionamentos, agrupamentos, instituições, coletividades e outros.

Na perspectiva apresentada por Simmel o social pode se reconfigurar para o pesquisador em diversos níveis e ele em si configura-se como a articulação de unidades menores em unidades maiores. É nesse sentido que Simmel afirma que a sociologia atua sob a “égide de conceitos” assim como a lógica ou a economia, e qualquer ciência,

portanto, “caso a sociologia se mostre como uma abstração perante toda realidade – aqui levada a cabo sob o jugo do conceito de sociedade -, ainda assim mostra-se fraca a crítica que lhe acusa de ser irreal” (SIMMEL, 2006:20).

Simmel, ao propor que “entender que o ser humano, em toda sua essência e em todas as suas expressões, é determinado pelo fato de que este vive interativamente com outros seres humanos deve levar a um novo modo de *observação*.” (2006:20). Desta forma, entende a sociologia como o estudo privilegiado de “todas aquelas formações (que) se produzem na relação recíproca dos seres humanos, ou por vezes são elas também relações recíprocas, mas de maneira tal que não podem ser deduzidas dos indivíduos observados em si mesmo.” (SIMMEL, 2006:21) <sup>2</sup>. Claramente, o que se produz em um indivíduo ou é por ele produzido não se explica a partir de si mesmo, mas fundamentalmente de suas relações recíprocas com outros.

Nesse sentido, a unidade de análise do social em Simmel não é nem o indivíduo nem a sociedade - estes são apenas pontos conceituais de um continuo infinito de articulações, o objeto último da sociologia são as relações de *sociação*, uma tradução para interação quer entre pessoas quer entre processos sociais. A formulação simmeliana do social como *sociação* leva-nos, mais uma vez, a uma ruptura com o positivismo, a exemplo da sociologia de Durkheim, vez que inexiste o “fato social” <sup>3</sup>, exterior e coercitivo sobre os indivíduos e gerais numa extensão de sociedade, sociológico por definição. A sociologia simmeliana entende serem passíveis de exame, as articulações dos múltiplos aspectos - não previamente sociais – que adquirem, nos movimentos, sua compreensão como formas sociais. Será o olhar ou método de perceber os eventos que os definirá, mais uma vez, como sociais; não qualquer essência ou existência ontológica.

[...] se tais acontecimentos ou circunstâncias se apresentam como as somas das interações individuais, ou como estágio da vida de grupos supra-individuais, então essas investigações devem ser definidas como sociológicas, justamente por estarem conduzidas de acordo com o método sociológico (SIMMEL, 2006:29).

Curiosamente, a sociologia simmeliana da nascente sociologia do século XIX lembra-nos as formulações do contemporâneo Bruno Latour (2012) para quem o social também não possui um caráter permanente ou definitivo, configurando-se como “agregado” – sua expressão favorita - raramente estável e perene. Latour não identifica uma dimensão do real que corresponderia a uma disciplina específica e se distancia da perseguição das regularidades sociais, acentuando muito mais as discontinuidades, as

<sup>2</sup> O parêntese é nosso.

<sup>3</sup>DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. – 3ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

singularidades, as provisoriedades e a aleatoriedade que constituem a vida em sociedade.

Para Latour (2012), não há, por princípio, a sociedade, mas as formas sociais gregárias<sup>4</sup> que aparecem no mundo conformando eventos, ações, redes tornam-se elas objeto da sociologia. Para o autor (2012), as denominações “sociedade industrial”, “sociedade capitalista” ou “modernidade” são descrições históricas que podem servir às análises das ciências sociais, porém, o social ou o agregado não se esgota em nenhuma destas descrições. Qualquer interconexão que possibilita o convívio humano e aquele entre humanos e não-humanos é social e relevante para estudo. Latour faz o que chama de “sociologia das associações”, optando por pensar a sociedade como possibilidades de agregação.

Imaginaram a sociologia limitada a um domínio específico, ao passo que os sociólogos devem ir atrás de quaisquer novas associações heterogêneas. Para eles, o social está sempre a sua disposição, mas o social não é nunca uma coisa visível ou postulável. Só se deixa entrever pelos traços que vai disseminando (experimentalmente) quando uma *nova* associação se constitui com elementos de modo algum "sociais" por natureza (LATOUR, 2012:27).

As controvérsias e os conflitos são formas de materialidade do social, ou seja, de seus processos de interação, cabendo ao pesquisador reconstituí-los pelo exame de seus vestígios, aqueles que reportam à constituição das tramas sociais e das redes. A atenção ao conflito em nada rejeita as noções de racionalidade, civilidade ou democracia, mas obriga o pesquisador a pensar, dentre outros aspectos, o caráter contingente de toda ordem social.

Propor que a sociedade e o social sejam tomados como agregados de eventos, coisas, seres e relações não previamente sociais, mas que se tornam sociais na interação e significação cultural é fruto de uma profunda crítica à sociologia positivista que, conforme vimos, Simmel soube antecipar. Rompendo com a sociologia hegemônica, Latour diz que esta toma os conceitos para rápidos sobrevôos sobre grandes territórios, avistando apenas o que eles têm de geral e frequente, marginalizando e tomando como exceção o descontínuo. Entretanto, ao descartar o que não lhes parece regular e constante, os sociólogos perdem de vista elementos centrais da vida em sociedade.

Quando os sociólogos do social pronunciam as palavras "sociedade", "poder", "estrutura" e "contexto", dá em geral um salto adiante para conectar um vasto conjunto de vida e história, mobilizar forças gigantescas, detectar

---

<sup>4</sup> Podemos ver esta dinâmica de agregação, por exemplo, na problemática do aquecimento global, em que fatores como reações químicas da liberação de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbônico) por indústrias, como resíduo da produção de mercadorias, foi ao longo do século XX tornando-se problema dos especialistas e, depois, político e social. Como podemos claramente perceber, esta problemática envolve reações químicas, efeitos físicos de retenção de calor, agentes econômicos, agentes políticos e é neste processo que pode ser tornado social como experiência, mas também como objeto de pesquisa.

padrões dramáticos a partir de interpretações confusas, ver por toda parte, nos casos à mão, ainda mais exemplos de tipos bem conhecidos e revelar, nos bastidores, algumas forças ocultas que manipulam os cordéis (LATOUR, 2012:41).

É verdadeiro que as formas de agregação ou de se experimentar o social mudaram profundamente nas últimas décadas, em que se percebeu que as relações sociais se fragmentaram, as hierarquias foram relativizadas, a linearidade foi abandonada e, cada vez, mais as pessoas passaram a interagir em redes. A abordagem apresentada por Latour parece-nos, pois, particularmente adequada para tratar das formas contemporâneas de ação coletiva como as que aparecem nesta pesquisa.

Para complementar a construção de nosso olhar, trazemos as proposições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para os quais o social faz parte das estruturas discursivas que fornecem estabilidades e unidades sociais precárias e contingentes, a sociedade deve ser pensada em termos de discurso, o que os localiza na crítica ao estruturalismo e ao marxismo.

Em outras palavras, o social, em última instância, não tem fundamento. As formas de racionalidade que ele apresenta são somente aquelas resultantes das conexões contingentes e precárias estabelecidas pelas práticas articulatórias. A "Sociedade", portanto, enquanto entidade racional e inteligível torna-se impossível. O social não pode nunca ser inteiramente constituído como positividade (LACLAU, 1986:44).

Concebendo as estruturas como discursivas, articulatórias e instantes de hegemonia, enfatizam o conflito como constitutivo do social, como fica claro na incorporação do antagonismo em suas teorias, lembrando-nos Simmel (2006) e Latour (2012), acima tratados.

Agora, entre os fatores que se unem para subverter a positividade do social, há um de importância primordial: a presença do antagonismo. Quando práticas articulatórias operam num campo sucessivamente cruzado por projetos articulatórios antagonistas, nós as denominamos práticas hegemônicas. O conceito de hegemonia supõe o conceito de antagonismo (LACLAU, 1986:44).

No mesmo sentido indicado por Laclau (1986), Mouffe aponta que “é um equívoco acreditar que uma “boa sociedade” é aquela na qual os antagonismos foram erradicados” (2003:12).

A construção teórica de Laclau e Mouffe (1985) propõe profundas reformulações como, por exemplo, no conceito de sujeito fundamental às ciências sociais para abordar questões pertinentes à ação, à agência e à subjetividade. A novidade na formulação dos autores é a não fixidez e determinismo da condição de sujeito a partir de uma dada estrutural social, desta forma os sujeitos, em suas múltiplas posições – gênero, raça, classe, nacionalidade, religião etc. - podem articular discursos visando à construção de relações de poder e de contra poder, de hegemonia e contra

hegemonia. Qualquer identidade pode se ligar a qualquer discurso, o que acarreta um alto nível de imprevisibilidade na ação dos atores. Instala-se, assim, uma tensão entre autonomia das posições de sujeito e a tendência de fixá-las através de práticas articulatórias, como bem ditas por Laclau “há uma tendência no sentido de autonomia, da parte de posições separadas de sujeito; de outro lado, existe a tendência oposta em fixá-las, através de práticas articulatórias, como momentos de uma estrutura discursiva unificada” (1986:44). Tal tensão é percebida como elemento crucial na dinâmica social, sendo a linguagem a produtora dos sentidos. Fora do discurso, há existência, porém, não há significação. A linguagem que possibilita a emergência do social, que decorre da capacidade comunicativa dos humanos de atribuir a acontecimentos, eventos, seres, coisas significados, que os tornam inteligíveis.

Com base em Laclau e Mouffe (1985), admitimos que o social não fosse dotado de razão histórica, estrutura ou função que fuja das significações dos agentes sociais, portanto, de seus discursos. Cada grupo social ou coletividade na medida em que produz discursos específicos configuram realidades.

O discursivo é, a partir de nossa perspectiva, o campo de uma ontologia geral, quer dizer, de uma reflexão acerca do ser enquanto ser. Isto supõe que as categorias linguísticas deixam de estar ancoradas numa ontologia regional que as reduziria à fala e à escrita, e passam a constituir o campo de uma lógica relacional (LACLAU, 2008:189).

Não há um real absoluto que caiba a todos desvelar. O social é para quem o experimenta ou para quem o experimentando o analisa, uma objetivação e uma totalização impossível. Para o primeiro, pelo fato de que nunca em nenhuma coletividade existirá uma única representação do social, portanto, um único discurso, mas sempre vários em distintos níveis de predomínio e hegemonia, desta forma, não há uma sociedade única. Para o segundo, não há uma realidade anterior ao discurso que possa ser desvelada e, assim, sintetizar a totalidade do social, no tempo e no espaço. Por isso, o suposto de “sociedade” como um todo, suturado e definido, é, nesta perspectiva, uma falácia.

Não sendo possível a totalização e objetivação última do social, não está impossibilitado, contudo, um fechamento temporário e parcial, neste sentido precário, da experiência social. Isto se dá pelo fato de que o discurso, ao tomar objetos externos ao pensamento e organizá-los em enunciados, é capaz de estruturá-los (discursivamente). Deste processo, para Laclau e Mouffe (1985), emergem o que denominam de pontos nodais, aqueles para os quais os olhares sociais, em disputa, convergem tentando imprimir valores e sentidos. Isto porque, conforme é explicado, os pontos nodais são

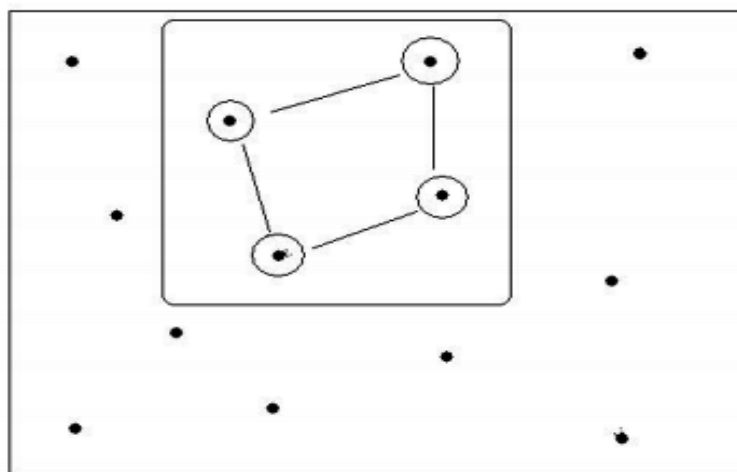
significantes vazios, isto é, mais ou menos gerais numa formação social e não são dotados de conteúdos específicos, mas ocupados por significados que variam Laclau (2013). Está colocada aqui a questão da tensão entre totalidade e especificidade na teoria de Laclau (2013) e Mouffe (2003). Para ambos, os significantes ao ganharem significado específico, portanto, particular, por lógica de equivalência, conseguem ser alçados como representação também de outros significados específicos, tornam-se, desta forma, gerais em uma dada formação social, tal como se processa com a noção de hegemonia que, para os autores (1985), expressa uma articulação temporária de elementos particulares dentro de um enunciado com força de condução da sociedade num dado tempo e espaço.

Os autores conceituam com precisão o processo lógico e de enquadramento de sua teoria, desta forma:

No contexto dessa discussão, chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória será chamada de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso, chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada (LACLAU E MOUFFE, 1985:105).

Esta operação lógica foi bem descrita por Ferreira (2011:16), com o diagrama 1 apresentado abaixo.

**Diagrama 1- Operação lógica de construção de discurso com base em Laclau.**



**Fonte:** FERREIRA, Fabio, A. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 127, Dezembro de 2011.

O diagrama apresentado por Ferreira (2011) nos apresenta de maneira esquemática a operação lógica da proposta teórica de Laclau e Mouffe (1985), como

podemos observar os pontos contidos no esquema, representam os elementos, quando não estão ligados – articulados - ou momentos, quando estão. Na medida em que os elementos se ligam e tornam-se momentos, se diferenciam daqueles que preservam se na condição anterior em relação à estrutura discursiva – o retângulo menor com seu conteúdo - que emerge da mudança de qualidade de sua condição, decorrente da própria articulação dos elementos em momentos. Há ainda neste esquema as linhas que representam a articulação entre os diferentes elementos selecionados (pontos nodais) para compor um discurso. Desta forma o discurso que emerge da articulação estruturadora de momentos mobiliza apenas uma pequena parte dos elementos articuláveis, representado por todo o conteúdo do retângulo maior.

Retomemos a esta altura a discussão de Laclau (1986 e 2008), Laclau e Mouffe (1985), Mouffe (2003) sobre o sujeito, analisemos mais atentamente suas formulações sobre o conceito de posições de sujeito. A partir do discutido acima, podemos dizer que cada um dos elementos/momentos de um discurso representa as posições possíveis de sujeitos em um processo de diferenciação social. O conceito de posição de sujeito nos leva ao ponto, portanto, em que o discurso e identidade se conectam. Se, por exemplo, no século XIX, na Inglaterra, a identidade social dos indivíduos e grupos decorria das relações de produção que os constituíam. Isto se dava pela longa jornada de trabalho nas fábricas e pelo acesso limitado daqueles trabalhadores a qualquer outra experiência social, Laclau (1986).

Contemporaneamente, a tendência à diferenciação social produziu também a diferenciação entre a posição de sujeito numa estrutura social e sua identidade política. Primeiro porque distintamente das relações sociais no século XIX, admitimos que múltiplas posições pudessem ser ocupadas pelos agentes nas estruturas sociais discursivas. As estruturas, é bom que se diga, não decorrem de uma objetividade observável exteriormente aos sujeitos, dotadas de um conteúdo histórico universal, mas são tomadas como móveis e fluidas, não contendo em si uma lógica que se possa prever seu devir.

Se há dois séculos se acreditava na determinação ou na predominância de um único elemento estrutural na formação da identidade social, a saber, a relação de produção, hoje, admitiu múltiplos elementos, como relações de gênero, raciais, étnicas, religiosas e tantas outras, a depender dos pontos nodais de uma formação social. Posições de sujeito referem-se, portanto, ao conjunto de posições que os sujeitos podem ocupar em uma estrutura social e que podem ser elementos narrativos para a construção de identidades políticas e mesmo pessoais Laclau (1986), Mouffe (2003).

A partir do conceito de posições de sujeito, temos que admitir que não haja identidade social prévia ou fixa capaz de talhar o sujeito para ação social nem há uma ação social inerente a todos os sujeitos ou exclusiva de uma posição. A identidade política, social e pessoal decorre da articulação em enunciados das múltiplas posições que os agentes podem ocupar. As identidades assim como as sociedades são formas precárias de enunciados sociais. Este instante precário de conformação de identidades e sociedades é o que chamamos de hegemonia.

## **1.2 Sobre a democracia e o confronto político**

Nossa discussão sobre democracia contará com duas linhas de problematização: uma mais realista relacional<sup>5</sup>, aquela praticada por Tilly, bem como outra mais normativa de Laclau e Mouffe, não pretendemos produzir síntese de ambas, mas apenas trazer a luz conceitos que nos norteiam em nossa pesquisa.

Tilly (2013), ao discutir o problema da democracia aponta que ela pode aparecer em geral configurada como três problemas: um é sobre a situação política e refere-se ao fato de que “os detentores de poder de todo tipo precisam saber se eles estão lidando com democracias ou com outros tipos de regimes” (TILLY, 2013:20). Portanto refere-se ao problema de quem age, para saber que tipos de ações são possíveis em um dado contexto. O segundo problema é sobre a qualidade de vida, neste sentido “a democracia é um bem em si mesmo, na medida em que em alguma extensão ela oferece à população de determinado regime o poder coletivo de determinar seu próprio destino” (TILLY, 2013:20), possibilitando desta forma aos cidadãos se protegerem da tirania de agentes do Estado e até mesmo em muitos casos garantido melhores condições de vida.

A terceira forma de problema que a democracia pode se apresentar é como explicação, desta forma, “a democratização ocorre somente sob certas condições sociais raras, mas produz profundos efeitos sobre a vida dos cidadãos. Como podemos identificar e explicar o desenvolvimento da democracia e seus impactos sobre a vida coletiva?” (TILLY, 2013:20). Portanto, trata-se de um problema de pesquisa, de compreensão e explicação, que tem seus impactos políticos e sociais, mas é antes de tudo uma questão analítica.

---

<sup>5</sup> Auto definição de Charles Tilly: Como Richard Hogan apontou recentemente em *Contemporary sociology*, uma versão da história da minha carreira pode ser contada como uma longa e difícil escapada do reducionismo estrutural rumo ao realismo relacional (ALONSO E GUIMARÃES, 2004:292).

Analiticamente Tilly (2013) quatro distintas formas de pensar a democracia, abordagem constitucional, “concentra-se sobre as leis que um regime sanciona” (p.21); substantivas, “focam nas condições de vida e de política que um determinado regime promove” (p.21); procedimentais, “isolam um determinado conjunto de práticas governamentais para determinar se um regime qualifica-se como democrático” (p.22). A quarta abordagem, que é adotado por Tilly (2013) é a voltada aos *processos*.

As abordagens voltadas para o processo diferem significativamente dos enfoques constitucional, substantivo e procedimental. Elas identificam um conjunto mínimo de processos que precisam estar continuamente presentes para que uma situação possa ser considerada democrática (TILLY, 2013: 23).

Com esta formulação o autor está rechaçando explicações mecânicas ou estáticas, que elencam um conjunto de variáveis e mede ou afere a frequência, e com base em tais aferimentos confere ou não o status de democrático. O autor contrapõe-se as três abordagens anteriores ainda por acreditar que elas não permitem uma análise adequada se a democracia, por exemplo, é um regime que eleva a qualidade de vida dos cidadãos melhor que outros regimes, ou mesmo se um dado estado nacional avançou em sua democratização o desdemocratização.

Neste quadro algumas definições nos interessam, a primeira é sua definição de Estado como “organização que controla a maior concentração de meios coercitivos no interior de um território substancial, que em algumas questões possui prioridade em relação a todas as demais organizações que operam no mesmo território” (TILLY, 2013:25). Tal definição não traz em si grande inovação, já que se orienta pela clássica formulação weberiana do Estado detendo o monopólio do uso legítimo da força, mas no todo nos interessa esta definição por nos oferecer um contorno mais preciso. O segundo conceito que nos interessa é o de cidadão sumarizado pelo autor como “todos aqueles que vivem sob a jurisdição do Estado” (p.26), tal apresentação deixa intencionalmente de fora até um segundo momento um conjunto amplo de pessoas residentes ou circulantes dentro da área de atuação dos Estados nacionais, mas que para este momento não constitui para nós como decisivo para nossa discussão. Interessa-nos que por nascimento ou voluntariamente um conjunto de pessoas estabelece uma multiplicidade de relações com o Estado. Desta forma nos interessa outra definição, aquela que nos informa que o conjunto de relações entre Estados e cidadãos configura regime, mas não apenas estas relações, bem como outras envolvendo os partidos, corporações, sindicatos e tantos outros grupos, interesses, identidades e redes.

Nosso interesse é precisamente compreender o regime democrático e Tilly nos oferece dois instrumentos conceituais muito pertinentes, o grau de democracia de um regime outro a capacidade do Estado. Tratemos primeiro do grau de democracia:

[...] um **regime é democrático** na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes. A **democratização** significa um movimento real no sentido de promover uma consulta mais ampla, mais igualitária, mais protegida e mais vinculante. Então, obviamente, **desdemocratização** significa um movimento real no sentido de uma consulta mais estreita, mais injusta, menos protegida e menos vinculante (TILLY, 2013:28. **Os grifos são nossos**).

O autor (2013) nos propõe que amplitude refere-se ao lastro ou alcance do círculo de reconhecimento, participação e acesso a direitos garantidos por um Estado, alguns são mais excludentes, garantido isto para alguns grupos étnicos, raciais, religiosos ou por distinção de renda, outro são mais abertos abarcando toda população nacional adulta. Por igualdade, refere-se ao nível de distinção jurídica entre os cidadãos ou membros subordinados a um estado nacional, neste caso é se estando inseridos ao círculo de concidadãos, todos gozam de maneira igualitária aos direitos como cidadãos<sup>6</sup>. Para Tilly, “juntos, altos níveis de amplitude e igualdade compreendem os aspectos cruciais da cidadania” (2013:28), são, todavia condições necessárias, porém não suficientes para definir um regime político como democrático ou não.

Soma-se a amplitude e igualdade o conceito de proteção, que se refere ao nível de proteção que o Estado oferece aos seus cidadãos em relação à arbitrariedade do próprio Estado, ou seja, a garantia do julgamento justo, de procedimentos policiais e judiciais transparentes, respeitadores dos direitos humanos e contestáveis tanto do ponto de vista jurídico, quanto político. Por fim temos o caráter mutuamente vinculante, que nos aponta o nível de vinculação entre o status de cidadão e de igualdade jurídica com a efetiva condição de acessar a direitos ou benefícios, previstos ou não, ou seja, acesso a educação, saúde, seguridade social, segurança pública, justiça ou quaisquer outros direitos decorre de uma ação discricionária do poder público ou de contatos pessoais,

---

<sup>6</sup> O caso das pessoas homossexuais que assumem relacionamentos homoafetivos ou homoparentais é interessante para pensar tanto amplitude, como igualdade entre os cidadãos. Em um número grande de países as pessoas homossexuais estão excluídas do pacto de concidadãos, não gozando de nenhum direito, podendo inclusive ser excluídas formalmente de quaisquer acessos a benefícios, chegando ao extremo de serem mortas por decisão judicial. Por outro lado, em um conjunto amplo de países este grupo de pessoas goza de uma cidadania parcial, na medida em que tem acesso a uma série de direitos, exceto aqueles em que a união homossexual em si torna-se um problema, caso do Brasil até pouco tempo, em que não havendo nenhuma restrição legal a homossexualidade, havia uma aplicação exclusiva para heterossexuais do direito ao casamento e todo conjunto de direitos que este último permite ter acesso. Ainda com base neste exemplo existe um diminuto número de países em que homossexuais pertencem à comunidade de cidadãos, gozam de todos os direitos e ainda existem mecanismos de reparação de direitos violados.

hierárquicos e troca de favores através de agentes do Estado e por dentro dele. Os quatro indicadores compõem uma única variável do grau de democracia.

Tilly propõe que não cabe apenas analisarmos o grau de democracia do regime político, mas também fazer uma análise de sua capacidade de efetivação das políticas governamentais, desta forma “nenhuma democracia pode funcionar se o Estado não possui capacidade de supervisionar o processo de decisão democrática e, de por em prática os seus resultados” (2013:29). Cabe, portanto a um Estado não só permitir aos seus cidadãos maior número possível a participação, mas que esta também seja igualitária, protegida e vinculada ao acesso aos direitos, é necessário que um Estado com estas características tenha também capacidade de executar as decisões soberanas tomada pelas maiorias por meio de múltiplos mecanismos de participação e formação da vontade.

Capacidade do Estado significa a extensão na qual as intervenções dos agentes do Estado em recursos, atividades e interconexões pessoais não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições (TILLY, 2013:30).

Os Estados detêm diferentes níveis de capacidade de efetivação de suas políticas, normalmente seu grau elevado está relacionado à adoção da administração direta, racional e burocrática, todavia um conjunto muito amplo de aspectos pode atingir sua capacidade de execução de políticas: a existência de forte corporativismo de parte de agentes públicos; grupos de resistência internos ao Estado; mas também externos; baixa capacidade de monopólio da força; agentes de recursos financeiros, materiais, humanos e simbólicos; bem como a própria legitimidade junto aos cidadãos.

Portanto, Tilly (2003) aponta que é a combinação do grau de democracia com capacidade do Estado que nos informa o nível de capacidade democrática de um regime político, que podem configurar quatro tipos puros de regimes, a saber: a) não democrático com alta capacidade, são caracterizados por pouca voz do público e forte presença das forças de segurança do estado; b) não democrática com baixa capacidade de interação, normalmente conta com fortes divisões internas que inviabilizarão o monopólio da força e, convivem com o confronto violento de maneira sistêmica; c) democrático com alta capacidade, fortes mobilizações sociais e liberdade associativa, amplo monitoramento do processo político com relativo baixo nível e violência política; e d) democrático com baixa capacidade, marcado normalmente por mobilizações frequentes e presença de movimentos sociais, nível menor de monitoramento do

processo político, participação de grupo semilegais e ilegais na consecução de políticas públicas e elevado nível de violência política.

Encerrada à problemática mais realista e explicativa da democracia, partimos agora para uma análise crítica dos limites da concepção hegemônica de democracia, tanto nas formulações teóricas, quanto no debate público.

Chantal Mouffe (2003, 2005 e 2011) encara a problemática definição dos aspectos desejáveis à democracia, que capitaneada pela hegemonia liberal, tornou-se grande medida, sinônimo de ausência de conflito uma vez que este último igualou-se à incivilidade. A democracia, no discurso liberal, foi consagrada como um sistema regido pela racionalidade que teria dissipado a contenda e as controvérsias radicais, enquanto que outras, classificadas como divergências legítimas, teriam seu lugar de resolução segundo os procedimentos consensuados na esfera pública<sup>7</sup>. Mouffe aponta, entretanto, que a compreensão liberal não mostra eficácia em responder os conflitos surgidos no mundo pós-socialista, no qual os antagonismos proliferam, diversificam-se e alguns ainda se mostram extremos. Nesse sentido, afirma que “é um equívoco acreditar que uma “boa sociedade” é aquela na qual os antagonismos foram erradicados e onde o modelo adverso de política se tornou obsoleto” (MOUFFE, 2003:11). Nada parece ser mais distante da necessária superação das desigualdades sociais e da conquista de uma ampla política de reconhecimento de identidades hoje do que uma sociedade que nega os conflitos sociais.

Mouffe (2005) sustenta, em suma, que as teorias políticas democráticas dominantes – racionalistas - não permitem compreender o lugar e a importância do dissenso nas sociedades democráticas, reduzindo o antagonismo a uma prática pré-moderna que, com a democracia e o avanço das formas liberais de relações econômicas, sociais e políticas, tende a desaparecer. Dessa forma, racionalismo, individualismo e universalismo contidos na abordagem do *mainstream*, não admitem a expressão dos antagonismos.

De maneira a remediar essa séria deficiência, precisamos de um modelo democrático capaz de apreender a natureza do político. Isso requer o desenvolvimento de uma abordagem que inscreva a questão do poder e do antagonismo em seu próprio centro. É tal perspectiva que advogo (MOUFFE, 2005:19).

Com tais críticas, Mouffe (2003) propõe que a sociedade democrática não pode ser concebida como uma perfeita harmonia e transparência, ao contrário. A proposta da autora é “desidratar” as narrativas do consenso social, entendendo-o apenas no que se

---

<sup>7</sup>Ver: HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, nº 36, 1995.

refere à concordância com o direito ao pluralismo, à divergência e ao conflito, notando que acordos surgidos são sempre contingenciais, emergem após as disputas e duram até a deflagração de novas contendas. Não se podem esperar consensos perenes em termos de conteúdos morais e éticos de bem estar e de bem viver, tão só a concordância tácita entre os contendores sobre o direito a permanente disputa e à divergência.

A paz social, por esta proposta, deixa de ser a constituição de uma esfera pública em que estão previamente definidos quais conteúdos podem permeá-la e mesmo a forma pela qual tal esfera pode ser ocupada (MOUFFE, 2003, 2005 e 2011). Múltiplas identidades, sem prévia censura, ocupam a esfera pública, rompendo-se com a noção de “representação de interesses” (LACLAU, 1986), isto é, a democracia é entendida em sua dimensão conflituosa, de consensos provisórios, precários, produzidos através de práticas políticas articulatórias, não explicadas pelo uso de jogos racionalistas de retórica. A este seu modelo de democracia, Mouffe (2003 e 2005) chama de “pluralismo agonístico”, é neste sentido e propósito que afirma que “[...] "el adversario" constituye una categoría crucial para la política democrática" (MOUFFE, 2011:27), distinguindo assim seu modelo do que propugna a teoria liberal e deliberativa:

Para esclarecer as bases desta visão alternativa, proponho uma distinção entre “o político” e “política”. Por “político” refiro-me à dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas. “Política”, por outro lado, referem-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do “político” (MOUFFE, 2003:15).

Como se pode notar, Mouffe (2003 e 2011), ao apontar que o conflito é latente às sociedades humanas e podem ser manifestados nas mais diversas relações sociais, não nega que as sociedades não possam construir práticas e instituições que permitam a negociação dos mesmos. Sua crítica às teorias hegemônicas é quando estas bloqueiam o espaço propriamente da negociação dos conflitos ao expulsar, por princípio, o dissenso que não venha nas formas prescritas em seus “receituários”, acusando-os de arcaicos, pré-modernos, violentos, irracionais porque não “cabem” em seus modelos. Laclau (1986) chama os discursos que pretendem homogeneizar as realidades de “modelos totais”, nos quais, como se disse, a disputa é sempre um mal e não se negocia com o “mal” - não se trata este de um adversário legítimo, mas de um inimigo do justo, do moralmente correto, do racional e do bem. Sobre o “mal” se objetiva a vitória total.

No lugar de “modelos totais”, para Mouffe (2003) e Laclau (1986), faz-se necessária uma forma de democracia em que os novos movimentos sociais tenham papel central, na medida em que estes pulverizam as lutas sociais em múltiplos campos,

implodem os binômios modernos, provocam a emergência de novos sujeitos e de suas múltiplas posições, superpõem antigas delimitações, a exemplo do público e privado, que não podem ser mais mutuamente excludentes: o privado também é político. Neste quadro de inovações teóricas Laclau e Mouffe (1985), Laclau (1986, 2006 e 2013), Mouffe (2003, 2005 e 2011) propõem que o poder é central na conformação e para a explicação das relações sociais, “a objetividade social é constituída por meio de atos de poder” (MOUFFE, 2005:19). Esta fragilidade e interdependência na definição e operação de objetividade social e do poder são solucionadas pelo conceito de hegemonia. “O ponto de convergência entre objetividade e poder é precisamente o que designamos por “hegemonia.” (MOUFFE, 2003:14)”. Nesta abordagem, as estruturas sociais tornam-se móveis e não contêm em si uma lógica que possa prever seu devir. Os sujeitos, em suas múltiplas posições, articulam discursos visando à construção de relações de poder e de contra poder, de hegemonia e contra hegemonia. Contudo, qualquer identidade pode se ligar a qualquer discurso, portanto a construção da hegemonia é em si o fato político de articulação de posições de sujeito e discursos.

Esta forma de posicionar o problema indica que o poder não deveria ser concebido como uma relação externa que acontece entre duas identidades pré-constituídas, mas antes como constituinte das próprias identidades. A prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades pré-constituídas, mas antes na constituição dessas identidades mesmas, num terreno precário e sempre vulnerável (MOUFFE, 2003:14).

As identidades não existem previamente ao embate político, mas se constituem na disputa, portanto “não há nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeita, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias (LACLAU, 1986:44).” O poder é constitutivo da vida social e não pode ser negado. A alternativa é compatibilizá-lo com os valores democráticos. A política democrática dá-se necessariamente num contexto de conflito e diversidade.

El modelo adversaria debe considerarse como constitutivo de la democracia porque permite a la política democrática transformar el antagonismo em agonismo. En otras palabras, nos ayuda a concebir cómo puede "domesticarse" la dimensión antagónica, gracias al establecimiento de instituciones y prácticas a través de las cuales el antagonismo potencial pueda desarrollarse de un modo agonista (MOUFFE, 2011:27).

É a passagem do “outro” da condição de “inimigo” para “adversário” (legítimo) bem como a multiplicação de “outros” que possibilita que o conflito se torne compatível com a política democrática e, dentro desta, as articulações entre os contendores visando à conquista da hegemonia, ou seja, a passagem do antagonismo típico dos modelos totais para conforme já dito, ao agonismo, em que se admite a divergência, mas não se

objetiva a anulação completa do oponente. Este é, por sinal, o objetivo da política democrática: transformar antagonismo em agonismo. Neste modelo, não se negam as paixões nem as “aprisionam” ao privado, permitindo-se que tais formas atuem na esfera pública democrática e que as identidades se formem e se reformulem na medida em que se articulam como distintas posições de sujeito.

A política democrática passa pelos diversos grupos contendores admitirem em algum nível que suas identidades não são essenciais e, desta forma, estar dispostos a percebê-las como hibridismos e mesmo admitir a possibilidade de novas hibridizações.

Aceitar que apenas o hibridismo nos cria como identidades separadas pode contribuir para dissolver o potencial da violência que existe em cada construção de identidades coletivas e criar as condições para um verdadeiro “pluralismo agonístico” (MOUFFE, 2003:19).

Na medida em que as identidades são híbridas, são também porosas e permitem a troca e mesmo a construção de novas identidades, seja na junção ou mesmo divisão, abrindo o caminho para inéditas práticas articulatórias nos mais diversos planos da vida social. Retomando a concepção de “social” de Bruno Latour (2012), são justamente nestas práticas articulatórias de discursos, posições de sujeitos e identidades, que o social se constitui e que a sociedade se faz. Lendo através de uma lente combinada entre Laclau, Latour e Mouffe, o social não está previamente dado, mas emerge das práticas articulatórias agregadoras de diferentes elementos não previamente sociais.

Admitindo que os conflitos façam parte da política democrática, devemos compreender como estes se manifestam bem como podem ser abordados analiticamente, desta forma nos parece pertinente os esforços que Tarrow (2009a, 2009b), Tilly (2010) e McAdam, Tarrow e Tilly (2009) produzem ao proporem uma agenda e projeto de pesquisa sobre a contenda política. Neste sentido os autores (2009) propõem uma revisão das teorias que tratam do confronto político, o fazem indicando que os movimentos sociais - uma das manifestações sociais e políticas das sociedades modernas mais identificadas com o conflito - compõem um contínuo de ações coletivas marcadas pela contenda em torno do poder. Para tanto se fez necessário “uma intensa revisão do conhecimento recente nas áreas de movimentos sociais, revoluções comparadas, nacionalismo, democratização, ação coletiva e processos políticos relacionados” (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009:14). Trata-se, portanto de uma virada teórica, bem marcada por Bringel “a construção desta nova agenda de pesquisa no cenário internacional começa a ser articulada principalmente a partir da década de 1990” (2011:58).

Tarrow afirma que tal projeto fornece “um amplo quadro teórico para entender o lugar dos movimentos sociais, dos ciclos de confronto e das revoluções na categoria mais geral de confronto político” (2009a: 19). O autor define este último como sendo, “quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores” (2009a: 18). Tal formulação tenta compreender as possíveis conexões ou similaridades de um conjunto amplo de ações coletivas que ao serem pensadas relacionalmente fogem ao escopo explicativo de cada uma destas em separado, mas tal marcação é particularmente produzida para redefinir o lugar teórico dos movimentos sociais, é neste sentido que “ao invés de um foco restrito sobre os movimentos sociais, a abordagem estimula e requer uma análise cuidadosa da interação entre os diferentes atores que tomam parte na cena política contenciosa” (TATAGIBA, 2014:36). Muito pelo que nos indica Tilly, de que “na virada para o século XXI, no mundo todo, o termo ‘movimento social’ foi reconhecido como um toque de clarim, como um contrapeso ao poder opressivo, como uma convocação à ação popular contra um amplo espectro de flagelos” (2010:135).

A categoria de confronto político, propositalmente ampla, é potente para descrever diversas formas de contendas sociais e políticas, não tendo só o Estado como objeto de confronto, mas quaisquer atores sociais, como elites e opositores. Neste quadro o movimento social é apenas uma das formas de confronto político, definido por Tarrow como “as sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (2009a: 18).

Tal definição aponta para a necessidade do movimento se perpetuar através de processos incessantes de construção de novas identidades coletivas, mantendo insistentes os “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades” (TARROW, 2009a: 21). Em sentido similar, Tilly afirma que quando:

[...] se refere a movimentos sociais, não está se referindo a qualquer ação popular, a quaisquer ações alguma vez empreendidas em favor de uma causa, a todas as pessoas e organizações que apoiam as mesmas causas ou a atores heróicos com posição destacada na história. Refere-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas (TILLY, 2010:142).

Para os autores há, portanto uma necessidade de perenidade nas ações dos movimentos bem como a construção de laços e identificações, ao mesmo tempo em que estes não podem ser confundidos com os atores, apoiadores, redes de apoiadores ou

organizações que os compõem, são na verdade complexos políticos que combinam três elementos:

[...]1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse complexo historicamente específico denomino movimento social (TILLY, 2010:142).

Distintamente de movimento social, são, também, categorias-chaves as de *ciclo de confronto* e de *revolução*, as três como parte do edifício teórico em construção de confronto político, possuem características específicas:

Entendo “ciclo de confronto” como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (TARROW, 2009a: 182).

As características mais marcantes desta categoria são a velocidade do processo, seu efeito de forte mobilização e a constituição dos fluxos de informação entre os contendores. Neste processo, existe uma forte tendência a se inovar nos repertórios de confronto na medida em que novos contingentes e movimentos são mobilizados à ação.

Os ciclos de confronto se distinguem dos movimentos sociais, dentre outros motivos, devido ao: [...] escopo territorialmente ampliado do conflito e a capacidade de mobilizar diferentes grupos que distinguem os ciclos de protestos de outros importantes eventos de confrontação política, como as campanhas promovidas por movimentos sociais (TATAGIBA, 2014:36).

Desta forma, podem-se afirmar a partir de Tilly (2013) que os movimentos sociais se caracterizam por campanhas de reivindicação, repertórios de ação e demonstração de valor, unidade, número e compromisso, e nos ciclos de confronto ou de protestos, que podem ser composto por movimentos sociais, mas com estes não se confunde, podemos apontar a velocidade da mobilização, o amplo lastro territorial e de reivindicações e os fluxos de informação entre desafiantes e desafiados como suas principais características.

A principal característica que diferencia os movimentos sociais e os ciclos de confronto é a estruturação das ações no tempo e no espaço, enquanto primeiro é definido por dimensões que lhe garantem perenidade como campanhas, acúmulo de repertório e demonstração de valores, unidade e compromissos, o segundo é fundamentalmente imprevisível na medida em que não há conhecimento prévio ou

planejado para a configuração de um ciclo de confronto, que não pode ser resumido a campanhas de movimentos, não expressa um valores ou compromisso unitários, guarda apenas os elementos de utilização de repertórios com uma capacidade de inovação rápida, bem como a demonstração de número, ou seja, de grande contingente de pessoas mobilizadas nas ações.

Os ciclos de confronto e os movimentos sociais têm em comum a relação com o Estado, desta forma:

O vínculo entre mobilização coletiva e política institucional é a chave para a compreensão dos ciclos de protestos. As dinâmicas dos ciclos são influenciadas pelos padrões de interação entre movimentos sociais e Estados, no decorrer do jogo político rotineiro, no qual atores organizados buscam influenciar as instituições (TATAGIBA, 2014:36).

É interessante percebermos que os ciclos de confronto por mais que sejam dotados de forte grau de imprevisibilidade, surgem de ações rotineiras de movimentos sociais ou atores sociais em busca de influenciar as autoridades políticas e o Estado, tudo depende da reação dos confrontados e das oportunidades políticas abertas e de seus aproveitamentos Tarrow (2009a). Neste sentido nos parece importante a proposta de Bringel (2013) a partir de McAdam (1995), de que há “importância de distinguir analiticamente entre os ‘movimentos iniciadores’ e os ‘movimentos derivados’” (BRINGEL, 2013:19) ao analisarmos manifestações como as que vimos no Brasil em junho de 2013. Os movimentos madrugadores seriam aqueles que cumprem o papel de mobilizar e conduzir as primeiras manifestações, nomeando-os também como “movimentos iniciadores”. Já os movimentos derivados, por sua vez, são aqueles mobilizados a partir dos efeitos, e mesmo do sucesso, dos primeiros.

Bringel (2013) nos deixa ver que a relação entre movimentos madrugadores e derivados podem ser de dois tipos, um em que há uma maior relação entre as pautas dos dois grupos de movimento e outro em que pode haver um distanciamento, fazendo o segundo grupo se autonomizar em relação ao primeiro. Tal fenômeno pode ser explicado como “transbordamento societário, ou seja, quando na difusão de setores mais mobilizados e organizados a setores menos mobilizados e organizados, os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados” (BRINGEL, 2013:20).

A revolução, por sua vez, contém mudanças rápidas no padrão de interação política, com crise da legitimidade das autoridades e das identidades e passagem parcial ou total do poder político Tarrow (2009a).

Os três conceitos – movimento social, ciclo de confronto, revolução - cabem na definição mais ampla de confronto político, guardam entre si aspectos em comum como

a mobilização e o desafio aos opositores e têm, também, diferenças como na intensidade dos desafios, nível de organização, grau de mudança, nível de tensionamento e impacto na reconfiguração do poder. Os movimentos sociais mobilizam-se em torno de pautas definidas e são identificáveis com um grupo social; os ciclos de confronto tendem a aglutinar setores organizados e não organizados, estes últimos com baixa identificação prévia com as pautas mobilizadoras; já as revoluções ao contestarem a ordem, não têm por efeito apenas aumentar o fluxo informacional entre as partes ou a conquista de ganhos na institucionalidade, mas derrubá-la. Por não serem processos estanques, mas com possibilidade de se reconfigurarem, movimentos sociais podem eclodir em movimentos revolucionários a depender da existência de um ciclo de confronto e seu repertório de protestos. Quando um movimento inicia seu protesto comumente já está inserido num *corpus* de manifestações ou será acompanhado por uma onda de protestos que pode gerar ciclos de confronto e até mesmo movimentos revolucionários.

Neste quadro, cabe nos perguntar qual o papel do confronto político para a transformação institucional? Podemos sumariamente responder sobre as revoluções que elas põem abaixo parcial ou integralmente a institucionalidade até então vigente, portanto não se relaciona com a construção de hegemonia que Laclau e Mouffe nos apontam, mas e os movimentos sociais e os ciclos de confronto, e relações com a mudança institucional podem estabelecer?

Sobre os movimentos sociais podemos apontar que segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009) não há uma descontinuidade básica entre movimentos sociais e institucionalidade, pois tratam de formas de ações coletivas em contextos concretos, em que pode haver fluxos entre os dois polos. Para isto é necessário rechaçar qualquer formulação que apresente os movimentos sociais como irracionais. Neste sentido os autores (2009), propõem que a institucionalização ou não do movimento social é, antes de tudo, uma escolha dos agentes sobre o que consideram mais adequados, dados os recursos, oportunidades e restrições aparentes. Para os estudiosos (2009), não existem atores e grupos inerentemente orientados para ações coletivas do tipo “movimento social”, os mesmos atores e grupos que se encontram em protestos de ruas podem ser encontrados em grupos de pressão, mídia, universidade e mesmo partidos políticos. As várias atividades podem ser combinadas e os movimentos podem tanto colaborar como competir com grupos de interesses situados noutras instâncias.

Desta forma como nos aponta Clemens (2010) é preciso compreender que cada sociedade produz um conjunto de modelos de organização, políticos e não políticos, formais e informais, instituídos e não instituídos, é quem usa, como usa e para que usa

que define o que será a organização que emerge e seus níveis de contatos com outras. A organização conta, portanto, com um lado instrumental ao ser útil para mobilização e também expressivo, ao ser um conjunto de escolhas que expressão um identidade coletiva e ao mesmo tempo a constrói.

Sobre esta questão Clemens (2010) nos apresenta uma sistemática problematização da relação entre movimentos sociais e instituições, através de um olhar atento sobre os repertórios organizacionais, indica haver isomorfia entre as organizações de movimentos sociais e instituições estatais, o que permite intercâmbios e processos de tradução recíproca. Tal visão soma-se a de McAdam, Tarrow e Tilly (2009) de que os indivíduos circulam por distintas formas de ação coletiva, desta forma podemos crer que a provocação sustentada aos opositores promovidos pelos movimentos sociais, por mais que não tenha como único objetivo conseguir a aprovação nos legislativos ou incorporação pelo executivo de suas pautas Clemens (2010), podem lograr êxito na medida em que além das ações contestatórias, existem pontos de contato, seja pela rede de indivíduos ou pela isomorfia entre instituições e movimentos sociais.

Os ciclos de confronto por sua vez e suas características também produzem interação com a institucionalidade, não a põem ao chão como as revoluções, nem se configuram em provocações sustentadas que mais que apresentar demandas visa construir identidade coletiva. Os ciclos de confronto pelas suas características atuam dentro de determinados quadros institucionais, como, por exemplo, o Estado-nação, desestabilizando um dado arranjo hegemônico que é dominante naquele momento. Pode ter início pela ação provocativa de um movimento ou agente e, desdobrar-se em um processo revolucionário, seriam estes dois extremos a delimitá-lo, ou seja, fica entre a provocação sustentada e ordinária dos movimentos sociais e a ação disruptiva das revoluções.

Neste quadro, nos parece compatível apontar que ao tensionar uma ordem institucional, os ciclos de confronto podem abrir as sociedades para novas possibilidades históricas, portanto para mudanças profundas, porém de longo prazo em uma dada formação social. Os ciclos de confronto têm o potencial de configurar-se como um momento crítico, o que trataremos mais atentamente à frente, em um curso de desenvolvimento social e institucional. Parece-nos que neste sentido Laclau (2006 e 2013) nos oferecer uma boa estratégia para vislumbrarmos os possíveis impactos de um ciclo de confronto.

Para Laclau (2006 e 2013), unidades institucionais como o Estado lidam permanentemente com demandas sociais, estas podem se apresentar apenas uma

solicitação em suas versões mais moderadas, ou mesmo como exigências quando mais fortes, estas são em si específicas e não se conectam com outras. As unidades institucionais podem incorporar tais demandas, o que nunca ocorre de maneira integral, ou podem rechaçá-las, se as incorporam de maneira a contentar os demandantes, as instituições contribuem para a configuração de uma lógica da diferença, ou seja, os demandantes não perceberam suas demandas específicas conectada a quaisquer outras, não criando assim as condições para maiores confrontos.

Nenhuma institucionalidade tem condições de operar só na lógica da diferença, ou seja, de incorporação das demandas, já que estas são crescentes, desta forma mesmo que operando em maior grau pela lógica da diferença, o não atendimento de algumas demandas tende a produzir outra lógica a da equivalência, que é justamente quando distintas demandas passam a ser articuladas umas as outras, não por terem algo intrinsecamente em comum, por ocuparem uma mesma posição em uma dada estrutura, mas por terem um único ponto conjuntural em comum, o não atendimento de suas demandas por um agente com poder para tal.

Na medida em que um dado arranjo de poder começa a lidar mais com as demandas pela lógica da equivalência e menos pela lógica da diferença, vão se criando também as condições para a formação de uma contraposição massiva e articulada contra os detentores do poder. Podemos falar em configuração de oportunidades políticas.

Em democracias com fortes demandas vindas dos setores que não compõe as elites nacionais ou locais, pode irromper um conjunto de articulação de demandas a ordem de poder vigente esvaziando-a de sentido e de capacidade de ação fragmentando o polo dominante e criando as condições para uma articulação do polo dominado.

Para Laclau (2006), as experiências latino-americanas com as reformas neoliberais dos anos 1990 tenderam a produzir uma saturação da lógica da equivalência e desestabilizaram a ordem institucional vigente naquele momento. Tal dinâmica decorreu do fato de que as reformas liberalizantes negaram as demandas populares, não as absorvendo e, na medida em que utilizavam o próprio Estado como mecanismo de sua desregulamentação e desmonte de serviços sociais, produziram novas demandas (SANTOS, 2002).

Cenários similares a este que descrevemos acima podem levar a uma abertura do social, que dada à incapacidade dos agentes políticos de apresentarem alternativas pode exigir uma nova forma de relação entre institucionalidade e poder, o que Laclau chama de populismo. Para o autor (2006) não há uma incompatibilidade entre institucionalidade e apelo ao povo, o que há na maioria das experiências históricas, são

as formas híbridas entre ambas de se fazer política, em alguns momentos mais tendentes a institucionalidade, em outro mais ao populismo.

Laclau (2006 e 2013) ressignificou alguns conceitos a partir da realidade latino-americana. Para o autor, institucionalismo funciona como um bloqueio, “uma parede” que protege e mantém as estruturas institucionais hegemônicas com a anuência de seus agentes políticos e sociais, já o populismo funciona como uma forma de fazer política, que a partir da lógica equivalencial das demandas produz uma dada narrativa de povo, ou seja, articulação de múltiplas posições de sujeito para a constituição de uma nova ordem social que precisa se traduzir em nova ordem institucional. O populismo torna-se, portanto uma totalização do social que terá de produzir uma nova ordem institucional, o que significa confronto com os agentes sociais e políticos ligados a ordem anterior.

Tal dinâmica social torna-se possível na medida em que a não satisfação de um conjunto de demandas pelo poder político, possibilita a articulação dos não atendidos, que tende a configurar-se em um polo em oposição ao *status quo*, a nomeação deste outro depende de quais dadas demandas específicas assumirá temporariamente o papel de demanda geral, de alguma medida representando todas as outras, é o que Laclau (1985, 2006 e 2013) chama de *significante vazio*.

O populismo como uma possibilidade de re-incorporação das demandas populares e a construção de uma nova institucionalidade mais conectadas com aquelas demandas costuma configurar-se em três etapas: a) uma fase pré-populista em que as demandas não atendidas se articulam pela lógica de equivalência; b) outra fase em que se constrói um discurso dicotômico dividindo a sociedade em duas e enunciando opositor das demandas populares e c) a terceira fase é quando o discurso dicotômico se cristaliza em torno de certo símbolo representando o povo, é neste momento que a liderança política de uma figura carismática pode cumprir um importante papel para transformação institucional.

O líder não é dotado de todo poder, mas é legitimado sempre que conseguir retomar os laços entre povo e institucionalidade, e na medida em que ao assumir o poder, também operará em diversos casos pela lógica da diferença, portanto, da não incorporação de todas as demandas ao mesmo tempo.

Laclau (2006 e 2013) nos propõe que o populismo é, portanto uma forma de fazer política, em outras palavras “o populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político” (LACLAU, 2013:28). A nosso ver, é o modo que se apresenta mais capaz de reconectar demandas populares e institucionalidade na medida em que

promove mudanças nesta, ao ponto de que estas, em algum momento se consolidem como parte de uma nova institucionalidade aceita e mesmo naturalizada pelos cidadãos. Devemos ainda ponderar que o populismo não implica intrinsecamente uma forma política à esquerda ou à direita, porque tais conformações dependem das articulações entre demandas e o significante vazio a assumir o papel de significante geral naquele dado momento.

Como novo arranjo político hegemônico, o populismo institui uma nova institucionalidade que surge da incorporação de demandas populares de um dado momento e articulação, tal quadro institucional também se pereniza e naturaliza constituindo a nova ordem. Pensemos que boa parte dos direitos trabalhistas existentes hoje, considerados grandes avanços democráticos e civilizatórios já foram denunciados como populismo e rechaçados pelos seus opositores, hoje estão tão profundamente instituídos não só nas leis, mas na cultura popular que sua desinstitucionalização é um grande risco político para quem tentar promove-las.

### **1.3 Sobre as formas contemporâneas de ação coletiva e a representação política**

De Latour (2012) que fala das redes que configuram a sociedade a Laclau (1986) e Laclau e Mouffe (1985) que observam as múltiplas posições de sujeito, podemos inferir que os novos conceitos de que fazemos uso se remetem, também, aos processos de mudanças que passam a ocorrer no mundo a partir dos anos 1960, seja a emergência dos novos movimentos sociais, a reestruturação das formas de circulação e acumulação capitalista, as mudanças tecnológicas, principalmente no processo de produção, circulação, armazenamento e acesso à informação, a aceleração da mundialização das relações econômicas, políticas e sociais mediante as múltiplas formas de compressão tempo-espço, conhecidas como globalização.

Neste quadro de mudanças históricas e de abordagens teóricas, em que se produziram, promoveram e se institucionalizaram profundas críticas às explicações totalizantes, estruturais, fundacionais e ontológicas, podemos ainda trabalhar com noções como classe? Há uma relação entre classes sociais e ação coletiva? Esta é a pergunta que nos fazemos neste momento, mas que também compõe a discussão nas ciências sociais e nos debates políticos há pelo menos quatro décadas.

Nos termos em que temos discutido até o presente momento podemos reformular estas perguntas para a seguinte forma, há relações causais explicativas entre sujeitos, interesses e campo de ação política? A proposta de Laclau (1986 e 2013) e Laclau e

Mouffe (1985) é que não, a sociedade capitalista contemporânea é marcada pela dissociação entre sujeitos, ou suas posições, interesses e o campo político em que ocorre o conflito social. Para estes autores a fórmula clássica de conflito de classe não constitui a única forma de antagonismo às relações capitalistas (LACLAU, 2013), os novos movimentos sociais teriam instituídos novas formas de polarização e conflito social. Esta é também a concepção de Klaus Eder (2001), é neste sentido que afirma que “os novos movimentos sociais remoldaram o sistema institucional das sociedades modernas. Eles introduziram – ao menos parcialmente – novas divisões políticas. Em segundo lugar, eles estão traçando novas fronteiras sociais nas sociedades modernas, redefinindo desse modo as velhas relações de classe (2001:15).

Estamos, portanto assumindo duas posturas ao mesmo tempo, a saber: uma em que admitimos que as relações de classes em sua perspectiva de posições dentro das relações de produção não têm mais capacidade explicativa do vivido, outra que não são todas as relações de classe que deixam de organizar de maneira significativa a vida e, por isto perdem poder heurístico, mas propriamente esta de uma sociedade semimoderna, centrada nas relações de produção industrial Eder (2001). São as explicações sobre estas últimas relações que Souza (2013) chama de economicista e, aponta terem baixa capacidade explicativa, por isto que ao criticar o debate em torno da “nova classe média” brasileira no começo deste século, pontua que este é marcado pelo “economicismo: uma visão empobrecida e amesquinhada da realidade, como se fosse toda a realidade social” (SOUZA, 2013:56). Soma se a estas duas posturas, outra já explicitada em nosso texto, não existe um fator único a explicar a vida social, mas uma infinidade, neste tocante classe é apenas mais uma.

A perspectiva de classe que apresentamos aqui é, por um lado relacional e, por outro identitária e não apenas estrutural, em verdade, admitimos que ao tratarmos de estruturas relacionais, nos opomos, portanto a visão de que ao estudarmos classes estamos procurando identificar a estrutura que engendra duas posições fundamentais, a dos exploradores a dos explorados mantida por relações de poder, onde estrutura de classe é sinônimo de exploração Eder (2001). Neste sentido, “nossa proposta é “revisionista”: [leva]<sup>8</sup> em conta a mudança na sociedade moderna que deslocou o lugar das relações de classe, das relações industriais para outros campos” (EDER, 2001:10). É identitária porque estes novos campos para onde se deslocam as posições de classe são marcados por antagonismos que se expressam em lutas identitárias conforme dito por Laclau (1986), Laclau e Mouffe (1985) e Eder (2001).

---

<sup>8</sup> Colchete nosso.

Eder (2001) aponta que as classes podem ser pensadas com base em três variáveis: a agência, o contexto e o resultado estrutural de agir nestas condições. Desta forma aponta que, “localizamos a agência na capacidade específica de gerar – por meio da mobilização coletiva – definições coletivas de interesses, normas e valores” (EDER, 2001:12). São os interesses, normas e valores que constituem o substrato para a conformação de identidades coletivas. O contexto é onde se configura duas estruturas de oportunidades, a social que “é entendida como os processos socioestruturais (diferenciação ocupacional, diferenciação cultural, diferenciação de renda, diferenciação de estilo de vida etc.) que abrem o espaço social para a diferenciação de classe e as relações de classe” (EDER, 2001:15). Bem como a cultural que se relaciona com a centralidade nas relações sociais de realização das identidades. Para Eder (2001) o processo de configuração de novos campos de experiência e conflito social está para além do campo das relações industriais, pois produz uma mudança tal que são as classes médias que dão a tônica da própria relação de classe, e são elas que trazem de maneira mais nítida a política de identidade.

Não são quaisquer classes médias que trazem em si a reestruturação das relações de classe, mas aquelas chamadas de “nova classe média”, que emergiram nos EUA e na Europa após as experiências de Welfare State na pós-crise de trinta e pós-segunda grande guerra. Não são aquelas classes médias de pequenos proprietários ou pequenos burgueses descritos pelas interpretações sociológicas, políticas ou econômicas centradas nas ocupações dos indivíduos, que os situava entre os explorados e os exploradores, tendo seu status de sujeito histórico ambivalente, hora descritos como exploradores, hora como explorados, que renovaram a estrutura de classes. Foram às novas classes médias fruto do Welfare State, ou seja, aquelas compostas por profissionais assalariados, mas que passavam a ocupar poder de mando e administração nos negócios capitalistas e por profissionais liberais e especializados que renovaram ao mesmo tempo as classes médias, as relações e estrutura de classe, bem como o conflito social em torno do acesso a recursos escassos.

Outra visão oportuna sobre as relações de classe é a apresentada por Souza (2013) ao apontar que é o acesso desigual a recursos escassos em uma dada sociedade que permite a configuração de classes sociais, bem como nas sociedades modernas é a justificação da desigualdade decorrente de uma apropriação desigual de tais recursos com argumentos de igualdade jurídica que possibilitam a reprodução desta forma de relações sociais. Podemos dizer que é a naturalização da relação de classe que produz

nos desprivilegiados a conformação, resignação e mesmo a defesa destas relações desiguais.

Souza (2013) aponta que as visões puramente econômicas das relações de classe não têm nenhuma capacidade explicativa de um ponto de vista sociológico sobre as classes, e a conformação a ação dos indivíduos a estas relações, portanto da atuação política e coletiva com base na classe. Para avançar neste sentido é que propõe que o conceito de “capitais” de Bourdieu (2010) ao apontar para o acesso privilegiado a bens e recursos escassos em disputa diz que na competição social são um bom instrumento para a análise das relações de classe. Isto porque tal conceito, por mais que abarque as relações econômicas pelo conceito de capital econômico, as transborda, na medida em que admite a existência de outros capitais como cultural e social, importante para conformação das classes e de suas relações.

Para Souza (2013) ao analisar o caso brasileiro é possível se perceber a atuação de duas variáveis retóricas que são também tipos de relações sociais, valorações normativas e prescritivas que permitem compreender as relações de classe. O autor se refere à forma como as classes lidam com as noções de “boa vida”, que remete a percepção de dignidade e realização pessoal e “produtor útil”, que trata do sujeito inserido nas relações capitalistas de produção. Podemos perceber que também são elementos identitários na medida que são retóricos, pensemos na importância da carteira de trabalho assinada entre as classes populares no Brasil como sinal de “ser alguém”. Para Souza (2013) é a relação positiva com a noção de “boa vida” e “produtor útil” que possibilita a localização dos indivíduos em posições de classe favorecida e, é a relação negativa que aponta para um posicionamento tendencialmente desprivilegiado. Isto nos lembra Eder (2001) que:

[...] nessa estrutura de oportunidade [cultural], dois conceitos têm importância central: o conceito de boa vida e as idéias relacionadas de comunidade e mundo da vida; e o conceito de relações sociais consensuais, que tem de ser visto junto com o conceito de comunicação (Eder, 2001:16).

Ambos são os traços identitários da nova classe média apresenta por Eder (2001), pois esta se ocupa sempre de buscar a boa vida, nas suas mais diversas formas de expressão, seja em uma busca holística, na luta contra o consumismo, contra a destruição ambiental, pela liberdade sexual, ou na adoção de formas religiosas de caridade e convívio ou de vida saudável. Trata-se, portanto de estilo de vida que inclui o bem-estar. Completa este conceito outro que indica a busca de relações sociais consensuais, ou seja, uma postura comunicativa nas diversas esferas da vida (relações pessoais, familiares, de trabalho ou mesmo política), daí que podemos deduzir a

importância das expressões e performances cada vez maiores em protestos, movimentos sociais e outras formas de ação coletiva.

Souza (2013) propõe também uma formulação que integra subjetividade, coletividade e identidade para a conformação das posições de classe são neste sentido. Ele aponta “que a incorporação da tríade – disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo – que está inserida tanto em qualquer processo de aprendizado na escola quanto em qualquer trabalho produtivo no mercado competitivo” é fundamental para a inserção adequada e bem posicionada nas relações capitalistas contemporâneas.

Com base nestes autores (2001 e 2013) podemos apontar a reconfiguração das relações de classe em uma perspectiva relacional e identitária, conformando posições de sujeitos Laclau e Mouffe com base no acesso a capitais diversos com destaque para o econômico e cultural Souza (2013) ou de estruturas de oportunidades sociais e culturais Eder (2001). Nossa visão aponta também a centralidade das classes médias, como bem nos indica Eder ao propor “um quadro de referência que lança as bases para uma teoria da classe na qual a classe média possa ser vista como assumindo o papel que a classe trabalhadora tinha na teoria da classe da sociedade industrial” (2001:12). Tal centralidade pode ser observada na conformação e estruturação das classes, seja através da mobilização do dispositivo “produtor útil” Souza (2013), “relações sociais consensuais” Eder (2001) ou de “boa vida”, de ambos.

Admitimos, portanto que existe uma classe que explica, ou melhor, relações de classes explicáveis sociologicamente. Agora que tipo de relação pode haver entre classes e ação coletiva? É possível falarmos em luta de classes? Tanto Eder (2001), quanto Souza (2013) apontam que sim.

Souza, por exemplo, nos informa que devemos “perceber a luta de classes no cotidiano de todos nós, no qual ela opera de modo velado, naturalizado em práticas sociais sem discurso e sem articulação consciente, e, por isso mesmo, muito mais eficaz socialmente” (2013:61). Tal percepção concorre no sentido da visão de Laclau (1986) que aponta que com o fim das formulações tradicional de sujeito tem fim também à percepção da existência de um nível diferenciado para o político, no qual se representam interesses. A política nesta visão e sua principal característica, o conflito, se espriam pelo tecido social, desta forma a classe como um ponto conflitivo pode ser vista em diversos momentos da vida social e dos sujeitos.

Para Eder (2001) o conflito de classes ainda existe, mas tanto as classes como as ações coletivas que tomam esta posição de sujeito por elemento do conflito devem ser pensadas como variáveis independentes, neste sentido a classe não determina quais lutas

existem ou qual é o campo de sua ocorrência, mas pode constituir um elemento para o conflito, ou seja, apresenta-se como uma estrutura de oportunidades. Em verdade, Eder (2001) aponta que:

A implicação teórica para a teoria da classe é que a classe tem dois efeitos. Tem um efeito determinante que é o teste “conservador” do papel da classe. Ela tem relevância e poder explicativo porque afirmamos que basear práticas de protesto em posições sociais específicas de classe permite explicar a força e a durabilidade específicas dessas práticas. O primeiro efeito da classe, então, é servir como uma “estrutura de oportunidade social” para a ação coletiva. É isso que descrevemos como o primeiro tipo de relação entre classe e movimento. Todavia, a estrutura de classe não é invariante; ela pode ser redefinida pela ação coletiva. O segundo efeito implica que estruturas de classe dadas não mais determinam a ação coletiva e que a cultura não mais pode ser reduzida a uma ideologia específica de classe. A ação coletiva ganha assim um aspecto “criativo”. Ela cria uma arena de conflitos sociais na qual são redefinidos os princípios de separação e oposição de classes de pessoas. Nosso modelo contém, portanto um circuito de retroalimentação no qual a cultura funciona como a variável mediadora entre ação coletiva e classe, permitindo uma dinâmica da estrutura de classe no curso da própria ação coletiva (EDER, 2001:8).

No modelo de classe pensado por Eder (2001) a relação de classe está baseada no controle identitário produzido a partir da cultura, da comunicação, do estilo de vida, e não pelas relações de produção. Para nós, fica claro que esta condição identitária é inegociável, na medida em que se constitui e se produz como uma dada articulação de elementos em momentos de um discurso. Segundo Eder (2001):

Por que então mantemos a classe como um elemento estrutural na explicação dos movimentos sociais? A opção teórica e conceitual pelo conceito de classe tem a ver com o modo como a sociedade moderna é organizada. Ao analisar as arenas dos movimentos sociais em sociedades baseadas numa cultura igualitária e libertária, restam duas arenas: direitos políticos e relações industriais. Analisamos então ou a luta pela extensão de direitos universais ou a luta entre classes de pessoas cujos interesses, normas e valores são incomensuráveis. A lógica dos direitos políticos é a inclusão universal de todo ser humano em estruturas que garantam esses direitos; a lógica das relações industriais é relacionar umas às outras classes antagônicas de pessoas (EDER, 2001:6).

Eder (2001) continua dizendo:

Qual das duas é a escolhida ao se constituir a ação coletiva é algo que varia empiricamente. O movimento operário combinava os dois aspectos; se os novos movimentos sociais também o fazem, ou se eles são predominantemente ações coletivas do primeiro tipo, é também uma questão empírica. Assumimos que, como o velho movimento, os novos movimentos sociais contêm ambos os elementos (EDER, 2001:6).

Laclau (2013) diz que houve uma mudança nas relações sociais que no século passado era dada pelo mundo do trabalho e as próprias condições impostas por ele (jornada de trabalho degradante, baixo acesso aos bens de consumo, nenhuma participação social). A partir da instituição de leis de proteção ao trabalho ocorreram mudanças que:

“enfraqueceu os laços entre as várias identidades do trabalhador ou trabalhadora, enquanto produtor (a), consumidor (a) agente político etc. Os resultados têm sido dois: por um lado, as posições do agente social tornaram-se autônomas e é essa autonomia que está na base da especificidade dos novos movimentos sociais, mas, por outro lado, o tipo de articulação existente entre estas diferentes posições torna-se, continuamente, cada vez mais indeterminado. De qualquer forma, elas não podem ser automaticamente derivadas da unidade do grupo como referente. As categorias de “classe trabalhadora”, “pequeno burguês” adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de “luta de classes” fica insuficiente para descrever os conflitos contemporâneos” (LACLAU, 1986:04).

Souza (2013), diz que a condição identitária das classes e da luta de classe não exclui as lutas redistributivas no sentido definido por Fraser (2005), mas a integra as lutas por reconhecimento.

As classes médias neste sentido produzem cultura, como já dito por nós, em torno da noção de “boa vida” e de relações consensuais e é sua cultura que a define como classe. Desta forma as ações coletivas de classe média visam justamente mudar a cultura desta classe, portanto, a cultura “geral” da sociedade por ser esta a classe que produz os valores hegemônicos das sociedades capitalistas liberais e igualitárias. Na medida em que as ações coletivas, mais exatamente os “novos movimentos sociais” atuam para mudar a cultura das classes médias e logram algum êxito, mudam, portanto a própria classe média e, ao mudarem a classe, mudam a estrutura de oportunidades sociais para a produção de sua luta política. Assim a posição de classe não é definida apenas pela cultura ou pelas ações coletivas ou movimentos sociais, mas também por outras estruturas de relações, como aquelas estruturadas a partir do capital econômico e social, a classe contém outros vetores de mudança e conforme isto ocorre, ela muda sua cultura, alteram-se, portanto as estruturas de oportunidades a partir das quais são possíveis os movimentos e as ações coletivas. Desta forma é que temos um circuito de mudança em que não existe um ponto fundacional e determinante das relações, é neste sentido que classe e ação coletiva são variáveis independentes que são mediadas e conectadas pela cultura de classe.

Sobre estas profundas mudanças nas últimas quatro décadas Ilse Scherer-Warren (2012), por exemplo, afirma que “com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais, em muitos países da América Latina, tenderam a se diversificar e se complexificar” (SCHERER-WARREN, 2012:21). A compreensão da autora parece retomar os argumentos de Laclau:

As profundas transformações que atualmente acontecem como uma consequência do processo de globalização requer uma compreensão adequada da construção de identidades políticas coletivas e das formas

possíveis de emergência do antagonismo, numa variedade de relações sociais (LACLAU, 1986:41).

Em prosseguimento ao debate sobre as categorias de análise úteis a esta pesquisa, Scherer-Warren (2012) ressalta a necessidade de separar o conceito de “ação coletiva” da concepção de “movimentos sociais”. A ação coletiva englobaria um conjunto muito amplo de formas de ações e uma delas ganha os contornos de movimentos sociais:

[...] a noção de ação coletiva não se refere, nesta teorização, a ações não estruturadas, que não obedecem a alguma lógica de racionalidade, como os tumultos públicos espontâneos, por exemplo. Ela envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolhas entre formas alternativas de comportamento. Os movimentos sociais seriam uma das possibilidades dessas ações (SCHERER-WARREN, 2012:22).

Na busca de um diálogo com o “confronto político” de Tarrow (2009a) e suas três subcategorias, dentre elas, os movimentos sociais, podemos dizer que, em que pesem particularidades, os autores reforçam a convicção de que os eventos de junho de 2013 e seus desdobramentos não podem ser de forma alguma apontados como “anomia” mas se configuram como padrões relativamente novos de protestos, na medida em que são produtos da combinação de repertórios e formas mais ou menos inéditas de mobilização mediadas, por excelência, pelas redes sociais de internet. Scherer-Warren recorre a Alberto Melucci ao explicar:

Melucci acrescenta que nas sociedades contemporâneas e da informação, devido ao grau de auto-reflexividade dos sujeitos e das próprias organizações, há uma maior circulação de indivíduos, de ideias e circuitos de solidariedade interorganizacional, que flexibiliza os modelos organizacionais tradicionais, dando origem a ações sob a forma de redes sociais e coletivas (SCHERER-WARREN, 2012:23).

As organizações de lógica autoritária, fortemente centralizadas e hierárquicas, perdem espaço, abrindo caminho para as articulações em que os indivíduos - não mais como “base” de um núcleo dirigente, porém como cidadãos ativos – tornam-se cada vez mais relevantes. As redes de movimentos sociais passam a exercer um papel incontestado na produção das subjetividades políticas, inaugurando novas formas de contestação.

[...] no sentido amplo, [a rede] refere-se a uma comunidade de sentido, na qual os atores ou agentes sociais são considerados como os nós da rede, ligados entre si pelos seus *laços*, que dizem respeito a tipos de interação com certa continuidade ou estruturação, tais como relações ou laços que se estruturam em torno de afinidades/identificações entre membros ou objetivos comuns em torno de uma causa (SCHERER-WARREN, 2012:23. **Os colchetes são nossos**).

A autora continua e define coletivos em redes como:

[...] referem-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis. Como exemplo, temos as articulações entre ONGs de um mesmo eixo temático, como educação popular, direitos humanos, questões de gênero, e

outras, compondo fóruns ou redes setoriais ou intersetoriais da sociedade civil e outras articulações em defesa da cidadania. Esses coletivos podem vir a serem segmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimentos sociais, que se caracteriza por ser uma rede de redes (SCHERER-WARREN, 2012:24).

Por fim, propõe que:

A rede de movimentos sociais refere-se, pois, a uma comunidade de sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2012:26).

As redes de redes potencializam os processos de produção e circulação de informações e significados, alterando a qualidade do político. Nada que contrarie a percepção de Tarrow acerca do confronto como “o ato irredutível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções” (TARROW, 2009a: 19). Com a configuração de relações sociais cada vez mais em redes e, estas por vezes extrapolando as fronteiras dos Estados nacionais, os movimentos sociais e propriamente as formas modernas de confronto político que surgem das estruturas de oportunidades políticas decorrentes do processo de centralização no Estado-nação segundo Tarrow (2009a), tendem também transbordar esta unidade política. Não podemos de maneira automática atribuir à globalização uma generalidade explicativa e causal entre a ocorrência de fenômenos locais e transnacionais, bem como postular que há uma substituição dos Estados-nacionais por redes ou forças transnacionais ou que existam movimentos sociais ou sociedade civil internacional, é neste sentido que Tarrow conclui suas “observações sobre as interações nacionais e internacionais de ação pública não-estatal” (2009b: 158), afirmando:

[...] que a globalização não é o melhor ponto de partida, pois muitas dessas interações têm pouco ou quase nada a ver com globalização. [Bem como foi] contrário às teses [...], que acham que a internacionalização está deslocando a autonomia nacional, ou que os grandes Estados (e especialmente um) tiveram êxito ao impor seus pontos de vista ao restante do mundo. Adoto uma abordagem mais modesta: a de que se pode observar um conjunto de conexões frouxamente ligadas em muitas áreas de interação nacional e internacional (TARROW, 2009b: 158).

Acreditamos que as mudanças contemporâneas que tem se aproximado e conectado às formas civis de interação política de diferentes países tem caminhado para construção de interações de redes ou fluxos no sentido apontado por Tarrow (2009b), como conexões frouxamente ligadas, que podem ser de atores coletivos diversos, com pautas múltiplas ou mesmo manifestações e ciclos de protestos. O que ainda não se pode ou não se tem condições é de apontar a emergência de mecanismos<sup>9</sup> mais ou

---

<sup>9</sup> “Eventos que produzem os mesmos efeitos imediatos sobre um vasto conjunto de circunstâncias” (TILLY, 2013:36).

menos gerais se engendrando em processos<sup>10</sup> densos, perenes e sistemáticos de atuação transnacional por parte de agentes coletivos das sociedades civis locais.

Os movimentos sociais são um tipo de ação coletiva que supõe processos de agregação social para construção e reivindicação de interesses coletivos, na forma de “demanda social”, que segundo Laclau (2013) se confronta com o que o poder instituído pretende oferecer:

A menor unidade da qual partiremos corresponde à categoria de “demanda social”. Conforme assinalo em outra oportunidade em inglês o conceito de “demanda” (demand) é ambíguo: pode significar uma solicitação, mas também pode significar uma exigência, por exemplo, “exigir uma explicação”. Essa ambiguidade de significados, porém é útil para nossos propósitos (LACLAU, 2013:123).

Ao estudar o populismo, Laclau ressalta a ambiguidade útil da categoria “demanda social” que torna também possível a produção de uma identidade social tão larga quanto o “povo”, como sujeito político e histórico. Para nós, esta categoria também importa para pensar a formação de uma cadeia de equivalências em que reivindicações particulares permitem a emergência da “situação populista”, quando uma dada crise estrutural do sistema social exige uma nova totalização e fechamento, ou seja, a construção de hegemonia pela disputa dos significantes vazios e o deslocamento dos significantes flutuantes. As redes atuam, portanto, na criação de nexos entre as diferenças.

Latour (2012) não se refere apenas às relações de seres humanos ao observar as redes. Nota que as redes de redes são superposições de redes sociais de humanos mediadas por redes neurais, ecológicas, produtivas e tecnológicas. Para o autor (2012), a sociedade contemporânea vive uma profusão cada vez maior de formas artificiais de associações entre humanos e não humanos que potencializam suas ações. As sociedades são compostas de indivíduos que não só se conectam entre si por meio de tecnologias de comunicação, mas alteram sua vida mediante tais conexões, a exemplo das formas de relacionamento mesmas, ampliando a velocidade dos contatos e instalando um “estar junto” que prescinde do “estar com” fisicamente.

Em acordo com Latour, para Castells (2013), o social é um efeito da ação de redes. Para o sociólogo, se as redes promovem a individuação que “é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento” (p. 168), nada mais diferente do que o individualismo clássico uma vez que tem como base algum tipo de ação coletiva. Melhor dizer uma sociedade de

<sup>10</sup> “Combinações e sequências de mecanismos que produzem algum resultado específico” (TILLY, 2013:37).

redes se caracteriza pela autonomia que “refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013:168).

Os conceitos de individuação e autonomia mostram-se potentes para compreender as formas novas de ativismos e ações coletivas, cada vez mais horizontais e desconfiadas ou mesmo rechaçando modelos convencionais como partidos e sindicatos, tipos de associações fortemente hierarquizadas. Constroem, assim, posições de sujeito alternativas.

Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformaram-se num ator consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado (CASTELLS, 2013:158).

A expansão do ciberespaço é o ícone do movimento acima mencionado. Constitui-se num fenômeno cultural na medida em que carrega consigo um conjunto de ferramentas materiais e intelectuais que se desenvolvem na própria profusão deste espaço. A cibercultura é a forma cultural do sujeito descentrado e de múltiplas posições, que navega pelo hipertexto, construindo sua narrativa pessoal em conexão com outras narrativas. Nesse sentido, todo texto é social, configura-se como um “corta” e “cola” que os torna também pessoal e individualizado. A tensão indivíduo e sociedade são recém mantidas neste quadro, pois toda inteligência coletiva, recordando Lévy (1999), na qual se navega é também social visto que é um conjunto de interações e agregações de humanos produzindo sentidos para outros humanos, mas é ainda individual, na medida em que são humanos fazendo bricolagem de hipertextos, para construir sua interpretação particular das relações nas quais estão inseridos.

Para nós, a esta altura, faz-se necessário uma discussão sobre *representação*, mas tal discussão deve ser compatível com o nosso olhar, de um social relacional e de produção de significados, marcado pelo poder e conflito, bem como de uma política democrática que conceba o conflito, a provisoriidade das identidades e das articulações de sujeitos e redes como constitutivas da própria democracia.

A concepção de democracia que adotamos é aquela que admite o conflito social como parte da política democrática, portanto devemos também apontar que tipo de democracia cumpre melhor o papel de conectar Estado e sociedade em um processo que

para nós é há conflito, mediação, tomadas/retomadas. Neste sentido, concordamos com Urbinati de que:

[...] a representação democrática [é] um modo de participação política que [ativa] uma variedade de formas de controle e supervisão dos cidadãos. [Sendo] que a democracia representativa é uma forma de governo original, que não é idêntica à democracia eleitoral (URBINATI, 2000:191. **Os colchetes são nossos**).

Acreditamos ainda que “a representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muito outros locais e instituições” (YOUNG, 2000:144). Temos um problema, a participação dos cidadãos em assembleias face-a-face fica prejudicada na medida em que multiplamente vinculado um sujeito fica impossibilitado de se fazer presente nos também múltiplos espaços de formulação, debate e decisão política. É neste sentido que “a posição anti-representação, [...], recusa-se a encarar as realidades complexas do processo democrático e erroneamente opõe a representação à participação” (YOUNG, 2000:144).

Em nossa concepção, não há uma incompatibilidade entre representação e participação; tal postura só é viável na medida em que *desidratemos* a instituição da representação e admitimos que esta é inexata, pois não está dado *a priori* o conteúdo da representação, mas este se constitui na relação entre representantes e representados marcada por conexões e desconexões, antecipações, retomadas conforme dito por Young (2000). Nesta formulação, o representante torna-se é um apresentador das conversações sociais em que esteve inserido - não mais substitui o representado, por delegação ou por uma identidade que o unifique ao representado - torna-se um mediador entre sujeitos e ideias, separados no tempo e no espaço. Não é o espelho, mas o tradutor das conversas a possibilitar que estas estejam em algum grau inseridas na arena pública.

A proposição de Young (2000) de que a representação seja um relacionamento diferencial entre cidadãos e políticos, caminha no mesmo sentido das formulações de Urbinati (2000) de que a representação não se restringe à democracia eleitoral, aquela em que a representação tem um caráter elitista, centrada nas instituições políticas, no discurso da competência e em que o voto popular cumpre apenas o papel de consentimento do poder do povo aos governantes para a legitimação do *status quo*. Em sentido oposto, Urbinati (2000) aponta que a democracia representativa pode evitar a concentração da fonte de legitimidade, a redução do consentimento popular a um ato de autorização e que esta representação é um misto complexo entre deliberação e voto, autorização formal e influência informal.

Young nos aponta que “numa sociedade complexa e com muitos milhões de pessoas a comunicação democrática consiste em discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas tanto no espaço como no tempo” (2000:140). Nestas condições, é comum que existam reclamações sobre os limites da representação, pois para muitos estes seriam excludentes, não permitindo a diversos grupos a representação “adequada”.

Tentando superar os limites da atual compreensão e prática representativa, Íris Young (2000), destaca-se que a democracia representativa pode envolver três tipos principais de representação: as opiniões, os interesses e as perspectivas sociais. As duas primeiras, mais comuns tanto na teoria política como nos sistemas de representação, precisariam, segundo a autora, vir acompanhadas da terceira. A representação de opiniões refere-se aos princípios e valores dos agentes políticos, trata-se, portanto, da dimensão ideológica e programática destes. Já os interesses, fartamente discutidos na literatura política, referem-se aos meios pelos quais se visa a alcançar determinados fins, ou seja, uma tradução pragmática das opiniões. Ao acrescentar as perspectivas sociais, Young (2000) amplia consideravelmente, porém, a ideia de representação.

Através da noção de perspectiva social, Young aproxima-se das formulações de Laclau e Mouffe (1985) sobre posições de sujeito. Refere-se aos discursos construídos relacionalmente e nos diversos eventos que vão derivar na tomada de posições. Pensemos o seguinte, em uma sociedade majoritariamente cristã, para a maioria de seus integrantes, questões como: uso de véus por mulheres para cobrir os cabelos, ou o consumo de carne de porco, não são questões simbolicamente relevantes, mas para uma eventual minoria religiosa muçulmana estas são duas questões fundamentais. Isto de forma alguma implica que todos os muçulmanos adotem a mesma postura em relação a estas duas questões, mas todos os islamitas estão diferentemente implicados por estes dois em relação aos cristãos. É disto que trata o conceito de perspectiva social, não se refere ao conteúdo ideológico das interpretações sobre as problemáticas, mas do nível e tipo de implicação desta para cada grupo e sujeito.

O conceito de perspectiva social, nos alerta para a questão de quais pontos relacionais está sendo representados na vida política. Pensemos outro exemplo, a guerra de libertação de uma colônia portuguesa na África. De ambos os lados, dos portugueses e dos colonos, há opiniões que se opõem entre os que defendem ou não a descolonização. Em cada um dos polos relacionais, o problema é vivido e narrado de maneira diferente. Enquanto para os colonos trata-se de independência e construção de um Estado Nacional e, é sobre isto que teriam de se posicionar, oferecer interpretações e

desenvolver estratégias, do lado do colonizador português, os agentes políticos e sociais teriam de se posicionar sobre os efeitos econômicos, diplomáticos e políticos da libertação das colônias, independentemente da posição favorável ou não. Notemos que estamos tratando de algo muito similar aos pontos nodais ou significantes vazios em uma estrutura discursiva propostos por Laclau (1986), quando Young (2000) afirma que uma perspectiva social não tem conteúdo específico prévio, podemos dizer que a perspectiva social trata das questões e agendas que uma determinada posição de sujeito implicará.

Ao admitir que componham a representação, além de opiniões e interesses, as perspectivas sociais, temos de problematizar se os atuais sistemas políticos são permeáveis ou não às múltiplas perspectivas, se conseguem, portanto, refletir o conjunto de questões eminentemente políticas de nossa sociedade? As questões das pessoas em situação de rua estão representadas na agenda política, ou mesmo dos indígenas, quilombolas e tantos outros grupos e se estão, a partir de que perspectiva? Da pastoral dos pobres, dos indígenas e quilombolas, por exemplo, ou dos sujeitos imersos nas relações que produzem estas identificações?

Diferenciando-se de Young (2000), contudo, Urbinati (2000) afirma que só ideias e opiniões podem ser politicamente representadas, entretanto, sem falar em perspectiva social, ele concorda que nenhuma identidade social é pré-estabelecida.

Urbinati (2000) propõe que os partidos cumprem um importante papel na política de representação na medida em que são entidades particulares que avançam para pautas gerais. Aproximando-se de Laclau (2013), parece propor que os partidos mobilizam significantes específicos para ocupar os significantes vazios, ou seja, os partidos buscam a construção de hegemônias. Assim, retoma o diálogo com Young (2000), para quem os partidos são entidades particulares que reúnem múltiplas posições de sujeito, ainda que jamais todas – ou não seriam partidos - produzindo programas que refletem perspectivas sociais decorrentes de certas posições de sujeitos, mas também princípios e interesses que buscam oferecer conteúdo a estas posições para o conjunto da sociedade.

Por fim, a proposta de Urbinati de que a representação não é um mero jogo, mas um processo dinâmico de construção política nos possibilita novamente o diálogo com Laclau (2013), visto que este concebe a política como união e desunião dos cidadãos, ou seja, o social nunca se fecha por completo e, nesse sentido, também concorda com Mouffe (2003) ao apontar que o voto como forma de medir o peso das ideias é apenas uma forma de resolução temporária dos conflitos, portanto, uma democracia não é um

consenso, mas a persistência das divergências, dos confrontos em suas várias formas, da capacidade de expressão das diferenças, das “negociações” e das incessantes contendas.

#### 1.4 Sobre as redes, mídias e informações

Ao problematizar as questões políticas contemporâneas, o universo da mídia e da comunicação é tópico indispensável. Como nos aponta Lima “uma das características mais marcantes do final deste ‘breve século XX’ é a centralidade da mídia na vida humana, seja como fonte de entretenimento, informação ou instrumento de trabalho” (1996:239). Esta consideração feita por Lima (1996) ainda sequer conhecia a popularização da internet, referia-se, fundamentalmente, aos efeitos da televisão. Hoje, temos a cibercultura e o ciberespaço criando um espaço contínuo entre vida *off-line* e *online*, como nos indica Serrano (2013):

Passaram-se pouco mais de quinze anos desde a popularização da internet e os mais jovens não entendem qual seria a serventia de um computador se não pudessem se conectar à rede. Raras invenções sacudiram tanto uma geração como a internet. Sua aterrissagem na vida cotidiana dos movimentos sociais, dos meios de comunicação e do ativismo está repleta de curiosidades e paradoxos, muitos dos quais já parecem esquecidos (SERRANO, 2013:145).

As mudanças trazidas pela popularização da internet foram enormes, rápidas e atingiram os mais diversos campos da vida social. Recorrer a um clássico pode dizer que a internet é um fato social total, que alterou tanto as relações sociais e produtivas típicas do campo da comunicação social, suas lógicas, agentes e relações, quanto a esfera civil ou o “mundo da vida”. Porém, não só de mudanças vive o desenvolvimento da internet, estando dentro de relações capitalistas de produção, ela foi apropriada pelos mecanismos de acumulação de capital, potencializando-a. Em verdade, nascia como experimento da guerra, transferia-se, depois, para o mundo corporativo, influenciaria, depois, todas as dinâmicas sociais.

Três discussões parecem pertinentes também a esta pesquisa: a) sobre mídia, seus princípios, estruturas e efeitos sobre a vida social e política; b) sobre a emergência da internet como espaço de sociabilidade e produção cultural; e c) o encontro de ambos os processos em um contexto de capitalismo globalizado.

A necessidade de discutir a mídia - seus princípios, estruturas e efeitos sobre a vida social e política das sociedades contemporâneas - decorre do fato de que esta se configurou em uma instituição social presente na vida da grande maioria da população global, de maneira direta em seus lares ou indireta na gestão dos governos ou na vida econômica e produtiva, como pontua Moraes, “não creio existir outra esfera da vida

cotidiana habilitada a interligar, em tempo real e online, povos, países, sociedades, culturas e economias” (2002:9). Ao se configurar como uma instituição que ocupa horas do tempo livre, laboral e educativo dos cidadãos, a mídia passa a gozar de lugar privilegiado na formação das opiniões, ideias e valores, bem como na propagação destes, ou como nos indica Miguel (2002) ao tratar da centralidade da mídia em particular da televisão:

Ocupando uma posição cada vez mais destacada na vida de seus espectadores (sempre mais numerosos), como fonte de informação e de entretenimento, a televisão reorganizou os ritmos da vida cotidiana, os espaços domésticos e, também, as fronteiras entre diferentes esferas sociais (MIGUEL, 2002: 155).

Tal lugar de destaque na formação das opiniões e ideias, na representação de interesses e visibilização de pautas, agendas e perspectivas identitárias torna a mídia uma problemática política no sentido de sua representatividade. Originalmente objetivando informar os cidadãos acerca de assuntos que lhes afetam, a mídia vem a se tornar, também, grandes empresas que visam ao lucro e disputam recursos tanto no mercado como no Estado. Deste fato, decorre, como sinaliza Moraes (2002), que a pluralidade da mídia tenha conquistado lugar central no debate quando diversos setores sociais se veem pouco ou mal representados por ela. É neste sentido que Miguel (2002) nos aponta que assim como a democracia exige pluralismo político, ela também para seu bom funcionamento exige pluralismo midiático, o que significa ampliação de versões. Todavia, para o autor, a mídia por mais limitada que venha a ser, não deixa de cumprir em algum nível seu papel de ampliar o acesso dos cidadãos aos agentes políticos e os seus discursos, pois estes ficam mais expostos, mesmo que se problematize a qualidade da exposição.

A despeito de todos os problemas de cobertura e a pouca pluralidade de versões, “fica claro que parte dos problemas que a mídia coloca é, na verdade, própria da democracia de massas: a junção entre um *demos* heterogêneo, dividido por interesses contraditórios e, portanto, sempre em estado de conflito potencial, e a necessidade, comum a todas as sociedades, de manter um mínimo de unidade entre seus integrantes” (MIGUEL, 2002:160). Mais uma vez, trata-se de um problema de representação e disputa dos símbolos em que a mídia atua de duas maneiras, de um lado, como meio que permite as múltiplas posições disputarem os signos e significados que a produzem, de outro, como um agente a mais na disputa pelas representações sociais.

Estamos dizendo, portanto, que “num ambiente de acerbo conflito de interesses, é inimaginável que os meios de comunicação sejam os porta-vozes imparciais do debate político” (MIGUEL, 2002:161). No sentido gramsciano de espaço em disputa, seja esta

interna, travada pelos seus profissionais em um dado nível de correlação de força entre os que produzem e os que lucram, seja na disputa externa em que se objetiva impactar a opinião pública.

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta conseqüências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002:163).

Esta má representação da diversidade social, como apontado acima por Miguel, acarreta uma distorção da própria representação política. Se o capital político depende do reconhecimento social e a mídia é o grande veículo de conquista deste reconhecimento, aquilo que invisibiliza ou distorce faz perder este capital. Como aponta Urbinati, “na democracia representativa a exclusão política toma a forma de silêncio” (apud MIGUEL, 2002:163), logo, na impossibilidade da mídia lhe conceder voz, o sujeito silenciado passa a não existir socialmente. Desde a constatação de este enorme poder, uma maior e melhor democracia exigem também uma representação mais equânime dos enunciados nos meios de comunicação, o que enfrenta a oposição, tantas vezes, dos detentores do poder.

A mídia consolida-se historicamente sobre uma assimetria, em que o emissor sempre falou para muitos e o receptor sempre recebeu em nível individual a informação. Sua leitura, visão e escuta eram, no máximo, partilhadas com um círculo de familiares ou amigos restritos no espaço e tempo, “afinal, uma das características definidoras da mídia é a desigualdade entre emissores e receptores, ou seja, o fato de que os emissores formam um conjunto razoavelmente restrito em relação ao universo de receptores” (Miguel, 2002:165). Esta desigualdade de origem anima críticas diversas ao papel da mídia, pois esta poderia abusar de seu poder excessivo para impactar opiniões e levar a posicionamentos sociais.

A influência dos meios de comunicação também é particularmente sensível num momento crucial do jogo político, a definição de agenda. A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação (MIGUEL, 2002:170).

A mídia tem, portanto, o poder de dizer a sociedade quais são as questões relevantes numa dada conjuntura e consegue, por vezes, “pautar” a própria a classe política em seus posicionamentos. Este processo não é de forma alguma neutro, pois,

como ainda aponta Miguel (2004) com base em Erving Goffman (1986), ao apresentar os enquadramentos, a mídia oferece os esquemas narrativos para seus espectadores lerem os acontecimentos, fornece uns e não outros, havendo uma seleção prévia na elaboração dos discursos lógicos a que os cidadãos têm acesso para interpretar os “fatos”. É justamente pelo controle da agenda pública que a mídia se torna central na política contemporânea.

Nesse cenário, surge a internet que tende a animar a relação inicialmente unidirecional entre uma mídia poderosa e seu público alvo. É neste sentido que Marques (2006), afirma que teóricos como Downey e Fenton (2003):

[...] trazem uma contribuição [...] em referência às redes digitais, o termo "contra-esfera-pública", e não "esfera pública autônoma". Esta contra-esfera provoca uma disputa com a esfera pública dominante (em vez de simples independência ou ruptura, característica atribuída ao espaço discursivo que carrega o adjetivo “autônomo”), ligada aos meios de comunicação de massa convencionais; isto é, a contra-esfera pública configura-se em oposição às argumentações colocadas nos espaços hegemônicos (MARQUES, 2006:174).

Como afirma Serrano (2013) “os meios de comunicação alternativos começaram a funcionar na internet antes dos grandes jornais, o que era lógico, pois estes já tinham o monopólio da informação, de modo que não era interessante para eles ocupar um novo suporte que não era rentável” (p. 145). Além disso, como aponta Lévy (1999), “[...] o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem” (p.11). É, portanto, em um ambiente de domínio da esfera pública pela mídia de massa e de potencial ruptura das novas tecnologias de comunicação em redes em relação a esta, que a internet surge como relevante também para a vida política das sociedades modernas e industrializadas.

O maior símbolo e fato social desta organização tendencialmente em rede é o ciberespaço e a cibercultura, dois conceitos intimamente interligados. O primeiro refere-se à estrutura tecnológica que permite a existência de uma grande rede mundial de informação, o segundo, falada cultura emergente marcada pelo avanço gradativo das relações sociais cotidianas mediadas pelo uso desta estrutura tecnológica. Sobre a constituição do ciberespaço, diz Pierre Lévy (1999):

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999:17).

Como se pode perceber trata-se de uma estrutura tecnológica que combina uma base material de “computadores” interconectados em redes, na verdade, “redes de

redes” bem como o conteúdo e as informações que circulam por elas. O processo de formação desta estrutura tecnológica e a constituição de sua “alma”, como chamam Lévy (1999), é produto de décadas de pesquisa aplicada, em que diferentes padrões tecnológicos foram sendo sobrepostos, formando camadas cada vez mais complexas de sistemas interligados.

O ciberespaço é uma estrutura tecnológica material conectada em redes que, ao compartilhar informações nestas redes, configura-se em um “oceano de informações”. Para adentrar neste espaço há as “interfaces” que são os “aparatos materiais que permitem a interação entre o universo da informação digital e o mundo ordinário” (Lévy, 1999:37). Estamos exatamente na condição descrita por Latour (2012) de social como agregado de coisas e seres. É possível sintetizar a compreensão sobre ciberespaço:

[...] como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (ai incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização (LÉVY, 1999:92).

As realidades tecnológicas em forma de redes ao valorizar a horizontalidade, a articulação e a descentralização impactam as práticas sociais, cujos frequentadores do ciberespaço são socializados em interações fragmentadas, multiplamente articuladas e não-lineares. Falamos de um fenômeno cultural inédito, da experimentação de práticas sociais radicalmente distintas daquelas das gerações anteriores a inaugurar uma abertura da comunicação em nível planetário, portanto, “[...] estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano” (Lévy, 1999:11).

Importante hoje é compreendermos os múltiplos sentidos de revolucionário da internet, não cabendo uma postura puramente entusiástica nem por demais céticas. É verdadeiro que a internet surge para uso dos comuns quase que concomitante à reorganização profunda da ordem mundial nos moldes conhecidos como neoliberalismo. Também é contemporânea, como nos indica Lévy (1999) de movimentos de jovens interessados em novas formas de interação mais horizontais e participativas, numa crítica à “sociedade disciplinar” da pós-segunda grande guerra. De um lado, pesquisadores e programadores aperfeiçoaram a infraestrutura do que se consolidaram como internet, de outro lado, líderes de países centrais como EUA e Inglaterra atuaram durante os anos 1970 e 1980, para desmontar as relações e regulamentações sociais, políticas e produtivas que fizeram o capitalismo se tornar

menos “pesado” rumo ao capitalismo flexível, típico da sociedade do conhecimento. É a partir da popularização da internet que as grandes corporações globais também buscam se transformar:

Os grupos de mídia buscam alcançar os parâmetros de lucratividade que norteiam as ações dos gigantes transnacionais. Não vejo distinção relevante entre filosofias, metas, estruturas operativas e focos mercadológicos. No decorrer da década de 1990, as indústrias de comunicação adequaram-se às linhas-mestras da corporação-rede (MORAES, 2002:10).

Se as novas tecnologias de comunicação, em um primeiro momento, foi o caminho para facilitar uma nova forma de gestão descentralizada, em rede, espalhada pelo globo, o capitalismo financeiro internacional, bem menos democrático, utilizou o avanço da internet para ampliar suas margens de lucro. É neste sentido, que o incipiente encontro entre tecnologias e novos arranjos de negócio na área de comunicação nos anos 1990 avança nos anos 2000 ferozmente conforme visto por Moraes (2013):

Para compreender a complexidade do sistema midiático, devemos considerar que a digitalização favoreceu a multiplicação de bens e serviços de “infoentretenimento”: atraiu *players* internacionais e fluxos em tempo real; instituiu outras formas de expressão, conexão, intercâmbio e sociabilidade, sobre tudo por meio da internet (comunidades virtuais, redes sociais); e agravou a concentração e a oligopolização de setores complementares (imprensa, rádio, televisão, internet, audiovisual, editorial, fonográfico, telecomunicações, informática, publicidade, marketing, cinema, jogos eletrônicos, celulares, redes sociais etc.). Hoje, executivos de corporações midiáticas aludem a “múltiplas formas integradas” para definir a junção de interesses estratégicos em distintos suportes: papel, digital, áudio, vídeo e móvel. Tudo isto sob a égide de três vetores: a tecnologia que possibilita as sinergias, o compartilhamento e a distribuição de conteúdos gerados nas mesmas matrizes produtivas; e a racionalização de gastos, custos e investimentos (MORAES, 2013:22).

Observamos nos anos 2000, uma integração notável entre novas tecnologias da informação e as tradicionais marcas e lógicas da mídia hegemônica, aprofundando, assim, sua influência na vida dos cidadãos, na formação das agendas e difusão de visões de mundo. Sem desconsiderar esta imbricação, a internet é ainda um espaço que guarda como principal característica a autonomia do navegante selecionar os conteúdos a que quer ter acesso, permitindo a reedição e difusão de conteúdos, observados inegáveis limites.

A internet, em princípio, funciona como uma rede que permite aos seus usuários o contato e a difusão de informações sem necessariamente pedirem permissão aos grupos midiáticos já consolidados. Ela se apresenta como um espaço apto a atender demandas individuais, onde cada um busca a informação que deseja, podendo modificá-la ou adicionar suas considerações para uma posterior publicação, sem grandes dificuldades ou custos (MARQUES, 2006:166).

Mesmo estando hoje povoada pelas grandes corporações de mídia, a internet ao preservar a liberdade do usuário no acesso a conteúdos independentemente de seus

produtores originais, possibilita a alimentação e ampliação da inteligência coletiva, nos termos de Lévy (1999). É neste sentido que a internet ainda é vista como possibilidade de constituição de uma esfera pública revigorada, capaz de inserir vozes marginalizadas e silenciadas bem como oferecer a chance de reciprocidade no discurso, na medida em que as estruturas de hierarquia são minimizadas. Para Marques (2006), a internet tem potencial para ser uma esfera pública virtual promotora da conversação civil, de caráter informal e de proliferação das percepções de mundo, podendo atuar como contraponto das mídias hegemônicas.

Coexistindo o caráter emancipatório da internet com sua servidão aos interesses hegemônicos, cabe, nesta pesquisa, não se esquecer de seu papel na mediação social, não neutra, entre cidadãos e Estado, entre grupos de opinião, interesses e perspectivas sociais. Falar de confronto político hoje sem mencionar a mídia (tradicional e nova) seria incompleto.

### **1.5 Sobre os métodos e metodologias de pesquisa**

Lançando mão da abordagem weberiana da “possibilidade objetiva”, utilizada com o objetivo de construir uma explicação com base em relações causais prováveis que tenha maior ou menor peso e, que identifique as possíveis causas no desdobramento dos eventos ora estudados, temos claro que a história não é constituída de necessidades intrínsecas ou de uma razão histórica que a guie, mas de um *devoir* aberto ao entrecruzamento das ações sociais. Esta concepção interdita qualquer explicação histórica de caráter teleológico ou mono causal e, recai, assim, sobre o pesquisador o imperativo de reconstruir as condições em que os agentes sociais se encontravam para tomarem rumos que fizeram conformar o curso histórico numa dada sociedade.

A história apresenta-se como o desenvolvimento de possibilidades que se materializam nas ações sociais. Não há uma determinação absoluta e objetiva dos acontecimentos históricos, mas a reconstrução conceitual do real pelo pesquisador que é capaz de inferir as motivações dos agentes sociais mediante um processo intelectual que cria tipologias capazes de ajudar no conhecimento dos eventos. O empírico é traduzido, logo, *reduzido* – não há a pretensão do conhecimento completo – por meio de conceitos. Nesta operação intelectual, ganha proeminência o recurso ao “tipo ideal” weberiano assim elaborado:

[...] mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que podem dar em maior ou menor número ou

mesmo falta por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se forma um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 2003:106).

O tipo ideal é a maneira de reunir uma quantidade significativa de indícios dentro de um quadro compreensivo e, nesta reunião, processarem a construção de um arranjo intelectualmente coerente para apreciação do pesquisador e, a partir deste instrumento, avançar da compreensão para a explicação que é justamente a apresentação das conexões (causas prováveis e desdobramentos possíveis) no curso histórico.

No processo de construção das causalidades históricas, Weber aponta que “a possibilidade de uma seleção entre a infinitude dos elementos determinantes está condicionada, antes de tudo, pelo tipo de nosso interesse histórico” (2001:197), a saber, do investigador. Desta forma, as relações causais não se impõem do fenômeno ao sujeito-pesquisador, mas é este quem elege o ponto de vista privilegiado de sua análise, o que, por certo, há de provar coerente e relevante.

Com isto, é necessário ter como suposto que interessa “exclusivamente a explicação daqueles “elementos” e “aspectos” do respectivo acontecimento que, sob determinadas perspectivas, adquirem uma “significação geral” e por causa disso, um interesse histórico.” (Weber, 2001:197). Claramente, esta significação geral relaciona-se à chamada “relação com valores” que faz da sociologia eminentemente uma ciência da cultura, isto é, do mundo de valores dos quais o ator social bebe e compreender tais valores (os significados emprestados pelo agente à sua ação) é um dos maiores desafios desta ciência. A par disso, Weber (2001 e 2003) nos fala dos “juízos de valor” do investigador que assume explicitamente seu viés de análise, logo, sua parcialidade, sem a perda do rigor uma vez que suas escolhas por este ou aquele caminho teórico-metodológico não de se mostrar frutíferas na explicação dos acontecimentos históricos aos quais se dedica. Como formula Weber:

Por meio de quais operações lógicas conseguimos a compreensão e a sua fundamentação demonstrativa, da existência de tal relação causal entre aqueles elementos “essenciais” do resultado e determinados elementos dentro da infinidade de elementos determinantes (WEBER, 2001:198).

E continua:

[...] a imputação se faz a forma de um processo de pensamento que contém uma série de abstrações. Desta a primeira e a mais decisiva é a que, entre os componentes causais e reais do processo, supomos um componente ou vários componentes modificados num determinado sentido, e nós nos perguntamos se, nas condições do curso dos acontecimentos que foram modificados desta maneira, seria “possível” esperar o mesmo resultado (nos pontos essenciais) ou qual seria o outro a ser esperado (WEBER, 2001:198).

O procedimento lógico de eliminar ou modificar hipoteticamente determinadas condições factuais para analisar o que aconteceria é a metodologia da “possibilidade

objetiva”. O juízo de possibilidade, segundo o sociólogo, se dá em uma dinâmica de isolamento e generalização concomitantes, isto é, decompõem-se as informações ou dados ao nível dos “elementos”, ou seja, isolados, ao ponto em que possam ser submetidos às regras de experiências, ou seja, generalizados. O saber em que se sustenta o juízo de possibilidade tem duas origens, por um lado “ontológica”, no sentido daquele fornecido pelas fontes, portanto, do acontecimento em particular, por outro lado, o “nomológica”, que se refere às regras de experiências, que apontam para o conhecimento das regularidades de comportamento dos seres humanos em dadas situações ou em face de certo acontecimento.

Ao decompor seu objeto de pesquisa em elementos, produz-se uma abstração que isola às menores unidades descritivas possíveis. Só assim o pesquisador alcança a condição de construir causas possíveis para a ocorrência dos resultados históricos que examina. As causas podem ser classificadas em suficientes - aquelas que, na consideração do pesquisador, mostram-se importantes para explicação dos resultados analisados - e as causas insignificantes que, no juízo formulado pelo pesquisador, não seriam suficientes para compor a relação causal.

Nas conexões entre causas e efeitos, é necessária ainda a consideração se uma causa é adequada ou acidental, noutros termos, se são causas que, se excluídas, impediriam o curso do evento tal como efetivamente ocorreu no desenrolar histórico ou se mesmo o compondo, se inexistentes, não teriam obstaculizado aquele decurso que se analisa. Não se pode esquecer, contudo, que na definição da *causação* adequada ou acidental, referimo-nos ao conjunto de elementos pré-definidos pelo pesquisador em acordo com seu próprio juízo histórico.

Não somente na vida cotidiana, como também e especialmente na histórica, aplicamos continuamente tais juízos sobre o “grau” de “favorecimento”, já que sem esse, seria francamente impossível distinguir entre o “importante” e o “insignificante” a partir do ponto de vista causal (WEBER, 2001:207).

Os juízos históricos que definem se um elemento é significativo o suficiente ou não para compor o complexo de condições selecionadas ou se é adequado ou não para explicar os resultados refere-se sempre a graus de importância. O método de Weber é pluri-causal, mas é uma tarefa intelectual hierarquizar, segundo o grau de importância, as causas que antecedem um dito fenômeno.

Fato é que a história é uma infinidade possibilidades, muitas destas antagônicas, mas nenhuma se impõe e se consolida como trajetória sem ter sido impactada pelas concorrentes, ou seja, do confronto de possibilidades históricas surgem trajetórias híbridas. Na “luta dos motivos” que levam indivíduos a agir e interagir pode buscar

aqueles que mais eficazmente levaram à consolidação de uma dada possibilidade em trajetória histórica em detrimento de outras. A compreensão da luta propriamente é fundamental na explicação de um curso histórico e suas configurações.

A significação histórica dos eventos não se refere aos componentes particulares, mas a uma plausível explicação de nexos causais entre eles. A explicação é um juízo na medida em que é o pesquisador, com base em seus interesses de pesquisa e perspectivas teóricas, detém o arbítrio de selecionar ambos, os elementos e os nexos; mas há também a característica da “objetividade” (entre aspas), pois as hipóteses terão que passar por testes de credibilidade que permitam alcançar a condição de conhecimento válido, porque intersubjetivo.

Para complementar a estratégia metodológica descrita acima, faremos uso da abordagem neo-institucional na medida em que esta nos auxilia na reconstrução de trajetórias históricas, bem como no apontamento de momentos históricos peculiarmente importantes e no estabelecimento de nexos causais para uma visão mais clara da recente história democrática brasileira.

O neo-institucionalismo pode ser dividido em três correntes, a saber: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico (HALL & TAYLOR, 2003:193). As três análises institucionais guardam em comum a necessidade de gerar respostas teóricas à prevalência da análise comportamental na ciência política, em particular a norte-americana até os anos 1960 e 1970.

Por institucionalismo da escolha racional, entendem-se as análises que tomam por foco os cálculos que os atores individualmente fazem para adotar os comportamentos. Nesta perspectiva, as instituições atuam como antecipadoras das expectativas sobre a ação de outros atores, uma vez que elas ditam as regras de comportamento. Segundo esta análise, os atores são racionais de maneira que, uma vez bem informados, tendem a fazer escolhas que maximizam ganhos e minimizam perdas. As instituições e contratos atuam como limitadores ao comportamento e do interesse, este último existindo anteriormente à própria instituição. O institucionalismo sociológico, por sua vez, propõe uma perspectiva cultural e, na medida em que as instituições se configuram como atualizadoras da cultura, isto aponta para a necessidade de se estudar as instituições em suas articulações para se entender seu impacto nas percepções subjetivas e nas ações dos atores. Neste sentido é uma resposta às perspectivas funcionalistas, utilitárias e instrumentais, apontando que as instituições não surgem de uma tendência à evolução histórica com vistas à produção de equilíbrios

tampouco cumprem o papel de maximizar ganhos e antecipar expectativas, mas instalam ritos e símbolos na organização da vida em sociedade. A perspectiva dos sociólogos institucionais é construtivista, já que aponta para um processo recíproco e dialético de interação e construção mútua de atores e instituições.

O institucionalismo histórico parece mais útil na elucidação de nosso objeto de estudo. Ainda quando contradiz a perspectiva estrutural-funcionalista na ciência política dos anos de 1960 e 1970, retém algumas de suas formulações teóricas, a exemplo da ideia de que o conflito entre rivais é central à vida política, buscando, contudo, melhores explicações para isso:

[...] que permitissem dar conta das situações políticas nacionais e, em particular, da distribuição desigual do poder e dos recursos. Eles encontraram essa explicação no modo como a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas entra em conflito, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros (HALL & TAYLOR, 2003:194).

O institucionalismo histórico nos oferece o conceito de *Path Dependence*, que podemos traduzir como “dependência de trajetória”. Fernandes (2002) conceitua *Path Dependence* como “em momentos críticos do desenvolvimento de um país (ou outra unidade de análise), estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão novos pontos de escolha para mudança mais adiante” (p. 79). Mas também como propõe Kinzo:

[O conceito de *path dependence* é útil] para salientar a noção de que as opções políticas posta em determinada conjuntura resultam de decisões precedentes -, escolhas feitas pelos atores relevantes -, as quais influenciam o curso do processo político, a ponto de limitar o que de opções numa conjuntura futura, e, portanto os cursos de ações possíveis (KINZO, 2001:3. **Os colchetes são nossos**).

Como se pode perceber este conceito lança luz sobre a força que as escolhas pretéritas, mantidas pelas instituições, na regularidade das ações de alguns atores tendem a influenciar a tomada de novas decisões e rumos. Aponta-nos que manter ao o caminho já conhecido é menos custoso que inovar e, mesmo para isto, necessita-se do acúmulo de experiências que permitam as novas trilhas. Decisões que corroboram sentidos já adotados tendem a funcionar como retornos crescentes, capazes de ampliar ainda mais a força da trajetória utilizada.

A adoção do conceito de *Path Dependency* leva-nos a ter de considerar outro conceito importante, o de “momento crítico”, que pode ser compreendido como “uma situação de transição política e/ou econômica vivida por um ou vários países, Estados, regiões, distritos ou cidades, caracterizada por um contexto de profunda mudança, seja

ela revolucionária ou realizada por meio de reforma institucional” (FERNANDES, 2002:85).

O momento crítico, assim designado pelo pesquisador, caracteriza-se como um período de inflexão em uma dada trajetória histórica desenvolvida, bem como de possibilidade de surgimento de novos caminhos. Nesse sentido, cinco elementos fundamentais devem ser observados para explicação de seu aparecimento: a) a existência de condições antecedentes, fruto do legado do momento crítico ou da trajetória anterior; b) a existência de clivagem ou crise, rearranjo das forças sociais e políticas externas à trajetória anterior e que impõem o momento crítico; c) a existência de legado ou os efeitos do momento de crise cuja manutenção no tempo decorre dos mecanismos de sua reprodução, dos processos decisórios para sua reafirmação e do momento de estabilidade, mesmo que ocorram mudanças ao longo de sua trajetória; d) a existência de explicações rivais; e e) a existência do fim do legado, ponto de autodestruição que pode ocorrer na emergência ou ao longo do desenvolvimento do fenômeno analisado.

Importa, nesta análise, a perspectiva de que as instituições se constituem de escolhas que se acumulam no tempo e produzem legados, impactando nas decisões futuras, quer facilitando sua adoção ou criando resistências ao novo.

Tais ferramentas metodológicas atuam de maneira decisiva na análise da significação histórica atual do evento que pesquisamos: os protestos de junho de 2013 no Brasil e nos permite caracterizar uma trajetória causal que explique sua ocorrência bem como apontar indícios capazes de se desdobrar em possibilidades históricas.

## II A CONSTRUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Neste capítulo, apresentamos a trajetória histórica que possibilitou a configuração de um “estado de coisas”, que será efetivamente apresentado no terceiro capítulo e analisado no quarto, a saber, o conjunto amplo de indignações que se manifestaram em junho de 2013 no Brasil. Trabalhamos com a hipótese explicativa de que junho decorreu de massivas indignações que se construía na medida em que a redemocratização se consolidava como uma trajetória de “insuficiência democrática”, sobre a qual buscamos discorrer. Expomos um modelo causal, na perspectiva da *causalidade adequada*, que se dispõe a tratar historicamente os elementos estruturais que permitiram a configuração de um cenário tal qual o de junho de 2013.

Admitimos, portanto, que mesmo guardando ares de ineditismo, junho concentrou a emergência de manifestações que ocorreram na medida em que discursos críticos às formas atuais de relações econômicas, sociais e políticas na sociedade brasileira conseguiram escapar até a superfície do debate público, ganhando uma visibilidade tal que passava a mobilizar mais e mais demandas e levar milhões de pessoas às ruas.

### 2.1 A trajetória de redemocratização

Nossa formulação aponta que junho de 2013 decorreu de frustrações sistemáticas com a democracia brasileira. O enquadramento analítico exige, por isso, que voltemos nosso olhar para o processo de redemocratização recente e para o regime autoritário brasileiro que o antecedeu, na busca da compreensão de uma trajetória.

Kinzo (2001), ao discutir a redemocratização no Brasil, indica que esta tem traços particulares já registrados na literatura quando comparada a outros regimes autoritários, em dois sentidos especialmente. De um lado o período de 1964 a 1985, em que pesem os interesses não-militares presentes, tipicamente um regime militar em que as forças armadas mantiveram o controle do poder político central, mas que, também, guardou algum “verniz democrático” – exceto para os opositores, certamente – com a preservação, sob constrangimentos, do sistema judiciário, da alternância de presidentes, das eleições legislativas periódicas e o consentimento quanto à existência de dois partidos políticos. Nada que tornasse, importa frisar, a ditadura mais branda para os que a enfrentaram, entretanto, falamos aqui do tal “verniz” diante de uma sociedade mais

ampla com quase nenhum acesso à informação. Por outro lado, no que se refere à vida econômica, o regime autoritário não só manteve os traços centrais do modelo varguista como os aprofundou, ampliando a política de substituição de importações e a intervenção estatal com vistas ao desenvolvimento econômico, promovendo uma aliança entre Estado, capital nacional e capital internacional.

Para a autora (2001), os fatores acima elencados conferiram aos processos de redemocratização traços também peculiares, como uma transição longa, de mais de 15 (quinze) anos. Consoante a Kinzo, “para propósito analítico, pode-se dividir este processo em três fases” (2001:4), uma de 1974 a 1982 em que os militares mantiveram o controle da transição; de 1982 a 1985 quando os militares continuaram no comando, mas passaram a conviver com atores civis e opositoristas na condução do processo de transição; por fim, de 1985 a 1990, em que militares e civis selaram um acordo passando o comando da transição para os civis, mas permitindo o trânsito dos apoiadores civis do antigo regime para o novo, bem como, segundo os militares no poder, um retorno “não traumático” das tropas para os quartéis.

Se, do ponto de vista dos militares, esta foi uma transição *não traumática*, do ponto de vista dos perseguidos políticos e de suas famílias, a não punição de crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro continua sendo um capítulo não resolvido de suas vidas pessoais e da vida nacional, por isso a luta pelo direito à “verdade e à memória” e a disputa dos significados dos legados da ditadura militar brasileira entre os mais diversos agentes sociais e políticos.

A periodização de Kinzo levou-nos a pensar noutra, mais compatível com os propósitos de nossa pesquisa. No quadro 01, visualizamos nossa proposta, divergente apenas nalguns aspectos específicos, para poder melhor se ligar aos confrontos políticos que marcarão as ruas das capitais e centenas de cidades brasileiras em junho de 2013.

Enfatizamos a existência de quatro fases no regime político brasileiro a partir dos anos de 1970: a) a distensão do regime; b) transição de regime; c) a democracia com ênfase econômica e d) a democracia com ênfase social. A cada uma destas fases, atribuímos respectivos modelos de sociedade e sistema político. Nas próximas páginas, seguimos a análise de cada uma das distintas fases e como nelas emergiram determinadas *possibilidades históricas* que se confirmaram como trajetória ou não, a depender, em muito, da atuação dos atores políticos relevantes em cada conjuntura.

**Quadro 1- Ciclos políticos e trajetória do modelo de sociedade e sistema político brasileiro a partir da década de 1970.**

<b>Ciclos Políticos</b>	<b>Modelo de Sociedade</b>	<b>Arranjo Institucional</b>
Distensão do regime	Crise do nacional desenvolvimentismo	Abertura tutelada
Transição de regime	Emergência do social desenvolvimentismo	Presidencialismo de coalizão
Democracia—ênfase econômica	As reformas liberalizantes	Presidencialismo de concessões
Democracia – ênfase social	Social desenvolvimentismo fraco	

**Fonte:** Elaboração do autor.

### **2.1.1 Distensão do regime civil-militar**

O regime militar brasileiro que se inicia em 1964 e termina em 1985, entra em crise por três motivos: a) a queda de apoio popular como se viu nos resultados das eleições de 1974 que, ao serem mais livres que as anteriores, foram favoráveis à oposição permitida que se mantivesse dentro do MDB (Mobilização Democrática Brasileira); b) a fragilidade do modelo econômico bastante abalado pela crise mundial do petróleo no começo do ano de 1970 (NOBRE, 2013; Kinzo, 2001); e c) o arrefecimento da Guerra Fria que alterou a base de apoio internacional aos regimes autoritários (NOBRE, 2013). À crise sistêmica do próprio regime autoritário somou-se uma crise mais ampla do modelo de sociedade do país.

O modelo de sociedade abrangente que se consolidou a partir dos anos 1930, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, moldou a modernização acelerada do país até a década de 1980. Desencadeado e dirigido pelo Estado, pretendia alcançar não apenas a produção de um mercado interno de importância, mas também a criação de instituições adequadas à modernidade. A modernização deveria alcançar a cultura e a própria vida cotidiana, transformando também as relações pessoais e a esfera privada, segundo um conjunto determinado de valores modernos. Tratava-se de produzir uma cultura política centrada na emergência da nação autêntica, de uma integração social que se daria pelo pertencimento não apenas a um país, mas a uma história e a um conjunto de valores determinado, a ser partilhado por todos os membros. Valores que incluíam não somente o civismo e o nacionalismo, mas uma extensa lista de relações de subordinação, inferioridade e dependência da maior parte da população. Um conjunto de valores que, sintomaticamente, não incluía a democracia como um de seus componentes fundamentais. Pelo contrário, na maior parte do tempo em que esteve em

vigência, o nacional-desenvolvimentismo coincidiu com ditaduras e/ou coronelismo e clientelismo (NOBRE, 2013:20).

O nacional-desenvolvimentismo é, portanto, um legado da “revolução” varguista às novas elites econômicas e políticas que chegam ao poder central a partir desta, de forma que o elemento essencial que nos permite falar de sua perenização por cinco décadas é a “modernização acelerada”, promovida por cima. “A linha política seguida, especialmente depois de 1964, continuou a ser, portanto, desenvolvimentista, mas neutra no que se refere ao controle nacional ou estrangeiro da economia” (TEIXEIRA E PINTO, 2012: 912-13).

Ao se esgotar como modelo de sociedade, o nacional-desenvolvimentismo viveu um longo período de crise, abalando a sustentação da ditadura civil-militar que se vivia no país. Aos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, respectivamente, a crise da dívida externa, na década de 1980, e a hiperinflação, se somaram as pressões pela redemocratização internas e:

com o declínio da Guerra Fria e a consequente reorganização da correlação geopolítica de forças, a América latina deixou desempenhar papel central para assumir um lugar bastante secundário na agenda do país hegemônica na região: os Estados Unidos (NOBRE: 2013:22).

O que abriu espaço para reorganização de agentes políticos em desacordo e mesmo em oposição ao projeto hegemônico regional e global em que a ditadura militar brasileira se sustentava ao mesmo tempo em que oferecia sustentação em contraposição ao já combalido bloco socialista. Neste quadro, o regime autoritário era cada vez mais desafiado pelas greves operárias, com destaque ao ABC paulista.

No tocante ao modelo de sociedade, nossa análise aponta para a atuação neste período de duas importantes variáveis explicativas para a crise do nacional-desenvolvimentismo: a) a pressão popular, e b) a fadiga do modelo econômico. A crise, de duplo caráter, por um lado, impactava fortemente as camadas populares com a expulsão de populações do campo e os processos migratórios para as cidades numa urbanização desordenada que fazia crescer a pobreza e a desigualdade. Por outro lado, o nacional desenvolvimentismo por substituição de importações montava um parque industrial obsoleto que perdia em competitividade diante das mudanças produtivas que ocorriam nos parques industriais dos países desenvolvidos. O regime perdia o apoio da classe média conservadora que se via pressionada com a inflação e o baixo crescimento econômico. Enquanto isso, as populações mais pobres começavam a ser organizar politicamente, devendo ser dado especial destaque às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), fruto do trabalho das pastorais católicas por todo o país.

Para compreender o lugar da variável “pressão popular” na contestação do nacional-desenvolvimentismo, faz-se necessário pensar a distensão do regime militar à luz da relação entre Estado e movimento social, do que trata Sherer-Warren (2012), que aponta quatro grandes ciclos de ações coletivas no Brasil dos últimos 50 anos. O primeiro ciclo, que se desenvolve nos anos 1960 e 1970, é o do *movimento cívico*, caracterizado pela resistência ao autoritarismo do Estado. Este movimento era composto por segmentos das camadas populares, intelectuais e artistas, bem como pelo movimento estudantil, objetivando resistir ao autoritarismo estatal e democratizar o regime político e a sociedade. Neste período, surge um novo sindicalismo, novas organizações camponesas e os chamados “novos movimentos sociais”. Segundo a autora, o fim deste período se dá com as mobilizações pela Lei de Anistia, assinada em 1979, possibilitando o retorno de exilados políticos, muitos dos quais vieram a fortalecer importantes ONGs, que lutavam pelos direitos de cidadania, enquanto outros aderiam às novas opções partidárias (SCHERER-WARREN, 2012). Neste quadro:

[...] a capacidade do regime militar de controlar e reprimir movimentos pró-redemocratização diminuiu paulatinamente ao longo da segunda metade da década de 1970. O crescimento exponencial do número de greves e manifestações pela redemocratização minou a ditadura também em suas bases políticas e sociais de sustentação (NOBRE, 2013:21).

Ainda sobre o ciclo de lutas, é necessário observar que por se tratar de um regime autoritário existiam poucos mediadores e espaços de mediação entre Estado e sociedade<sup>11</sup>. A lenta abertura configurava-se dentro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), numa unidade forçada contra a ditadura militar e pela redemocratização, numa retórica progressista, fundamental para a segunda fase do processo de passagem da ditadura para a democracia.

O modelo de sociedade se esgarçava não apenas pela pressão popular, mas também pelos limites do próprio arranjo econômico nacional-desenvolvimentista, que como nos aponta Nobre:

[...] o modelo dependia de um padrão tecnológico de produção relativamente estável, um padrão que pudesse ser importado, mesmo que em versões já obsoletas nos países centrais. E esse padrão tecnológico passava então por nada menos que uma revolução. O nacional-desenvolvimentismo do país refazia, com atraso, cada um dos passos que já tinham sido dados pelas nações mais desenvolvidas. Mas isso só era possível porque toda inovação tecnológica era apenas um acréscimo em relação a um modelo de produção que permanecia estável em suas bases fundamentais (NOBRE, 2013:22).

<sup>11</sup> Já foi dito que durante o regime ditatorial só eram autorizadas duas agremiações partidárias, a ARENA e o MDB. A primeira como sustentador do regime e a segunda como sua oposição *autorizada*. Ambos, pois, não tinham a capacidade da mediação. O primeiro, um anti-social por excelência ao ter se tornado o partido do “golpe”; o segundo por não ter seus atores políticos fundamentais, que se encontravam exilados.

O nacional-desenvolvimentismo nos anos 1970 foi marcado pela fadiga do modelo econômico, como nos aponta Nobre (2013), por se fundamentar em um padrão tecnológico estável em tempos de “revolução” do capitalismo mundial, de introdução de noções como “flexibilidade” produtiva, financeira e de legislações e de mudanças tecnológicas como o avanço da informática. Portanto, tanto o substrato tecnológico do desenvolvimentismo brasileiro estava em descompasso com o dos países centrais, como a dimensão política da economia mudara, o intervencionismo estatal saíra de cena das políticas econômicas dos países centrais e dos organismos internacionais e entrara no seu lugar novas estratégias liberais e pró-mercado.

Com base no que apresentamos acima podemos afirmar haver uma imbricação entre aspectos fundamentais do regime autoritário e do modelo de sociedade, demonstramos isto de maneira esquemática no quadro 2.

Observemos agora cada um destes aspectos, tanto do regime político, quanto do modelo de sociedade. Notemos que o modelo econômico do regime militar é o próprio desenvolvimentismo e que este último em sua versão nacional se caracterizou em seu momento de maior pujança pela substituição de importações, há, portanto não apenas uma convergência entre aspectos do regime político e modelo de sociedade, em verdade um é tomado pelo outro, constituindo uma complexa simbiose.

**Quadro 2- Caracterização do regime político e modelo de sociedade pelos aspectos econômicos, sociais e políticos no período de distensão do regime militar.**

<b>Aspectos</b>	<b>Regime Militar</b>	<b>Nacional Desenvolvimentismo</b>
Econômico	Desenvolvimentismo	Substituição de importações
Social	Repressão e controle	Modernização por cima
Político	Autoritário e restritivo à participação	Inclinação autoritária

Fonte: Elaboração do autor.

Quando tomamos para análise os aspectos sociais de ambos, percebemos que o regime militar pode ser descrito como de repressão e controle da sociedade civil compatível com os regimes de exceção, mas também que o modelo de sociedade em sua dimensão social caracteriza-se por uma modernização por cima, o que não incluiu a

sociedade, tendo sido produzido por uma elite de burocratas estatais, por vezes em parceria ou em disputa com elites econômicas nacionais e internacionais.

Por fim, analisamos a dimensão política percebemos também níveis de compatibilidade, já que o regime militar se caracteriza pelo autoritarismo e pela restrição à participação de agentes políticos e sociais, bem como o modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista conviveram ao longo de seu desenvolvimento tanto com regimes democráticos, como autoritários, mas mesmo em suas fases democráticas, por não compatibilizar-se com a participação popular, também se configurou por um viés mais autoritário.

Desta forma, afirma-se que a crise era tanto do regime político, quanto do modelo de sociedade, sendo necessário gestar duas soluções em uma, que foi a abertura tutelada do regime autoritário com a manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista. Sem, em absoluto, desmerecer a transformação crucial da passagem da ditadura civil-militar para a democracia, é necessário atentar, no caso brasileiro, para seu caráter incremental e conciliatório, o que permitiu a sobrevivência de traços desta fase nas posteriores. Destacamos duas variáveis importantes para a explicação da transição política, ambas anteriores ao momento crítico: a) a cultura política autoritária, que se caracterizava pela exclusão de enormes massas sociais da vida política, social e econômica do país e pela restrição à participação e da contestação social; e b) a transformação por cima, que foi justamente a condução pelos próprios militares de todo o processo inicial de abertura, marcado por idas e vindas. As duas, já atuantes no momento histórico antecedente, permitiram, também, a configuração contemporânea da democracia brasileira.

### **2.1.2 Transição de regime**

A lei de anistia encerrou a fase de distensão e permitiu o início da transição da ditadura para a democracia. Alguns eventos como o fim do regime bipartidário com a emergência do multipartidarismo em 1980, as eleições de 1982, as campanhas pelas “Diretas Já!”, o Colégio Eleitoral de 1985 que elegeu dois civis para presidente e vice-presidente da República, a Assembleia Constituinte e a promulgação da “constituição cidadã” marcou esta segunda fase e lhe imprimiram um caráter transitório, por isso, de momento crítico e gestão de novas soluções políticas e sociais.

A transição política foi marcada por um caráter conservador já que atuavam nesta fase, os dois variáveis presentes na anterior: a) cultura política autoritária e b)

transformação por cima; somando-se então: c) transição conciliadora e d) progressivismo. Como se pode observar, três das quatro variáveis eram dotadas de um caráter conservador, o que nos permite indicar a forma pela qual as forças políticas autoritárias transitaram para a democracia.

O grande momento da transição democrática brasileira foi à campanha nacional pela realização de eleições diretas –“Direta Já!”. A esta altura, diferente da fase anterior, mesmo mantendo o domínio do poder político, os militares já não eram os únicos atores políticos relevantes para a solução política sobre a passagem à democracia. Os atores sociais e políticos opositores ao regime tornavam-se relevantes ao ponto de desestabilizar o sistema e o poder dos militares. Crescia na sociedade o desejo por eleições diretas que restaurasse de vez a democracia.

O resultado da campanha das “Diretas Já!” foi uma impressionante mobilização popular com milhões de pessoas participando de comícios em todo o país. Observando-se aquela mobilização, a impressão era de que a sociedade civil – que havia mostrado sua existência nos movimentos sociais surgidos em 1978 – tinha decididamente despertado e, finalmente, alteraria o curso da liberalização (KINZO, 2001:6).

Toda esta mobilização que se materializou na emenda Dante de Oliveira<sup>12</sup> que pretendia instituir eleições diretas para o fim do mandato do general e presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, contudo, “nafragou” no Congresso Federal, onde os militares ainda tinham maioria. Frente ao fracasso das mobilizações populares em emplacar uma mudança institucional, as forças opositoras se viram entre duas possibilidades históricas: “buscar simpatizantes dissidentes dentro do governo; ou romper as regras do jogo através da mobilização da sociedade civil” (KINZO, 2001:6). Ou seja, construía uma solução conciliadora com parte do regime ou se radicalizava.

Sob os auspícios de uma transformação por cima, garantiu-se a transição conciliadora de maneira que José Sarney, da antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional)<sup>13</sup> fora indicado pela Frente Liberal<sup>14</sup> para vice de Tancredo Neves do PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira) - antigo MDB - na chapa para eleição indireta de presidente da república. Confirmava-se, pois, a solução conciliadora. Com o “inesperado” adoecimento do presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Projeto de Emenda Constitucional nº 05/1983 apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira Pereira de Carvalho tinha por objetivo restaurar a eleição direta para Presidente da República.

<sup>13</sup> Com a “reforma” do sistema eleitoral e o fim do bipartidarismo se tornara PDS (Partido Democrático Social).

<sup>14</sup> Dissidência do PDS na eleição indireta de 1985.

<sup>15</sup> Tancredo Neves havia se submetido uma intensa rotina de trabalho político para tornar viável sua chegada ao poder como primeiro civil e opositor eleito após o golpe militar. Neste período, vinha sofrendo de fortes dores abdominais, mas mesmo sendo aconselhado a se internar e iniciar um tratamento

no dia 14 de março, véspera da posse, o vice, integrante do regime ditatorial, é quem assumiu a Presidência da República, mas agora no PMDB. O período de internação e a morte de Tancredo em 21 de abril de 1985 causaram profunda comoção nacional, bem como dúvidas e incertezas sobre o processo de transição democrática. Desta forma, o até então aliado do regime de exceção assumia a missão de conduzir o país no período de transição até as eleições diretas para Presidente da República em 1989.

Se o arranjo político da transição configurou-se como conservador por preservar as práticas e os agentes políticos comprometidos com o regime autoritário, ao sair vitoriosa, em meados dos anos de 1980, a própria transição democrática, configurou-se também com um caráter progressista. Este caráter assumido pela redemocratização impossibilitou as forças políticas que compuseram a base do regime anterior de se contrapor a tal retórica. Rodrigues (2001) nos ajuda a compreender porque a transição conservadora assume também um caráter progressista, segundo o autor, as emergências de movimentos populares e de um novo sindicalismo trouxeram novas formas de fazer política para a vida social brasileira.

Nesse sentido, mesmo forjando, em seu nascimento, um forte caldo de cultura anti-institucional, os movimentos populares ajudaram a montar – justamente na medida em que constituíram um campo ético-político – um novo paradigma discursivo e um novo estoque de práticas políticas que incidiram sobre o comportamento dos atores presentes na arena política nacional, notadamente a oposição democrática ao regime militar, liberal ou esquerda (RODRIGUES, 2001:36).

Opondo-se ao regime que ruía e conquistando forte apoio popular por sinalizar novas formas de fazer política, o campo ético-político dos opositores ao regime militar, os liberais e a esquerda, juntos encarnavam a perspectiva do novo contra o velho e, neste sentido foram capazes de impor sua retórica progressista aos agentes até então engajados na sustentação do regime que se findava.

A intervenção pública deste campo plasmado no bojo do ciclo de saída do autoritarismo ajudou a moldar o comportamento de atores que, em boa medida, foram chamados a participar (e de fato participaram) dos pactos fundantes da institucionalidade reclamada pela democracia pós-1985 (RODRIGUES, 2001:36).

A democracia brasileira renasce nestas condições: um consenso progressista em uma transição conciliadora, variáveis importantes para explicar o sistema político que começava a se desenhar.

A pecha de ser uma transição negociada acabou fazendo com que seus condutores – líderes políticos moderados, mas democratas – se tornassem mais vulneráveis às críticas quanto às limitações do novo regime e, por conseguinte, mais sensíveis às pressões das forças políticas que clamavam pelo aprofundamento da democratização (KINZO, 2001:8).

---

de saúde se comprometera em fazê-lo apenas após a posse, pois temia a reação da “linha dura” do regime militar ao saber de seu adocimento.

O PMDB articulava a cooptação de dissidentes do regime; outros atores relevantes como o PDT (Partido Democrático Trabalhista) de Leonel Brizola<sup>16</sup> chegou a propor a prorrogação do mandato do então presidente, José Sarney, e uma posterior eleição direta, de modo a evitar retrocessos que pudessem surgir da reação aos avanços obtidos. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sob o comando de Ivete Vargas aderiu às forças pró-regime em troca de cargos no governo. A única força social e política a se opor a saída conciliadora foi o PT (Partido dos Trabalhadores), fundado pela convergência de grupos que resistiram à ditadura militar; novo sindicalismo; intelectuais de esquerda; movimentos populares e setores progressistas da Igreja Católica. Era um partido de esquerda de tipo novo no Brasil, nem comprometido com o corporativismo sindicalista da herança varguista, nem com socialismo real que ruía no leste europeu.

Com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura. [...] Mesmo com Sarney na presidência, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista (NOBRE, 2013:6).

Sobre o sistema político brasileiro ou arranjo institucional construído na transição, Abranches (1988) produz uma definição, que se consolida nas análises políticas brasileiras, ao falar de um “presidencialismo de coalização”. Combinavam-se nele as características do presidencialismo, em que o chefe do executivo é eleito diretamente e tem mandato independente do poder legislativo, com a da coalizão que guardava os aspectos típicos do parlamentarismo, em que múltiplas forças políticas compondo o sistema disputariam espaço no parlamento em busca de ser a força majoritária ou relevante para compor o governo.

Abranches recorda que “a lógica de formação das coalizações tem, nitidamente, dois eixos: o partidário e o regional (estadual)” (1989: 22), sobretudo, em um país de dimensões continentais que abraça seu sistema multiplicando os partidos. O desafio estava, portanto, em conciliar as facções políticas e o peso político das regiões.

No que se refere ao modelo de sociedade, o nacional-desenvolvimentismo via-se gravemente abalado, por um lado porque as saídas keynesianas para o desenvolvimento tinham sido trocadas por uma nova ortodoxia econômica nos países centrais – o que nos anos 1980 ainda não se refletia como consenso majoritário entre as elites econômicas,

---

<sup>16</sup> Maior liderança trabalhista do Brasil no período pós-ditadura militar, exilado durante a ditadura, retornou após a lei de anistia de 1979. Herdeiro político de Getúlio Vargas e João Goulart reclamou para si o direito de registro do PTB – Partido Trabalhista do Brasil, mas perdeu a sigla para Ivete Vargas que levou a sigla trabalhista para junto aos militares.

políticas, burocráticas e intelectuais brasileiras – por outro, perde sua dimensão autoritária nas décadas anteriores que havia corroído muito de sua legitimidade social. Assim, ao longo dos anos 1980, o social-desenvolvimentismo configura-se como uma alternativa emergente ao modelo de sociedade modernizante e autoritário.

O novo modelo, fruto, a nosso ver, da atuação de duas variáveis: a) pressão popular e b) legado desenvolvimentista trazem um caráter democrático renovado. A pressão popular realizada pelos movimentos sociais trazia a público, demandas por direitos há anos reprimidas e o desenvolvimentismo, como conjunto de ideias e valores, era reivindicado por forças políticas que estiveram alijadas do processo político por todo o regime militar e não encontrava resistência à altura de outros grupos políticos, sociais ou empresariais. A variável legado do desenvolvimentismo fora composta tanto pelos agentes renovados que chegavam do exílio como pelos novos que emergiram do novo sindicalismo, também pela ação de agentes do Estado e intelectuais que o defendiam, conferindo-lhe um caráter heterogêneo, mas atuando em mesmo sentido, que era a defesa do papel do Estado como indutor e garantidor do desenvolvimento econômico.

A variável pressão popular, presente já na fase anterior, portanto, antes deste momento crítico, se renovou com o fim do ciclo de lutas políticas promovida pelo *movimento cívico*, e pelo início do *movimento cidadão*, em particular com a abertura política. As campanhas das diretas mobilizaram a nação e a colocaram em movimento, fazendo crer que a democracia além de garantir e respeitar direitos individuais e restituir direitos políticos era o caminho para a superação da histórica desigualdade reinante no Brasil, abrindo um novo horizonte para o encontro entre sociedade e Estado, perdido com o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar que o seguiu. Se, com a eleição indireta em 1985, parte da luta foi frustrada, esta se renovava no embate em torno do texto constitucional.

Eis que, fruto da luta dos novos atores sociais, na nova constituição estava garantido o caráter social e democrático da sociedade brasileira, assim, dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre seus Princípios Fundamentais, em seu art. 3º (incisos de I a IV):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil  
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 II - garantir o desenvolvimento nacional;  
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988:3).

O texto constitucional é claro: a sociedade brasileira se assenta na justiça social. É neste flanco que se reinsere a segunda variável de nossa análise sobre o modelo de sociedade, o “legado desenvolvimentista”. O desenvolvimentismo, mesmo sofrendo

críticas decorrentes de seu histórico autoritário, foi compreendido pelos agentes sociais, políticos e legisladores na constituinte como a base capaz de garantir condições de efetivação dos direitos sociais, e é por isto que a garantia do desenvolvimento nacional é uma tarefa do Estado brasileiro. Como dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre a Ordem Econômica e Financeira, em seu art. 170, e sobre a Ordem Social, no art. 193:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios  
[...]Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social (BRASIL, 1988:119-131).

O legislador constituinte acatava o consenso majoritário naquele momento, de que é papel do Estado garantir a justiça social e, para tanto, se fazia necessário criar as bases econômicas para que os objetivos fossem inseridos na forma de política pública. Esta base deveria respeitar a livre iniciativa, portanto, a propriedade privada, mas atendendo um objetivo considerado maior, do bem-estar e da justiça social. No texto constitucional brasileiro, convivem, pois, tanto as bases para um estado de bem-estar social como as condições para um bem-estar liberal, quando este último atuar no sentido de garantir o primeiro.

Conforme dito por Sallum, “no que diz respeito às disputas políticas relativas à intervenção estatal na esfera econômico social, [...] elas têm sido moldadas desde o final dos anos 1980 por três ideários principais, o neoliberal, o neodesenvolvimentista e o estatal-distributivista” (2013:62), portanto, três perspectivas econômicas e sociais presentes no período da constituinte. Entretanto, estas tinham pesos e forças profundamente desiguais no debate político onde as forças políticas de esquerda, de centro e parte da direita eram hegemonicamente desenvolvimentistas, nas suas mais variadas colorações. No momento crítico do modelo de sociedade, “de fato, apesar de decadente, o modelo nacional-desenvolvimentista – é verdade que permeado por conquistas democratizantes – foi juridicamente consolidado através da constituição de 1988” (SALLUM, 1999:27).

A constituinte configurou-se no espaço privilegiado de mediação para a construção de um novo pacto nacional. A emergência de múltiplos partidos e o fim dos limites de expressão política possibilitaram que os partidos centristas, classistas e trabalhistas, com representação no Congresso e Assembleia Constituinte, atuassem como canais de expressão popular e legítimos mediadores políticos de demandas sociais. Na Constituinte tem início o processo de interlocução sistêmica entre alguns partidos políticos e a sociedade civil organizada.

### 2.1.3 Democracia com ênfase no econômico

A distensão e a transição encerradas fazem emergir uma nova fase que tem se convencionalmente chamado de “Nova República”, enquadramento que nos parece carecer de maior precisão para o fito de nossa análise, pois esta *nova república* se apresenta composta por dois momentos distintos, um primeiro que se caracterizou pela estabilização econômica de caráter liberal, que trataremos agora, e outro, que veremos à frente, de uma inflexão mais social.

A definição de Abranches (1988) de que o sistema político brasileiro é um presidencialismo de coalização expressa, segundo o autor, um sistema político com traços de presidencialismo imperial, o que tem relação direta com o centralismo do poder político na história brasileira. Nestes moldes, a coalização tenta articular os interesses regionais e, na medida do surgimento de uma sociedade gradativamente mais diversificada e com ampliação dos tipos de arranjos partidários, novos aspectos passam a ser contemplados, mas sem a perda da capacidade de se absorver o velho, reforçando o caráter conservador da transição política democrática.

Para Nobre (2013), a definição de Abranches é correta, porém, incompleta, conferindo à operação do sistema político brasileiro contemporâneo um nível de legitimidade não existente. Desta forma, Nobre propõe uma definição complementar, que vai além das formalidades do sistema político, incorporando também em sua definição os elementos de uma cultura política autoritária, patrimonialista e clientelista, elementos pré-democráticos, que se atualizaram em formas compatíveis com o sistema de “presidencialismo de coalização” e que o autor chama de *pemedebismo*.

Nobre (2013) nos permite entender que pelo fato do processo de transição democrática ter sido conservador, mas assumir um caráter retórico progressista, seu fiel depositário foi o PMDB, em torno do qual se construiu uma unidade forçada que incorporou parte das forças políticas autoritárias. O *pemedebismo* configurou-se como a articulação entre a formalidade institucional do presidencialismo de coalizão e a cultura política pretérita, com as seguintes propriedades:

[...] **o governismo** (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); **a produção de maiorias legislativas**, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a “governabilidade”; funcionar segundo um **sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos**; fazer todo o possível **para impedir a entrada de novos membros**, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; **bloquear oponentes** ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto

(exceto em polarizações artificial que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral) (NOBRE, 2013: 9. **Grifos nossos**).

A cultura política do pemedebismo utiliza-se das relações entre Executivo e Legislativo para barganhar espaços, vetar adversários e ampliar sua participação em governos, sejam quais forem eles. Os primeiros traços do pemedebismo surgem no colégio eleitoral em 1985 e a segunda grande aparição de sua lógica de operação política deu-se na Constituinte, quando os parlamentares se viram pressionados por movimentos sociais organizados a incorporar no texto constitucional os anseios populares na forma de direitos sociais. É neste momento que se trava a disputa em torno da outra face do momento crítico brasileiro, o modelo de sociedade, e foi em resposta ao modelo democrático e social que fazia pressão sobre os congressistas que se articulou por dentro do PMDB o chamado “Centrão”, que eram forças políticas com caráter conservador, mas que, pelo consenso majoritário de retórica progressista, não podiam assumir esta matriz política. O “Centrão” atuou como um processo de convergência de múltiplos interesses e, pela primeira vez, exerceu seu poder de veto às demandas sociais, impedindo que a Constituição de 1988 tivesse uma feição ainda mais social e intervencionista por parte do Estado.

Um momento importante para consolidação do pemedebismo foi como a classe política compreendeu a crise e o *impeachment* de Fernando Collor de Melo.

A resposta do sistema político ao processo de *impeachment* não foi uma reforma radical que o abrisse para a sociedade. Pelo contrário. Fincou-se como verdade indiscutível que Collor tinha caído porque não dispunha de apoio político suficiente no Congresso, porque lhe teria faltado “governabilidade”. Surgiu nesse momento a exigência, a partir de então inquestionável, de que esmagadoras maiorias suprapartidárias, segundo o modelo do Centrão da Constituinte, seriam indispensáveis não apenas para bloquear movimentos como o do *impeachment*, mas para que fosse possível governar. Foi assim que o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada (NOBRE, 2013:6).

O pemedebismo – que por nós é entendido como uma lógica de operação do sistema político brasileiro – e o condomínio pemedebista – como uma rede de parlamentares que atua no Congresso para pressionar o Executivo em troca de favores e espaços - consolida-se nos anos de 1990, pós-Collor, como uma forma antissocial e anticontestatória das relações entre sistema, agentes políticos e a sociedade em que a capacidade de mobilizar a sociedade para impactar a política se reduz: “Até o final do mandato de Itamar Franco, em 1994, as ferramentas de blindagem foram sendo

produzidas, testadas e aperfeiçoadas. Seu desenvolvimento se deu ao longo dos dois mandatos consecutivos de FHC (1995-2002)” (Nobre, 2013:7) <sup>17</sup>.

Uma das garantias que o pemedebismo oferecia ao Executivo era blindá-lo da pressão popular garantindo governabilidade, tal garantia se efetivava na medida em que a fragmentação partidária - trataremos a frente - era minimizada pela formação de um grande bloco de apoio político no Congresso em troca e espaços e favores no governo. Tal lógica era vantajosa para ambos, a um garantia governabilidade, a outros na medida em que unidos em seu pragmatismo e fisiologismo aumentavam sua capacidade de pressão, veto, contra veto e mesmo de chantagem política. Tratava-se de instituir na política ordinária a experiência do Centrão na Constituinte, já que se percebia que a fragmentação partidária tornava os parlamentares mais suscetíveis a pressões exógenas ao sistema político, como os movimentos sociais, a opinião pública e a opinião publicada da mídia.

O fechamento do sistema político para a contestação social fez emergir, como ator relevante, a *massmidia*, de um lado, mecanismo de vazão para algum clamor popular e, de outro, ela mesma produzindo suas próprias investigações e denúncias.

[...] os canais de expressão das forças de oposição ao pemedebismo se estreitaram. A força das ruas que derrubou Collor foi substituída pouco a pouco pelo clamor da “opinião pública”. E a opinião pública foi substituída pela opinião da grande mídia. Para obrigar o sistema a mudar, pouco que fosse, era necessário produzir campanhas intensivas de denúncias vocalizadas pela grande mídia (NOBRE, 2013:7).

Os veículos de mídia ao se tornarem mediadores entre sociedade e Estado conforme se valiam da alegoria discursiva de “opinião”, tendo, ao mesmo tempo, como grande corporação empresarial, uma adesão política própria traz um impasse à democracia, cabendo indagar acerca de sua lisura como veículo decisivo na divulgação de informações e versões ao público eleitor.

No Brasil dos anos 1990, dois discursos políticos ideológicos se enfrentavam. De um lado os que haviam feito adesão às concepções liberalizantes que se esforçavam para convencer fatias cada vez maiores da sociedade de que as privatizações e consequente redução do tamanho do Estado eram necessidades intrínsecas da dinâmica econômica, Bastos (2012). Tal discurso também se esmerava em não deixar dúvidas ao

---

<sup>17</sup> Observa-se que foi no uso da estratégia pemedebista que o governo de Fernando Henrique conseguiu realizar as privatizações, BASTOS (2012). Também é fruto desta forma de relação política a emenda constitucional que permitiu a reeleição para o Executivo nos três níveis da federação. Mesmo havendo denúncias de compra de voto parlamentar para tais vitórias, elas não prosperaram e nenhuma investigação foi realizada. O último governo de FHC viu-se desgastado pelos limites da própria receita de estabilização econômica implementada, mas também pelo desgaste do modo de governar imposto pelo pemedebismo, que garantira a governabilidade.

eleitor de que os temas políticos não passavam de decisões tecnocráticas, dos *expertises*, e o mais era demagogia.

Em uma conferência em Washington, publicada no Caderno Mais! da Folha de S. Paulo, em 28 de maio de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC-1995) corretamente colocou o desenvolvimento como sendo “o mais político dos temas econômicos” Não obstante, seu governo foi o que consolidou a falsa visão, difundida pela teoria econômica ortodoxa, de que a condução da política macroeconômica era uma questão técnica que deveria ser isolada dos debates políticos (TEIXEIRA E PINTO, 2012:910).

Por outro lado, um discurso de corte ideológico e nacionalista apontava que o que, nos anos 1990, será chamado neoliberalismo tratava-se de decisões políticas que priorizavam criar as condições para uma reestruturação do capitalismo nacional objetivando uma inserção subordinada do país na globalização que, contudo, mantinham intactos os interesses das classes privilegiadas, sócias (minoritárias) do capital internacional.

Ambos os discursos foram se enraizando e configurando dois pólos discursivos e de blocos partidários, mas, não sendo nenhum dos dois pólos a ampla maioria, era necessário atrair grupos sem identificação ideológica para si. Consolida-se, aos poucos, a polarização entre PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), dissidência à esquerda do PMDB na época da ruptura, e PT. Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente em 1994, proclamava ser seu governo a superação do “varguismo” (síntese do projeto desenvolvimentista) que, segundo ele, “atravancava” o crescimento do país. Para Sallum (1999), isto fez com que as conquistas da constituição de 1988 fossem, muitas vezes, postas em xeque:

[a] Constituição de 1988 um alvo de ataque de médio e longo prazo das elites empresariais e de seus porta-vozes intelectuais e políticos e, inversamente, trincheira de defesa das organizações operárias, de funcionários públicos, de empregados das empresas do Estado e da classe média assalariada, especialmente da ligada aos serviços públicos (SALLUM, 1999:27).

O social-desenvolvimentismo posto na Carta Constituinte que abria um novo ciclo de lutas política ao possibilitar, dentre outros, o surgimento do movimento institucionalizado, o fortalecimento de diversos movimentos sociais rurais bem como o surgimento dos novos movimentos sociais passa a ser limitada pelas reformas liberalizantes que vêm a se interpor ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional e provedor de direitos sociais.

Como se sabe, as reformas empreendidas durante os oito anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como presidente seguiam nas linhas gerais aquelas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington, como a abertura comercial e financeira, as privatizações e as reformas pró-mercado (que eliminaram a capacidade de planejamento e intervenção do Estado na

atividade econômica) e a condução ortodoxa da política econômica (juros altos e contenção de gastos correntes) (TEIXEIRA; PINTO, 2012:916).

Neste cenário de contradições, a versão liberalizante do Estado consegue, porém, a estabilização econômica e o controle da inflação, respondendo em significativa medida, anseios da população. O plano econômico estabilizador – Plano Real - porém, transformou o Estado em agente de sua autodesregulamentação: “o Estado tem de intervir para deixar de intervir, também só um Estado forte pode produzir com eficácia a sua fraqueza” (Santos, 2002:42). O preço a se pagar era a flexibilização do processo de acumulação pelo capital financeiro e a desregulamentação de direitos previdenciários e trabalhistas, deixando ainda mais distante o sonho social-desenvolvimentista contido na Constituição de 1988.

Tais reformas não proporcionaram o esperado desenvolvimento, na verdade, produziu uma situação de instabilidade macroeconômica permanente e a um padrão de crescimento *stop and go*, dada a elevada vulnerabilidade externa da economia no período, abalada frequentemente pelas turbulências do mercado financeiro internacional, às quais se respondia com juros elevados (para atrair o capital estrangeiro ou desestimular sua fuga) e contenção de gastos e investimentos públicos. Isso conduziu à explosão da dívida pública externa e principalmente a interna. O resultado foi à expressiva queda da formação bruta de capital da economia como a porcentagem do PIB, entre 1995 e 2002, elevado desemprego e baixas taxas de crescimento, além da deterioração fiscal (TEIXEIRA; PINTO, 2012:916).

O ciclo político nacional dos anos 1990 não foi marcado só pela imposição de limites econômicos e fiscais ao projeto de sociedade enunciado pela Carta Constitucional, mas também por restrições políticas, fosse já durante o governo de Fernando Collor, com sua visão shumpeteriana de democracia (SALLUM, 1999) ou, também, ao longo do governo FHC que optou por reforçar as relações na política institucional e se afastar dos movimentos coletivos e organizações da sociedade civil.

[...] o governo Fernando Henrique não fez esforço para obter a contribuição positiva de organizações societárias para a execução de seu programa. Quer dizer, não apenas procurou desmobilizar a oposição, mas desprezou a mobilização social em seu favor. Quase sempre procurou aprisionar a política nas arenas institucional e de influência, isolando a política da sociedade organizada (SALLUM, 1999:43).

Desta forma, o pemedebismo se desenvolveu plenamente, conforme antecipamos, em sua lógica de construção de governabilidade com a blindagem às pressões sociais. Na mesma conjuntura, via-se, como contraponto, o crescimento da figura pública de Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do PT e do novo sindicalismo, combatente, forte opositor do pemedebismo e do neoliberalismo de FHC. Scherer-Warren (2012), ao destacar a força dos novos movimentos sociais nos anos 1990, aponta que “muitos atores coletivos viram na figura de uma liderança histórica (Lula) do “novo sindicalismo”, a possibilidade de acesso ao poder, com a criação de

canais de negociação mais direitos” (SCHERER-WARREN, 2012:83). A opção dos movimentos sociais por Lula implicava uma inflexão, a saber, não bastava aos movimentos sociais pressionar o Estado para os avanços sociais, mas dever-se-ia buscar o próprio exercício do poder e a condução do Estado. Lula, o PT e a ideologia petista tornaram-se, nos anos 1990, uma enorme força capaz de mediar os interesses que se desenrolavam na sociedade, conseguindo impactar a agenda parlamentar, impor barreiras à agenda liberalizante e, em algumas experiências de gestão pública em municípios e estados, conduzir processos exitosos de diálogo entre sociedade e poder público.

Fica claro que, ao longo desta primeira fase da democratização, dois caminhos de transição diversos se apresentam. O sistema político chamado de presidencialismo de coalizção consolida-se do ponto de vista formal e recebe reforços mediante a solução de “governabilidade” ao modo do pemedebista, descrita por Nobre (2013). Outro reforço positivo ao sistema político de “blindagem” emerge da forma de gestão de FHC que, em nome das reformas liberalizantes, fechou o Executivo Federal às demandas populares, contando com o apoio do pemedebismo no Congresso. Construía-se uma nova hegemonia: “grande maioria dos parlamentares, burocratas e dirigentes do Executivo, empresariado de todos os segmentos, mídia, etc. – com larga penetração na classe média e em parte do sindicalismo urbano e na massa da população” (SALLUM, 1999:32). Dessa forma, as reformas liberalizantes atuaram no desmonte dos dispositivos legais da dimensão econômica do social-desenvolvimentismo e o pemedebismo na construção de barreiras à participação popular.

É necessário tecermos uma análise crítica sobre o pemedebismo como lógica de operação do sistema político brasileiro e ao mesmo tempo rede de parlamentares e agentes políticos no Congresso para pressionar o Executivo. Tal forma de atuação nos parece tão forte e tão sistemática que já a partir do governo Fernando Henrique Cardoso desvirtuara o presidencialismo de coalizção de Abranches (1989), mantido em sua formalidade. Não nos esqueçamos de que esta definição postula um sistema híbrido tipicamente brasileiro entre presidencialismo e parlamentarismo, para solucionar o problema da legitimidade equacionando três fatores, pluralismo, regionalismo, mas também a tradição de centralização administrativa brasileira. Acreditamos que o pemedebismo produzira mudanças práticas tão profundas nas formas de relacionamento entre poder Legislativo e Executivo, que não cabe nomear o sistema político que emerge pós-impeachment de Collor de presidencialismo de coalizção. Como diz Nobre (2013), é legítimo demais para as reais práticas que institui, mas também não cabe tomá-lo pela

lógica ou rede que o compõe, o pemedebismo ou o condomínio pemedebista (NOBRE, 2013), desta forma o enquadraremos como presidencialismo de concessão.

Em nossa visão esta nova forma de presidencialismo se assenta na operacionalização de uma lógica de sustentação de governo chamada governabilidade. Assim como a definição de pemedebismo de Nobre (2013), em que para o Executivo Federal funcionar precisa fazer concessões a diversos blocos de interesses, a governabilidade torna-se o dispositivo operacional e também uma categoria retórica do jogo político para legitimação junto à opinião pública das concessões de espaço no Executivo para agentes ligados ao Legislativo. Governabilidade e pemedebismo são peças que se encaixam em um intrincado jogo político, a primeira é o objetivo de qualquer governo, o segundo é a forma como blocos, que juntos tornam-se majoritários no legislativo, algo como 45% a 55% na Câmara dos Deputados, se propõem a sustentar o governo. Desta forma, governa melhor quem mais concede espaços em seu governo a possíveis adversários de ocasião, os conteúdos programáticos são subvertidos por ações exclusivamente pragmáticas de cálculo eleitoral e de maioria no Congresso.

Falamos em concessão por percebermos que é o Executivo que depende do Legislativo nesta complexa relação. No jogo da dádiva quem terá de oferecer primeiro é o governo, em eventuais crises na sustentação do governo quem terá de reconstituir a relação é o Executivo. O pemedebismo se perenizou no Congresso brasileiro desde o pós-Collor, mudam parte dos atores, mas as práticas, redes e estratégias continuam sendo passadas dos que permanecem para os novos. São os governos que são montados e desmontados a cada quatro anos, mesmo em caso de reeleição, e são eles que vão à busca de novas sustentações, às vezes ao longo de todo o governo. Esta relação de perenidade de uma lógica de pressionar o governo com a precariedade do instituto da governabilidade tem sido contornada através do instrumento da concessão de espaços políticos, administrativos, liberação de verbas e favores, sempre crescentes, mesmo em governos como de FHC, de redução do Estado.

Além da herança política da transição conservadora e do verniz progressista que permitiu a sobrevivência na Nova República de velhas práticas e agentes políticos, características do próprio sistema político brasileiro podem ser responsáveis pela transformação deste em um sistema de concessões. Por um lado podemos destacar a coligação para os cargos proporcionais e a relação destes com o acesso ao tempo de mídia, rádio e televisão, o que tem estimulado a formação de coligações eleitorais amplas a fim de obter o maior tempo possível de exposição, principalmente na TV durante o período eleitoral. Esta lógica opera positivamente para o grupo que agrega o

maior número de partidos com grande peso no Congresso e como formula negativa sobre os menores, portanto, o resultado das eleições começa a ser disputado antes mesmo do período eleitoral, subvertendo a regra do sistema. Uma segunda variável importante para esta mudança é a tendência à fragmentação da representação parlamentar, como apontava Abranches (1989):

[...] na Assembleia Nacional Constituinte, existem quatro partidos com mais de 5% de cadeiras na Câmara, tornando o nosso sistema multipartidarismo rigorosamente médios e desmentindo a preocupação exagerada, hoje, com a “proliferação excessiva de partidos” (ABRANCHES, 1989:12).

Como podemos perceber Abranches (1989) acreditava que quatro partidos com mais de 5% de representação no Congresso não só era razoável por ser mediano ao comparar com outras democracias, como era infundada a preocupação com um possível excesso de partidos. O sistema político brasileiro ao longo dos anos 1980 encontrava-se ainda em formação, portanto muito da pluralidade social e política nacional ainda não havia se traduzido em formas partidárias. Partidos importantes que viriam cumprir papel relevante nas fases subsequentes estavam em formação, como é o caso do PSDB criado só em 1988, que elegeria na década seguinte o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, duas vezes presidente da república. Como o processo de incorporação dos velhos agentes e práticas políticas na nova ordem ainda não haviam instituído formas diversas de transformar o pluralismo e a abertura a novos grupos políticos em mecanismo de reafirmação do poder de velhas elites locais, entre elas: a construção de partidos “fisiológicos” criados para busca de recursos junto a legendas maiores ou simplesmente a constituição de partidos ausentes de quaisquer ideologias, adequados às ações de conveniência política, em que se empresta ou aluga uma legenda para cumprir propósitos pessoais ou familiares.

No atual quadro partidário brasileiro se percebe a influência clara de um processo de transição negociado em que não houve ruptura política conformando uma situação com aspectos positivos e negativos.

A sociedade brasileira ainda não tem do ponto de vista partidário uma estabilidade política, isso fica demonstrado pelas pautas do debate político estabelecida na Câmara Federal e Senado com o conseqüente deslocamento das questões centrais na política nacional.

Diferentemente do que pensava Abranches (1989), como poderemos notar com a tabela 1, as preocupações com o excesso de partidos e a fragmentação do Congresso se confirmaram.

**Tabela 1- Número de Partidos com representação na Câmara Federal e dos partidos com mais de 5% na mesma casa de 1986 a 2014.**

Anos	Partidos com representação	Partidos com mais de 5% de representação
1986	12	4
1990	19	8
1994	18	7
1998	18	6
2002	15	7
2006	21	6
2010	22	8
2014	28	7

Fonte: Elaboração do autor. Baseado em: Câmara de 2014 - UOL; Câmara de 2010 - UOL; Câmara de 2002 e 2006; UOL Câmara de 1998- RODRIGUES (2002); Câmara de 1994- RODRIGUES; Câmara de 1986; ABRANCHES (1989)- Câmara de 1986, 1990, 1994 e 1998 – LIMA (2005).

Como podemos perceber após a Assembleia Constituinte se estabeleceu um padrão no qual há uma grande representação de partidos na Câmara e o número daqueles com mais de 5% não foi inferior a seis, portanto um número alto. Os governos passaram a contar com um Congresso tendencialmente mais fragmentado, no qual alguma lógica de articulação de interesses para além dos partidos poderia surgir, uma delas sem dúvida é foi o pemedebismo, que garantiu governabilidade e blindou o sistema político das pressões populares.

Podemos afirmar que a lógica do pemedebismo, mais a necessidade de governabilidade e a opção de FHC de distanciar-se da sociedade civil organizada para sustentar seu governo e produzir as reformas liberais a que se comprometera, operou positivamente para instituição oficiosa de um “novo” sistema político, aquele que tomamos pela sua principal característica, a concessão de espaços, recursos e favores.

#### **2.1.4 Democracia com ênfase no social**

O novo ciclo político que se inicia a partir de 2003 tem relação direta com o Partido dos Trabalhadores e sua maior figura pública, Luiz Ignácio Lula da Silva, já que, ao longo dos anos 1990, ambos conseguiram se projetar como o oposto do pemedebismo, o que significava uma forma de fazer política não autoritária, mas

participativa com críticas severas aos conchavos e alianças de conveniência, destacando uma conduta ética diferenciada somada ao duro combate à corrupção.

Lula sintetizou em si, na perspectiva dos movimentos sociais, a *esperança*. Não por outra razão o *slogan* “A esperança venceu o medo” surgiu como uma eficiente resposta de *marketing* eleitoral nas eleições de 2002, quando a estratégia de seu adversário jogava com estigmas e preconceitos em relação ao Partido dos Trabalhadores e seu presidencial, criando um clima de terror e medo. Eleito como presidente no pleito de 2002, após derrotas anteriores nas eleições de 1989, 1994 e 1998 - em que havia trilhado o caminho do enfrentamento - que fizeram com que o PT optasse desta vez, por uma estratégia de conciliação e a construção de uma imagem mais moderna, o que significava abandonar parte do apelo crítico marxista e *outsider* ao sistema político e mostrar-se mais palatável e dotado de experiência de gestão, mais propositivo e com menos denúncias, ou seja, aceitava-se a regra do jogo e o joga. Esta mudança foi lida como assimilação à ordem pelos mais críticos ou como uma estratégia de construção de hegemonia, pelos mais adeptos a tais atualizações.

A eleição de Lula, em 2002, para parte importante dos atores políticos, artistas, intelectuais e segmentos mais progressistas da sociedade brasileira, era “o encontro do Brasil consigo mesmo”, na medida em que simbolizava os “humildes” que nunca chegaram ao poder neste país. Lula mobilizava em sua posse grande parte da nação em torno da expectativa da mudança social e da construção de um Estado justo com a redução da desigualdade social e a superação de uma nociva cultura política em vigor. Ao mesmo tempo, a democracia fortalecia-se com a passagem de poder de um presidente para o outro de maneira tranquila nos marcos da legalidade, mesmo que o sucessor, em muito, provocasse dúvidas nas elites e agitasse as camadas populares e médias da população em torno de transformações significativas. Este novo ciclo político parecia se apropriar dos avanços da estabilidade econômica, conseguida no governo de Fernando Henrique Cardoso, para viabilizar o acesso a serviços públicos básicos por setores da sociedade historicamente excluídos aos quais também se garantia, a partir de então, o ingresso no mercado de consumo dos bens da modernidade.

O Partido dos Trabalhadores, Lula e sua eleição representavam dois vieses da crítica à política brasileira e às relações entre Estado e sociedade, uma propriamente de esquerda, que era a crítica ao avanço do “neoliberalismo” no governo de FHC, assumida pelos setores mais politizados da sociedade brasileira e, em 2002, foi traduzida para o amplo eleitorado como forma de enfrentamento da crise econômica que atingia o país desde 1997. Num segundo viés, o PT se propunha a realizar uma mudança ética na

política brasileira, tendo, ao longo de sua história partidária, passado distante de escândalos, esquemas de corrupção e investigações, situando-se invariavelmente no campo da denúncia e na oposição ao pemedebismo. Esta imagem moralista continha uma crítica mais profunda ao modo de fazer política no Brasil, caracterizado pelo assistencialismo, clientelismo e patrimonialismo, “o PT pretendeu ser o portador de duas missões históricas: combater desigualdades de todo o tipo e reformar radicalmente o sistema político, eliminando a tecnocracia e o pemedebismo” (NOBRE, 2013:22), retomando, pois, o caminho do social-desenvolvimentismo.

Para melhor dialogar com o eleitorado, o PT, porém, *despolitizou* sua crítica, substituindo-a, em diversos momentos, por uma abordagem moralista da política, configurada num esquema simplista em que a esquerda era retratada como boa e ética e a direita como má e corrupta.

Se nos dois primeiros anos de governo desenvolveu-se uma estratégia de governabilidade que preteriu o PMDB, o próprio pemedebismo como cultura política não havia sido derrotado. Em após a crise desencadeada pelo escândalo do “mensalão”<sup>18</sup>, em 2005, o governo petista se via acuado, e de antagonista ideológico o PMDB se tornaria a base do governo a fim de isolar somente o PSDB e os partidos que orbitassem a seu redor, a partir daquele momento seu concorrente na gestão do “condomínio do pemedebismo”.

Uma crescente blindagem do pemedebismo contra a sociedade foi o preço que o governo Lula decidiu pagar não apenas para programar seu projeto reformista, mas para tentar se manter no poder na eleição presidencial de 2010. O ponto máximo dessa linha de atuação foi a defesa aguerrida que fez o governo de José Sarney em 2009, quando o presidente do Senado, durante mais de quatro meses, foi acossado por uma série de graves denúncias. A partir desse momento, a blindagem do sistema político em relação à sociedade se completou (NOBRE, 2013:27).

O pemedebismo configurava-se desde os anos 1990 como uma máquina de conquista de espaços dentro do governo federal. Mesmo em momento de redução do tamanho do Estado, coube ao governo FHC ceder àquele as franjas do Estado, loteando-as para garantir sua estabilidade política. A mesma lógica que à qual o PT adere ao ocupar o pemedebismo pela esquerda.

Se a “rendição” do governo petista ao pemedebismo só ocorre após sua maior crise política até então, em relação ao neoliberalismo, isto começou a se dar desde o processo eleitoral em que o comitê de campanha lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”, descrita por Singer (2012) como sendo o instrumento simbólico que reorientou o partido

---

<sup>18</sup>Trata-se do nome popularizado por veículos de mídia do objeto penal da Ação Penal 470, julgada no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012.

para chegar ao poder, dando vazão a um espírito distinto do que o conduziu por vinte anos. Passara do espírito de Sion<sup>19</sup>, comprometido com as pautas históricas do partido, para o espírito do Anhembi<sup>20</sup> que, expresso pela primeira vez na “Carta”, apontava para o compromisso com a manutenção do modelo econômico do governo anterior, não quebra de contratos nem mudança da ordem econômica do país. Neste sentido:

as linhas mestras do regime de política macroeconômica do [segundo] governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante) foram mantidas pelo governo Lula. É possível, todavia, identificar em seu segundo mandato certa flexibilização na gestão da política econômica até então vigente (TEIXEIRA; PINTO, 2012:922. **Colchete nosso**).

Efetivamente, ao longo de todo o primeiro mandato de Lula, aplicou-se rigorosamente o receituário neoliberal e, após a crise do “mensalão”, houve uma absoluta adesão ao “condomínio pemedebista”, o que retirou da oposição tanto sua retórica econômica como sua tática de gestão do Estado, o que por efeito reduziu as diferenças entre os dois polos da política brasileira.

Só a partir do segundo governo Lula e, principalmente, após a crise econômica internacional de 2008 é que há uma flexibilização na gestão econômica e a adoção de algumas medidas menos ortodoxas, como a instituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e uma redução dos juros básicos da economia.

No 2º governo Lula, verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009 (TEIXEIRA; PINTO, 2012:923).

Neste período, houve uma ampliação dos gastos públicos com as áreas sociais, tanto porque a flexibilização da ortodoxia e o crescimento econômico garantiram fontes financeiras para ampliação do gasto absoluto como pelo reordenamento de prioridades, permitindo um crescimento relativo com estas áreas, o que lhe conferiu traços, como aponta Sallum (2013), de um liberal-desenvolvimentismo com certa dimensão social.

A sucessão de Lula por Dilma deixou claro que a estratégia liberalizante perdia um pouco de espaço dentro do governo (TEIXEIRA; PINTO, 2012; SALLUM, 2013; BRESSER-PEREIRA, 2012), ainda que se reafirmasse a estratégia política de gestão do “condomínio pemedebista”. Uma demonstração de força do pemedebismo na relação com o PT foi à coligação na eleição de Dilma Rousseff para Presidente da República em

<sup>19</sup>Refere-se ao espírito fundacional do PT, fortemente inspirado nos movimentos sociais e ancorado na teologia da liberação. Ver: SINGER (2012).

<sup>20</sup>Refere-se ao espírito reformulado do petismo nos começos do presente século, em que sinalizava simpaticamente as teses e interesses pró-mercado. Ver: SINGER (2012).

2010, que contou com dez partidos, desde os mais tradicionais partidos de esquerda e centro-esquerda como PT, PDT, PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil) a centristas do PMDB e direitistas do PR (Partido da República), PRB (Partido Republicano Brasileiro) e PSC (Partido Social Cristão), ainda aqueles com pouca identidade ideológica como PTN (Partido Trabalhista Nacional) e PTC (Partido Trabalhista Cristão). Tratava-se realmente de um “condomínio partidário”, em que o PT ocupava pela esquerda o pemedebismo e tentava, através deste, garantir alguma estabilidade política para o processo de sucessão presidencial.

O governo Dilma, em linha geral, foi marcado até os eventos de junho de 2013 como um governo que tentou recuperar o papel estratégico do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Adquiriu um caráter claramente mais intervencionista e definiu como principal mudança a relação entre o Estado brasileiro e o mercado financeiro (TEIXEIRA; PINTO, 2012). A redução mais rápida dos juros básicos para economia, determinada pelo Banco Central, e a redução dos juros dos bancos públicos tiveram o intuito de reposicionar a participação de setor financeiro na economia e na determinação da política econômica do país. Este enfrentamento custou caro para Dilma que teria sido punida por fazer aquilo que todos exigiam como apontou o sociólogo Adalberto Moreira Cardoso em entrevista à Folha de São Paulo (2013). Para o entrevistado, há um conluio antidistributivista no Brasil que promove os ganhos repentistas de parcelas da classe média e do empresariado:

Quando a taxa de juros chegou num patamar que todos, inclusive a FIESP, saudaram como uma taxa civilizada, juros reais de 2%, todo mundo começou a aumentar preço. Porque o empresariado no Brasil deixou de investir quando a taxa de juros ficou muito baixa, ao contrário do que acontece no mundo inteiro (CARDOSO, FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

Projetada na política por Lula como grande técnica e gestora, Lula a indicava para conduzir seu próprio legado. Este traço de “gerente” marcou todo o governo Dilma até os eventos de junho de 2013, mas isto de forma alguma a isentou do pemedebismo, muito pelo contrário, o governo dela em cada novo sinal de instabilidade no Congresso via-se na obrigação de ceder espaço ou aceitar os vetos dos aliados <sup>21</sup>.

No tocante à gestão e ao papel estratégico do Estado, uma alteração se deu desde o primeiro ano do governo PT, que foi a mudança da política externa, em que se atuou

---

<sup>21</sup> Um dos primeiros e marcantes episódios em que atuou a lógica do pemedebismo no governo Dilma foi quando a bancada religiosa pressionou a presidenta para que vetasse o Programa Escola Sem Homofobia que pretendia distribuir material educativo contra a discriminação de homossexuais e transexuais para professores do ensino médio. O veto foi tornado possível após o governo federal ser “chantageado” pelos parlamentares, afirmando que, caso não proibisse a distribuição do material, apoiariam uma CPI para investigar possível enriquecimento irregular do Ministro Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci. RAMAN, Clara. **Movimento gay reage a suspensão de kit anti-homofobia**. Carta Capital. 2011.

fortemente para que o Brasil passasse a ter uma inserção mais forte na América Latina, mais autônoma em relação aos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Como pontos altos desta política podem-se destacar a paralisação da negociação para implementação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), “congelada” desde 2005; o pagamento antecipado de dívidas junto ao FMI no final de 2005 e a emergência da estratégia de colaboração e parcerias com países em desenvolvimento e do Sul Global, que vem se consolidando em articulações como BRICs – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A segunda mudança relevante na gestão e papel do Estado foi à reorientação de parte da política econômica para ativação do mercado interno a partir de 2006 e, no período pós-crise de 2008, esta estratégia ficou ainda mais forte. Enquanto a maioria dos países no mundo enfrentou a crise econômica com políticas recessivas de corte de gastos públicos e redução de direitos sociais, no Brasil, a massa de milhões de pobres e excluídos foi encarada como passivo de um mercado interno que poderia ser expandido através da ampliação do crédito e do incremento de ganhos salariais, com transferência direta de renda e estímulo ao emprego.

A partir de 2006 (último ano do 1º governo Lula) e ao longo do 2º mandato de Lula, irá somar-se aos fatores externos a importante expansão do mercado interno, decorrente de certa flexibilização da orientação contracionista da política econômica. Essa flexibilização, associada às benesses externas, criou uma expansão econômica sustentada pelos investimentos e consumo das famílias (crescimento médio entre 2007 e 2010 de 10,5% e de 5,8%, respectivamente) que parece ter criado a partir de 2006 um consumo de massas o qual articula crescimento e distribuição de renda (TEIXEIRA; PINTO, 2012:926).

Nos dois governos de Lula, o crescimento médio do PIB (Produto Interno Bruto) foi de 3,2% e de 4,5%, este segundo em grande parte realizado durante e após a crise econômica de 2008. Quando comparamos com o governo anterior percebemos que o crescimento médio ao longo dos dois mandatos de FHC foi, respectivamente, de 2,5% e 2,1% (SINGER, 2012). O incremento do crescimento econômico nos dois governos de Lula, em muito, alentou a percepção de que se fechava no Brasil um período de quase três décadas de crescimento baixo ou mesmo negativo. Este ambiente econômico mais positivo possibilitou aos governos<sup>22</sup> ampliarem seus investimentos sociais e cumprir parte do programa de enfrentamento das desigualdades sociais. A tabela 1 nos permite avaliar a evolução dos gastos públicos em relação ao PIB no período de 1999 a 2012.

---

<sup>22</sup> SALES, Robson; SARAIVA, Alessandra. **Revisão do PIB eleva taxa de crescimento.** *Jornal Valor Econômico*. 2015.

Como podemos observar, no período de 1999 a 2002, há uma elevação do gasto público, não financeiro, de 1,2% em relação ao PIB, já no período petista a elevação foi de 2,5% do PIB. O que diferencia a elevação petista da anterior não é o ritmo, portanto, mas sim o tipo de gastos. Ultrapassando a definição estrita de gastos sociais, definindo-os como investimentos sociais, em que enquadramos o INSS - com a ampliação da cobertura de segurados e beneficiários bem como dos valores cobertos na base dos recebedores - o custeio com saúde e educação e outros, percebemos que estes investimentos em 1999 eram de 7,9% do PIB, em 2002 eram 8,8%, e em 2012 passaram a 11,5%. Se adicionarmos a isto o fato de o crescimento econômico médio de 1999 a 2002 ter sido de 2,1% do PIB, e o de 2003 a 2012 ter sido algo em torno de 3,6%, confirmamos que os recursos para investimentos sociais foram muito mais vultosos do que no período anterior.

Como podemos ver pela evolução do PIB per capita, entre 1999 e 2002, este cresceu 4,8%, passando de R\$ 16.050,00 para R\$ 16.800,00, já em 2012, totalizou R\$ 21.900,00 uma elevação de 30.4% em relação a 2002<sup>23</sup> - ano de início do governo petista e fim da era Fernando Henrique Cardoso.

**Tabela 2- Brasil, gastos não financeiros do governo federal 1999-2002, em porcentagem do PIB<sup>24</sup>.**

<b>Ano e variações</b>	<b>1999</b>	<b>2002</b>	<b>2012</b>	<b>Variação 1999-2002</b>	<b>Variação 2002-2012</b>
Pessoal	4,5%	4,8%	4,2%	0,3%	-0,6%
INSS	5,5%	6,0%	7,2%	0,5%	1,2%
Custeio administrativo	1,6%	1,1%	1,3%	-0,5%	0,2%
Custeio de saúde e educação	1,8%	1,8%	2,2%	0	0,4%
Outros gastos sociais	0,6%	1,0%	2,1%	0,4%	1,1%
Investimentos	0,5%	1,0%	1,1%	0,5%	0,1%
Outros gastos	0,1%	0,1%	0,1%	0	0
<b>Total</b>	<b>14,5%</b>	<b>15,7%</b>	<b>18,2%</b>	<b>1,2%</b>	<b>2,5%</b>

Fonte: MACEDO, Roberto. *Uma visão econômica e política dos protestos juninos*. São Paulo. 2014.

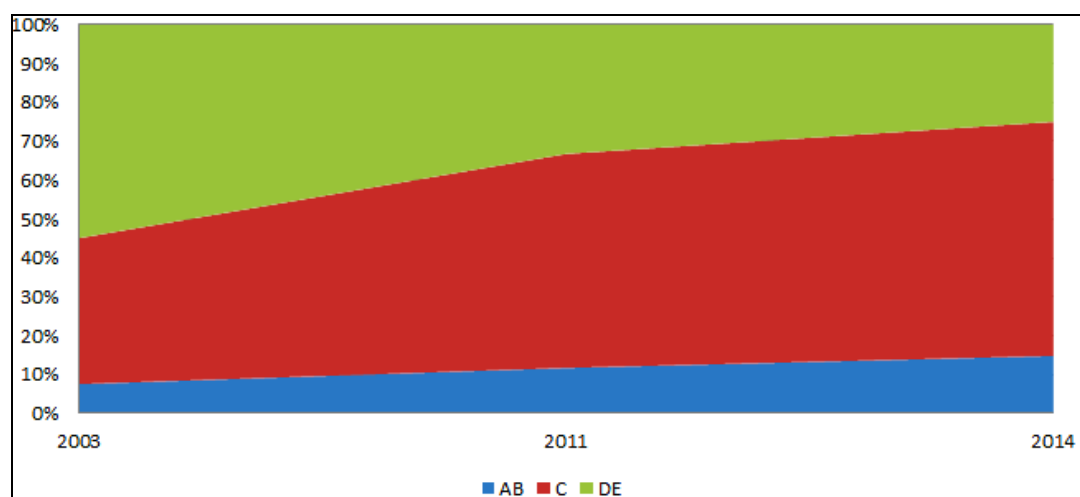
Se cruzarmos as informações sobre o percentual do PIB utilizados com gastos sociais, nos termos definidos por nós, para os anos de 2002 e 2012, com as informações sobre PIB per capita para os mesmos anos, percebemos que o gasto social médio por

<sup>23</sup> NASSIF, Luis. *Foi um voto de confiança, por Delfim Netto*. 2014.

<sup>24</sup> MACEDO, Roberto. *Uma visão econômica e política dos protestos juninos*. São Paulo. 2014.

cidadão saltou de pouco menos de R\$ 1.500,00 ao ano em 2002 para próximo de R\$ 2.600,00 em 2012, ou seja, um incremento de mais de 74%, ou seja, mais que o dobro do crescimento per capita do PIB, com base nos preços de dezembro de 2011. Os resultados econômicos permitiram a “melhora na condição de vida média do brasileiro”, conforme se repetia em vários âmbitos, que pode ser atestada por diversos indicadores.

**Gráfico 1. Distribuição da população por faixa de renda domiciliar 2002-2014.**



Fonte: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas<sup>25</sup>.

Quando se observa o gráfico 1, o grupo de renda mais baixo composto pelas camadas de renda e consumo D e E diminuíram, alcançando o nível de não mais que um quarto da população brasileira, já o grupo de renda e consumo C, intermediário, quase dobra neste período, tornando-se o segmento de renda mais importante do país. Quando analisamos o topo da estrutura social, os segmentos A e B também se ampliam quase que dobrando. Não vamos neste momento enveredar pela discussão se tal deslocamento de faixa de renda dos seguimentos populacionais reflete o surgimento de uma nova classe média, Neri (2010), ou mesmo se a classe média tradicional expandiu-se ou não, mas nos atendo ao avanço de renda, dado de fácil percepção pelas famílias e trabalhadores, há uma clara melhora ao longo da década de 2003 a 2013<sup>26</sup>.

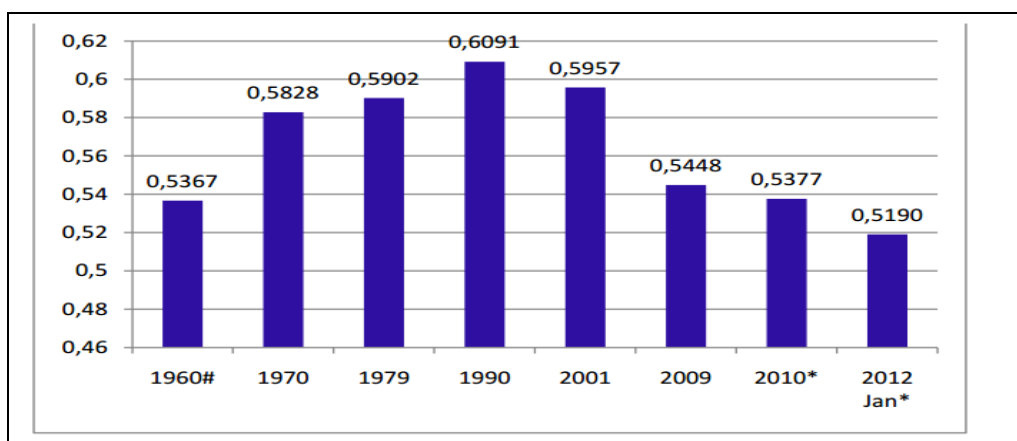
As políticas de emprego e renda bem como os programas de transferência de renda produziram uma redução nos índices de desigualdade, como podemos perceber ao analisar a evolução do Índice de Gini. O gráfico 2 oferece esta perspectiva no longo

<sup>25</sup>NERI, Marcelo. **De Volta ao País do Futuro: Projeções, Crise europeia e a Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2012.

<sup>26</sup>A CPS/FGV construiu tais grupos de renda com base nos preços praticados em julho de 2011. Os intervalos a época era: E, renda até R\$ 1085,00; D, renda superior a R\$ 1085,00 até R\$ 1.734,00; C, renda superior a R\$ 1.734,00 até R\$ 7.475,00; B, renda superior a R\$ 7.475,00 até 9.745,00; e A, renda superior a R\$ 9.745,00. NERI, Marcelo. **De Volta ao País do Futuro: Projeções, Crise europeia e a Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2012.

prazo, de modo que podemos comparar o período da ditadura civil-militar e da transição democrática, quando há uma elevação da desigualdade que, na década de 1990, sofre uma queda pequena, chegando à primeira década do século XXI com uma queda sustentada.

**Gráfico 2- Evolução do Índice de GINI no Brasil de 1960-2012.**



**Fonte:** NERI, Marcelo. **De Volta ao País do Futuro:** Projeções, Crise europeia e a Nova Classe Média. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2012.

Obs: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-ajustada pelo # Censo 2010 e pela \* PME que é uma pesquisa de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho realizada pelo IBGE.

Confirmando a tendência de queda da desigualdade, 80% dos municípios brasileiros tiveram redução no seu índice de Gini na primeira década do presente século, dado que se torna ainda mais expressivo quando se tem em mente que, na década de 1990, o índice subira em 58% dos municípios<sup>27</sup>. O resultado é que os índices de desigualdade no início na segunda década do século XXI no Brasil são inferiores ao existente no Brasil dos anos 1960.

O período de governos petistas foi de mudanças sociais importantes, como a redução do desemprego<sup>28</sup> que, em 2003, era de 12,4% e, em 2012, de 5,5% segundo o IBGE. Também de ampliação do acesso à educação, em destaque o nível superior. No ano de 1997, o Brasil tinha 2 milhões de estudantes no ensino superior, em 2003, 3,5 milhões, em 2011, eram 5,8 milhões. Houve, neste período, uma estabilização da participação do ensino superior público no universo geral de estudantes, já que, em

<sup>27</sup>ROSSI, Amanda; TOLEDO, José Roberto de. **Desigualdade de Renda cai em 80% dos municípios do Brasil em uma década.** Estado de São Paulo, Brasil, 03 de agosto de 2013.

<sup>28</sup> MARTINS, Diogo. **Desemprego médio em 2012 é o mais baixo desde 2003, diz IBGE.** Valor Econômico. Brasil, 31 de janeiro de 2013.

1997, 39% das vagas eram públicas, em 2003, este percentual chegou a 29%, caiu para 25%, em 2007, e subiu para 28% em 2011<sup>29</sup>.

A esta altura, precisamos responder duas questões para fecharmos uma avaliação adequada sobre este período: a transformação social promovida nas gestões petistas é significativa? Quem ganhou e quem perdeu ao longo destes anos?

As duas questões estão intimamente ligadas, mas dada a lógica do processo de mudança social promovida pelo PT, de não confronto com as elites econômicas, sociais e midiáticas e de ganhos para todos, diferenciando apenas o nível de apropriação, temos de fazer o esforço de separá-las. No que se refere à problemática sobre se as transformações no período petista são relevantes ou não:

No governo Lula a desigualdade renitente começa a cair e, tomando como parâmetro histórico o ritmo de redução dos países centrais, *a velocidade da queda não foi baixa*. Comparando séries estatísticas disponíveis para o Reino Unido e os Estados Unidos, o economista Sergei Dillon Soares mostra que nos melhores momentos, de 1938 a 1954, no Reino Unido, e de 1929 a 1944, nos EUA, as quedas da desigualdade ficaram abaixo das obtidas no Brasil durante o governo Lula: 0,7 pontos por ano no Brasil, contra 0,5 no Reino Unido, e 0,6 nos Estados Unidos. Pode-se afirmar, por conseguinte, que não foi pífio o acontecido no Brasil durante o governo Lula. O problema é que *os pontos de partida foram diferentes*: o coeficiente de Gini já estava perto de 0,40 no Reino Unido, em 1938, e abaixo de 0,50 nos EUA, em 1929, contra 0,58 no Brasil em 2002. As condições brasileiras eram parecidas com as da Inglaterra de cem anos antes, num bom exemplo empírico de atraso histórico (SINGER, 2012:186).

O relato de Singer (2012) fornece o quadro de desigualdade brasileiro e do nível de transformação da estrutura social promovido na última década ao comparar com países que viveram no pós-grande crise ou pós-Segunda Grande Guerra, processos fortes de redução da pobreza e da desigualdade. Também uma análise diacrônica da trajetória brasileira permite observar que levamos três décadas para aumentar a desigualdade de 0,5367 em 1960 para 0,6091 em 1990, ou seja, um crescimento de 0,0724 pontos, o que equivale a um aumento de 13,5% da desigualdade. Dos anos de 1990 a 2001, reduzimos em 0,02 pontos a desigualdade nos países, o que significa 2,2% em 11 anos. De 2001 a 2012, a redução da desigualdade foi de 0,0767 pontos, isto é, 12,9%. Com isso, podemos dizer que o ritmo médio de crescimento da desigualdade de 60 a 90 foi de 0,45% ao ano, a média de redução da desigualdade de 1990 a 2001 foi de 0,2% ao ano, enquanto de 2001 a 2012, período em que dos 11 anos, 9 anos foram de governos petistas, a média do governo Lula foi de 1,17% ao ano, se comparado com os momentos mais altos dos índices do Reino Unido (0,005), dos EUA (0,006), o período de 2001 a 2012 no Brasil (0,007).

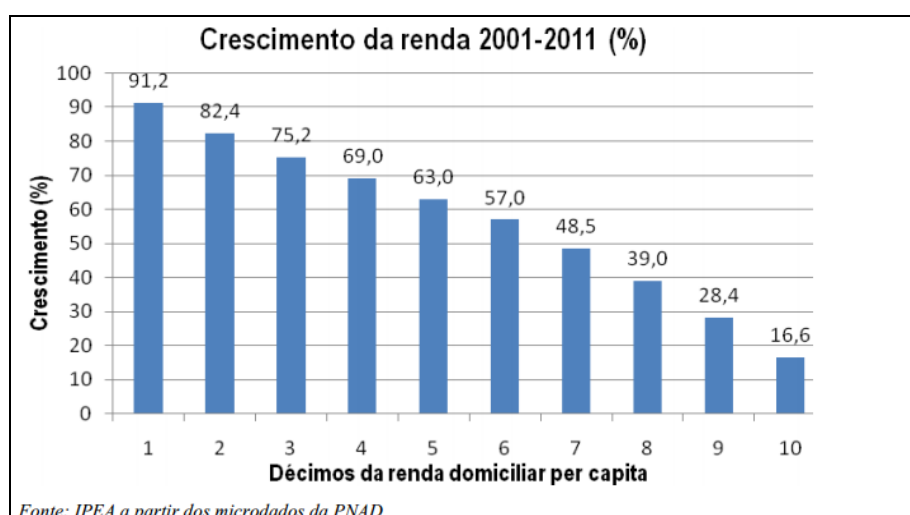
<sup>29</sup>ÂNIMA EDUCAÇÃO. Mercado Brasileiro. 2013.

Lançando mão de mais um dado de referência para mensurarmos o nível de desigualdade no Brasil, em 2000, os 10% mais ricos concentravam 47% da riqueza do país, já os 10% mais pobres concentravam 0,5% desta riqueza, quando comparamos com os resultados de 2010, os 10% ricos ficam com 45% da riqueza e os 10% mais pobres com 1%, uma redução de 4,3% no peso dos 10% mais ricos na composição da renda nacional e, uma ampliação de 100% no peso dos mais pobres. Isto se traduz no fato de que a distância entre os 10% no topo e os 10% da base saiu de 94 vezes para 45 quando temos por referência as suas respectivas participações na renda nacional.

Com os dados que temos em mãos, não podemos concluir algo diferente de que o período petista se configurou como o de importante transformação social, provavelmente, a mais longa, mais profunda e mais concentrada na redução da pobreza e da desigualdade que o Brasil já teve.

Todavia é prudente lançar mão de outros dados para confirmar mesmo se o modelo petista se centrou na transferência de riqueza dos ricos para os pobres. Com base em dados do IPEA podemos observar que no Brasil desde 2001, a renda de todos os brasileiros tem crescido, mas a dos pobres cresceu mais, vejamos o gráfico 3<sup>30</sup> que nos auxilia com dados mais precisos.

**Gráfico 3. Variação por décimo de Renda per capita 2001-2011**



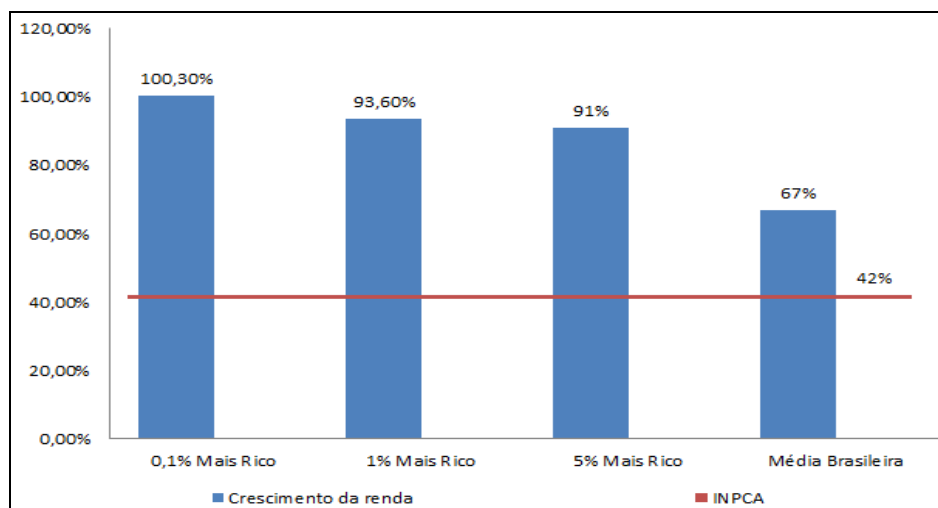
O gráfico três indica o avanço de renda por grupos de 10% da população, decil, no período de 2001 a 2011, sendo o número 1 os 10% mais pobres e o número 10 os 10% mais ricos. Fica visível pelo gráfico que os 10% mais pobres tiveram um crescimento de renda maior que todos os outros grupos, seu crescimento neste período foi de 91,2%, já no outro extremo, os 10% no topo da estrutura de renda no Brasil,

<sup>30</sup>IPEA. **A década inclusiva (2001-2011):** Desigualdade, pobreza e política de renda. Brasil, 2012.

tiveram o menor crescimento, 16,6%, ou seja, o extremo mais pobre tivera sua renda aumentada em um ritmo 5,5 vezes maior que o extremo mais rico, o que contribuiu para reduzir a desigualdade entre os dois extremos, como já apontado em nossa discussão.

Lançando mão de outros dados, a definição de “mais rico” e de seus ganhos ficam mais complexos e parecem contrariar a tendência descrita acima. Com base em dados tributários da Receita Federal e domiciliares do IBGE entre 2006 e 2012, os pesquisadores Marcelo Medeiros, Pedro H. G. Ferreira de Souza e Fábio Ávila de Castro (2014) apontam que os 5%, 1% e 0,1% se apropriaram em um nível muito mais alto do crescimento econômico do país. Conforme mostrado no gráfico 4 na página seguinte.

**Gráfico 4 -. Crescimento da Renda Média dos 0,1%, 1%, 5% mais Ricos e Renda Média Total no Brasil, 2006-2012.**



**Fonte: elaboração do autor** baseada em: CASTRO, Fábio Ávila de; MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F. **O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012).** 2015.

O gráfico 4 nos apresenta dos dados da interpolação produzida por Castro, Medeiros e Souza (2015) “a partir dos dados da Declaração do Imposto de Renda para Pessoa Física (DIRPF) 2006 a 2012; População – IBGE, projeções de população; Renda das famílias – estimada a partir das Contas Nacionais do IBGE” (p.13). Os dados representam o crescimento da renda média da população adulta no Brasil com mais de 18 anos de três seguimentos populacionais, 0,1%, o 1% e o 5% mais ricos bem como a média brasileira entre os 2006 e 2012. Para prosseguirmos nossa análise é importante salientar que os dados dos autores (2015) não têm um único ano de referência de preços correntes, portanto, é percentual não descontada a inflação, diferentemente dos dados que lanços mão acima nesta pesquisa. Desta forma, tomaremos por referência para

nossas comparações o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) que é o indicador oficial do Governo Federal para aferição das metas de inflação, este índice se refere ao cálculo da variação de preços no intervalo de 1 a 40 salários mínimos, que no período de 2006 a 2012 teve o acumulado em 42,04%<sup>31</sup>, e no gráfico 4 é representado por uma linha em vermelho que corta as colunas.

Os dados de Castro, Medeiros e Souza (2015) já descontado o índice de inflação para o período, nos aponta um crescimento real de 25% da renda média do brasileiro adulto no período de 2006 a 2012, já o grupo de 0,1% mais rico percebera uma elevação média de mais 58%, portanto mais que o dobro da média nacional. O grupo do 1% mais rico percebera algo como 51,5% e dos 5% uma alta de 49%, ou seja, estes três seguimentos aferiram um ganho de renda muito acima da média nacional no período analisado e com os dados utilizados por Castro, Medeiros e Souza (2015).

Ao compararmos os dados que dispomos do IPEA (2012) e dos pesquisadores Castro, Medeiros e Souza (2015) é que percebemos uma aparente contradição, pois se por um lado, percebemos a elevação da renda dos mais pobres em nível superior que a dos mais ricos e uma redução da desigualdade, por outro constatamos uma elevação da renda dos muito mais ricos, ou seja, os 5%, 1% e 0,1% mais rico em nível muito superior a média nacional para o mesmo período e com as mesmas metodologias Castro, Medeiros e Souza (2015). Tais dados não nos indicam problemas metodológicos ou de fonte de uma ou de outra pesquisa, mas nos fornecem pistas sobre o tipo de política distributiva desenvolvida na última década. Para produzir uma compreensão da problemática com base nos dados do IPEA (2012) e Castro, Medeiros e Souza (2015) produziram o gráfico cinco, que representa o comportamento geral do avanço da renda no Brasil com base nos referidos trabalhos, para tanto procedemos à interpolação<sup>32</sup>, dados, mas cientes das enormes limitações existentes.

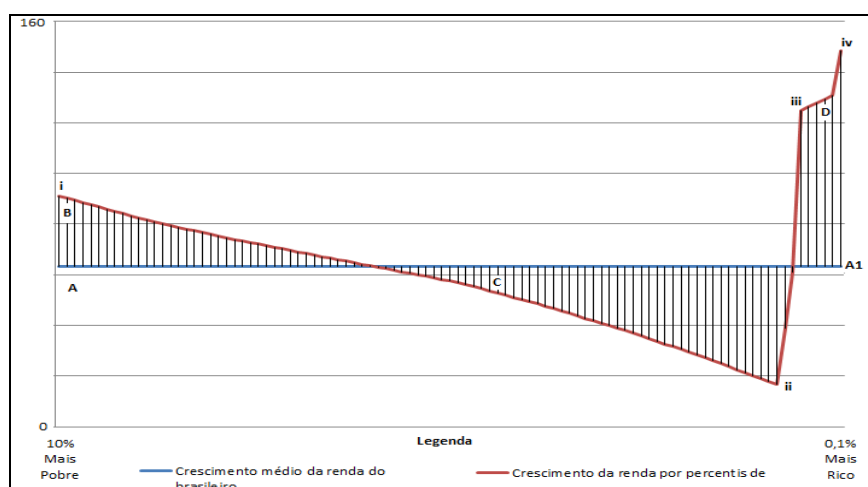
---

<sup>31</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor. 2015.

<sup>32</sup>O procedimento tratou de tornar possível o uso comparativo dos dados de ambas as pesquisas. Para tanto desconsiderando as diferenças metodológicas, de definição dos universos e populações amostrais, consideramos exclusivamente a possibilidade de construção de uma mesma escala de medida no tempo e em relação aos valores relativos de avanço da renda. Tal aproximação foi realizada a partir da produção de um indicador ou razão “discreta”, a saber: (crescimento médio de a renda domiciliar de 2001 a 2011 chamamos de x, sobre crescimento médio da renda declarada da população adulta 2006 a 2012, chamamos de y, portanto  $R=x/y$ ). R foram a razão aplicada aos demais valores da pesquisa de Castro, Medeiros e Souza (2015), portanto os valores comparáveis  $Z_n$  foram obtidos da seguinte forma  $Z_n=R.Z_1$ .  $Z_n$  são os valores comparáveis de ambas as pesquisas,  $Z_1$ ,  $Z_2$  etc, são os valores referentes à renda dos adultos na pesquisa de Castro, Medeiros e Souza (2015) Tal procedimento visou solucionar dois problemas: a) diferença de período de análise e b) a diferença numérica persistente após a solução do problema a.

O gráfico 5 representa visualmente o modelo de crescimento da renda no Brasil (domiciliar e/ou pessoal) no começo do século XXI e seu perfil distributivo. Desta forma a linha (A1) que corta o gráfico acima e no sentido do eixo (x) representa a renda média ponderada com base nos dados que utilizamos das duas pesquisas, IPEA (2012) e Castro, Medeiros e Souza (2015), portanto o espaço (A) que se forma entre o eixo de reta x e a linha (A1) representam a massa de renda produzida no Brasil em um período hipotético de uma década, entre 2001 e 2012. Se a distribuição do crescimento de renda seguisse o comportamento da linha (A1) estaríamos falando de um modelo igualitário de distribuição do crescimento, o que no caso brasileiro significaria manter nossos padrões de desigualdade. Todavia é a curva vermelha (i-iv) com seus três seguimentos (i-ii), (ii-iii) e (iii-iv) que representa o comportamento geral do crescimento da renda no Brasil nesta década hipotética. Desta forma o seguimento de curva (i-ii) indica a tendência do crescimento da renda, do percentil dos 10% mais pobres até os 10% mais ricos com base no IPEA (2012), de (ii-iii) temos um momento crítico não coberto pela nossa interpolação, situado entre os 90% mais pobres e o 5% mais ricos. É neste intervalo que ocorre a virada de tendência demonstrada da pesquisa do IPEA (2012) que aponta que os mais pobres têm crescido sua renda acima do crescimento dos mais ricos, para o quadro descrito por Castro, Medeiros e Souza (2015) de que os 5%, 1% e 0,1% mais ricos cresceram sua renda muito acima da média nacional. Não podemos situar em que momento a curva se inverte, desta forma ela só nos situa de que há esta inversão. O último seguimento, (iii-iv) representa os pontos acumulados de crescimento das três faixas de elite analisadas por Castro, Medeiros e Souza (2015).

**Gráfico 5- Tendência do avanço da renda do brasileiro por percentual populacional com base nos dados do IPEA (2012) e em Castro, Medeiros e Souza.**



Fonte: Elaboração do autor baseado em: CASTRO, Fábio Ávila de, MEDEIROS, Marcelo e SOUZA, Pedro H. G. 2015. E IPEA (2012).

O gráfico 5 é, portanto uma “fotografia” da tendência de distribuição do crescimento da renda no Brasil neste começo de século. Desta forma, apresenta indícios de que a política redistributiva da última década não significou um enfrentamento aos setores realmente ricos, mas foi realizada à custa de uma apropriação menor do crescimento da renda por parte dos setores intermediários, mais exatamente aqueles compreendidos entre os 40% mais pobres e o 5% mais ricos, a área (C) formada no nosso gráfico pela intersecção de dois pontos da curva (i-iv) com a reta (A1), indicando que aproximadamente 55% da população tiveram incremento de renda acima da inflação na primeira década do presente século, mas inferior a média nacional. Estes valores não apropriados pelo grupo populacional compreendido no intervalo dos 40% mais pobres e, 5% mais ricos é que possibilitou o crescimento acima da média percebido por estes dois extremos representados em nosso gráfico5 pelas áreas B e D.

Podemos indicar que a redução da pobreza, havida inegavelmente em grau superior a qualquer governo anterior à “era PT”, teve, contudo, alguém “que pagou a conta”, em um ritmo menor de crescimento, e que observava atentamente o incremento dos demais segmentos. É de crucial importância dizer que, em seu modelo, foram os setores médios, e não os mais abastados, que elevaram menos sua renda, o que confere à gestão petista um caráter contraditório de, ao mesmo tempo, ceder aos pobres e aos ricos. A decepção desta fatia do eleitorado petista ainda que “incubada” era potente. Por um lado, pelo partido não ter sido radical em sua transformação econômica enfrentando os mais ricos em defesa dos pobres e da classe média, mas conciliando interesses; por outro lado, houve uma impactante frustração com a dimensão moral do partido, que se viu abalada tanto pelo envolvimento efetivo de agentes do partido em esquemas e escândalos de corrupção como pelo uso espetacular que a oposição e diversos veículos de mídia fizeram destes episódios e do próprio combate à corrupção que, ao invés de dar crédito à presidência da república, serviu para enredá-la mais com os fatos denunciados.

Neste quadro, os governos petistas também se viram enredados pelo problema da sustentação de seus governos, ao não produzir reformas profundas no sistema político, no sentido apontado pela Carta Constitucional de maior participação, transparência e controle social, bem como modernizar o instituto da representação, a governabilidade foi operada nos termos também da concessão de espaços políticos aos aliados em empresas públicas, ministérios, assim como a entrega de comissões no Congresso a aliados tornaram-se mecanismos de governabilidade cada vez mais frequentes, o que levou a sérias crises políticas, como a que decorreu da chegada de

Marco Feliciano a Comissão de Direito Humanos e Minorias na Câmara dos deputados, retomaremos a frente.

Não há, portanto, mudanças no cerne da política econômica nacional dos governos petistas em relação ao governo FHC, pois mesmo as mudanças no período Dilma Rousseff não se consolidaram, nem nas relações políticas houve mudanças, as alterações foram no geral incrementais, mas dado o forte conteúdo anti-social do Estado brasileiro, aquelas transformações de caráter redistributivo e compensatório revelaram se importantes para os seguimentos mais discriminados e excluídos da sociedade brasileira.

Os governos petistas ao combinarem uma política econômica que em linhas gerais é de mesma matriz que a do segundo governo do FHC; utilizar a mesma estratégia de sustentação política de governo o PSDB; acaba por ter como seu diferencial a transformação social que apresentamos acima. Todavia a combinação, desta última com as duas primeiras marcadas em comum com governos tucanos, teve como efeito a ampliação do que chamamos anteriormente de presidencialismo de concessão.

É a partir dos governos petistas, que o presidencialismo de concessão adquire uma segunda característica, se no período de FHC concessão referia-se a entrega de espaços no governo para garantir a governabilidade, nos governos petistas isto se mantém e amplia-se, mas a esta dimensão intrínseca ao sistema que emerge da imbricação dos limites do presidencialismo de coalizção com a cultura política pemedebista e a liberalização do Estado surge à concessão de direitos e benefícios.

O presidencialismo de concessão do período petista vai se caracterizar por ceder espaços aos grupos políticos do Congresso que operam pela lógica pemedebista, mas a despeito de todos os limites existentes ao se manter o receituário da ortodoxia econômica, mesmo que matizado, buscou-se organizar concessões aos setores mais pobres da sociedade e das camadas discriminadas como mulheres e negros, mas também aos movimentos sociais. Falamos de concessão porque não acreditamos que os governos petistas tenham conseguido programar o social-desenvolvimentismo, mas sem dúvida atuaram para barganhar dentro do sistema político e nos limites do sistema econômico avanços em alguns aspectos característicos do social-desenvolvimentismo.

A noção de presidencialismo de concessão que estamos propondo, aponta que ao longo dos últimos 30 anos o sistema político brasileiro não reverteu às tendências majoritárias de autonomização do Estado em relação à sociedade, ou seja, ao redemocratizarem-se os laços entre Estado e sociedade não avançaram no sentido

expresso na Carta Constitucional. Desta forma o Estado tem oscilado entre um distanciamento econômico quando se observar o fortalecimento de tendências liberalizantes e um, continuam distanciamento político pela ampliação da cultura política pemedebista nas relações internas ao sistema político.

Estamos dizendo que duas lógicas de autonomização do Estado em relação à sociedade são operadas em maior ou menor grau a depender da configuração política do momento, uma liberal que tende a excluir a sociedade das decisões da agenda econômica e do orçamento do Estado, por isto mecanismos diversos como Banco Central independente ou autônomo, a realização de metas de superávit primário são fundamentais, bem como uma retórica tecnocrata da política econômica. O outro mecanismo é o fechamento do sistema político em relação à sociedade, este é operado pela lógica pemedebista, que impõe a cresça de que toda estabilidade política do governo se configura na forma como Executivo e Legislativo trocam favores para constituição de maiorias políticas no Congresso e participação de facções parlamentares no governo. O pemedebismo tornou qualquer agência social externa ao processo mutualista e comensalista entre executivo e parlamento federal em estranha e potencialmente adversária.

Caracterizamos por concessão este presidencialismo, porque nele se mantém a centralidade do Executivo Federal como o ordenador geral das relações entre Estado e sociedade e entre o poder Executivo e Legislativo, mas se caracteriza como um Estado que não programa em uma versão forte o texto constitucional, mas opera por lógica de concessões moderadas de algumas garantias e benefícios aos cidadãos. É também concessão, na medida em que o Executivo só opera sua política de restrição social, quando mais liberal, a exemplo do governo FHC, e concessão social, quando mais progressista, a exemplo dos governos petistas, na medida em que faz concessões a agentes e a facções parlamentares. Nesta relação parlamento é caracterizado por nós como um auto-sistema que se ocupa majoritariamente em se reproduzir, que encapsula todo o sistema político e isto é agravado pela presença de vetores liberalizantes.

Diferentemente do período de FHC o presidencialismo de concessão conduzido pelos governos petistas tendeu a produzir baixo conflito social ao longo demais de uma década, rompido pelas manifestações de junho de 2013.

Retomando Scherer-Warren (2012) e sua proposta de quatro ciclos de movimentos sociais a partir dos anos de 1960 no Brasil, nos anos 2000, havia surgido um novo ciclo de movimento que a autora chamou de “movimento cidadão crítico”, definido pelo “controle social pela cidadania”. O novo ciclo marcava-se ainda por

inéditos modos de organização tais quais as redes sociais em busca de formas horizontais de interação e ação.

Neste ciclo, emergem as condições para as manifestações de 2013. Suas redes animaram discussões sobre projeto de nação para além das instituições e do poder estatal, objetivando a construção de uma sociedade politicamente crítica e autônoma em relação às tradicionais instituições políticas, explicitando a crise de legitimidade do sistema político e da representação. Tais práticas podiam ser observadas desde as várias edições do Fórum Social Mundial e seus desdobramentos em Fóruns Sociais Regionais ou Temáticos; na emergência de articulações como as redes de coletivos culturais e políticos como, no Brasil, o Movimento do Passe Livre (MPL) e o Coletivo Mídia NINJA. Estes movimentos contribuíram para a atualização da variável “pressão popular”. Sobre isto é o capítulo consecutivo.

### III A EMERGÊNCIA DA INDIGNAÇÃO DIFUSA E MASSIVA

No terceiro capítulo de nossa dissertação tratamos das manifestações de junho de 2013 no Brasil, bem como seus desdobramentos, o fazemos em três distintas discussões, na primeira desenvolvemos uma estratégia de descrição densa de um conjunto amplo de acontecimentos, inclusive anterior a junho, esta discussão encontra-se sob o título de “os eventos”. Com base na sequência de eventos apresentados produzimos uma sistematização dos traços observáveis apontando a configuração de três distintas em junho, a saber: corriqueira, excepcional e radicalizada. A terceira discussão que desenvolvemos refere-se aos desdobramentos de junho nos meses e mesmo nos anos subsequentes, novamente indicamos a configuração de fases, desta vez quatro: a) reverberações sociais; b) radicalizações estratégicas; c) eleitoralização e d) instabilidade em aberto.

#### 3.1 Os eventos

As demandas presentes em Junho de 2013 no Brasil não eram novas, a exemplo do problema do transporte público nos grandes centros urbanos, insuficiente, precário e caro. O que realmente houve de diferente foi à recepção do público aos problemas de sempre e uma impaciência não tão conhecida do cidadão médio brasileiro, sobretudo com as nada inovadoras e, mais que esperadas respostas do Poder Público ao recusar legitimidade às demandas e o diálogo, além de não oferecer uma solução e recorrer à força para reprimir os contestadores.

As primeiras mobilizações, tendo o transporte público como pauta, em 2013, ocorreram no dia 27 de março em Porto Alegre. Nesta ocasião, manifestantes protestaram em frente à Prefeitura Municipal e, segundo relatos, houve confronto entre manifestantes e policiais. No outro extremo do país, em Manaus, em torno de 50 estudantes ligados a grupos políticos organizados como a União da Juventude Socialista e entidade estudantis como a União Nacional dos Estudantes promoveram protestos contra o aumento das tarifas do transporte público no dia 30 de março.

Já no mês de maio, ocorreram protestos contra a possibilidade de aumento de tarifas do transporte público em Goiânia, prevista para aquele mês. A manifestação contou com cerca de 200 estudantes no centro da capital de Goiás. No dia 16 de maio, outro ato em Goiânia contra o aumento das tarifas reuniu um mil manifestantes. Em São

Paulo o Movimento Passe Livre realizou sua manifestação na “Virada Cultural”, evento realizado pela Prefeitura Municipal, no dia 19. Dois dias depois, novamente em Goiânia, foi realizada outra manifestação contra o aumento das tarifas, contando com 200 participantes quando ocorreram bloqueios de avenidas e queima de pneus. No dia 24 do mesmo mês, foi autorizado o reajuste das tarifas de transporte público em São Paulo à revelia da manifestação do dia 19. No dia 27, então, o MPL debatia a tarifa do transporte público na Câmara Municipal de São Paulo e fazia uma vigília de protesto em frente à Prefeitura Municipal de São Paulo contra o referido aumento. Enquanto isso, em Goiânia, ocorria o enfrentamento entre manifestantes e policiais, após aprovação de aumento da passagem dos ônibus metropolitanos. No dia 29, o MPL realizou panfletagem denunciando o reajuste das tarifas autorizadas pela prefeitura e pelo governo do Estado. Até o fim de maio, em 11 capitais, já haviam sido realizado reajustes nos valores pagos pelos usuários do transporte público.

Na capital paulista, no dia 3 de junho, o protesto se concentrou na estrada do M’Boi Mirim, na zona sul da cidade e a polícia foi chamada para conter a manifestação. Na cidade do Rio de Janeiro, após aumento da tarifa de R\$ 2,75 para R\$ 2,95, manifestantes ocuparam a pista da Avenida Rio Branco no centro da cidade.

É no dia 6 de junho de 2013 que as ações de mobilização e conscientização do Movimento Passe Livre que ocorriam em São Paulo ganham, porém, repercussão nacional, quando cinco mil manifestantes fecharam a Avenida Paulista protestando contra o aumento das passagens, contra a má qualidade do transporte público e pelo passe livre para estudantes. As mobilizações deixaram de ser ações organizadas apenas de membros do MPL e alcançaram um grupo mais amplo de sujeitos dispostos a se manifestar e sustentar provocações contra as autoridades. Este protesto foi marcado pelo confronto entre manifestantes e policiais. No mesmo dia, a Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi palco de confronto entre manifestantes e policiais, o protesto terminou na Avenida Rio Branco, próxima a Presidente Vargas.

No Rio de Janeiro, a manifestação do dia 6 de junho havia sido convocada por redes sociais, sem coordenação geral e contou com a presença de jovens “mascarados”. Diferentemente de São Paulo, no Rio de Janeiro, nenhum movimento social foi o protagonista principal das mobilizações, mas sim coletivos diversos no uso das redes sociais e, provavelmente, os “mascarados” que, em breve, seriam apresentados ao Brasil por outro nome: *Black Blocs*.

No dia 7 de junho, um novo protesto ocorria em São Paulo, fechando a Avenida Marginal Pinheiros. Após confronto com a Polícia Militar, o ato direciona-se para a

Avenida Paulista, segundo dados da polícia estiveram presentes 2 mil manifestantes. O MPL aparece como liderança de todo o processo de mobilização e coordenação da manifestação. Após críticas à ação policial por parte de movimentos sociais, lideranças políticas e jornalistas, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, defendeu a ação da corporação.

O dia 11 de junho foi marcado no Rio de Janeiro por críticas do prefeito Eduardo Paes, do PMDB, aos manifestantes e do governador de São Paulo que, de Paris, declarou que interromper o trânsito é “caso de polícia”. Neste dia, houve uma nova manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre, em que segundo dados da polícia compareceram 5 mil manifestantes. A polícia utilizou de repressão ostensiva, com a detenção de 200 pessoas e o objetivo de impedir que a manifestação chegasse à Avenida Paulista. O Prefeito da Capital paulista, Fernando Haddad, mostrou-se não disposto ao diálogo com os manifestantes, alegando que não dialogaria “em situação de violência”. O governador estadual criticou a ação de manifestantes de destruição de ônibus e classificou-os como “baderneiros”. Já no Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral, do PMDB, optou por negar a “espontaneidade” das mobilizações, alegando instrumentalização e uso político. Naquele dia, 34 manifestantes foram presos nos protestos cariocas.

No dia 13 de maio, em São Paulo capital, Natal (RN), Porto Alegre (RS), Santarém (PA), Maceió (AL), Rio de Janeiro capital, Santos (SP), São Carlos (SP) e Sorocaba (SP), realizaram-se manifestações com pautas próprias ou em apoio às manifestações de São Paulo e contra a repressão da polícia paulista. A ação da polícia torna-se a partir deste momento uma das pautas das manifestações.

Na Capital paulista, mais de 5 mil manifestantes estiveram na Avenida Paulista. Segundo relatos de participantes, a polícia agiu de maneira desproporcional ao evento, deixando dezenas de feridos e levando quase 200 manifestantes presos. A ação da polícia no dia 13 provocou repúdio e indignação da população. Algumas matérias jornalísticas<sup>33</sup> denunciaram o uso de força excessiva, apontando para sua ilegalidade e não coadunação com os pressupostos de um regime democrático. Tinha-se início um processo rápido e ascendente de crítica à ação dos gestores públicos e da polícia e, a partir daí, a construção do ambiente para a emergência de grandes mobilizações. A incapacidade das autoridades em lidar com os confrontos tornou-se oportunidade política, Tarrow (2009a), para os contendores sociais. No Rio de Janeiro, também

---

<sup>33</sup> A exemplo da capa: “Nada justifica a volta da repressão: os movimentos sociais renascem em todo País e são respondidos à bala por uma polícia despreparada”. **Revista Isto É**, nº 37 de 19 de junho de 2013.

ocorreram manifestações com milhares de pessoas e estas terminaram em confronto entre policiais e manifestantes. O dia 14 foi marcado pela declaração do governador de São Paulo de que apuraria excessos de policiais e pela declaração do prefeito da capital de que não reduziria a passagem porque não havia condições.

É neste cenário que no dia 15 de junho, na abertura da Copa das Confederações, a Presidente da República, Dilma Rousseff, assim como o presidente da FIFA, Joseph Blatter, receberam vaias de torcedores no evento, o que agitou as redações de jornais e as redes sociais nos dias que se seguiram<sup>34</sup>. A Copa das Confederações se realizava dentro de um clima de contestação social nas ruas e de vaia nos estádios, apesar de muito provavelmente não terem sido originadas pelos mesmos motivos e vindas dos mesmos grupos sociais, atuaram solidariamente no mesmo sentido, ampliar o clima de contestação social.

O dia 17 de junho marca uma virada qualitativa das manifestações, de pauta centrada nos transportes públicos em grandes centros e capitais, espalham-se manifestações pelo país em que nem a mídia, os políticos, a sociedade ou mesmo os manifestantes saibam precisar bem do que se tratava e por que ocorriam. Por serem inúmeros agentes individuais e coletividades muito fluidas constituídas a partir de laços pessoais, os sentidos dos protestos emergentes eram múltiplos, difusos e imprecisos. O que conduzia todos era, contudo, um *sentimento* de indignação de que algo estava errado e não era de “hoje”. A indignação remontava as insuficiências e precariedades que se arrastavam há muito tempo e que cresciam diante do contraste com os gastos com grandes eventos em uma espiral articulatória, mas descoordenada de discursos e que encontraram na repressão policial às justas demandas uma dimensão concreta. A disputa de interpretações dos acontecimentos entre mídias profissionais e mídias alternativas e redes sociais impulsionou uma ampliação do debate público e da contestação social.

Em Vitória (ES), as ruas também foram tomadas por milhares de jovens, neste dia a Polícia Militar falou em 20 mil manifestantes, saindo da Universidade Federal do Espírito Santo na capital e avançando para a “Terceira Ponte”, símbolo a pelo menos uma década dos embates entre movimentos sociais urbanos e o governo do estado, na medida em que o pedágio cobrado por uma empresa privada dos que circulam pela ponte é considerado imoral e, mesmo ilegal. Neste dia, não apenas em Vitória, mas

---

<sup>34</sup> CASTANHO, Fábio de Mello; MARQUES, Dassler; PAIVA, Celso. Dilma e Blatter são vaiados, e presidente da Fifa pede "fair play" a fãs. Terra na Copa, Brasília 15 de junho de 2013.

também em outras cidades, os temas locais começavam a ser articulados com o clima nacional de contestação a ordem.

Em 17 de junho, viu-se ainda uma virada da cobertura midiática, que deixa de tratar às manifestações como “baderna”, e de cobrir fundamentalmente os confrontos entre manifestantes e policiais, para uma cobertura entusiasta e apoiadora dos atos de celebração da cidadania, como trataremos mais atentamente à frente. Neste dia, houve manifestações por 12 capitais e 16 outras cidades, levando 250 mil manifestantes às ruas no Brasil em uma noite <sup>35</sup>. A data foi marcada ainda por uma das imagens mais simbólicas de todo junho, quando os manifestantes de Brasília ocuparam a sacada do Congresso Federal, o que imprimiu o caráter de crítica sistêmica destas manifestações, pois ao ocupar o Congresso, esta não se direcionava aos partidos de situação ou oposição, mas ao conjunto da classe política. Ao longo das manifestações que seguiram em junho, era possível ouvir “amanhã vai ser maior”, em claro sinal de disposição em se continuar nas ruas e ampliar a mobilização.

No dia 18, foi realizado o sexto protesto organizado pelo MPL contra o aumento das tarifas em São Paulo, mas quase 40 outras cidades também se manifestaram, com mais de 110 mil pessoas nas ruas pelas mais diversas demandas e pautas. Este dia foi marcado também pelas reações das autoridades à forte mobilização do dia anterior, desta vez, numa agenda propositiva. A presidente da República declarou apoiar as mobilizações e disse “ouvir as vozes das ruas”. O prefeito da capital paulista deu os primeiros sinais de que poderia revogar o aumento, isto após ouvir o Conselho da Cidade<sup>36</sup>. Ainda indicando a reação das autoridades, quatro capitais revogaram os aumentos de tarifas do transporte público: Cuiabá (MT), Recife (PE), Porto Alegre (RS) e João Pessoa (PB). O governador do Rio de Janeiro, que até então era duro crítico das manifestações e que apontara interesses políticos por detrás dos protestos, mudara de opinião, passando a expressar a crença de que os jovens desejavam participar da política e das decisões. Ou seja, podemos dizer que os governantes sentiram a força mobilizadora que se abriu a partir do MPL, mas que já se transforma em outra muito mais potente a esta altura.

O dia 19 contou com protestos em mais de 30 cidades, levando 140 mil pessoas às ruas e mais reações das autoridades. O prefeito da capital e o governador de São

---

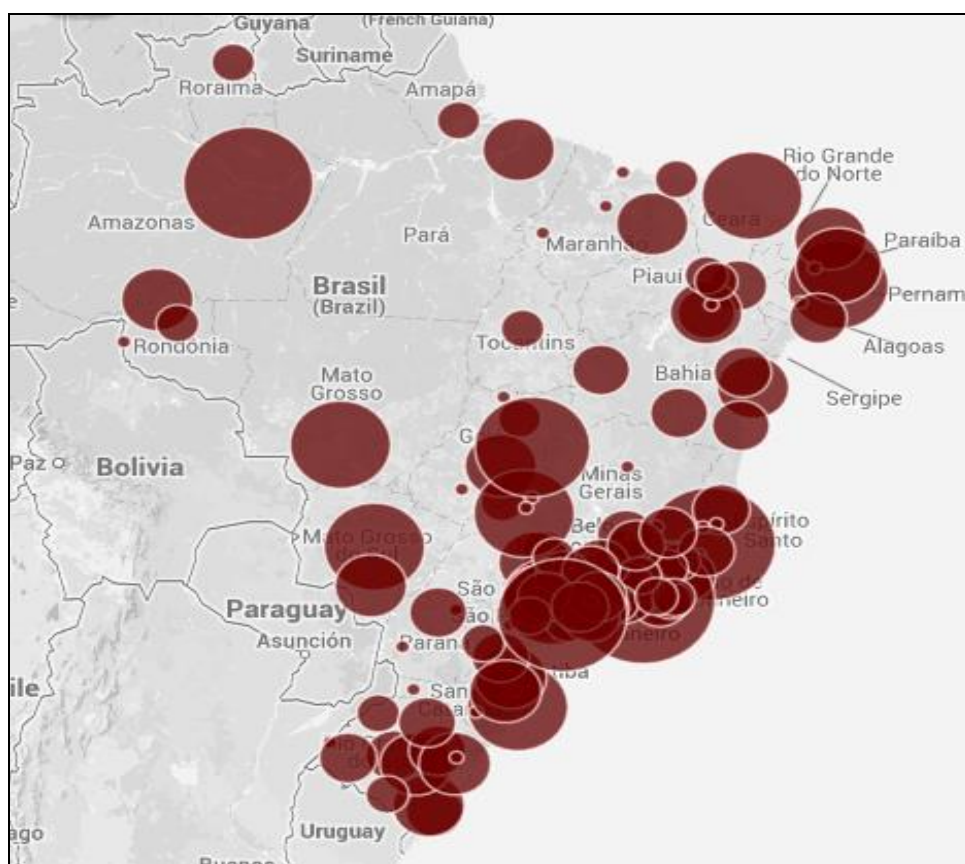
<sup>35</sup> Os horários das manifestações de junho são bastante emblemáticos, pois tradicionalmente delas ocorrem em horário comercial, seja para impactar os setores produtivos, ou para afetar a cidade e, com isto chamar a atenção para a causa. Em junho não, todas as grandes manifestações tiveram início após o horário comercial e, por vezes se estenderam pela madrugada.

<sup>36</sup> Órgão consultivo composto por mais de 130 representantes da sociedade civil paulistana.

Paulo anunciaram conjuntamente o cancelamento dos reajustes nos transportes públicos. No Rio de Janeiro, o prefeito da capital revogou o reajuste; em Belo Horizonte (MG), o prefeito propôs a redução da tarifa e, em Aracaju (SE), houve a redução, fenômeno que ocorreu em diversas capitais e cidades que, no desejo de diminuir os protestos, se adiantaram e reduziram tarifas antes que a contestação social tornasse seus governos alvos preferenciais. Claramente, as autoridades se movimentavam para desmobilizar as manifestações por meio da concessão às demandas apresentadas.

O dia 20 de junho foi o ponto mais alto desta sucessão de eventos, enquanto a classe política tentava responder às manifestações naquilo que pareciam ser demandas imediatas (cancelamento de reajuste e redução de tarifas do transporte público), multiplicavam-se em níveis exponenciais as demandas em geral e o contingente de manifestantes nas ruas. Quase um milhão e meio de pessoas foram às ruas no dia 20 de junho em mais de 130 cidades por todo o país, em todas as regiões e em quase todos os estados. O único estado a não ocorrer manifestações naquele dia foi o Acre, por outro lado, alguns como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul viram às dezenas.

**Figura 2. Mapa das Manifestações no Brasil no dia 20 de junho de 2013.**



Fonte: G1 BRASIL. **Protestos de junho e julho.** 2013.

Neste dia em Vitória (ES) houve uma enorme mobilização tendo em vista o porte da cidade, os números davam conta de algo entre 100 e 120 mil manifestantes, o que seria em torno de um terço da população da capital e mais 10% da população jovem e adulta da região metropolitana. A polifonia foi à marca daqueles protestos, indo desde pequenos grupos gritando contra o PT e contra Dilma, até grandes grupos cantando palavras de ordem diversas, sem uma demanda política específica. No caso capixaba, o que certamente uniu a todos foi ter para onde ir: a “Terceira Ponte, com seu simbolismo local de interesses privados sobrepujando interesses públicos. Foi neste dia que na cidade de Vitória e muitas outras que ocorreu uma “virada” no perfil das manifestações, de indignações difusas e inespecíficas para outras com objetivos um pouco mais delimitados, como a contestação de relações espúrias entre empresas privadas e o poder público.

As autoridades ainda tentavam responder às manifestações por qualidade do transporte público quando estas já haviam se transformado em outro. A presidente da república cancelou viagem para o Japão após avaliar que não era adequada para o momento que o país vivia, portanto, as manifestações alcançaram a capacidade, por vezes simbólicas e em outras mais concretas, de reposicionar os agentes políticos. Ter quase 2% da população jovem e adulta, perfil majoritário dos manifestantes como discutiremos a frente, de um país continental nas ruas sem a coordenação das organizações políticas formais e através de rápida mobilização por redes sociais *online* é sinal de emergência de uma nova forma de mobilização social e de construção de demandas democráticas e populares.

No dia 21 de junho, novas mobilizações levam 160 mil às ruas em mais de 90 cidades pelo país e foram registrados diversas manifestações, desde protestos contra a “cura gay”, contra a aprovação da “PEC 37”<sup>37</sup>, como manifestações de médicos exigindo a aprovação do Ato Médico<sup>38</sup> ou, como no Rio de Janeiro, manifestantes fazendo acampamento em frente à casa do governador do estado, na orla de um dos bairros nobres da zona sul carioca.

Foi também no dia 21 que a presidente Dilma Rousseff realizou um pronunciamento em cadeia nacional de televisão, primeiramente, reconhecendo a

---

<sup>37</sup> Projeto de Emenda Constitucional que restringia o papel investigativo às polícias, retirando a possibilidade dos ministérios públicos realizarem diligências investigativas, foi interpretado por grande parte da sociedade como a tentativa da classe política de cercar um dos braços investigativos na avaliação de muitos brasileiros mais independentes que as policiais civis dos estados e a polícia federal.

<sup>38</sup> Projeto de lei de regulamentação da atuação do médico no Brasil, mas que entrava em choque com os interesses de diversos outros profissionais da área da saúde no Brasil como enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais e tantos outros.

legitimidade das manifestações, anunciando que o governo ouvira as “vozes das ruas” e comprometendo-se em liderar um pacto nacional para enfrentar os problemas denunciados nas manifestações. Esta movimentação da presidente apontou a capacidade de seu governo para o diálogo, o que assinala um amadurecimento democrático como afirmou Castells (2013) sendo à única chefe de Estado a se dirigir à sociedade após a onda de protesto global que varreu o planeta desde 2011. A postura da presidente serviu de estratégia para impedir que todo aquele descontentamento até então sem pauta e sem um adversário claro se direcionasse para o seu governo, como já articulava uma oposição conhecida ao PT. Ao propor um pacto e convidar os 27 governadores, bem como os prefeitos de capitais e de cidades de regiões metropolitanas, a presidente repartiu responsabilidades, criando as condições para que a tensão social e políticas emergentes se dispersassem pelo sistema político, tirando-a do foco como alvo principal.

O dia 22 foi também de grandes mobilizações, mais de 320 mil pessoas nas ruas em mais de 100 cidades pelo país e, também uma profusão de pautas e demandas. O dia 23 apontou para o esgotamento das mobilizações de massa ainda que as manifestações se mantivessem espalhadas por diversas cidades do país, que deixam de ser de centenas de milhares e passam a ser contadas em dezenas de milhares. Neste dia, pouco mais de 25 mil manifestantes foram às ruas de 30 cidades em todo o país, segundo as polícias.

O dia 24 contou com aproximadamente 35 mil manifestantes em 60 cidades, mostrando a forte redução no contingente de manifestantes, mas ainda o alto número de protestos. As manifestações ganhavam um novo perfil, e mantiveram-se nas ruas apenas os setores mais organizados e mobilizados que participavam desses eventos de protesto. Neste dia, a presidente recebeu representantes do movimento MPL, no que seria o começo de uma série de conversas com movimentos sociais ao longo de mais de um mês. Ainda no dia 24, a Presidente da República reuniu com prefeitos e governadores propôs cinco pactos para responder as demandas das ruas, que serão apresentados à frente.

No dia 25, pelo menos 60 cidades tiveram manifestações e, ao menos 50 mil manifestantes saíram às ruas. Neste dia foi o poder legislativo federal que começou a oferecer respostas, já que até este momento o Congresso Nacional tratou as mobilizações como problema dos executivos federal, estaduais e municipais. Para o Congresso, Dilma encaminhou o debate requerido sobre a reforma política, que não encontrou acolhimento nas casas legislativas, mas jogou sobre esta o holofote. Na tentativa de responder às manifestações, a Câmara Federal arquivou a PEC 37 e aprovou

a destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para saúde bem como uma série de outras demandas tidas como populares pelos parlamentares. Neste quadro, governos estaduais e municipais continuaram reagindo às manifestações, a exemplo do governador do Rio de Janeiro que anunciou a redução das tarifas dos transportes públicos estaduais e o prefeito da capital fluminense que anunciou a realização de auditoria nos serviços de transporte público.

O dia 26 registrou um grande protesto em Belo Horizonte com mais de 50 mil manifestantes, enquanto em mais 80 cidades no Brasil ocorreram protestos totalizando algo mais de 30 mil manifestantes. Na esfera institucional, o prefeito de São Paulo cancelou a licitação de ônibus, as prefeituras das capitais de Belo Horizonte, Manaus (AM), Macapá (AC) e das cidades paulistas de Ribeirão Preto e de Limeira aprovaram a redução das tarifas do transporte público. O Senado aprovou lei que transformava a corrupção em crime hediondo. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal votou pelo fim da votação secreta para cassação de mandatos de parlamentares e, os deputados reduziram o PIS-Cofins para o transporte público com vistas a dar sustentabilidade orçamentária e financeira às reduções de tarifas promovidas por governadores e prefeitos. Toda esta reação do Congresso Nacional foi chamada de “pauta positiva” cujo nome parecia explicitar o quanto o Congresso andou divorciado do interesse público.

Em 27 de junho, pelo menos 38 cidades tiveram manifestações, totalizando 33 mil manifestantes. Em reação às manifestações, o governo do Rio Grande do Sul anunciou a instituição do passe livre estudantil, a prefeitura de Goiânia propôs projeto para instituir o passe livre. No dia 28, mais de 27 mil manifestantes se espalharam por 50 cidades do país. O governo federal anunciou o início de diálogo com os jovens em redes sociais e a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovaram lei mais dura contra o trabalho escravo. No dia 29, aproximadamente 5 mil manifestantes foram às ruas em mais de 30 cidades no país e, no dia 30, os protestos foram em 18 cidades com aproximadamente 9 mil manifestantes.

### **3.1.1 Compreendendo os eventos**

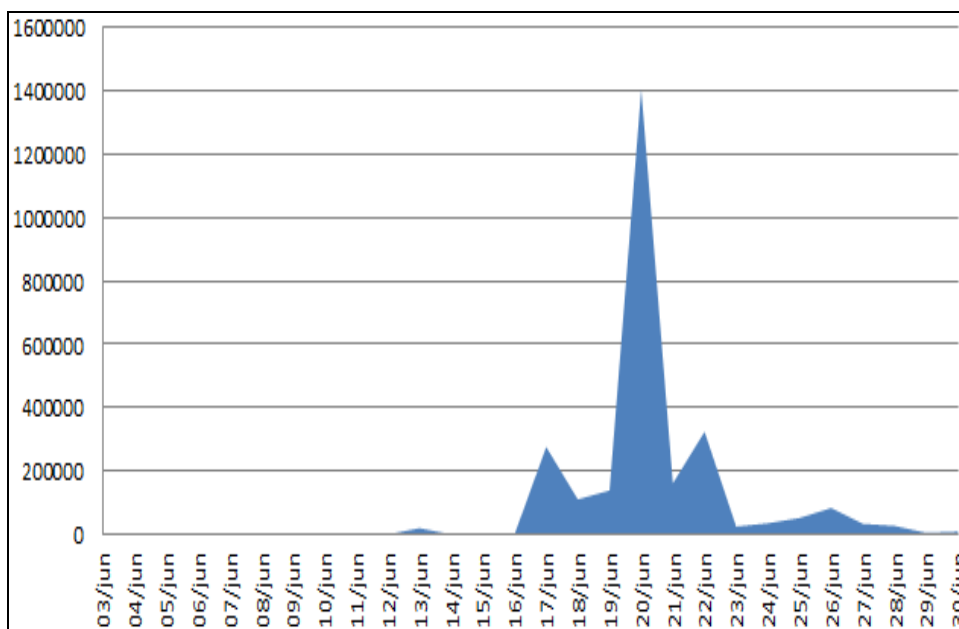
A descrição dos eventos que empreendemos acima serviu-nos para criar uma representação geral de como se desenrolou junho de 2013 no Brasil, e quais foram os eventos mais importantes deste período, fossem os protestos em si ou as reações das autoridades. Esforçamo-nos agora em avançar da descrição dos acontecimentos para a construção de uma abordagem compreensiva que considera nove aspectos

especialmente: a) nível de mobilização social; b) pautas ou demandas; c) tipo de mobilização; d) participação de grupos organizados; e) atuação da mídia; f) reação da classe política; h) confronto entre polícias e manifestantes e i) relação entre redes sociais e ativismo.

Lançando mão de dados como contingente de manifestantes por dia no país, número de manifestações por dia no Brasil e número médio de manifestante por protestos por dia<sup>39</sup>, percebemos a conformação de uma trajetória composta de três momentos bem distintos ascenso, ápice e descenso. Os gráficos 6, 7 e 8, construídos possibilitam acompanhar a evolução destas manifestações.

Como podemos observar no gráfico 6, existiram três distintos níveis ou momentos de mobilizações e de comparecimento de manifestantes às ruas. O primeiro que vai do dia 3 a 17 de junho chega a ser imperceptível em nosso gráfico. Neste período, as manifestações estavam concentradas em Rio de Janeiro e São Paulo e, segundo os dados a que tivemos acesso, não alcançavam a marca da dezena de milhares de participantes nos protestos, configurando-se, portanto, como manifestações locais ainda com baixa capacidade de mobilização de grandes contingentes de manifestantes.

**Gráfico 6- Frequência diárias de manifestantes no Brasil de 3 a 30 de junho de 2013.**



Fonte: elaboração do autor baseado em dados coletados no **G1BRASIL**.

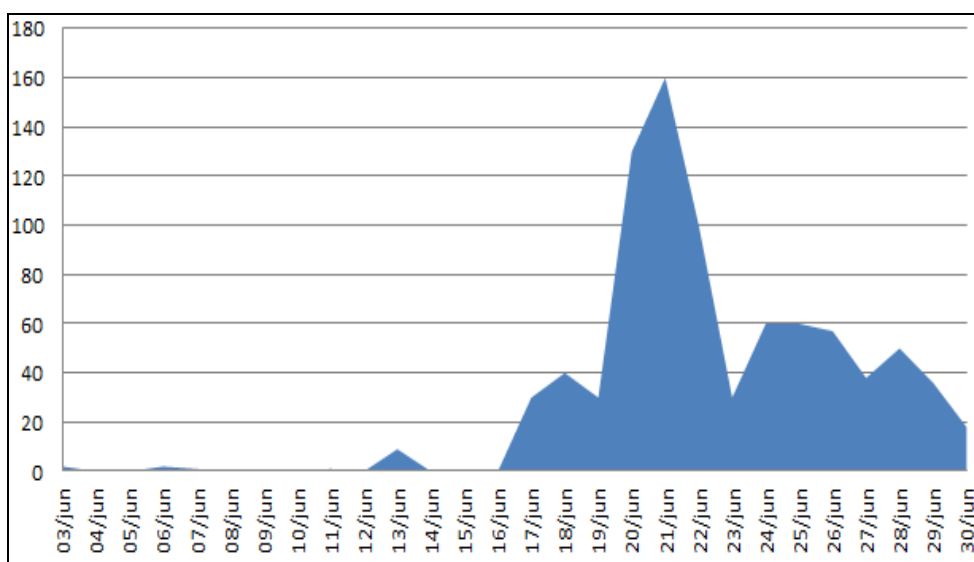
Entre os dias 17 e 22 de junho, vemos uma mudança brusca no contingente de manifestantes nas ruas, saindo-se da soma inferior a uma dezena de milhares para a

<sup>39</sup> G1 BRASIL. Resultado das manifestações de junho. 2013.

centena de milhares de participantes, com um pico de quase um milhão e meio espalhados pelo país no dia 20 de junho. A última das três fases é a que vai do dia 23 a 30 de junho em que se observa uma queda expressiva neste contingente, mas, na maior parte do tempo, a soma de todos os que saíram às ruas no país para protestar neste período foi superior a duas dezenas de milhares, portanto, maior que a primeira destas três fases.

Outro dado importante que corrobora esta percepção da existência de três fases em junho, refere-se ao número de manifestações diárias no país, como nos apresenta o gráfico 7. Como podemos perceber no período de 3 a 17 de junho foram poucas as manifestações diárias que poderíamos relacionar com o conjunto dos eventos que se seguiram. É a partir do dia 17 que um ritmo de manifestações significativamente distinto do anterior se impõe, alcançando seu ápice entre os dias 19 e 22 e, mesmo caindo a partir do dia 23, se manteve alto em relação ao começo daquele mês. Isto nos aponta que mesmo perdendo em volume de manifestantes a partir do de 23, diversas localidades ou grupos conseguiram manter alguma sustentação após o ápice dos eventos. De alguma forma saímos de mobilizações localizadas em alguns poucos centros, expandimos exponencialmente e, depois, observamos uma queda, entretanto a patamares mais altos do que os visto no começo do mês.

**Gráfico 7. Frequência de manifestações diárias no Brasil de 3 a 30 de junho de 2013.**



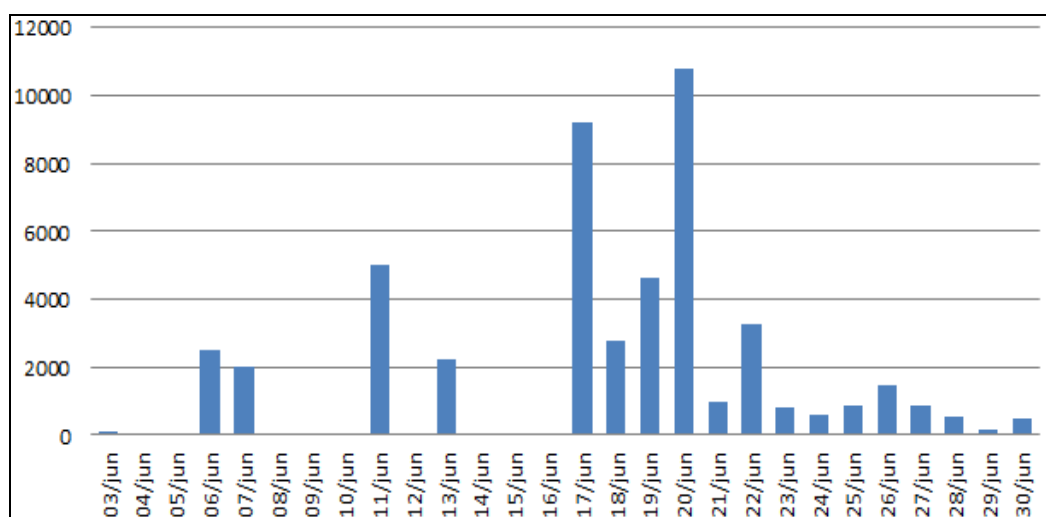
**Fonte: elaboração do autor com base em dados coletados no G1BRASIL.**

O terceiro grupo de informações que nos parece importante evidenciar podemos observar com o gráfico 8, que nos informa o número médio de manifestantes por protestos ao longo do mês de junho. Neste gráfico, a tendência observada é inversa do

que vimos no gráfico 7, pois as manifestações de junho iniciam já no dia 6 com uma média relativamente expressiva de manifestantes por protestos para o período que analisamos. Há uma tendência de crescimento com algumas quedas, atingindo os dois maiores picos entre o dia 17 e o dia 22 de junho, após este último cai drasticamente, o que nos aponta a saída das ruas de manifestantes menos engajados e comprometidos com pautas, estratégias e organizações.

O gráfico 8 permite-nos perceber que, no período de manifestações organizadas pelo MPL, este conseguiu levar às ruas os simpatizantes à causa do movimento, portanto, extrapolando os limites imediatos da organização. Quando nos atentamos à fase que vai de 17 a 22 de junho, observamos este processo ultrapassar novamente os eventuais limites de mobilização de alguns movimentos e de suas lideranças, alcançando o nível de mobilizações de massa, já que eram dezenas de milhares de manifestantes em dezenas ou centenas de cidades pelo país ao mesmo tempo. Porém, no período após 22 de junho, nota-se uma queda acentuada da média de manifestantes por protestos, o que indica a tendência da maior presença de grupos militantes organizados, sejam eles de inclinação anarquista, socialista ou novas formas de ativismo.

**Gráfico 8: Média diária de manifestantes por protestos entre 3 e 30 de junho de 2013 no Brasil.**



**Fonte: elaboração do autor com base em dados coletados no G1BRASIL.**

Tendo analisado algumas características sobre o nível de mobilização de manifestantes ao longo de junho de 2013, partimos agora para considerar algumas informações pertinentes às demandas, pautas ou razões pelas quais os manifestantes saíram às ruas.

O período de 6 a 13 de junho foi marcado por manifestações nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses atos foram realizados para impedir o aumento das tarifas do transporte público, dando resposta às demandas localizadas e específicas que pautaram questões corriqueiras da vida do cidadão de qualquer cidade média ou grande no Brasil, portanto, de parcela expressiva da sociedade brasileira.

É no período de 17 a 22 de junho que as pautas, demandas, motivações para ocorrências das manifestações, deixam de ser óbvias e passam a depender de instrumentos de pesquisa e mediação política e social para se tornarem claras ao conjunto da sociedade. Nesse sentido, ao observar os dados da tabela 3 de uma pesquisa realizada no dia 20 de junho em oito capitais vemos a multiplicidade de justificações atribuídas pelos entrevistados nas ocorrências das manifestações.

**Tabela 3- Razões para as manifestações<sup>40</sup>**

<b>Razões</b>	<b>Considerando uma resposta %</b>	<b>Soma das três respostas %</b>
Transporte público	37,6	53,7
Ambiente político	29,9	65,0
Saúde	12,1	36,7
Contra a PEC 37	5,5	11,9
Educação	5,3	29,8
Gastos com a Copa do Mundo/das Confederações	4,5	30,9
Reação à ação violenta da polícia	1,3	4,1
Justiça/Segurança Pública	1,3	10,2
Administração Pública	0,8	2,9
Outras causas específicas com menos de 1%	0,8	2,7
Por direitos e democracia	0,6	1,8
Nenhum	0,1	0,1
Não respondeu	0,2	0,2

Fonte: elaboração do autor com base em dados coletados no G1BRASIL.

<sup>40</sup> G1 BRASIL. Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações. São Paulo, 24 de junho de 2013.

Quando consideramos só a primeira coluna de percentuais que apresenta os dados referentes à primeira resposta dos entrevistados, as cinco principais razões para as manifestações eram em ordem decrescente: o transporte público; o ambiente político; a saúde; a PEC 37 e a educação. Já quando consideramos os dados da segunda coluna de percentuais que se refere à soma das três primeiras respostas dos entrevistados, temos outro quadro: o ambiente político; o transporte público; a saúde; os gastos com a Copa do Mundo/das Confederações e a educação. Um leque grande de razões motivava os cidadãos à manifestação, o que indica que se tratavam a esta altura de manifestações massivas e múltiplas, de pautas variadas e fragmentadas decorrentes de indignações também fragmentadas e pontuais.

Esta fase de múltiplas pautas e motivações deu lugar à outra na medida em que os governos reagiram às manifestações cedendo em algumas demandas e, que o contingente massivo de manifestantes cedeu espaço a grupos e coletivos menores que se utilizavam de táticas de depredação de bens públicos e privados, os chamados *Black Blocs*. As pautas se converteram em *locos* nacionais na medida em que expressavam problemas nacionais na sua configuração local, como lutas contra revogação de pedágio; protestos contra a desocupação de comunidades pobres para concretização de grandes projetos imobiliários, esportivos ou de infraestrutura; pela desmilitarização das polícias ou de denúncia da parcialidade da mídia na cobertura das próprias manifestações, entre tantos outros temas, espalharam-se pelo Brasil. As múltiplas e mesmo centenas e provavelmente milhares de pautas que os manifestantes apresentaram nas ruas brasileiras entre 17 e 22 de junho, deram espaço para outras mais específicas no tema e na exigência, bem como no alcance territorial da demanda ou no nível ou tipo de poder demandado.

As mobilizações para as manifestações tiveram em comum ao longo de todo junho as redes sociais *online*, mas assim como já observamos, no que se refere ao tipo de mobilização encontramos algumas diferenças. No período que tem início ainda em maio até o dia 18 de junho em São Paulo, o MPL realizou um trabalho de mobilização social utilizando-se das redes sociais *online* como também de estratégias como audiências públicas, intervenções em eventos e panfletagem, configurando-se como uma campanha promovida por movimentos sociais por uma determinada questão. Na medida em que São Paulo deixa de ser o centro e se torna mais uma capital em meio a uma convulsão social nacional, a estratégia de campanha de movimento social dá lugar à outra forma de mobilização, efetivamente, por meio das redes sociais de pessoas em plataformas *online*. A mesma é responsável por dados como os da pesquisa realizada

pelo IBOPE<sup>41</sup> que apontam que 46% dos manifestantes nunca tinham participado de um protesto antes e apenas 3% declarou ter ido às manifestações por convite ou mobilização de “movimento de base”. Majoritariamente, os entrevistados declararam alguma forma de mídia como canal de mobilização, como o Facebook, citado por 62% dos entrevistados.

Após estas manifestações massivas, há uma fase de refluxo em que vimos emergir novas estratégias de construção de demandas. Não se tratou ali de acionar as organizações políticas tradicionais, suas táticas e cultura política para conformar estratégias de mobilização, mas sim de militantes individualizados ou em formas coletivas mais fluidas que usavam suas experiências de mobilização para a conformação de algum consenso coletivo. Reuniões e assembleias passaram a compor junto com as redes sociais uma forma híbrida de mobilizações. As redes sociais chamavam assembleias que se configuraram como espaços de conversação civil e com base em uma *individação coletiva* tendeu a produzir formas autônomas de mobilização e construção de coletivos, como já discutido por nós com base Castells (2013).

O MPL foi o grande articulador das manifestações em São Paulo que ocorreram em um contexto de indignação difusa no Brasil, atizada por escândalos de corrupção, desgastes da classe política, maus resultados na gestão econômica nacional e, pelos gastos excessivos com a realização de grandes eventos esportivos no país. Após a violência policial contra os atos organizados pelo MPL, as manifestações “viralizam-se” pelo país, ultrapassando a pauta inicial, a ponto de se falar em “o levante do gigante”, entoado durante as manifestações e “memes”<sup>42</sup> nas redes sociais em palavras de ordem como: “o gigante acordou”.

A perda de controle da pauta das manifestações inicialmente promovidas pelo MPL em São Paulo comprova-se, por exemplo, com base em dados de pesquisa de opinião feita junto aos manifestantes paulistanos pela CNT-MDA<sup>43</sup>, em julho de 2013, que apontou que para 40,3% dos entrevistados a reivindicação mais importante das manifestações era pelo fim da corrupção; para 24,6% era saúde; para 16,5% era reforma política; para 7,8% educação; e para apenas 4,6%, transporte público. O *slogan* “não são apenas 20 centavos!” tentava imprimir um caráter de luta pela dignidade, como observou Castells (2013).

---

<sup>41</sup> G1 BRASIL. Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações. São Paulo, 24 de junho de 2013.

<sup>42</sup> Refere-se a conceitos que se espalham pela internet, tanto em formas textuais ou imagéticas.

<sup>43</sup> TV UOL. Ponto a Ponto. **Entrevistando Pablo Capilé**. Brasil, 15 de setembro de 2013.

Nas manifestações de junho de 2013, os movimentos sociais, em destaque o MPL, como movimento madrugador Bringel (2013) tiveram seu lugar na capital paulista entre o dia 6 de junho até o dia 18 de junho, mas desde o dia 13, as manifestações que se espalhavam por centenas de cidades do país e somavam milhões de participantes<sup>44</sup> não mantinham a identidade e pauta inicialmente propostas pelo MPL, transbordando em uma infinidade de pautas loco-nacionais e, mesmo particulares.

Nesta outra fase que começou a emergir fora de São Paulo, em solidariedade aos manifestantes daquela cidade, diversos coletivos e organizações locais tornavam-se fundamentais para a estruturação das manifestações, sem que nenhum deles assumisse um lugar de liderança ou se criassem relações hierarquizadas. Atuavam mais como mediadores de conteúdos, discursos e perspectivas. Nesse sentido, destacamos dois coletivos que atuaram como movimentos derivados: o Coletivo Mídia Ninja e a organização *Anonimous* (BRINGEL, 2013). Tais grupos atuaram na cobertura das manifestações e na disponibilização de versões sobre os acontecimentos, disputando com governos e grupos de mídia os sentidos das manifestações. Estes e outros grupos foram particularmente importantes na fase das grandes mobilizações massivas que já não tinham por pauta o transporte público.

Um terceiro momento foi o que surgiu depois das grandes mobilizações, em que manifestantes promoveram reuniões e plenárias para organizar atos. Nesta fase, os coletivos tiveram menos importância, dando lugar mais às táticas e pautas em torno de ações concretas. É nesse contexto que a tática *Black Bloc* assumiu proeminência performática e estética, por mais que fossem mais visibilizados, os grupos e coletivos que adotaram tal tática nunca conseguiram ser maioria, coexistindo com diversos outros grupos e performances. A depredação de bens públicos e privados, como bancos e grandes marcas e corporações, tornou-se uma constante das manifestações já esvaziadas, fragmentadas e com pautas específicas e tendencialmente loco-nacionais.

Ainda que composto por movimentos sociais ou coletivos em sua configuração tensa e disputada, os eventos disparados a partir de junho de 2013 no Brasil não podem, portanto, ser caracterizados nem como movimentos sociais nem redes de movimentos sociais, sequer em coletivos em redes já que não produziam identidades coletivas duradouras. Também não se tornaram, no conjunto, provocações sustentadas contra oponentes e autoridades definidas nem se constituíram como redes produtoras de solidariedade (TARROW, 2009; SCHERER-WARREN, 2012). O melhor

---

<sup>44</sup> BURGARELLI, Rodrigo; MANSO, Bruno Paes. ‘Epidemia’ de manifestações tem quase um protesto por hora e atinge 353 cidades. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 de junho de 2013.

enquadramento que podemos dar esses grupamentos é de que se tratavam de indivíduos mobilizados por redes sociais pessoais *online* que tiveram sua percepção política “atizada” por coletivos, também na medida em que estes repercutiam em suas páginas as manifestações e versões destas, de modo que foram redes em redes que possibilitaram as manifestações de junho. Redes composta por coletivos, mas também indivíduos, em que os movimentos cumpriram ou o papel de ativar a contestação social - o MPL - ou de mediar, como *info-infraestrutura* de redes, fornecendo os conteúdos da conversação civil - Mídia Ninja, *Anonymous*, etc. - para que indivíduos autônomos se mobilizassem e expressassem seu descontentamento com o “quadro de coisa” que se vivia no Brasil.

O próprio MPL assombrou-se com o tamanho das manifestações e seus desdobramentos que também passaram a contar com a participação de grupos conservadores e pautas reacionárias<sup>45</sup>, a exemplo das manifestações em São Paulo no dia 20 de junho, em que ocorreram ataques a manifestantes utilizando bandeiras do PT ou mesmo roupas vermelhas, os atacando ao serem tomado por comunistas. Diante da indefinição das pautas e da mudança de postura da mídia nacional, que de opositora passou a entusiasta, o MPL declarou, no dia 21 de junho de 2013, que não convocaria mais manifestações - já que conseguira reduzir o preço da passagem<sup>46</sup> - uma estranha estratégia em um contexto de forte mobilização, para um movimento que luta pela tarifa zero. Contudo, o receio de *para onde* iriam as manifestações, e mesmo o ambiente de tensão e ausência de direção, arrefeceu a disposição do MPL para a manutenção de seu protagonismo nas mobilizações, como se pôde perceber a partir da declaração à Central Brasileira de Notícias (CBN), repercutida pelo portal da UOL<sup>47</sup>, de Douglas Beloni, membro do movimento, que reconhecia nas ruas “pautas conservadoras”, opostas àquelas que o MPL apoiava, a saber, as dos “movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária”.

Houve em junho uma enorme dificuldade de interpretar aquelas manifestações. Antes da fase entusiástica da mídia que ainda mudaria diametralmente de postura em poucos dias, cabe destacar o editorial do jornal “Folha de São Paulo”, em 13 de junho

<sup>45</sup> AZEREDO, Mariana; NOVAES, Mariana. SP: **MPL deixa ato e diz que direita quer dar ‘ares fascista’ a protesto**. Terra Cidades, São Paulo, 20 de junho de 2013.

<sup>46</sup> No dia de 19 de junho de 2013 o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad e o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin reduziram as tarifas do transporte público municipal e intermunicipal saindo de R\$ 3,20 e voltando para o valor de R\$ 3,00.

<sup>47</sup> BAND.COM.BR. **MPL anuncia que não convocará mais protestos**. UOL, Brasil, 21 de junho de 2013.

de 2013, com o título “Retomar a Paulista”<sup>48</sup>, em que se lia a seguinte caracterização dos manifestantes:

[...] são jovens dispostos à violência por uma ideologia pseudorevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e três superlotados. [...] o irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolo do poder capitalista. [...] cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista [...] é hora de por um ponto final nisso. [...] no que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. [...] como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo a reincidência (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

A “Folha” não só condenou as manifestações como as ridicularizou, assim como seus organizadores e manifestantes, criminalizando-os e exigindo do Estado uma “ação firme”, defendendo, pois, a repressão policial. Postura esta, conforme sabemos, que não se sustentou no tempo, como pôde se perceber no editorial do Caderno Cotidiano de 27 de dezembro de 2013, com o título “Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos”<sup>49</sup>:

[...] ninguém poderia imaginar que aquele seria o marco zero da maior sequência de protestos no país desde o ‘Fora Collor’. [...] não há dúvidas de que os governos deram sua contribuição ao reprimir violentamente alguns protestos, após atos de vandalismo, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, despejando gasolina da fogueira. [...] num balanço de ‘conquista das ruas’ há muito que enumerar (GRIPP, 2013).

Há uma clara mudança de postura do jornal que, no início das manifestações, não só se posicionou contrário como exigiu das autoridades uma ação enérgica de repressão, mas, os eventos de junho, após se tornarem mobilizações nacionais em múltiplas cidades e nas redes sociais, em nítida solidariedade aos protestos de São Paulo, varrendo as *timeline*, este e outros veículos de comunicação mudaram de posição.

Outro grande veículo que teve mais de uma postura frente aos mesmos eventos, fazendo uma conversão extraordinária em um curto espaço de tempo, foram as Organizações Globo que, nos seus mais diversos veículos, atacou as manifestações das duas primeiras semanas de junho de 2013 e, após o dia 15 do mesmo mês, já adotava outra abordagem. Vale ressaltar as falas do comentarista e analista Arnaldo Jabor<sup>50</sup>, tanto por ser, em grande medida, a voz editorial do veículo no “Jornal da Globo”, nas madrugadas de segunda à sexta-feira no canal de TV aberta do grupo, como por ter

<sup>48</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Editorial:** Retomar a Paulista. Brasil, 13 de junho de 2013.

<sup>49</sup> GRIPP, Alan. **Retrospectiva:** Manifestações não foram pelos 20 centavos. Editorial do Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo, Brasil, 27 de dezembro de 2013.

<sup>50</sup> JABOR, Arnaldo. “Jornal da Globo”. Edição do dia 1 de junho de 2013.

conseguido fazer um giro absoluto de sua posição frente às manifestações em quatro dias. Pôde-se ouvir em sua análise no dia 13 de junho:

[...] o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isto quando a organização criminoso de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos. [...] a grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Isto é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis *molotov*, que ganham muito mal. [...] no fundo tudo é uma imensa ignorância política, é burrice, misturada a rancor sem rumo. [...] Estes caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. [...] realmente, estes revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos (JABOR, 2013).

Como se pode perceber, o jornalista claramente considerava as manifestações ilegítimas e irracionais, abrindo o caminho para a justificação de ações de repressão ao enfatizar que os policiais eram ameaçados pelos manifestantes. Entretanto, assim como ocorreu com outros importantes jornalistas e analistas políticos e grandes veículos<sup>51</sup> de comunicação no cenário nacional, Arnaldo Jabor<sup>52</sup> e as Organizações Globo mudaram de posição em poucos dias. Em entrevista a CBN, que é parte do conglomerado da referida organização, no dia 17 de junho de 2013, quatro dias após a avaliação apresentada acima, o jornalista declarou: “amigos ouvintes, outro dia eu errei, sim, eu errei na avaliação do primeiro dia de manifestação contra o aumento das passagens em São Paulo”. Após o *mea culpa*, o jornalista prossegue:

[...] este movimento, Passe Livre, que começou outro dia tinha toda cara de anarquismo inútil, e critiquei-o porquê temia que tanta energia fosse gasta em bobagem, quando há graves problemas a enfrentar no Brasil. [...] mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia, ficou claro que o movimento passe livre expressara uma inquietação que tardara muito no país [...]. Hoje, eu acho que o movimento passe livre expandiu-se como uma força política original, até mais rica que os ‘caras pintadas’, justamente porque não tem um rumo, um objetivo certo *a priori* [...] (JABOR, 2013).

A partir deste ponto, o jornalista saúda a força do Movimento Passe Livre e aponta rumos, tenta agendar o movimento, sugere direção e pauta política para as manifestações, um dos prováveis motivos para que o MPL tenha decidido não mais fazer convocações públicas por não saber em prol de que pautas as pessoas sairiam às ruas:

Esta energia do passe livre tem de ser canalizada para melhorar as condições de vida do Brasil, desde o desprezo com que se trata os passageiros pobres de ônibus, passando pelo escândalo ecológico, passando pela velhice do código penal do país que legitima a corrupção institucionalizada. Tudo está parado [...] Os fatos concretos são valiosos, exemplo, não vale lutar genericamente

<sup>51</sup> O Estado de São Paulo, jornal de circulação nacional também lançou editorial contrário as manifestações com o título “Chegou a hora do basta”, em que também exige dos governos municipal e estadual do município e do estado de São Paulo, a aposta e incremento em ações repressivas.

<sup>52</sup> JABOR, Arnaldo. **Entrevista a CBN, “Amigos, eu errei. É muito mais que 20 centavos”**, Brasil, 17 de junho de 2013.

contra a corrupção, há que se deter em fatos singulares e exemplares, como por exemplo, a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba na prática com o Ministério Público, que pode reverter as condenações do *mensalão*, pode acabar até com o processo da morte de Celso Daniel. Outros alvos concretos existem, por exemplo, descobrir porque a Petrobras comprou uma refinaria por um bilhão de dólares em Pasadena, no Texas, se ela só vale 100 milhões. Por quê? Por que a ferrovia Norte-sul está sendo feita há 27 anos, desde a era Sarney e ainda quer mais 100 milhões para um trechinho novo? Por que o PAC não andou? Por que portos, aeroportos, ferrovias e rodovias estão podres e sem concessões resolvidas? Por que as obras do rio São Francisco estão secas? Por que as obras públicas custam o dobro dos orçamentos? Por que a inflação está voltando? Por que a infraestrutura do país está destruída? Por quê? [...] (JABOR, 2013).

Há uma clara tentativa de agendamento por parte do jornalista e, se este posicionamento representou as Organizações Globo, houve uma tentativa destas de direcionar os protestos ao governo federal e ao partido no Governo uma vez que se pode perguntar qual atualidade tinha para as manifestações de junho as investigações sobre a morte em 2002 de Celso Daniel, prefeito de Santo André? A tentativa de agendamento ficara flagrante e passa também a se constituir em objeto de disputa das próprias manifestações.

A evidente mudança de postura no discurso do jornalista deve ser compreendida num conjunto maior de transformação da leitura da mídia sobre as manifestações. Três linhas mais gerais, não necessariamente excludentes, se desenham para explicar estas mudanças abruptas de interpretação e análise dos fatos, a primeira é que, na concorrência entre mídias tradicionais e mídias sociais e alternativas, ficou flagrante a capacidade dos grandes veículos de comunicação imprimir sua versão aos fatos foi fragilizada, algo absolutamente inédito e surpreendente. Tornou-se necessário “correr atrás” da interpretação média do cidadão naquele momento. A segunda é que os grandes veículos de mídia no Brasil têm postura político-ideológica que acabam convergindo para preferências partidárias<sup>53</sup>, no geral, opostas ao grupo político no poder executivo federal desde 2002. Desta forma, ao se perceber que as manifestações tomaram o país, configurando-se em possibilidade política de fragilizar e desgastar, sobretudo, a Presidência da República, em ano pré-eleitoral, mudou-se o tom crítico às manifestações para o incentivo. Por fim, nossa terceira linha de argumentação é que, percebendo que os protestos cresciam sem uma linha ideológica e programática clara, seria melhor antecipar-se e tornar-se um ator ativo a exercer influência sobre seus rumos. Seja qual for à motivação ou sua combinação, é fundamental salientar a

---

<sup>53</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **O que a Folha pensa:** Em época de manifestações e ano de eleição, verifique os principais pontos de vista defendidos pela *Folha*. São Paulo, 19 de fevereiro de 2014. PORTAL FÓRUM. **Editor de Veja vai comandar campanha de Aécio Neves.** Brasil, 19 maio de 2014.

centralidade dos conflitos entre a mídia tradicional e as mídias alternativas na forma como as manifestações foram se configurando.

A grande mídia televisiva e impressa que tradicionalmente definiam quais protestos cobrir, como cobri-los e que conteúdo retransmitir sobre eles, pensando-se como os únicos sujeitos capazes de mediar a relação entre acontecimentos e espectadores, foi pega de surpresa com a força das redes sociais em produzir, disponibilizar e retransmitir conteúdos. O susto foi grande quando jovens sem grandes estruturas, semiamadores, admitindo sua parcialidade contra o discurso da neutralidade da imprensa brasileira, invadiram a cena, disputando audiência, estabelecendo contrapontos e quebrando a hegemonia de uma mídia que se sustenta nos laços corporativos e no baixo conflito com os concorrentes, justamente no auge das manifestações de junho.

O Coletivo Mídia NINJA, um dos atores mais destacados na cobertura alternativas das manifestações de junho de 2013, na condição de “intruso” no espaço dos grandes veículos de mídia, sofreu diversas tentativas de desqualificação de seu trabalho, fosse o empenho de desnudar suas relações políticas, sua forma de financiamento ou mesmo um ataque a sua forma de produzir e disponibilizar conteúdo<sup>54</sup>. Ficou claro, por isso, que este Coletivo entrara na disputa pelo poder de ser mídia. Nada testemunha mais este fato raro do que a saga de veículos como *Veja*<sup>55</sup>, *Globo*<sup>56</sup>, e até mesmo *Carta Capital*<sup>57</sup> empenhados em destruir sua credibilidade.

Este foi um período de forte disputa entre mídias profissionais e alternativas, mas também nas redes sociais *online*. A mídia profissional passava a dizer, depois da primeira reação, que as manifestações eram pacíficas e, que nelas existia uma pequena frequência de “vândalos”, “baderneiros”, “mascarados” e “*black blocs*” contra uma massa de cidadãos não violentos, com coberturas sempre em uma perspectiva “de quem está de fora”, como observador, normalmente detrás da tropa de choque. As mídias alternativas, por sua vez, de *smartphones* nas mãos, produziam imagens em tempo real, ouvindo os mais diversos grupos, fossem manifestantes ou policiais, mas sempre a partir da perspectiva do “de dentro”, o manifestante. As redes sociais *online* constituíram-se nas info-vias pelas quais estas disputas eram travadas e novas

---

<sup>54</sup> COSTA, Luciano Martins. **O linchamento do Mídia NINJA**. Observatório da Imprensa. Brasil, 19 de agosto de 2013.

<sup>55</sup> VEJA. '**Quero que essa instituição seja desmantelada**', diz Lobão, que lança música contra Fora do Eixo. Escute. 1 de outubro de 2013.

<sup>56</sup> OTAVIO, Chico. **Ninjas querem verbas oficiais para sobreviver**. O GLOBO. Brasil, 04 de agosto de 2013.

<sup>57</sup> BOCCHINI, Lino; LOCATELLI, Piero. **Fora do Eixo**. Sociedade, Carta Capital, 16 de agosto de 2013.

interpretações eram construídas e disponibilizadas. As principais plataformas e aplicativos de redes sociais utilizados na fase mais aguda de junho foram: *Facebook; Twitter; Youtube; Instagram; Tumblr; e o Whatsapp*<sup>58</sup>.

É notável que até o advento dos acontecimentos de junho havia uma sistemática desconsideração por parte dos agentes e muitos analistas políticos para com as redes sociais na internet em sua potência como canais de produção de subjetividades, discussões, ações e agenda política. Não era incomum até então as acusações de “ativismo de sofá” daqueles que se conectavam nas redes para pensar, atuar e pressionar politicamente, como se o posicionamento em redes sociais na internet fosse oposto às manifestações de rua ou algum tipo de hipocrisia, simulacro ou descompromisso.

Os eventos ocorridos em Junho de 2013 foi favorecido pelo uso das redes sociais *on-line*, tornando-se um grande momento de conversação civil, em que o tema central foi à sociedade, o Estado brasileiro e o futuro da nação em si. A constituição de uma nova cultura tecnológica teve papel decisivo nos desdobramentos dos eventos. Pelas redes sociais *on-line* quase 140 milhões de brasileiros<sup>59</sup> puderam mostrar seu inconformismo e insatisfação e foram envolvidos nesta grande conversação, mostrando a capacidade das redes impactarem a política em dois distintos aspectos: por um lado ao colocar as pessoas em diálogo, de forma suprapartidária e com pluralidade ideológica, por outro, ao levá-las às manifestações, se conseguiu juntar pessoas das mais diversas posições tornando esse sujeito um produtor de informações e formador de opinião (ainda que temporariamente). Compreender essa nova dinâmica que usa as redes para conseguir alcançar um maior número de pessoas já partir da convocação do evento torna-se fundamental aos pesquisadores. Vejamos alguns dados elaborados por pesquisadores da *Microsoft Fuse Labs* para o jornal *The Guardian*<sup>60</sup> que analisaram a rede social *Twitter* entre do dia 01 e 22 de junho. O primeiro dado que lançamos mão refere-se à ativação da rede de usuários do *microblog Twitter* entre os dias 15 e 22 de junho. A agitação que toma esta mídia social durante este período pode ser observada ao analisarmos os dados sobre o nível de atividade da rede de relações entre os usuários mais ativos desta do *Twitter*.

O gráfico abaixo ajuda-nos a visualizar a ativação e resfriamento desta mídia social nos dias em tela.

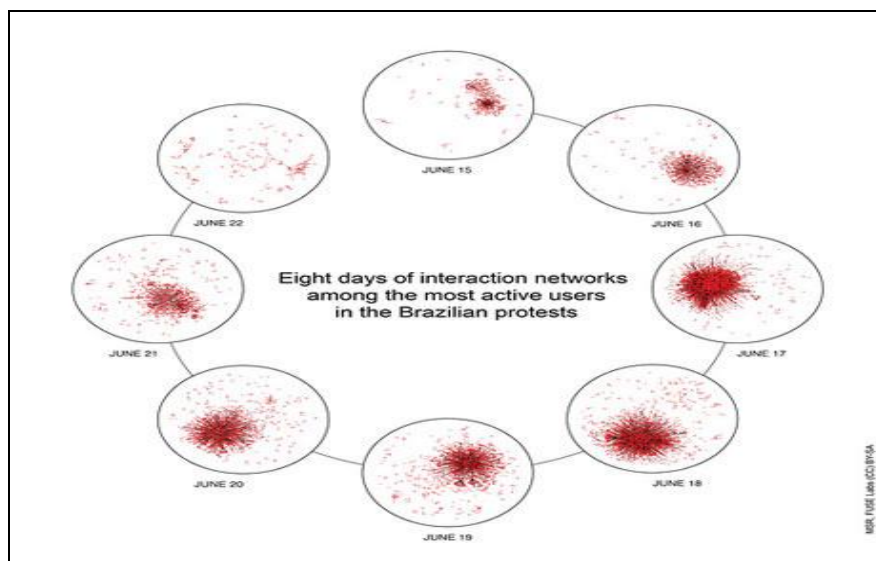
---

<sup>58</sup> PAPP, Anna Carolina. ‘O usuário está desprotegido na rede’. Estadão, 27 de junho 2013.

<sup>59</sup> PAPP, Anna Carolina e ROCHA, Camilo. **Na internet, atos mobilizam 136 milhões**. Estadão, 22 de junho de 2013.

<sup>60</sup> THE GUARDIAN. **How Brazilian protesters are using Twitter**. 2013.

**Gráfico 9- Nível de interação na mídia social *Twitter* entre os usuários mais ativos durante os protestos no Brasil, entre 15 e 22 de junho de 2013.**

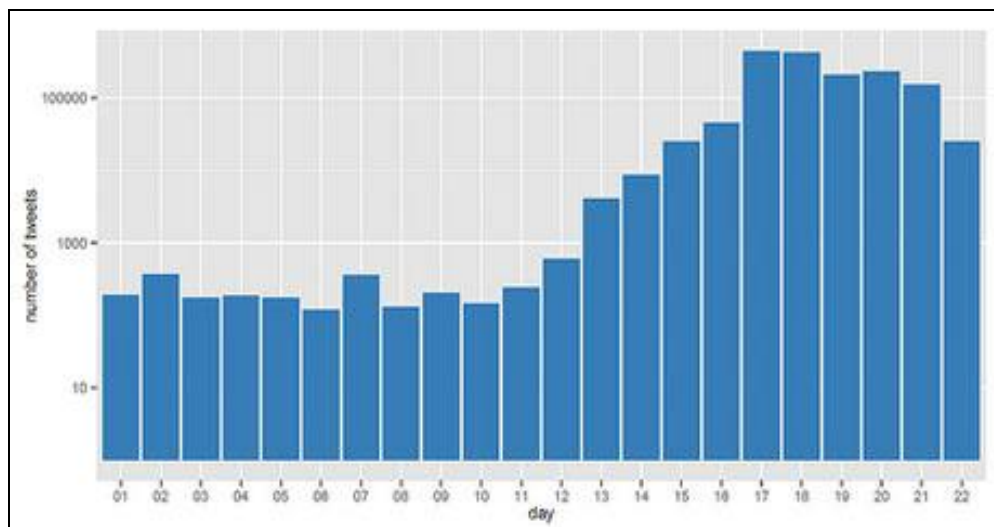


**Fonte: THE GUARDIAN. 2013.**

Observamos que cada um dos círculos representa um dia de atividade na rede e mídia social *Twitter* no Brasil, os pontilhados e manchas vermelhas indicam a produção de conteúdo entre os sujeitos mais ativos desta rede, ou seja, aquele com mais de 20 publicações bem como a troca de conteúdos, portanto, as relações entre estes usuários. O que temos é a produção de uma grande conversação pública e coletiva entre os dias 17 e 20 de junho, em que a rede mantém-se fortemente agitada, sendo o período de 15 e 16 de ascensão desta rede, e os dias 21 e 22 de declínio. Outro dado pertinente é aquele que nos aponta a elevação da disponibilização de conteúdos no *microblog Twitter*, como podemos observar com base nos dados apresentados pelo gráfico 10.

No período de 01 a 22 de junho, percebemos dois distintos níveis de disponibilização de conteúdos, um que vai de 01 a 12, em que o número de *tweets* relacionados aos protestos diariamente eram inferiores a 1.000 postagens e outro, iniciado no dia 13, em que se ultrapassa a barreira das mil postagens diárias, rompendo no dia 17 a marca das 100 mil publicações. Segundo a pesquisa realizada pela *Microsoft Fuse Labs*, neste período foram publicados quase 1,6 milhões de *tweets* que continham as *hashtags*: #VemPraRua, #MudaBrasil, #ChangeBrazil, #ChangeBrasil, #passelivre, #protestosrj, #ogiganteacordou, #copapraquem, #PimentaVsVinagre, #sp17j, #consolação e #acordabrasil.

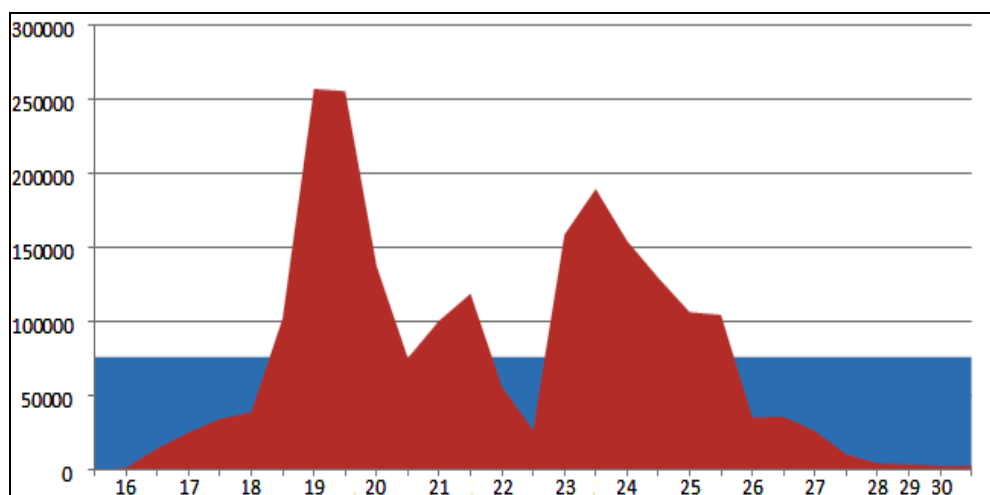
**Gráfico 10. Frequência de *tweets* relacionados a protestos no Brasil entre 01 e 22 de junho de 2013.**



Fonte: THE GUARDIAN. 2013.

No mesmo sentido da análise de rede feita pela pesquisa publicada no *The Guardian*, o site Causa Brasil passou a monitorar as redes sociais: *Facebook*; *Twitter*; *Instagram* *Youtube* e *Google* através da ferramenta de monitoramento *Seekr*, a partir do dia 16. O gráfico 10 apresenta o nível de agitação destas redes sociais no período por nós indicado.

**Gráfico 11. Frequência de publicações nas redes sociais Facebook; Twitter; Instagram; Youtube e Google no Brasil no período de 16 a 30 de junho de 2013.**



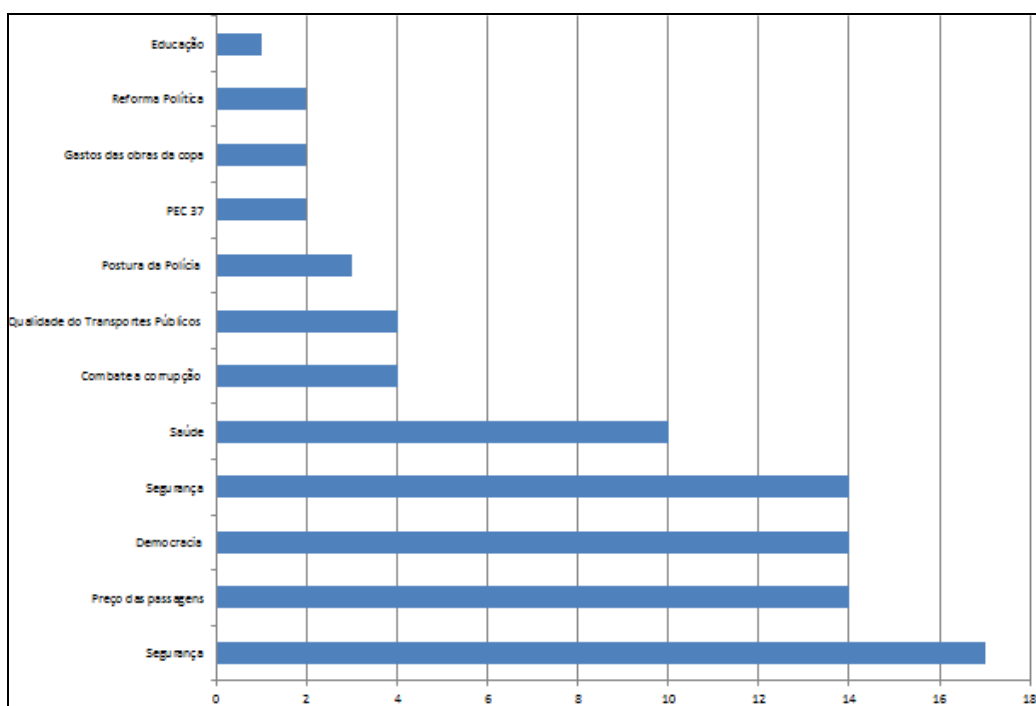
Fonte: elaboração do autor baseada em dados coletados na página eletrônica Causa Brasil.

Os dados do gráfico 11 indicam a frequência de publicações de conteúdos relacionados às manifestações nas cinco redes ou mídias sociais analisadas pelo *site*

Causa Brasil<sup>61</sup> no período de 16 a 30 de junho. É necessário sinalizar que a metodologia de apresentação do *site* consta de duas coletas diárias de dados, exceto no dia 29 em que se registrou apenas uma. Como podemos observar a média de publicações aferida no período de 16 a 30 de junho é de 77 mil publicações por medição, indicada pela área azul. A mediana encontra-se no dia 22 de junho, bem como a moda se localiza entre o dia 19 e 22. Desta forma, fica claro que houve uma elevação forte da agitação das redes entre os dias 18 e 22 de junho, confirmando os dados da *Microsoft Fuse Labs* bem como houve uma segunda onda entre os dias 23 e 26 de junho.

Toda esta agitação nas redes sociais reforça a ideia aqui já defendida de criação de uma enorme conversação civil, diversificada, conflitiva e tensa, mostrando que, mesmo sobre os auspícios de uma noção difusa de “nação” - “O gigante” - havia uma diversidade de formas de entender o país, fruto das múltiplas perspectivas sociais e posições de sujeito. O gráfico 11 que foi produzido com base nos dados do site Causa Brasil, em que aferimos exclusivamente a quantidade de vezes ao longo das medições que uma menção figurou entre as três primeiras mais mencionadas e com no mínimo 3% da frequência geral em cada medição, nos aponta os 12 temas mais frequentes.

**Gráfico 12. Doze temas mais frequentes nas redes sociais com base nos dados do site Causa Brasil.**



Fonte: elaboração do autor baseado em dados coletados do Causa Brasil.

<sup>61</sup> CAUSA BRASIL. *Veja pelo que o país protesta*. 2015.

As redes sociais configuraram-se como um palco de disputas em diversos eixos, a saber: a) tensão entre militantes ligados aos movimentos sociais tradicionais e os ligados às mobilizações emergentes nas redes sociais; b) tensão entre governistas e oposicionistas; e c) “ressurgimento” da tensão direita e esquerda. Estes eixos conflitivos gozaram de relativa independência entre si e das articulações destes configuraram-se campos, discursos, sujeitos e alianças na disputa dos significados das manifestações, na perspectiva sugerida por Mouffe (2003) e Laclau (2008).

O período do “Gigante” foi um forte apelo à ideia de manifestação cívica, no sentido nacionalista, do “povo” como uma unidade, sem diferenças, contra “eles”, o “não povo”, que eram as elites políticas, suas instituições ou mesmo a militância partidária de esquerda. Símbolos nacionais eram estampados e exaltados de modo que os setores mais à esquerda imediatamente interpretaram isto como sinal de tendência à direita, no limite, ao fascismo e a um golpe de Estado. Esta percepção foi alimentada com imagens como a bandeira do Brasil projetada sobre a fachada do edifício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), projetada pela própria entidade representativa dos industriais paulistas. Para carregar ainda mais de significado o ato da federação de industriais, no dia 20 de junho de 2013, seu presidente, Paulo Skaf, afirmou seu respeito às forças armadas indo ao encontro de militares na Escola de Comando e Estado-maior do Exército.<sup>62</sup>

Alguns dos agentes políticos contestados nas manifestações foram justamente os partidos de esquerda que haviam ascendido com o fim da ditadura civil-militar – PT, PSTU, PSOL, PCB, PCO e PCR- que fossem ou não da base aliada do governo federal, foram hostilizados nas ruas, tendo ocorrido episódios em que manifestantes com camisas vermelhas foram forçados a retirá-las e outras formas de repúdio às siglas destes partidos.

Governos estaduais, contudo, receberam contestação direta e frontal, como foi o caso do governo do Rio de Janeiro chefiado por Sergio Cabral do PMDB, marcado por desgastes políticos anteriores, ou os governos de São Paulo, de Geraldo Alckmin do PSDB, de Renato Casagrande do PSB no Espírito Santo, e de Agnelo Queiroz do PT no Distrito Federal, contestados, sobretudo, pela reação “despreparada” e violenta de suas Polícias Militares.

---

62 BRASIL DE FATO. **Bandeira do Brasil na fachada da FIESP não era homenagem só aos "neo-cara-pintadas"**. Brasil, 21 de junho de 2013.

Todo junho foi marcado pela promoção da violência por parte das polícias militares que, sob o comando dos governadores, utilizaram tal recurso para amedrontar e diminuir a adesão às manifestações. Nas primeiras semanas de junho, como destacamos, esta estratégia se mostrou equivocada, pois ficara flagrante para o cidadão a ilegitimidade da ação das polícias, o que provocou o aumento da adesão às manifestações. Após esse primeiro momento, encontrado o “ponto de equilíbrio” no discurso “manifestação pacífica com presença de uma minoria de vândalos”, a tática policial passou a ser a repressão “seletiva” de “vândalos” que encontrou seu lugar social e legitimidade. Assim foram construídas as condições para que a violência voltasse a ser um recurso de desmobilização social.

Prefeituras municipais como a do Rio de Janeiro, governada por Eduardo Paes do PMDB, e a de São Paulo, por Fernando Haddad do PT, também foram objetos de contestação social, por terem sido agentes diretos dos reajustes do transporte público e terem resistido, em um primeiro momento, ao diálogo com os manifestantes bem como por serem símbolos de um poder político e econômico negligente.

É curioso na análise das dinâmicas sociais que dados da pesquisa CNI/Ibope mostrassem um alto grau de contentamento com o governo da presidenta Dilma Roussef, chegando, em março de 2013, em seu mais alto nível de aprovação popular, 79%. Tomando por base estes dados e outros desta natureza, não se poderia mesmo prever que 2013 seria um ano de mobilizações e protestos, ainda mais numa sociedade de tradição centralizadora, em que o executivo federal expressa para muitos o próprio Estado. Fato é que a presidente Dilma havia conseguido, ao longo do seu governo, ampliar seu apoio junto à opinião pública, mas isto não era sinônimo de densidade em apoio popular e capilaridade nas redes sociopolíticas ou de uma hegemonia capaz de resistir a marés mais graves de crise no governo e do Estado.

Conforme Bringel, “tudo indicava que o ano 2013 seria marcado politicamente pelos balanços sobre os dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e pelas articulações iniciais rumo às eleições de 2014” (2013:16). O autor acrescenta:

No campo da(s) esquerda(s) no Brasil conviviam diagnósticos e prognósticos diversos, que variavam desde a defesa intransigente de uma política comprometida com os setores, mais vulneráveis da sociedade à crítica aos limites e contradições do “lulismo”. Nessa segunda linha, muitos intelectuais e atores sociais e políticos apontavam para a necessidade de uma ruptura, um giro à esquerda e inclusive um novo ciclo de lutas de radicalização democrática, conquanto este desejo constituía-se mais em uma expectativa incerta, e de difícil construção em curto prazo, que em um provável horizonte de possibilidades (BRINGEL, 2013:16).

Sobre a surpresa que tomou o Brasil em 2013 em relação a mobilizações, Bringel (2013) aponta “que essa dificuldade interpretativa se deve não somente à complexidade de analisar uma conjuntura política que se move muito rapidamente, mas também à confluência de uma série de “miopias” presentes nos debates públicos” (p.17). Seriam elas a miopia temporal presente/passado; da política; do visível; de resultado. Tais dificuldades interpretativas, entre outros efeitos, tomariam como “novidade” o que ainda não se evidenciara na dimensão político-institucional, por mais que estivesse latente em espaços não formais da vida social e política.

O “estado de coisa” que possibilitou a ocorrência das manifestações de junho não se refletiu imediatamente nos índices de popularidade e confiança no governo federal, síntese do Estado brasileiro no imaginário do cidadão médio, de modo que este inevitável enfrentamento pareceu ser adiado.

Os governos e legislativos ao serem provocados por mais de duas semanas, enfim, reagiram. A Presidenta da República, no dia 21 de junho, fez, conforme já havíamos situado nos acontecimentos do mês, um pronunciamento à nação de dez minutos em que afirmava a legitimidade das manifestações, negando-se a interpretá-las como “oposição” ao governo como muitos de seus antagonistas políticos desejavam. Dilma, em seu discurso, assim como a mídia, estabelecia a divisão entre manifestantes “pacíficos” e “arruaceiros”, deslegitimando as formas de protesto do segundo grupo. Também, a presidenta anunciava que convocaria todos os governadores e os principais prefeitos das regiões metropolitanas para anunciar um pacto com cinco eixos, a saber: 1) pacto pelo transporte público que previa investimentos de 50 bilhões de reais em obras de mobilidade urbana, a instituição de Conselho Nacional de Transporte Público e a defesa da prioridade do transporte coletivo em face do transporte individual no planejamento urbano; 2) pacto pela reforma política e combate à corrupção, em que anunciava seu desejo de realizar um plebiscito para criar uma constituinte exclusiva para a reforma política; 3) pacto pela saúde para acelerar o investimento e a “importação” de médicos do exterior; 4) pacto pela educação em que 100% dos *royalties* do petróleo seriam destinados para a educação e 50% do fundo social do pré-sal; 5) pacto da responsabilidade fiscal que reafirmava o compromisso com a política econômica de linha ortodoxa para a estabilidade econômica e controle da inflação a fim de impedir a entrada da crise econômica internacional no país. Se estas eram traduções adequadas das demandas das ruas só o rumo dos acontecimentos poderia dizer, mas duas apostas se mostraram exitosas junto aos cidadãos: a proposta de reforma política

que, em pesquisa de opinião<sup>63</sup>, contou com o apoio de 85% dos eleitores, além da “importação” de médicos mediante o Programa Mais Médicos que, em julho de 2013 (quando foi lançado), tinha 49,7% de apoio. O anúncio do governo federal foi duramente criticado pela comunidade médica brasileira que se opôs de maneira sistemática à vinda dos médicos estrangeiros. Em setembro, 73,9% e, em novembro (após o primeiro mês desses profissionais nas unidades de saúde, principalmente em municípios muitos pobres e distantes de hospitais com melhor estrutura) do mesmo ano 84,3%<sup>64</sup>. A continuidade do Programa Mais Médicos foi apoiada pela sociedade e, aprovado pelo Congresso Federal em outubro de 2013<sup>65</sup>, em meio à forte polêmica e disputa política.

Na prática, a proposta de reforma política morreu antes de nascer, o governo cedeu à pressão da mídia e do Congresso Nacional, partidos da base aliada se uniram à oposição para enterrar a proposta encaminhada pelo governo

De um ponto de vista político, o governo foi bastante hábil em junho de 2013, mas a efetiva tradução das demandas das ruas em mudanças políticas não tinha nenhuma plausibilidade, pois dependia de atores políticos que não só governo federal – além das disputas em seu interior - que fariam seus cálculos de custos e benefícios antes de qualquer adesão e, percebendo os altos custos, só assumiriam a empreitada se fossem compensados ou constrangidos.

Quaisquer tentativas de transformar as manifestações em “Fora Dilma” não passaram de vozes minoritárias em junho de 2013. Desde o começo, as tensões foram pulverizadas desviadas no conjunto da classe política, não se constituindo em um objeto político que pudesse tornar o Palácio do Planalto um alvo exclusivo ou preferencial dos protestos. A queda de popularidade dos governos e das instituições era geral<sup>66</sup> e, além das forças institucionais, outras foram igualmente questionadas, por exemplo, os movimentos sociais em seus moldes tradicionais.

Provavelmente, havia o desejo “golpista” da parte de uma minoria dos que compareceram às manifestações, mas a grande maioria fazia uso dos símbolos nacionais sem esta conotação. O “verde e amarelo”, por exemplo, significava na maioria dos casos o não alinhamento a qualquer partido político, tão somente o gesto do cidadão brasileiro

---

<sup>63</sup> BRAGA, Isabel. **Reforma Política tem apoio de 85% da população, aponta pesquisa**. Brasil, 6 de agosto de 2013.

<sup>64</sup> AQUINO, Yara. **Apoio da população ao Programa Mais Médicos alcança 84,3% na pesquisa CNT**. Agência Brasil. Brasil, 7 de novembro de 2013.

<sup>65</sup> PRESIDÊNCIA DE REPÚBLICA. **Institui o programa Mais Médicos**. Brasil, 22 de outubro de 2013.

<sup>66</sup> DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Cai aprovação de Cabral no estado do Rio, e Paes recua entre os cariocas**. UOL, 1 de julho de 2013; G1 SÃO PAULO. **Aprovação de Alckmin dai de 52% para 38%, aponta Datafolha**. São Paulo, 1 de julho de 2013.

preocupado com os rumos da nação, não uma adesão a qualquer credo fascista, ao menos naquela conjuntura.

O legislativo federal também reagiu às manifestações criando o que se chamou de “pauta positiva”, uma série de votações de amplo interesse público que se encontravam travadas nas duas casas legislativas devido a lutas internas do Congresso. Dessa forma, ficou visível a letargia do parlamento e, ao mesmo tempo, a clareza de que existem projetos que interessam à opinião pública e outros que são fruto de jogos de interesses dos congressistas e lobistas. Quatro votações expressaram claramente uma resposta às manifestações: uma foi tornar hediondo o crime de corrupção; outra medida foi tornar o voto de cassação de parlamentares aberto; outra ainda foi à revogação da PEC 37 e, por fim, o arquivamento do projeto de lei que revogava a resolução do Conselho Federal de Psicologia que veda aos psicólogos tratar a homossexualidade como doença ou transtorno.

Com as manifestações de 2013, pode-se dizer que os analistas que apontavam a necessidade de mudanças mais vigorosas nos rumos da política federal estavam certos, mesmo que estes também não tivessem antecipado a força dos descontentamentos que emergiam nas redes sociais *on-line*.

Os dados apresentados acima apontam para configuração de três distintas fases nas manifestações de junho de 2013: a primeira delas, ocorrida de 3 a 16 de junho, chamamos de **corriqueira**, por tratar-se de manifestações conhecidas dos brasileiros a mais de uma década. A segunda que vai de 17 a 22 de junho, dado seu ineditismo, velocidade, capacidade de provocação e resposta das autoridades foi denominada de **excepcional**, por fim, a terceira que nomeamos de **radicalizada** por configurar-se como a fase das ações não massivas, mas de grupos menores com estratégias de ocupação de prédios públicos e de incremento da depredação de bens públicos e alguns tipos de bens privados.

### 3.1.2 Os desdobramentos de junho

Os eventos ocorridos no mês de Junho produziram profundo um impacto na vida social e política brasileira nos meses subsequentes, inspirou diversos grupos, coletivos, sindicatos e sujeitos a saírem para ação coletiva e o confronto político com opositores, portanto foi tornado símbolo do descontentamento social e reivindicado por diversos atores para se legitimarem, na medida em que estes diziam se conectar, ou até mesmo representar os anseios dos que saíram as ruas. Em muitos casos foi possível ver ainda a

desqualificação do outro como não conectado ou não representante das indignações ou mesmo das pessoas que foram às ruas no Brasil naquele mês catártico.

Nosso objetivo ao discutir o pós-junho é levantar um conjunto de acontecimentos e apontar para a prevalência de padrões na relação destes acontecimentos posteriores a junho com os eventos de junho e com a conformação de fases específicas. Neste cenário apontamos a conformação de quatro fases de relacionamento dos acontecimentos dos períodos subsequentes com junho, a saber: a) reverberação social; b) radicalidade estratégica; c) eleitoralização e d) instabilidade aberta.

A primeira das fases do pós-junho vai de julho a dezembro de 2013, é marcada fundamentalmente pela reverberação do clima de contestação de junho em diversos setores sociais que em um primeiro momento não foram às ruas, tal fase constitui-se basicamente como o espraiamento das manifestações para a sociedade civil, com pouca ou nenhuma repercussão sobre as forças políticas, particularmente para aqueles setores que em um primeiro momento mostraram-se distantes ou até mesmo atônicos aos acontecimentos.

Uma das primeiras ações logo após as manifestações de junho que nos parece conectar-se com aqueles eventos foi Dia Nacional de Luta realizado no dia 11 de julho, a atividade mobilizada por sindicatos, centrais sindicais, MST, UNE e pastorais católicas, tinha a proposta de ser uma resposta às manifestações de junho e uma tentativa de demonstração de forças dos movimentos sociais nacionais. Conforme Gohn (2014), esta mobilização contou com mais de 105 mil participantes em todo o país, não tendo a mesma força dos eventos de junho.

Viu-se em seguida uma mobilização de caminhoneiros (em sua maioria, produtores rurais) realizada em nove estados com protesto e bloqueio de estradas, tal ação aproveitou o embalo das manifestações de junho para trazer a tona às demandas da categoria. Após 13 dias de bloqueio nas estradas, a presidente Dilma Rousseff aprovou sem vetos, a nova Lei dos Caminhoneiros. As principais conquistas: pedágio gratuito por eixo suspenso para caminhões vazios; perdão das multas dos últimos dois anos por excesso de peso; os contratantes do frete, e não os motoristas serão responsabilizados pelo excesso de peso e transbordagem de carga e a suspensão por 12 meses do pagamento das parcelas de financiamentos de caminhões comprados por meio de crédito do Banco de Desenvolvimento Econômico-BNDES. A redução do preço do diesel (justificativa da greve), não foi atendida pelo governo. A condição do governo para a efetivação das medidas foi o fim das paralisações (BRASIL, 2015).

Outro episódio que marca a vida nacional neste momento foi o desaparecimento em favela do Rio de Janeiro do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Sousa no dia 14 de julho, tragédia que lançou luz sobre a forma de atuação das polícias, não apenas a fluminense, nas áreas periféricas. Este fato desencadeou uma crise no governo de Sérgio Cabral e, em seu principal programa de governo, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que consistem basicamente na ocupação permanente de territórios conflagrados por policiais militares com o apoio do exército visando à pacificação de favelas, mas trazendo não poucos efeitos perversos. Com isso, foi instalado um campo discursivo em que se traçou um paralelo entre a vigilância policial das manifestações de “classe média”, aquelas avalizadas pela grande mídia, bem distinta da repressão às pessoas e estratos sociais mais baixos, entrecruzando-se nesse discurso classe e “raça”, expondo o tratamento desigual do Estado para com seus cidadãos. O desaparecimento de Amarildo ao ser tematizado nacionalmente naquela conjuntura imprimiu força às manifestações nas comunidades, eventos usualmente pouco cobertos pela mídia em geral, mas que ganhou um peso diferenciado nos desdobramentos de junho.

Somou-se a isto a greve dos professores municipais e estaduais da educação do Rio de Janeiro que ao realizarem manifestações contaram com a adesão de jovens manifestantes, acirrando ainda mais o clima de tensão política no estado e cidade do Rio de Janeiro, sendo alvos preferenciais de uma dura repressão policial. Neste mês, a polícia federal e a rodoviária federal também desenvolveram estratégias de paralisações e greves, elevando para o nível nacional a tensão política.

Esta fase foi marcada pelas ocupações de prédios públicos. No Espírito Santo, a Assembleia Legislativa do Estado foi ocupada no dia 2 de julho, em ato que exigia a revogação do pedágio da “Terceira ponte” que liga Vitória ao continente em sua ponta sul bem como se demandava a instalação de uma CPI e investigações sobre todo o processo de concessão da cobrança de pedágio. Também foi ocupada a Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 10 de julho por mais de 200 manifestantes, exigindo passe livre para estudantes e desempregados assim como a abertura das contas das empresas concessionárias do transporte público municipal. Também exigindo mudanças no transporte público, a Câmara Municipal de Belo Horizonte ficou ocupada de 29 de junho a 7 de julho. Com durações de horas ou de semanas, julho foi um mês em que a ocupação de prédios e espaços públicos tornou-se frequente, a tática se reverberou ao longo de todo o segundo semestre. Quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi ocupada, ficou mais visível a presença da tática *black bloc* e também surgiram os

primeiros boatos e acusações sobre pagamento de manifestantes por sindicatos, parlamentares e partidos políticos.

Este período ainda contou com um episódio pitoresco, porém carregado de simbolismo: em meio às manifestações, manequins de uma franquilha voltada ao público consumidor de classe média foram depredados em um protesto. A cobertura midiática do ocorrido, e a repercussão e crítica nas redes sociais exibiu como as narrativas eram tematizadas distintamente entre a mídia tradicional e as mídias alternativas. Nas redes sociais, argumentava-se que quebrar alguns manequins não poderia ser uma notícia mais importante do que as muitas prisões arbitrárias e mesmo mortes sobre as quais a grande mídia pouco falava.

Com a chegada dos primeiros médicos cubanos ao Brasil, acirrou-se na mídia e nas redes sociais o debate sobre a saúde no Brasil e mesmo despertou manifestações de racismo, classismo e xenofobia<sup>67</sup>. Neste momento, já existia um forte consenso social sobre a validade da “importação” de médicos e do programa em si, mas a polêmica é reerguida com força e focaliza expressamente os médicos cubanos e seus contratos, sugerindo a aliança da Presidência da República com a ditadura em Cuba. A tensão produz narrativas que reacenderam a polarização entre direita e esquerda no Brasil, para além das justificativas corporativistas.

Confirmando nossa leitura, de todos os pactos propostos, apenas um teve êxito, a implementação do Programa Mais Médicos que dadas suas características, era o governo federal o principal agente mobilizador e que arcaria com os ônus políticos e financeiros. As promessas não cumpridas se revelariam em tempo mais largo, não podendo ser aqui analisadas nos seus fortes impactos. Naquele momento, o poder executivo havia se saído bem e os dados de institutos de pesquisa confirmavam isto<sup>68</sup>.

Desde junho, veículos de mídia tradicional haviam se tornado alvo da contestação social, tais como as manifestações contra a Rede Globo, mas, no pós-junho, destaca-se o protesto contra a Revista Veja da Editora Abril<sup>69</sup> que, no dia 21/08/2013, publicara a capa: “O bando dos caras tapadas”, em uma estratégia de criminalização de parcela dos manifestantes e de sua associação a grupos organizados e partidarizados. Neste contexto há uma retomada da estratégia repressiva, que foi complementada pela

---

<sup>67</sup> Uma das expressões deste momento foi a publicação em uma rede social de uma jornalista Micheline Borges de declaração preconceituosa e discriminatória, a saber: "Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmo?"

<sup>68</sup> MATSUKI. Edgard. **Dilma começa a se recuperar e aprovação sobe a 54%, diz CNI/Ibope**. UOL, Brasília, 27 de setembro de 2013.

<sup>69</sup> A Veja, neste e em outros momentos, têm se destacado na reconstrução de discursos que atrelam o governo PT ao comunismo, leia-se, inimigo ideológico da pátria.

cobertura jornalística de massa que já havia instalado a esta altura duas figuras públicas, o manifestante e o “vândalo”. Com esta distinção, não se fazia mais uma análise crítica da atuação das polícias, a justificativa para qualquer ação de repressão se encontrava na presença de vândalos, bastava procurar que seus sinais seriam encontrados.

Em setembro já havia se reinstituído o retorno da estratégia repressiva e de criminalização das manifestações. Grupos de anarquistas e a utilização da tática *black bloc* tornaram-se frequentes e algumas organizações políticas e coletivos passaram a apostar na radicalização política como objetivo central de suas ações. Isto ficou particularmente visível no Rio de Janeiro, em que uma mancha por vezes indistinguível entre partidos políticos, sindicatos, coletivos radicalizados e grupos utilizando tática *black bloc* marcaram as manifestações. O Rio de Janeiro a partir de sua conjuntura local se configurou em um palco para polarização de radicalização política.

Neste quadro de polarização política o sete de setembro, costumeiramente marcado por muitos protestos, gerou grandes expectativas de mobilizações, à direita e à esquerda. À direita, houve toda uma mobilização contra o governo Dilma pedindo intervenção militar, à esquerda, viu-se a realização das já tradicionais marchas do Grito dos Excluídos, mas também, o “Badernaço” nacional convocado por grupos radicalizados que se utilizavam da tática *black bloc*. Na data, foram articuladas manifestações em mais de 20 estados do país, porém as mesmas foram em sua maioria, confusas, desorganizadas e marcadas pelo confronto entre policias e manifestantes. Foi neste momento ainda que os governos começam a buscar estratégias para lidar com o novo fenômeno das manifestações, os “mascarados”. Discussões legais e morais passaram a ser feitas em torno da legitimidade desta prática, mas sendo um elemento novo nas manifestações brasileiras causou grande polêmica em torno do tema das liberdades individuais, autonomia, anonimato e mesmo questões de segurança pública. Para muitos, a tática não se justificava, para outros, as liberdades individuais estavam acima de qualquer discussão, mas há que se considerar, também, neste debate, a sensação de insegurança dos demais manifestantes visto que, em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, grande parte das manifestações foi no perímetro de comunidades tomadas pelo tráfico e por milícias de maneira que o uso de máscara em manifestações radicalizadas tinha um sentido objetivo.

Outro caso pitoresco foi repercussão da resposta debochada de um policial “porque eu quis” à indagação de um cidadão de por que ele fazia uso aleatório, fora de qualquer protocolo, do spray de pimenta. O policial demonstrava de maneira inequívoca a certeza da impunidade, pois, além de afirmar que assumia a conduta irregular por

desejar fazê-lo, orientava em tom de deboche o reclamante a denunciá-lo. Mais um dos episódios flagrantes que agitou a pauta pela desmilitarização da PM.

Outubro com incremento no uso repressão policial e com a radicalização dos manifestantes. Não se pode esquecer o pouco preparo da polícia militar para lidar com manifestantes bem como da tradição de algumas organizações de esquerda do uso da força como estratégia de contestação da ordem ainda que em sociedades democráticas. É este encontro de policiais despreparados e orientados à ação repressiva e militantes dispostos à radicalização que configuram, desde então, as manifestações. A atuação de grupos radicalizados no Rio de Janeiro vai projetar como figura pública nacional Elisa Quadros, conhecida como “Sininho”. A cobertura midiática tendeu a apresentá-la como a “chefe” dos *black blocs*, isto é, a articuladora dos grupos que radicalizaram as manifestações do pós- junho no Rio de Janeiro. Esta interpretação da polícia e da mídia contrapõe-se, porém, a outra: o “fato” de que *black blocs* são uma tática e não um grupo organizado, o que não impede que grupos organizados façam uso desta tática. A defesa da própria Sininho alegava que ela não cumpria este papel articulador e que, em sua primeira prisão, ela desconhecia as demais pessoas presas. Neste momento, as manifestações no Brasil são tragadas pela conjuntura política e conflitiva do Rio de Janeiro, em que diversos movimentos e coletivos denunciavam a ação da polícia fluminense bem como os grandes projetos e megaeventos que passaram a redesenhar a paisagem urbana sem a participação da sociedade.

Outubro ainda foi palco de manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), uma organização já antiga em suas ações, mas que, com episódios como a desocupação de Pinheirinhos<sup>70</sup> e a luta contra a forma como a Copa do Mundo no Brasil estava sendo construída, projetou-o como importante agente político e social ao longo de todo o ano de 2013. O movimento, articulando pautas locais e nacionais, notabilizou-se em diversas manifestações como nas tentativas de ocupação da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo. Também em São Paulo, estudantes da USP entraram em greve e ocuparam a reitoria da universidade com uma pauta de reivindicação ampla que passava pelas seguintes exigências: criação de uma estatuinte, eleições direta da reitoria e auxílio para estudantes. Por todo o país, foram registradas manifestações pela melhoria da educação, com pautas locais, mas também nacionais como a aprovação do Plano Nacional de Educação e a destinação de 10% do PIB para a educação.

---

<sup>70</sup> Ocupação do Movimento de Trabalhadores Sem Teto em área da massa falida Naji Nahas, desocupada em 2012, mas que ganhou grande repercussão dado o intenso conflito entre os ocupantes e a Polícia Militar de São Paulo, projetando a partir deste momento o MTST para o cenário nacional.

No quadro geral de violência nos protestos, fruto da decisão dos governos de retomar a repressão, do despreparo da polícia e da tática dos grupos radicalizados de manifestantes um episódio foi notabilizado pela cobertura midiática e repercussão nas redes sociais, a agressão ao Coronel da Polícia Militar, Reynaldo Simões Rossi, por manifestantes mascarados na cidade de São Paulo, em meio ao enfrentamento entre manifestantes e policiais. Mesmo em mais de três meses de cobertura da mídia de violência nas manifestações, mais de 80% dos brasileiros ainda as apoiava, o que demonstra que o descontentamento era massivo e que, também, as fontes alternativas foram capazes de alimentar percepções conflitivas com as “oficiais” sobre o que ocorria nas manifestações. O “Ocupa Câmara”, mobilização que ocupou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, teve grande expressão neste momento, configurando-se como um espaço de tensionamento da agenda política carioca, mas também brasileira, a esta altura, basicamente no estado de São Paulo e Rio de Janeiro e, tinham movimentações com provocações sustentadas relacionadas aos governos locais e, algumas vezes, ao nacional.

Os meses de novembro e dezembro foram de baixos conflitos. As greves de professores haviam terminado, os governos tinham conseguido desarticular por meio de prisões o “Ocupa Câmara” no Rio de Janeiro, e a aproximação com o fim de ano arrefeceu os ânimos naquele momento. Mas se pode destacar ainda deste período algumas manifestações contra a realização da Copa do Mundo, uma grande ocupação promovida pelo MTST na Zona Sul de São Paulo. O mais emblemático neste período foi à repercussão dos “rolezinhos”, encontros em massa de jovens de periferias em shoppings em áreas nobres das cidades.

Vitória, capital do Espírito Santo, já havia vivenciado os eventos “rolezinhos”, assim como outras cidades do país, mas tais acontecimentos tomam dimensão nacional quando os shoppings de São Paulo lançam mão de mandados judiciais para selecionar seu público ou fazer revistas prévias. Os “rolezinhos”, como atividade corriqueira de jovens de periferia, da camada que ascendeu ao consumo na última década, uma vez potencializado pelo uso de redes sociais, mesmo não tendo nenhum objetivo político *a priori*, foram capazes de desnudar a tensão racial que existe por detrás da sociedade de classes brasileira<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Em nossa avaliação, os “rolezinhos” explicitaram a problemática questão racial brasileira em que a “raça” constitui-se em um jogo de expectativas: existem expectativas para quem é branco e outras para quem é negro, estas também correspondem a expectativas de lócus sociais. Transgredir tais expectativas, mais ou menos arraigadas, costuma ter por efeito o choque racial, que é antes de tudo o choque com

A segunda fase do pós-junho vai de janeiro a julho de 2014 e, caracteriza-se pela tendência a maior radicalização das ações de diversos grupos e ativistas, que escolheram a Copa do Mundo como alvo preferencial, bem como deixando transparecer alguma crença sobre possível radicalização política nacional pelas forças de esquerda. Por outro lado as redações de jornais e a agenda das oposições ao governo federal também radicalizaram nas críticas a condução do evento pelo governo federal e apontando possíveis falhas estruturais a comprometer toda sua realização.

Dois temas mobilizam a tensão social e as manifestações em janeiro, os “rolezinhos” em sua capacidade de provocar a sociedade e a proximidade com a Copa do Mundo. Arriscaríamos dizer que as redes sociais deram destaque aos “rolezinhos”, já que os dados que dispomos sobre o período apontam o predomínio deste tema na conversação civil na internet. Por outro lado, às manifestações ocuparam-se em denunciar a Copa do Mundo, curiosamente o tema das manifestações no começo de janeiro não predominava nas redes sociais, o que pode ser um sinal de estreitamento da temática e baixa capilaridade de tais mobilizações, por mais que fossem frequentemente manchetes de jornais.

A esta altura configurava-se um campo de articulações contra a realização ou os efeitos da Copa do Mundo, onde se buscou produzir um enquadramento capaz de comunicar as intenções dos diversos grupos que compuseram oposição aberta à realização do megaevento. No processo de configuração e construção do enquadramento, a palavra de ordem “Não Vai Ter Copa!”, que emerge das manifestações de rua, ganha força e passa a hegemonizar o espectro dos agentes que se opuseram à Copa. Como relata matéria publicada no dia 20 de fevereiro de 2014, no portal UOL, organizada por uma rede heterogênea composta pelo Movimento Passe Livre; Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo; Coletivo Autônomo do Trabalhadores Sociais; Periferia Ativa e Comitê Contra o Genocídio da População Preta, Pobre e Periférica que incorporou novos parceiros como o Sindicato dos Metroviários de São Paulo; o Grupo de Apoio aos Protesto Populares; o Movimento do Trabalhadores Sem Teto e o grupo *Anonymous*. Toda esta rede puxou mobilizações para o ato chamado “Se não tiver direito, não vai ter Copa!”, mas que se popularizou nas redes sociais como “Não vai ter Copa!”.

---

normas raciais ocultas no sentido de veladas, porém conhecidas. O que os jovens de periferia, majoritariamente negros, fizeram foi transigir tais expectativas e sofrer sanções por isto.

Houve grande preocupação por parte destes grupos em justificar tal enquadramento, destacando que não era uma pauta oposicionista de direita, já que esta era a principal crítica recebida por eles de outros movimentos sociais e coletivos, bem como da esquerda governista. Da parte dos coletivos acima citados, as manifestações contra a Copa tinham um caráter progressista e de reivindicação de novos direitos, mas não se podia afirmar o mesmo de alguns veículos de mídia e das redes sociais. Os opositores ao governo federal viram ali a oportunidade de popularizar suas demandas e, ao isolar Dilma como “única” responsável pela Copa do Mundo, não foi difícil agitar bandeiras contra a ação do Estado. Ao propor um enquadramento tão radicalizado, como não ter a Copa do Mundo já planejada e em fase final de execução, sem a capacidade de definir quais conteúdos cabiam neste enquadramento, as mobilizações contra a Copa viram-se radicalizadas à esquerda nas ruas e à direita nas redes sociais.

É neste quadro que o governo federal e o PT tentam responder às manifestações criando enquadramentos opostos. Inicialmente, arriscou-se um “Vai ter Copa!” e, depois, consolidou-se no governo o lema “Copa das Copas”. Diríamos que o governo e o partido afirmavam a “Copa das Copas”, já a militância e simpatizantes reagiam com “Vai ter Copa!”. O lema “Não vai ter Copa!” radicalizaram naquele momento as posições e jogou simpatizantes da Copa do Mundo como um evento esportivo e de forte apelo cultural no Brasil e os simpatizantes do governo para o lado oposto. Os canais de mediação de posições intermediárias foram tendencialmente rompidos e a polarização instalada. Esta mesma tática permitiu ou mesmo estimulou os governos a atuar no sentido de sua repressão, pois não havendo condições dos governos cumprirem uma pauta como cancelar um evento mundial que custara até aquele momento quase 30 bilhões de reais, optaram em intensificar o processo de criminalização e desarticulação dos grupos que compuseram esta tática. É neste quadro que nos dia 25 de janeiro ocorreu em São Paulo em pelo menos outras 30 cidades do país o “Não Vai ter Copa!”.

Neste processo de radicalização, o mês de fevereiro de 2014 iniciou-se com um episódio trágico, explorado ao máximo por diversos veículos de mídia; a morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade da TV Bandeirante no dia 10 de fevereiro, após ter sido atingido por um rojão no dia 6 do mesmo mês. Segundo as investigações policiais, quem disparou o rojão foi um manifestante com apoio de um segundo em protesto no centro da cidade do Rio de Janeiro. Este trágico acontecimento e sua repercussão impuseram um refluxo na radicalidade das manifestações e também abriu uma “caça as bruxas” em nível nacional. Ilações sem provas foram feitas contra o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o deputado fluminense pelo partido, Marcelo Freixo, foi alvo das

acusações e houve tentativas de conectar seu nome as ações e acusações que pesavam contra a ativista Elisa Quadros e aos agentes que participaram da ação com o resultado grave.

A morte do cinegrafista abriu três grandes fontes discursivas, de um lado, a promovida pela mídia sobre os “vândalos” nas manifestações; de outro, uma sobre as possíveis conexões de grupos radicais, partidos políticos e sindicatos; ainda noutro ângulo, à volta nos meios militantes e ativistas do debate sobre a legitimidade e mesmo dimensão estratégica do uso da violência como forma de contestação social.

Março iniciou-se contaminado por estes elementos discursivos e, novamente, o Rio de Janeiro tomou a cena nacional, desta vez com uma greve de garis em meio ao carnaval carioca. Greve esta promovida à revelia da direção do sindicato e em oposição a ela que paralisou todos os serviços de coleta de lixo no Rio de Janeiro, conseguindo amplo apoio popular e nas redes sociais, o que possibilitou a vitória dos grevistas pouco mais de uma semana depois do início da greve. Esta ação dos garis do Rio de Janeiro estimulou novas greves em outras partes do Brasil.

No mês de maio de 2014 em São Paulo, na esteira dos protestos anti-Copa militantes do grupo intitulado “Território Livre” saíram às ruas no dia 24 de maio para protestar contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e em solidariedade a greve dos motoristas de ônibus e dos professores municipais da capital. O ato que contou com a adesão de 300 pessoas, segundo contagem da Polícia Militar de São Paulo, ao final fez um gesto simbólico de queima de bandeiras do país, bem como de um álbum de figurinhas. Outra particularidade desse ato foi que segundo a matéria do jornal, os manifestantes foram parabenizados pela Polícia por terem protestado pacificamente, apesar da presença dos *Black bloc* que habitualmente terminam os atos fazendo a depredação de lojas, bancos e prédios públicos.

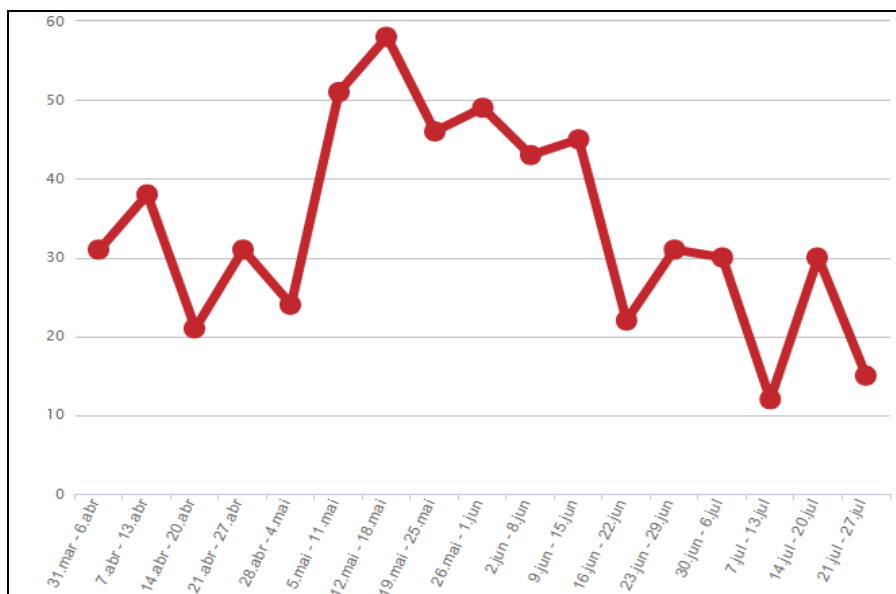
A Folha de São Paulo também lançou em março de 2014 dois instrumentos de medição de greves e manifestações contra a Copa do Mundo. Monitorando São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Campinas, estes instrumentos nos oferecem um retrato da tendência das manifestações ao longo deste período.

O gráfico 13 nos apresenta a frequência de manifestações ao longo do período de 31 e março e 27 de julho<sup>72</sup>. Podemos observar que o período com maior frequência de protestos foi o mês de maio, com tendência de queda ao aproximar-se da realização da Copa do Mundo.

---

<sup>72</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Protestos em 10 cidades**. 2014.

**Gráfico 13- Frequência de manifestações ao longo do período de 31 e março e 27 de julho de 2014.**



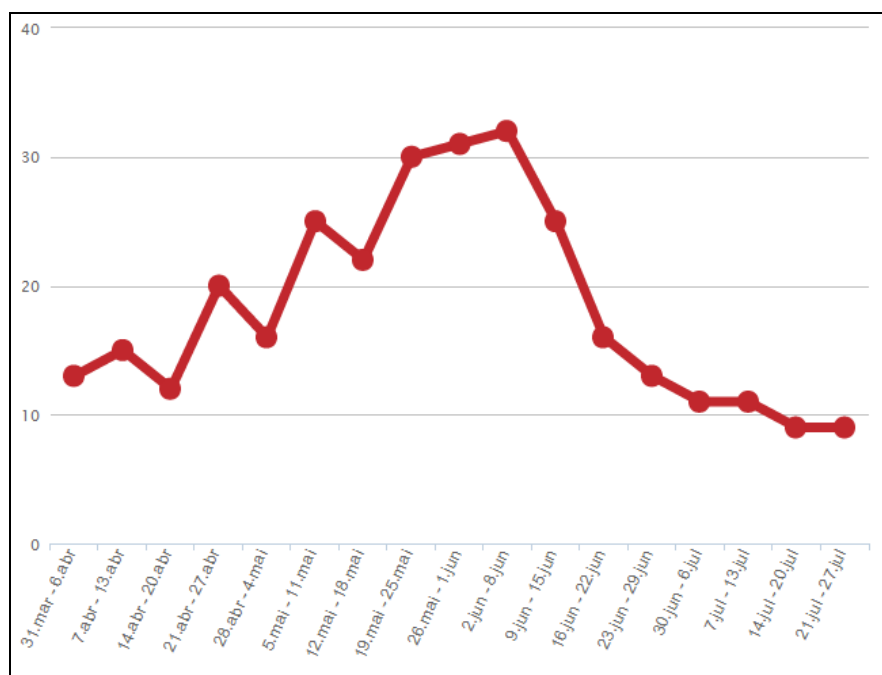
Fonte: Folha de São Paulo. Protestos em 10 cidades. 2014.

Os gráficos 13 e 14 apesar de diferenças, tem em comum um nível alto de atividades pouco anterior a realização da Copa do Mundo, que iniciou dia 12 de junho, todavia o ritmo de desaceleração é mais vigoroso no caso das greves com início do megaevento, enquanto as manifestações mesmo que em ritmo menor que no mês de maio, continuam frequentes. Em relação às greves, neste período obteve bastante destaque a greve da categoria Metroviária de São Paulo que ameaçavam deixar sem transporte público milhões de paulistanos e turistas ao longo da Copa do Mundo. Como fica visível no gráfico 13 é na semana da abertura da Copa do Mundo, que as greves<sup>73</sup> arrefecem. A utilização do Mundial como estratégia para pautar interesses de categorias e movimentos sociais foi à tônica deste período, em uma delas, o MTST também utilizou esta estratégia e conseguiu do governo federal recursos para construção de casas populares bem como o compromisso de revisão das faixas de renda para ingresso no Programa Minha Casa Minha Vida<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Greves em 10 cidades**. 2014.

<sup>74</sup> Programa habitacional do governo federal existente desde 2009 com objetivo de construção de moradias populares e para as classes médias baixas, composto por subsídios e crédito de longo prazo. Tal programa se desenvolve no âmbito de outro, o Programa de Aceleração do Crescimento concebido no fim do segundo governo do presidente Lula como uma estratégia de aquecimento da economia nacional por meio da ativação econômica com investimentos em infraestrutura, elevando gasto público, em uma estratégia de incorporação de estratégias heterodoxas à política econômica.

**Gráfico 14- Frequência de greves ao longo do período de 31 e março e 27 de julho de 2014.**



**Fonte:** Folha de São Paulo. Greve em 10 cidades. 2014.

A desaceleração do conflito social no período pré-Copa e de realização do evento verificou-se também nas redes sociais como mostra o gráfico 14 que trata da frequência de menções relacionados às manifestações que caíram de mais de 1,18 milhões na quinzena de 16 a 31 de março para menos de 35 mil menções no período de primeiro a 12 de junho de 2014, dia da abertura da Copa do Mundo. A desaceleração das manifestações, das greves e da contestação nas redes sociais acerca da realização da Copa do Mundo aponta para a vitória dos setores que apostaram na realização do evento e impuseram um refluxo aos setores que radicalizaram o nível de oposição ao evento.

Tal processo de contraposição ao evento nunca foi majoritário, como apresentamos com base nos dados expostos no gráfico 15<sup>75</sup>.

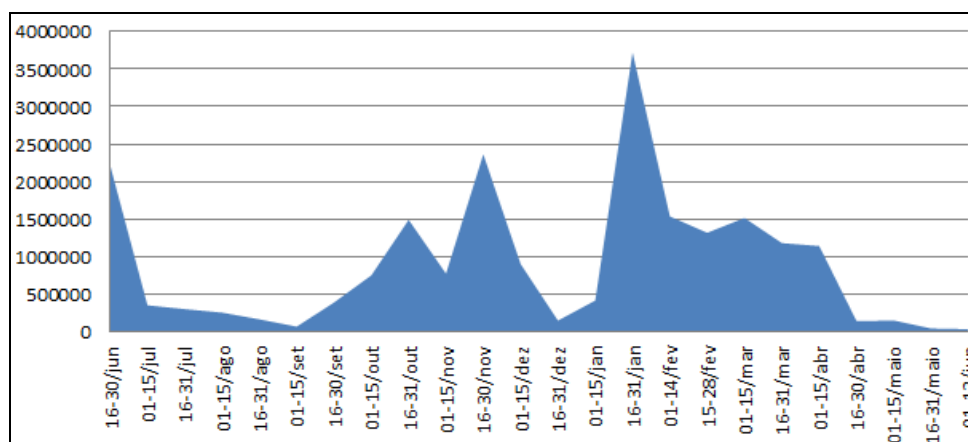
No dia 15 de junho, segundo a página eletrônica Brasil 247 que utiliza dados da Plataforma Apita<sup>76</sup> até o início da Copa, 86% dos comentários dos internautas nas redes eram contrários ao evento, porém isso foi reduzido na medida em que as instalações

<sup>75</sup> BRASIL 247. **Brasil passa de rejeição à adesão geral à Copa.** Brasil, 15 de junho de 2014.

<sup>76</sup>Está é uma Plataforma reúne e interpreta a opinião do brasileiro sobre o evento a partir dos comentários públicos feitos nas principais redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+. O Apita Brasil foi inspirado no “Causa Brasil”, um portal de consulta da mídia, de governantes e da população em geral para interpretação da evolução das causas por trás das passeatas de 2013.

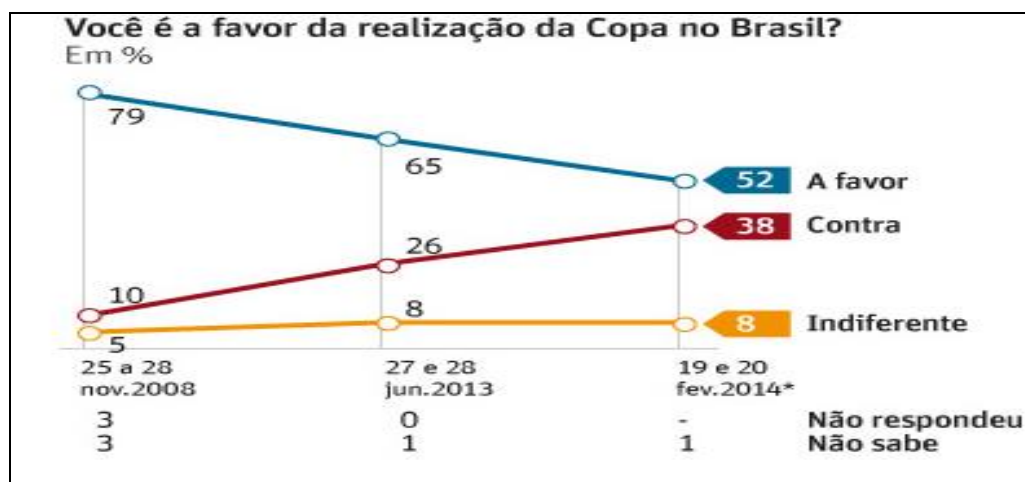
ficaram prontas e o país começou a receber as delegações e esse número negativo foi revertido para 65% de apoio da população a realização do evento.

**Gráfico 15- Frequência das menções em rede e mídias sociais de temas relacionados às manifestações no período de 16 de junho de 2013 a 12 de junho de 2014.**



Fontes: elaboração do autor baseada nos dados de G1 BRASIL 2013.

**Gráfico 16. Posicionamento do brasileiro sobre a realização da Copa de Mundo FIFA no Brasil 2008-2014<sup>77</sup>.**



Fonte: MAISONNAVE, Fabiano. Aprovação à realização da Copa é a menor em 5 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de fevereiro de 2014

A esta altura gostaríamos de retornar um pouco a problemática da Copa do Mundo, já que no Brasil este evento é carregado de significados, nos interessa explorar um pouco mais as tensões em torno deste evento e como foi tornado alvo e signo maior dos problemas enfrentados pelo país, ao ponto de que vimos emergir expressões nas

<sup>77</sup> MAISONNAVE, Fabiano. **Aprovação à realização da Copa é a menor em 5 anos.** Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de fevereiro de 2014.

redes sociais que sintetizavam todo sentimento de crítica e frustração com o Brasil e ao mesmo tempo apontavam o evento como um momento catártico em que o caos e a desorganização tomariam a nação, dois exemplos destas percepções são as expressões, “quero ver na Copa” e “imagine na Copa”.

Neste sentido é importante para nós destacar que a imagem que os agentes envolvidos na realização da Copa do Mundo – FIFA; patrocinadores; investidores; governo federal; doze governos estaduais; alguns governos municipais; legislativos das três esferas; lideranças políticas; partidos e mesmo o conjunto da mídia nacional – tentavam emitir para o cidadão sobre o evento e como o brasileiro via, sentia e falava de seu país no cotidiano estavam em tendência de descompasso. Para nós fica claro que a percepção do brasileiro era disputada por todos os agentes implicados na realização do megaevento e este nunca se constituiu em um objeto único e monolítico, mas sempre em múltiplos, se configurando de acordo com o jogo de interesses e alianças. Esta compreensão que apresentamos pode ser atestada pelas tensões<sup>78</sup> entre governo federal e a Federação Internacional de Futebol (FIFA) na aprovação da Lei Geral da Copa, em que algumas disputas, entre elas, por exemplo, a recusa da FIFA em aceitar o pleito relativo à meia-entrada para estudantes e idosos e, de ter havido o mesmo em relação ao pleito da FIFA pela liberação de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos, mas ao fim ambos cederam. Destacam-se também as tensões em torno de atrasos para a entrega dos estádios e declarações “pesadas” dos dois lados. A tensão se agudizou quando após a ocorrência de protestos com depredações de bens públicos e privados em Belo Horizonte durante a Copa das Confederações, a FIFA cogitou levar os jogos finais para outro país, controvérsia, posteriormente, também resolvida. Por fim, podemos destacar a posição de Ronaldo<sup>79</sup>, ex-jogador de futebol e membro do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo que, após anos defendendo o evento no Brasil, fizera declarações em oposição, mostrando haver margem para conflitos e desencontros pelo lado dos organizadores na realização deste megaevento.

Os exemplos dos quais lançamos mão permitem-nos afirmar que a consecução de um megaevento com as características da Copa do Mundo da FIFA é um processo de articulação e construção de alianças na forma de redes. Os atores envolvidos mantêm interdependência e autonomia relativa, desta forma, podemos intuir que a lógica e o tipo de relação que unira governo federal, estaduais e municipais era distinta daquela que

---

<sup>78</sup> ESPN. **O bate e rebate da tumultuada relação entre Fifa e governo federal**. UOL, Brasil, 8 de janeiro de 2014; TERRA. **Brasil-Fifa um casamento tumultuado**. Brasil, 2 de dezembro de 2013.

<sup>79</sup> UOL COPA. **Ronaldo reforça vergonha, critica governo e diz que Copa é vítima**. São Paulo, 29 de maio de 2014.

unira estes agentes com a mídia e esta última com patrocinadores e a FIFA. Desta forma estamos dizendo que a aliança geral em torno da Copa do Mundo era tensa e disputada e que esta disputa instituiu duas Copas, o que é fundamental para nossa compreensão das conexões entre Copa e manifestações. De um lado tínhamos a Copa da seleção brasileira e que seria vivida dentro do campo, de outro tínhamos a Copa das obras e dos políticos, travada no campo político e dos interesses, exemplar desta nossa afirmação foi a manchete de capa da Folha de São Paulo<sup>80</sup> em 12 (doze) de junho de 2013, “Copa começa hoje com seleção em alta e organização em xeque”.

Ao se configurarem duas Copas como campos<sup>81</sup> narrativos com alto grau de autonomia, de um lado a Copa da seleção com seus medos e esperanças, consagrada na vitória da seleção brasileira da Copa das Confederações em julho de 2013. Do outro a Copa da política, dos políticos e dos grupos de interesses, foi sendo capturada pelo discurso de ódio à política, de ineficiência do Estado brasileiro e da corrupção, inicialmente uma narrativa localizada na cobertura midiática, mas que também era uma percepção difusa, mas menos sistematizada entre os brasileiros sobre a política e classe política. Neste quadro a Copa foi tendencialmente tornando-se política e a política tornando-se Copa, o campeonato mundial tornou-se símbolo e objeto da contestação política.

Algumas referências nos ajudam a comprovar à constituição de dois campos narrativos sobre a Copa, primeiro evento que para nós inaugura esta dicotomia foi a abertura da Copa das Confederações em 15 de junho de 2013<sup>82</sup>, quando em discurso de abertura do evento a presidenta Dilma Rousseff foi vaiada no estádio, e em seguida o presidente da FIFA Joseph Blatter. Se as vaias apontam um descontentamento com a política institucional, simbolizada pela mandatária nacional, o fato da torcida, quatro dias depois, cantar o hino nacional a capela<sup>83</sup> pela primeira vez, após o encerramento da execução oficial na abertura de uma partida na Copa das Confederações, indica o nível de sintonia com o Brasil representado dentro do campo de futebol. Foram vários os

---

<sup>80</sup> CONGRESSO EM FOCO. **Jornais:** Copa começa hoje com seleção em alta e organização em xeque. Brasil, 12 de julho de 2014.

<sup>81</sup> “Caracteriza a autonomia de certo domínio de concorrência e disputa interna. Serve de instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico – cultural, econômico, educacional, científico, jornalístico etc -, no qual são determinados a posição social dos agentes e onde se revelam, por exemplo, as figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capital.” SOCHA, Eduardo. Pequeno glossário da teoria de Bourdieu. **Revista Cult.**

<sup>82</sup> FRANCESCHINI, Gustavo; MONTES, Luiz Paulo; PASSOS, Paulo; PERONE, Ricardo. **Torcida vaia e constrange Dilma na abertura da Copa das Confederações.** Brasília, 15 de julho de 2013.

<sup>83</sup> GLOBOESPORTE.COM. **Torcida emociona ao cantar hino nacional e parte protesta de costas.** Fortaleza, 19 de junho de 2013.

episódios que demonstram a existência de dois campos narrativos sobre a Copa, por exemplo, nas falas da presidenta<sup>84</sup> ao afirmar existir total separação entre seleção e governo o que em sua visão interditará usos políticos da Copa. E neste sentido indicamos que a repetição das vaias e desta vez também xingamentos<sup>85</sup> à presidente no jogo de abertura da Copa do Mundo em 12 de julho de 2014 e o fato da torcida outra vez cantar o hino nacional à capela após o término da execução oficial, indicava a existência de dois distintos campos discursivos sobre a Copa do Mundo.

Apesar do clima de contestação social ter se aplacado no período da realização da Copa do Mundo, e de ter se revertido a tendência de desinteresse pelo evento<sup>86</sup> ao fim deste excepcional momento de relativa calma em um mar de contestações, os problemas voltaram ao debate, só que neste momento já direcionado ao processo eleitoral do segundo semestre.

A terceira fase por nós identificada vai de julho a novembro de 2014 e caracterizou-se pela incorporação de junho a retórica política eleitoral, portanto a passagem das retóricas sobre junho da sociedade para a política, desta forma o discurso do novo e da necessidade de mudanças compuseram todo o período eleitoral de 2013.

Se houve um dia a precisar o começo desta terceira fase foi o dia 9 de julho de 2014, um dia depois da derrota da Seleção Brasileira de Futebol para seleção alemã, pois do dia 12 de junho a 8 de julho de 2014 de uma maneira geral as pautas políticas deram lugar nas manchetes e nas redes sociais a Copa do Mundo, fosse pela grandiosidade do evento, a presença de milhares de estrangeiros em diversas cidades brasileiras ou pelo fato da atenção do brasileiro estar concentrada na possibilidade de uma vitória da seleção de futebol do país ganhar a Copa do Mundo no Brasil.

Apesar do clima de suspensão, da tensão e contestação social, o Brasil entrou na Copa do Mundo dividido e polarizado, as autoridades envolvidas na consecução do evento, exceto a presidente Dilma haviam afastado sua imagem do Mundial, pois existia a certeza de que se não fosse um fiasco futebolístico seria estrutural, ou, ao menos os veículos de mídia tratariam eventuais problemas como tal. A finalização do evento com êxito na parte estrutural permitiu que Dilma e seu governo explorassem o evento como sinal de que o país tem capacidade de coordenação, execução e realização de grandes projetos. Pesquisas posteriores mostram que 83% dos estrangeiros que aqui estiveram,

---

<sup>84</sup> ALENCAR, Kennedy. **Kennedy Alencar entrevista Dilma Rousseff**. Jornal do SBT, Brasil 5 de junho de 2014.

<sup>85</sup> G1 SÃO PAULO. **Dilma é hostilizada durante abertura da Copa do Mundo em São Paulo**. São Paulo, 12 de junho de 2014.

<sup>86</sup> BRASIL 247. **Brasil passa da rejeição a adesão total à Copa**. 15 de junho de 2014.

aprovaram o evento no seu conjunto<sup>87</sup>, o que fez com que houvesse uma nova disputa pela paternidade do evento. Políticos e partidos que dias antes do evento afirmavam o despreparo do governo para realização do evento, uma semana depois assumiam a postura de que o sucesso do Mundial não se devia ao governo, mas ao povo brasileiro, seja como for, a presidente Dilma oscilou positivamente de 34% para 38% das intenções de votos<sup>88</sup> entre o começo e o fim da Copa do Mundo, arriscamos a dizer que o efeito não foi maior, pela saída prematura do campeonato pela seleção brasileira, precipitando o enfrentamento de problemas.

Um deles ainda no período de construção dos estádios foi à queda de um viaduto em Belo Horizonte realizado por um consórcio entre governo federal, estadual e municipal, e apesar das tentativas de grande parte dos veículos de mídia colocar o tema na pauta, este caiu no esquecimento político, por implicar atores da situação e oposição à época.

O impacto de junho nas eleições é mais indireto do que nas duas fases anteriores. Para nós existem duas formas de conexão, entre junho e as eleições, ambas indiretas: a primeira foi que o período eleitoral teve seu início “embalado” a partir dos efeitos da Copa do Mundo, ou seja, os eventos de junho estabeleceram uma conexão entre política e Copa do Mundo, ao passo que o pós-junho intensifica esta vinculação nas vésperas do campeonato, este ocupa um lugar síntese da percepção negativa sobre o Brasil. Os eventos de junho sintetizado por diversos atores sociais e políticos na crítica ao Mundial entraram no jogo político eleitoral como um vetor dependente do sucesso ou não do megaevento, era o resultado da organização e realização deste que determinaria quem poderia capitalizá-lo politicamente. O fracasso do evento jogaria favoravelmente aos opositores do governo, tornando a principal síntese de junho um fato político importante, desmontando a retórica governamental. Por outro lado o sucesso do evento, como ficou provado, tenderia a jogar a favor deste último, muito porque desmontaria parte importante das críticas dos adversários ao evento e garantiria discurso ao governo.

A segunda forma de impacto de junho nas eleições é discursiva, pois se nas fases anteriores os partidos políticos tiveram dificuldade de se associar a junho e buscar ser seu representante, com o começo da disputa eleitoral, todas as candidaturas investiram na conexão com a imagem se não diretamente de junho, pelo menos de seu principal

---

<sup>87</sup> BRASIL 247. **Datafolha Copa é aprovada por 83% dos estrangeiros.** 15 de julho de 2014.

<sup>88</sup> TOLEDO, José Roberto de. **Datafolha mostra Dilma de volta aos 38% e indica estabilidade.** Estadão, 3 de julho de 2014.

legado, o desejo de mudança, pesquisa de abril de 2014 apontava que 72% dos brasileiros desejam mudança nos rumos do país<sup>89</sup>.

A primeira forma de entrada nas eleições, ainda no mês de junho, viu-se limitada poucos dias após o fim da Copa do Mundo, os opositores ao governo apostaram alto demais em um possível efeito negativo do evento, tanto a direita, quanto à esquerda, bem como o governo mesmo tendo capitaneado o bom resultado do evento, não o fez de maneira a desequilibrar a disputa para o seu lado e decidir as eleições de maneira tranquila e rápida, como seu viu com o passar dos dias.

A campanha eleitoral foi marcada, portanto por estratégia para se vincular ao signo da mudança, desta forma a candidatura de situação e disputando a reeleição apresentara-se pelo slogan de “Muda mais, mais futuro”, buscando conectar-se tanto com o espírito do momento de mudança, quanto com a imagem de candidatura progressista, ou seja, um apelo aos eleitores tradicionais do petismo. A mudança, neste caso era a afirmação, e mesmo a intensificação da estratégia que vinha sendo desenvolvido, remontava não uma mudança dos rumos do governo, e mais sim como uma referência a continuação das mudanças realizadas a partir de 2002.

A campanha do principal partido de oposição o PSDB com o presidenciável Aécio Neves, incorporara também o apelo à mudança, acusando a postura ética do governo, sua política econômica buscava-se conectar ao contexto de exigência de mudanças que as ruas embalaram. A mudança neste caso, assim como a da candidata petista também era a afirmação de um projeto já testado na década 1990, propunha-se novo, mas também representava uma reafirmação de uma lógica já conhecida.

A terceira candidatura competitiva de Eduardo Campos e Marina Silva iniciou a campanha também com o apelo da mudança, com o slogan “Coragem para Mudar o Brasil”, e também discursava a partir da perspectiva de algum tipo de mudança. Todavia esta candidatura foi atingida por uma tragédia: o presidenciável Eduardo Campo faleceu em um acidente de avião no dia 13 de agosto em São Paulo, o que comoveu o Brasil, e abalou o quadro eleitoral. Sua vaga foi assumida por Marina Silva (que era vice na chapa) que em pouco tempo mudou o quadro de disputas eleitoral. A candidata assim como toda sua coordenação de campanha passa adotou uma frase dita pelo então candidato dias antes de falecer, “Não vamos desistir do Brasil!”.

A incorporação da retórica da mudança produziu uma campanha dura, disputada, polarizada e por vezes radicalizada, com momentos diversos de desconstrução dos adversários, como os casos em que a candidata Marina Silva refez seus discursos sobre

---

<sup>89</sup> BRASIL 247. **Eleitor quer mudança, mas vê Lula como mais apto.** 5 de abril de 2014.

direitos de homossexuais e autonomia do Banco Central<sup>90</sup>. Apesar deste clima de mudança em nossa avaliação nenhum projeto de sociedade ou nacional realmente novo se apresentou à sociedade brasileira, nenhuma síntese nova foi oferecida, por isto mesmo o projeto da candidatura do Partido Socialista Brasileiro com o movimento Rede Sustentabilidade (que busca conseguir seu registro junto ao TSE para tornar-se um partido político) não só não conseguiram romper com o quadro de duas décadas de polarização entre PT e PSDB, como ajudou a elevar esta radicalização de tal maneira, que estas opções partidárias que no Brasil sempre quase que exclusivamente eleitorais, exceto no caso do PT que sempre teve bons níveis de enraizamento social<sup>91</sup>, ganhou ao termino das eleições contornos similares ao que se observa nos EUA entre republicanos e democratas. Não representando, portanto, tão somente saídas eleitorais para a maioria das pessoas, mas começando a enraizar-se como polarizações sociais indicativas de filiações, comportamentos, atitudes e classes sociais.

Na última das fases que teve seu início em novembro de 2014 até o presente momento, marcado fundamentalmente por uma profunda instabilidade política, convergência de duas crises: uma é política, e a outra econômica trata-se, portanto de um momento de fragilidade institucional, mas ao mesmo tempo não temos como precisar seus contornos já que os acontecimentos seguem a todo vapor.

Apesar de situarmos este momento a partir de novembro, logo após o resultado eleitoral do segundo turno, ele começou a se desenhar bem antes, notadamente nos resultado eleitoral das eleições proporcionais de 2014 no começo de outubro. Se na disputa pelo executivo federal não se confirmaram as tentativas de mudança de grupo político no poder, no Congresso houve uma importante redução dos parlamentares progressistas, que dão sustentação e fazem a disputa dos temas mais caros ao governo federal dentro do Congresso. A legislatura eleita para o período de 2015 a 2018 é mais conservadora, segundo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)<sup>92</sup>, o que gera profundas dificuldade para um governo que foi eleito fazendo nas últimas semanas um forte apelo progressista, e mobilizando diversos movimentos sociais para garantir a vitória de sua candidatura a reeleição no segundo turno. Só a bancada do Partido dos Trabalhadores diminuiu em quase uma quarto em relação a legislatura anterior, a do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), encolheu em

---

<sup>90</sup> PORTAL FORUM. Em coletiva, Marina Silva tenta explicar mudança em seu programa de governo. 1 de setembro de 2014.

<sup>91</sup> Ver Singer 2012.

<sup>92</sup> SOUZA, Nivaldo e CARAM, Bernardo. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz DIAP**. Exame, 06 de setembro de 2014.

um terço, o PSB, tradicional aliado petista optaram desenvolver caminho próprio e parte importante de suas lideranças passaram a perfilar-se junto a oposição e a lideranças conservadoras.

Além do quadro de redução da base progressista no Congresso, com a consequente ampliação não só da direita de oposição, mas do peso relativo da direita e do centro na base do governo, a vitória “magra” da presidente Dilma contra seus adversário no segundo turno retirou muito de sua estabilidade política. Apesar de, em um primeiro momento a oposição derrotada ter assumido tal condição sem sinalizar revanchismo, a tensão do resultado eleitoral nas redes sociais junto ao eleitorado oposicionista tendeu a lançar dúvidas sobre os resultados. A tabela 4 no apresenta informações pertinentes sobre os resultados eleitorais envolvendo o ciclo de governos federais petistas.

**Tabela 4- Resultados eleitorais de primeiro e segundo turno de candidatos petistas à presidência da república de 2002 a 2014.**

Anos eleitorais	1º Turno	2º Turno
2002	46,4%	61,3%
2006	48,6%	60,8%
2010	46,9%	56,1%
2014	41,6%	51,6%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2015.

Como podemos ver, se o projeto petista viu-se vitorioso em quatro eleições seguidas, nem por isso ele foi capaz de vencer no primeiro turno nalguma delas, diferentemente do ex-presidente FHC que em seus dois pleitos venceu em primeiro turno. Pelos dados que temos na tabela 4, podemos perceber uma queda expressiva de votos em candidaturas petistas no segundo turno desde as eleições de 2006, mostrando uma redução da base eleitoral do partido e de apoio a seu projeto político.

São justamente estes os dois principais dilemas políticos que Dilma enfrenta ao ser reeleita, por uma lado dependerá de uma base aliada menos afinada com o projeto de seu partido e em muitos casos mais afinada com a oposição com os desejos de vôo solo e por outro lado não conta com apoio massivo que lhe de sustentação em momentos de crise. Em princípio, vitórias com pequeno percentual na diferença de votos não significam fragilidade política, mas é neste aspecto que o pós-eleições se conecta com o

período pré-copa do mundo, ou seja, naquele momento em que o governo Dilma tornou-se alvo de diversos ataques, particularmente pela realização da Copa do Mundo, isso fez com que o governo, o PT e a esquerda brasileira perdessem a hegemonia no discurso sobre o desejo de mudança impulsionado por junho.

A vitória eleitoral não foi capaz de fechar as polarizações e radicalizações produzidas no período anterior a Copa do Mundo, bem como aqueles emergentes nas eleições, desta forma a vitória de Dilma Rousseff deu espaço a todo tipo de ataques de cunho racista e, de por em dúvida os resultados eleitorais, as redes sociais se convulsionaram com demonstrações de ódio a nordestinos, aos pobres e aos beneficiários de programas sociais, bem como aos eleitores da presidente Dilma<sup>93</sup>. Ainda no primeiro turno ao comentar os resultados obtidos pelo PT, o ex-presidente FHC declarou que votam no PT os “menos informados sem ponderar o contexto (meio de um processo eleitoral) e a audiência (eleitorado polarizado), já que segundo FHC este era um diagnóstico e não um juízo de valor. Esta “fala” rapidamente foi capturada por internautas que proferiam ataques contra nordestinos. Ao fim dos segundo turno tornaram-se comuns mapas dividindo o país em norte/nordeste vermelho e petista, e centro-sul azul e tucano.

É neste clima que ocorreram manifestações contra<sup>94</sup> a eleição da presidente Dilma no fim de 2014, e por outro lado movimentos sociais fazem protestos contra a direita, o avanço conservador e por reformas populares ainda em 2014<sup>95</sup>. O PSDB em resposta a parte de seu eleitorado solicita ao Tribunal Superior Eleitoral auditoria para os resultados das eleições presidenciais para, segundo o partido, provar a lisura do processo eleitoral<sup>96</sup>.

É neste quadro que o segundo governo Dilma começa a ser montado, tendo ainda de encarar crise na gestão da Petrobras<sup>97</sup> e investigação por parte do Ministério Público Federal, Polícia Federal e Justiça Federal do Paraná contra a Petrobrás, mas

---

<sup>93</sup> TERRA NOTÍCIAS. **Nordestinos são hostilizados após a vitória de Dilma Rousseff**. 27 de outubro de 2014.

<sup>94</sup> LIMA, Daniela, LIMA, Galeano e URIBI, Gustavo. **Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo**. Folha de São Paulo, 1 de novembro de 2014.

<sup>95</sup> G1 SÃO PAULO. **Movimentos sociais fazem atos contra direita e cobram reforma populares**. 13 de novembro de 2014.

<sup>96</sup> G1 POLÍTICA. **PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ das eleições**. Brasília, 30 de outubro de 2014.

<sup>97</sup> AGOSTINE, Cristiane. **‘Lulista’ criticam gestão da crise na Petrobras e políticas de Dilma**. Valor Econômico. São Paulo 05 de fevereiro de 2015. <http://www.valor.com.br/politica/3895858/lulistas-criticam-gestao-da-crise-na-petrobras-e-politicas-de-dilma>

envolvendo políticos de diversos partidos, a maioria da base aliada e inclusive de seu partido, na chamada Operação Lava-Jato<sup>98</sup>

Na economia o governo Dilma encerrou no fim de 2014, por um lado os limites internos de a sua política anticíclica sem expansão da produção e crescimento econômica, externamente o cenário de redução do crescimento dos países em desenvolvimentos em particular Rússia, China e Índia, neste quadro a margem de manobra fiscal e de política econômica em relação às políticas pró-mercado e de austeridade fiscal reduziram-se, fazendo com que a presidente escolhesse um ministro da economia mais alinhado ao mercado financeiro Joaquin Levy<sup>99</sup>.

É neste quadro, e com muitos outros desafios que o governo Dilma inicia o ano de 2015, as opções de composição de governo, na sua maioria conservadores e de política econômica mais ortodoxa e austera, jogando sobre sua base social os custos mais elevados da crise<sup>100</sup> fizeram reduzir a popularidade da presidente e aumentar desta forma sua fragilidade dentro do Congresso Federal. A presidente contou ainda com dificuldade de formação de sua base de apoio nas casas legislativas, reflexo disso foi à derrota de seu candidato a presidência da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP) para seus desafetos políticos, porém da base do governo Eduardo Cunha (PMDB-RJ)<sup>101</sup> fragilizou ainda mais sua governabilidade.

Neste cenário o governo Dilma vê-se permanentemente ameaçado de instabilidade na base perdendo sucessivas votações, tanto aquelas relacionadas às políticas de austeridade, quanto outras em que o governo faz resistência, como pontos da reforma política<sup>102</sup> ou aprovação da redução da maior idade penal<sup>103</sup>. Desde o início de 2015 o governo é ainda ameaço pela oposição e por parte de sua própria base de sofrer um processo de impeachment, por este fundamentalmente ser política a presidente vê-se cada vez mais dependente da lógica política de governabilidade garantida pelo PMDB e que por outro lado garante cada vez menos alguma lógica de governabilidade. Todavia foram das ruas que vieram às contestações mais claras ao segundo governo da presidente Dilma, o primeiro foi no dia 15 de março movimentos de direita; Movimento Brasil Livre, que defende o

<sup>98</sup> Trata-se de uma ampla investigação promovida pelo Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Justiça Federal do Paraná em contratos da Petrobras com empreiteiras com a intermediação de doleiro, empreiteiros, funcionários a estatal e envolvimento de políticos.

<sup>99</sup> Engenheiro, economista, é PhD em economia pela Universidade de Chicago, mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas.

<sup>100</sup> TURINO, Célio. **Elementos para uma nova política econômica**. Carta Capital. 6 de maio de 2015.

<sup>101</sup> MATOSO, Filipe. e PASSARINHO, Nathalia. **Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara em primeiro turno**. G1 Política, Brasília, 1 de fevereiro de 2015.

<sup>102</sup> CARTA CAPITAL. **Câmara aprova fim da reeleição**. 27 de maio de 2015.

<sup>103</sup> PASSARINHO, Nathalia. **Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria**. G1 Política, Brasília, 2 de julho de 2015.

liberalismo e o estado mínimo; Vem Pra Rua, grupo de centro-direita próximo ao PSDB e Revoltados Online, grupos com expressões de extrema direita, convocaram manifestações por todo Brasil, que alcançaram centenas de cidades ultrapassando a casa de dois milhões de manifestantes nas ruas<sup>104</sup>. Estas manifestações assim como as que ocorreram no dia 12 de abril, com adesão menor, porém expressiva 560 mil manifestantes<sup>105</sup> foram expressões majoritariamente de pessoas à centro-direita e direta, havendo todas as formas de expressão deste polo políticos, desde defensores de intervenção militar até protestos genéricos contra os políticos ou contra a corrupção.

As esquerdas também promoveram suas manifestações, no dia 13 de março com manifestações pelo Brasil, em número menor que o do dia 15 de março, segundo o Datafolha em São Paulo a manifestação do dia 13 contou com 41 mil manifestantes e do dia 15 com 210 mil. No mês de abril o protesto convocado pelas organizações de direita para o dia 12 alcançou 24 e o Distrito Federal enquanto dos protestos organizados por movimentos sociais alcançou 23 e o Distrito Federal<sup>106</sup>. Há claramente um retorno da polarização entre direita e esquerda no Brasil e um saída da primeira do “armário” político, nesta conjuntura o governo Dilma tem sido alvo dos grupos de direita, porém não tem sido em si defendida pelos grupos de esquerda, estes no geral têm optado por uma defesa da democracia e contraposição da direita.

É neste cenário que tem prosperado as pautas conservadoras no Congresso Nacional, entre elas: a redução da maioria penal, o financiamento de campanha eleitoral por empresas, uma reforma política de caráter mais restritivo e elitista, ampliação da terceirização para atividade-fim. Também vem desse congresso vozes conservadoras e mesmo reacionárias como a do pastor Silas Malafaia, dos deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ), Marco Feliciano (PSC-SP), João Campos (PSDB-GO) ou mesmo Eduardo Cunha, mas também de jornalistas como Raquel Sherazade e Reinaldo Azevedo, mas também comentaristas como Osvaldo de Carvalho. Todos autodeclarados conservadores e defensores de pautas políticas restritivas da democracia, das políticas de igualdade e com discursos de oposição aos direitos humanos e o fazem reivindicando a necessária mudança de governo e dos rumos do país.

---

<sup>104</sup> CARDOSO, Clarice. **Os protestos de 15 de março pelo Brasil**. Carta Capital 15 de março de 2015.

<sup>105</sup> UOL NOTÍCIAS. **Protestos contra Dilma reúnem cerca de 560 mil em 24 estados e DF**. 12 de abril de 2015.

<sup>106</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Protestos contra a ampliação da terceirização atingem 23 estados e o DF**. São Paulo, 15 de abril de 2015.

## IV OS SIGNIFICADOS E AS POSSIBILIDADES HISTÓRICAS

Tratamos de apresentar neste capítulo as lutas pelos significados de junho de 2013 e alguns de seus desdobramentos. Para tanto, partimos de três constatações: a primeira é que junho foi um momento de emergência de discursos minoritários para a conversação civil; a segunda é que isto significou uma dupla ruptura, uma com a “Nova República” e outra com o lulismo como modelo de gestão política; a terceira é que por não haver se construído uma nova hegemonia, configurou-se, então, um processo conjugado de ciclo de confronto, momento crítico, abertura populista e realinhamento político.

Nossa discussão, neste momento de caráter mais analítico e explicativo se distribui em três momentos: o primeiro deles: chamamos de “as prevalências de junho”, em que relacionamos características das manifestações de junho apresentadas no capítulo 3, com traços do desenvolvimento históricos tanto do ‘lulismo’ quanto da Nova República. O segundo, diz respeito aos “significados históricos de junho”, mantendo esta dimensão de analisar as conexões entre junho e as trajetórias históricas, em que inserimos uma dimensão abrangente para analisar a conversação civil daquele período e sua relação construída com tais fluxos. No terceiro e último momento, temos “as possibilidades históricas”, que tratam em verdade de interpretações por nós propostas com base em toda discussão teórica realizada, possibilidades históricas, ciclo de confronto, momento crítico e ruptura de hegemonia.

### 4.1 As prevalências de junho

A explicação de como junho de 2013 tornou-se um mês de grande contestação social reside em como o desenrolar de uma série de acontecimentos potencialmente locais, específicos e sem grande repercussão para a conjuntura política brasileira se conectam com as questões maiores da conjuntura política nacional, ou seja, como manifestações corriqueiras se entrelaçaram com uma indignação difusa com o “estado de coisa” que a insuficiência do desenvolvimento democrático brasileiro nos levou. Trata-se, portanto, de apontar como fatos menores em uma perspectiva histórica tornaram-se relevantes e como processos históricos não imediatamente ligados com aqueles eventos convergiram e alteraram a qualidade dos acontecimentos em junho. Em um plano analítico temos duas dinâmicas, uma que diz respeito aos acontecimentos

imediatos e outra concernente a uma trajetória histórica em desenvolvimento. Tratemos em separado de ambas para que possamos mais à frente indicar os pontos de interseção.

Uma análise sobre junho em busca de seus principais traços aponta para o fato de que devemos compreender os acontecimentos daquele período como um amplo processo de desarticulação e rearticulação discursiva. São dois os fatores que, em nossa avaliação, determinaram a configuração de junho como um momento de rearticulação discursiva, o primeiro refere-se à excepcional atenção dada às manifestações promovidas pelo “Movimento Passe Livre” que, provavelmente, decorreu da proximidade dos protestos com a abertura da Copa das Confederações e sua localização geográfica, a capital paulista. O segundo tem a ver com a reação dos setores de mídias e dos governos à contestação social promovida pelo MPL, que colocou ainda mais sob holofotes aqueles primeiros acontecimentos.

A realização de um megaevento como a Copa das Confederações alterara a atenção midiática, social e política em junho de 2013 que convergia cada vez mais para a realização do evento, uma vez que se tratava de um grande negócio para a mídia, um evento esportivo e cultural importante para a sociedade brasileira e um grande palanque para os agentes políticos, desta forma, qualquer ação que pudesse afetar a imagem e a ocorrência deste evento atrairia a atenção dos três grupos.

A realização da Copa das Confederações como parte dos preparativos da Copa do Mundo, um dos eventos que marca as narrativas hegemônicas da “brasilidade”, abriu no período de junho de 2013 uma janela discursiva sobre o nacional. Estava na ambiência social o debate sobre o que é o Brasil, o que a Copa significava para o país e que legado nos deixaria.

A capital paulista, a maior metrópole do país, atraía para si sempre a atenção da nação, fazendo facilmente seus acontecimentos locais ganhar apelo nacional. Como diz Boaventura de Sousa Santos (2002), a globalização promove a localização bem sucedida de alguns locais sobre outros como no caso de São Paulo sobre o restante do país que tem a capacidade de se apresentar como geral e tornar as demais realidades particulares.

Por acontecer em São Paulo, as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte público em junho são projetadas a outro patamar, saindo da condição de uma demanda local, é alçada ao nível de demanda nacional, criando-se, portanto, outro campo discursivo. As manifestações do MPL davam-se no centro econômico, cultural e midiático do Brasil e justamente no mês da Copa das Federações FIFA no Brasil. As manifestações naquela cidade não foram, portanto, lidas exclusivamente como

contestação à qualidade do transporte público em São Paulo, mas à qualidade do transporte em nível nacional. Este foi o primeiro salto qualitativo que vimos em junho, de local para nacional.

A cobertura dos veículos de mídia sobre as manifestações foi fundamental para expandir os efeitos daqueles protestos de duas maneiras. A primeira e mais básica de todas, as mídias locais daquele estado também são mídias nacionais, ao falar do que ocorre em São Paulo, elas falam para o Brasil, como se São Paulo fosse o Brasil. Isto fez com que jornais impressos e *online* dedicassem não só a cobertura corriqueira, mas editoriais exigindo que o governo do estado agisse contra as manifestações. Também emissoras de televisão passaram a cobrir e questionar a validade das manifestações, mantendo-as com destaque na pauta. Foi fácil a produção de empatia do telespectador com os manifestantes em torno das justas demandas que faziam à revelia, e mesmo em sentido oposto à narrativa hegemônica da mídia profissional.

Como a cobertura midiática foi profundamente crítica na primeira fase das manifestações, em que não houve qualquer receio em afirmar que se tratava de “baderna” e “vandalismo”, ao caírem nas redes sociais *online* tais versões, foram objeto de discussão social que rapidamente apontou para a parcialidade da mídia. Eram múltiplas as interpretações: que governo e mídia se protegiam; de que a mídia manipulava a opinião pública, ou de que a mídia desejava colocar a sociedade contra o governo. Sejam em quais níveis e lastros tenham atuado estes e outros discursos, criou-se uma lacuna entre o que o jornalismo profissional dizia, e o que o leitor e ouvinte apreendiam sobre aquele momento.

A parcialidade dos meios de comunicação, que não desejavam pelos mais diversos motivos as manifestações, chocou-se com a percepção simpática que o cidadão desenvolveu acerca dos protestos que tratavam de algo concreto e palpável: a má qualidade do transporte público. Para a maioria dos cidadãos que utiliza ônibus, metrô e trens superlotados, sem condições de segurança, desconfortáveis e com preços altos, não era difícil se perceber no lugar daqueles jovens que se manifestavam nas ruas, corriam de balas de borracha, bombas de efeito moral e eram chamados de “vândalos” por jornalistas que, habitualmente, não utilizam o transporte público.

Neste quadro em que a mídia profissional assumiu a dianteira de oposição às manifestações, não só dando espaço ao discurso oficial dos governos, mas elaborando os seus próprios, as redes e mídias sociais tornaram-se o contraponto, fazendo discursos contrários que tenderam a politizar ainda mais as manifestações ampliando seus efeitos. Este período foi caracterizado por uma intensa disputa entre mídias profissionais,

ativistas *online* em redes e mídias sociais, mas também por agentes não organizados em coletivos, mas em redes pessoais *online*, produzindo seus conteúdos e disputando os sentidos e as percepções sobre junho, enquanto este ainda ocorria desta forma o produzindo. Fundamentalmente, mídias profissionais, semiamadoras, amadoras e redes sociais disputavam a cobertura, repercussão e significados dos protestos, sendo o principal objeto de tensão as reações dos governantes. A mídia profissional tendeu a mostrar a reação das autoridades como fraca e os agentes repressores como vítimas de uma horda de “malfeitores” - é o que fica claro da fala de Arnaldo Jabor ou do editorial da Folha de São Paulo já discutidos anteriormente. Poucos foram os veículos de mídia a não se situar no campo daqueles que desejavam a ampliação da repressão, um dos poucos a se posicionar em sentido oposto foi à revista Isto É que, em sua edição de 19 de junho, estampava “A volta da repressão” e, já na página 36, afirmava “manifestantes de movimentos sociais voltam às ruas das grandes capitais e são reprimidos com uma truculência injustificável e desproporcional, que não é vista desde os tempos da ditadura” (2013).

As ações de repressão da polícia foram sempre realizadas de forma despreparadas e violentas. Eram, contudo, fruto de decisões de governos que não queriam diálogo com os manifestantes ou com a organização que mobilizara os protestos conforme visto em São Paulo. Ao se posicionar do lado da repressão e desqualificar os protestos e as manifestações, a grande maioria dos veículos de mídia viu-se questionada pelos manifestantes e por milhões de usuários de redes sociais no Brasil. A repressão e a cobertura favorável desta pela mídia tenderam a ampliar a capacidade mobilizadora dos protestos e a palavra de ordem “não é só por 20 centavos” alcançou o nível de um *framework*. Segundo Benford e Snow (2000), enquadrava-se ali uma série de outras demandas e se alterava seu alcance, transbordando os limites iniciais das manifestações contra o aumento das passagens, o que foi o segundo salto de qualidade, de demandas específicas para demandas gerais.

Os saltos qualitativos de local para nacional e de específico para geral ocorreram na medida em que toda a atenção era atizada para acompanhar as convocações que o Movimento Passe Livre realizava em São Paulo a partir de 6 de junho. É necessário destacar a importância das mobilizações terem sido convocadas por um movimento que, nos últimos 10 anos, se construía como um dos principais movimentos urbanos do país, contando com ativistas espalhados por todo território nacional. Sem dúvida alguma, a atuação deste movimento animou sua rede de parceiros, assim como chamou a atenção de seus adversários. A todos estes elementos somam-se o forte simbolismo das

mobilizações organizadas pelo MPL ocuparem uma das avenidas mais famosas do Brasil, a Avenida Paulista, o coração de seu sistema financeiro nacional.

O que era um campo narrativo eminentemente específico e local – o aumento de tarifas do transporte público de São Paulo –, tornou-se um campo narrativo aberto e em expansão. Estavam dadas as condições para a construção de uma cadeia de equivalências. A convergência de todos os elementos apresentados acima instalou uma espiral discursiva, conectando os elementos menores e produzindo articulações sempre maiores. Apontamos que a emergência desta espiral pode ser compreendida pela presença de dois fatores: a) a ampliação da abrangência dos discursos sobre as manifestações e b) o surgimento de uma janela discursiva sobre o nacional. Estes dois fatores atuaram solidariamente para a constituição de uma espiral discursiva.

No tocante à ampliação da abrangência dos discursos sobre as manifestações, com a passagem da fase corriqueira para a excepcional<sup>107</sup>, vimos à expansão das manifestações para mais de 300 cidades, cobrindo todos os estados e alcançando, de fato, o nível nacional. Outro sentido da ampliação foi à passagem de demandas setoriais, com movimentações articuladas por um pequeno número de pessoas, para temas cada vez mais amplos. O que eram movimentações minoritárias chegou ao nível de apoio de quase 90% da população<sup>108</sup>.

Para apreender questões pertinentes à abrangência discursiva das manifestações, formulamos uma ferramenta de categorização de alguns dados empíricos, coletados de pesquisa IBOPE<sup>109</sup>. A partir da análise de tais dados apontamos a prevalência de duas variáveis, uma que se refere à abrangência territorial e a outra sobre a abrangência da problemática. A variável “abrangência territorial”<sup>110</sup> dá conta de enquadrar elementos

<sup>107</sup> A análise dos dados já apresentados levou-nos a propor que os eventos de junho foram marcados por três distintas fases. Na primeira delas, compreendida no período entre 3 a 13 de junho, caracterizando-se pela centralidade das questões relacionadas ao transporte público, intitulamos este período de **corriqueiro**. A segunda fase refere-se ao período entre o dia 14 e o dia 22 de junho, em que as redes sociais se convulsionaram e as ruas foram tomadas por milhões de manifestantes em centenas de cidades pelo país, portanto, foi à fase em que a conversação civil na internet se converteu em mobilização de rua e em processo inovador para milhões de jovens, chamamos este período de **excepcional**. Por fim, temos a terceira e última fase que vai de 23 a 30 de junho em que houve uma diminuição do número de manifestantes, mas a frequência de protestos ainda foi alta, bem como o nível de radicalidade das ações se elevou, chamamos este momento de **radicalizado**.

<sup>108</sup> G1 BRASIL. **Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações**. São Paulo, 24 de junho de 2013.

<sup>109</sup> G1 BRASIL. **Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações**. São Paulo, 24 de junho de 2013.

<sup>110</sup> Para trabalhar com a variável “abrangência da problemática”, consideramos: a) se a demanda é de minoria; b) se a demanda é de maioria; c) se o apoio é minoritário; e d) se o apoio é majoritário. Os tipos que derivam da agregação dos quatro elementos são: a) EE - específico-estrito, quando a questão é considerada pertinente a minorias e o apoio é minoritário; b) GE - geral-estrito, quando a questão é considerada pertinente a maiorias e o apoio é majoritário; c) H - híbridos – quaisquer outros arranjos; e d) O – outros.

discursivos sobre as manifestações, suas razões e motivações, com o objetivo exclusivo de indicar em que medida estas são locais ou nacionais. Com a variável “abrangência da problemática”, objetivamos apontar se os elementos discursivos sobre as manifestações, suas razões ou motivações, e se são do tipo geral ou específico.

Trazemos no quadro 3 as respostas espontâneas dos entrevistados da pesquisa IBOPE a seguinte questão: Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações? Bem como nossa classificação sobre sua abrangência territorial e temática.

**Quadro 3- Reivindicações dos manifestantes nos protestos de 20 de junho em capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília.**

(Continua)

REIVINDICAÇÕES	ABRANGÊNCIA	
	TER.	TEM.
<b>TRANSPORTE PÚBLICO</b>		
Contra o aumento/ a favor da redução	LE	GE
Precariedade/ a favor da melhoria do sistema	LE	GE
Aumento de veículos/ frotas	H	H
Desconforto na viagem	LE	GE
Passage livre para estudantes/ desempregados	LE	EE
<b>AMBIENTE POLÍTICO</b>		
Contra a corrupção/ desvios de dinheiro público	NE	GE
Necessidade de mudança	NE	GE
Insatisfação com governantes em geral	NE	GE
Insatisfação com políticos em geral	NE	GE
Contra partidos/ sistema partidários/ brigas partidárias	NE	GE
Saída de Renan Calheiros	NE	H
Contra o Deputado Marco Feliciano/ Contra o projeto Cura Gay	NE	EE
Fim da impunidade dos políticos/ fim do fórum privilegiado/ ficha limpa	NE	GE
<b>GASTOS COM A COPA DO MUNDO/ DAS CONFEDERAÇÕES</b>		
Desvio de dinheiro	NE	H
Gastos acima do orçamento	NE	H
Dinheiro que poderia ser gasto com outras coisas mais importantes	NE	H
<b>SAÚDE</b>		
Melhorias/ Assuntos relacionados à Saúde	NE	GE
Contra o Ato Médico	NE	EE
<b>REAÇÃO À AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA</b>		
Contra a ação violenta da polícia	LE	H
Em apoio ao movimento	LD	H
Pelo direito de reivindicação	H	H
<b>JUSTIÇA/ SEGURANÇA PÚBLICA</b>		
Por melhorias/ Assuntos relacionados à Segurança Pública	ND	GE
Melhorias na justiça/ Mudanças no código penal	NE	GE

(Conclusão)

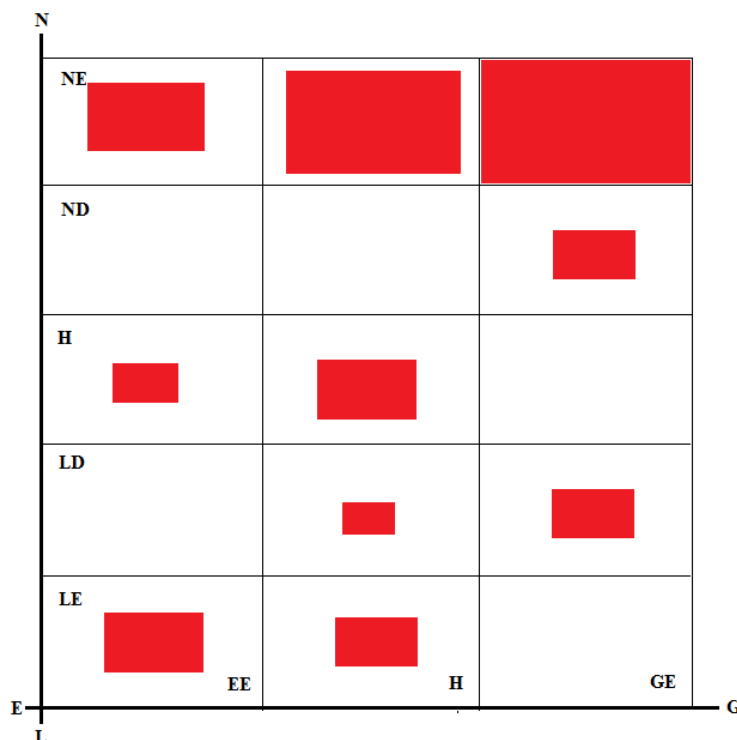
Contra a violência s/e	ND	GE
<b>EDUCAÇÃO</b>		
Melhorias/ Assuntos relacionados à Educação	ND	GE
<b>CONTRA A PEC 37</b>	NE	H
<b>POR DIREITOS E DEMOCRACIA</b>		
Luta por um país melhor	NE	H
Justiça Social/ Igualdade/ Contra a Desigualdade Social	NE	H
Respeito à cidadania/ Direito a cidade	NE	H
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		
Pela redução de impostos/ Reforma tributária	NE	GE
Contra o aumento da inflação	NE	GE
Por licitações públicas transparentes	LE	H
Falta de investimentos no país/ falta de infraestrutura das cidades	NE	GE
<b>OUTRAS CAUSAS ESPECÍFICAS COM MENOS DE 1%</b>		
Falta de ciclovias	LE	EE
Melhorias/ Assuntos relacionados à moradia	H	EE
Luta pelos direitos indígenas	H	H
Luta contra o preconceito/ Racismo	NE	H
Aumento de salários/ Salário dos aposentados/ professores	NE	GE
Luta contra o capitalismo	NE	EE
Pela ideologia de esquerda	NE	EE
Contra o Controlar	O	O

Fonte: G1 BRASIL. Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações. São Paulo, 24 de junho de 2013.

Fica claro que as reivindicações eram inúmeras, só esta pesquisa através de respostas espontâneas dos entrevistados apresenta quatro dezenas de reivindicações, mas nos interessa aqui compreendê-las no conjunto, desta forma lançamos mão de outro instrumento para completar nossa análise. Com o objetivo de tratar os dados expostos acima a partir de nossas variáveis de abrangência formulamos o diagrama 2, desta forma em nossa representação gráfica, o eixo y (vertical) é composto de cinco segmentos de reta em que se representa o sentido discursivo de abrangência territorial, partindo de baixo para cima, temos os segmentos: a) local-estrito; b) local-dominante; c) híbrido; d) nacional-dominante; e e) nacional-estrito. O eixo x (horizontal) representa o segmento de reta do sentido discursivo de abrangência da problemática, que conta com três seções de retas partindo da esquerda para a direita: a) específico-estrito; b) híbrido e c) geral-estrito<sup>111</sup>.

<sup>111</sup> Para a operacionalização destas duas variáveis indicamos que, no caso da abrangência territorial, deve ser identificado se as causas, os efeitos, as demandas e as soluções são de tipo nacional ou local. Após este processo de regressão, pode-se construir a vinculação do evento concreto a um dos tipos analíticos

**Figura 3- Dispersão das motivações para os protestos em junho de 2013, tendo por referência a abrangência territorial e da problemática.**



Fonte: elaboração do autor. 2015.

Como podemos observar, na parte superior e no canto direito de nosso diagrama <sup>2</sup><sup>112</sup>, temos a maior concentração de razões categorizadas, indicando que o quadrante nacional-estrito/geral-estrito concentrou a maior frequência de razões motivacionais para as manifestações algo como 33% dos dados categorizados. Ainda observando nosso gráfico 10 podemos perceber que é na parte superior situado no seguimento de reta referente ao nacional-estrito que, quando cortado pelas retas referentes à abrangência da problemática, formam três quadrantes: a) nacional-estrito e específico-estrito; nacional-estrito e híbridos e nacional-estrito e geral-estrito estão dos quadrantes mais preenchidos, algo como dois terços de todas as reivindicações categorizadas. Com isso, temos um indicativo de que as razões que motivaram os manifestantes em junho,

---

que dispomos. São eles: a) LE - local-estrito, quando os quatro elementos são considerados locais; b) LD - local-dominante, quando três dos elementos são considerados locais; c) NE - nacional-estrito, quando os quatro elementos são considerados nacionais; d) ND - nacional-dominante, quando três dos elementos são considerados nacionais; e) H - híbridos, quando dois dos elementos são considerados locais e outros dois nacionais e f) O - outros.

<sup>112</sup> O diagrama foi construído com base na categorização que desenvolvemos, o eixo y representa variável abrangência territorial e o eixo x representa abrangência temática, é do cruzamento de suas retas que surgem os 15 quadrantes, que significam a dupla posição de uma mesma demanda. Desta forma, as figuras em vermelho representam o peso percentual de cada combinação da dupla vinculação das demandas no universo por nós analisado, 40 demandas apontadas pela pesquisa IBOPE de 20 de junho de 2013 com 2002 entrevistados.

ao menos no seu ápice, foram fundamentalmente nacionais e tenderam mais em ser gerais do que específicas. Este dado indica para uma nacionalização das razões atribuídas pelos manifestantes para irem aos protestos, mas não podemos com isto afirmar que as manifestações tiveram por alvo instituições nacionais, isto é, são nacionais as causas, efeitos, demandas e soluções mas não podemos precisar se o agente a ser, legal e constitucionalmente acionado o é; em segundo lugar porque tratamos como nacionais também aqueles eventos que atingem múltiplos estados ou municípios, mesmo que a responsabilidade não seja da federal. Todavia nos parece útil perceber que mesmo por vezes tomando problemas pertinente a experiência local dos cidadãos, os problemas se repetiram em diferentes unidades da federação, gerando um percepção de todos no mesmo “barco”.

Outros dados nos permitem inferir mais assertivamente sobre as manifestações de junho e seus impactos nas instituições. A partir da tabela 4 é possível perceber que cinco instituições foram fortemente atingidas em seus índices de confiança junto à opinião pública, três delas em grande medida sintetizam o que é o Estado: a Presidente da República, o governo federal e o Congresso Nacional, além das instituições que atendem demandas importantes dos cidadãos, a saber, os sindicatos e o sistema público de saúde.

**Tabela 5- Comparativo dos índices de confiança social nas instituições 2012-2013.**

Instituições	2012 (%)	2013 (%)	Variação (%)
Bombeiros	83	77	-7
Igrejas	71	66	-7
Forças Armadas	71	64	-10
Meios de comunicação	62	56	-10
Empresas	57	51	-11
Organizações	57	49	-11
Polícia	54	48	-11
Bancos	56	48	-14
Escolas Públicas	55	47	-15
Judiciário	53	46	-13
Presidência	63	42	-33
Governo Federal	53	41	-23
Sistema Eleitoral	47	41	-13
Governo Municipal	45	41	-9
Congresso Nacional	36	29	-19
Partidos Políticos	29	25	-14
Sindicatos	44	37	-16

Fonte: TOLEDO, José Roberto de. Ibope: protestos derrubam credibilidade das instituições. Estadão, São Paulo, 2013.

O que a simples percepção da queda de confiabilidade nas instituições não diz é que seu significado é produzido na disputa. É mais adequado, por isso, compreender a queda de prestígio ou confiança como uma chave que possibilita novas significações do que acreditar que em si indica uma ruptura com a legitimidade das instituições, até porque, se assim o fosse, não se poderia perceber a recuperação dos índices de confiança das mesmas instituições em curto espaço de tempo. É justamente a capacidade política dos grupos rivais travar disputas e disponibilizar interpretações concorrentes sobre os acontecimentos que permite o surgimento de “janelas de realinhamento”, ou seja, novos arranjos e discursos políticos na tentativa de justificar os problemas ou apresentar soluções.

É neste sentido que se abriu uma janela discursiva, como dissemos, sobre o nacional em junho, isto porque aqueles eventos não se trataram de indignações passageiras, mas foram se construindo no tempo, em diversas redes que se conectaram em uma enorme teia de mobilizações e manifestações a partir de junho de 2013. Nessa perspectiva, estes eventos provocaram atordoamento de sentido nos atores sociais, fossem os envolvidos nas manifestações, fossem os tornados gradativamente espectadores ou alvo das manifestações. Os dados expostos acima apontam para a formação em junho de condições para o realinhamento das percepções e dos discursos sobre o país, possibilitando, posteriormente, a superação da dualidade que marcou a fase da democracia com ênfase social.

Junho de 2013 só pôde emergir como evento de relevância histórica ao se configurar como ruptura da hegemonia discursiva daquela dada configuração social e política, e o fez em dois sentidos, uma eminentemente conjuntural outra da trajetória histórica. Nesse sentido, dois enquadramentos parecem importantes: o primeiro é o de “estado da arte da coisa” que nos informa sobre a insuficiência democrática brasileira naquela conjuntura e desta forma a incapacidade do lulismo (petismo-pemedebismo), como equação conciliadora entre partidarismo de esquerda e patrimonialismo de direita, sustentar-se hegemonicamente nas até então percepções otimistas sobre a melhora das condições econômicas e de gestão do país e a melhora na condição de vida média do brasileiro.

O discurso hegemônico do período de vigência do lulismo já expunha suas contradições no encerramento do ciclo econômico virtuoso com impactos de curto e médio prazo nos avanços sociais; na frustração com o petismo; na ampliação da tensão social; na criação de condições para reivindicação. Acumulavam-se ainda as contradições herdadas do legado de insuficiência democrática das fases anteriores que a conciliação petismo-pemedebismo não solucionara, mas tão somente adiara, pois sua resolução

dependeria do partidarismo derrotar o patrimonialismo. Esta segunda ordem de contradições é, também, o segundo enquadramento relevante para nossa análise, o “quadro de coisa” que, neste caso, informa sobre o legado de uma trajetória de insuficiência democrática que, a despeito de todas as mudanças nas últimas décadas com a consolidação da democracia, a estabilização econômica e a redução da desigualdade, persistiram nas imagens do Estado como injusto, violento, autoritário, negligente, ineficiente e corrupto, condescende com a desigualdade e ocupado por uma classe política, vista como imoral.

Como dissemos anteriormente, se durante os anos de governo petista se configurou uma conjuntura dual, de um lado, um otimismo em relação ao país, em particular na pós-crise 2008, de outro lado, reconfiguraram-se as condições para a contestação social, que durante os anos 1990 foi paulatinamente sendo restringida, fosse pelo avanço do neoliberalismo ou por uma concepção restrita de democracia delegativa, hegemônica nos círculos do PSDB (SALLUM, 1999). Junho não só encerra o otimismo como projeta a contestação social ao nível mais alto visto nas últimas décadas no Brasil, criando as condições para a emergência de narrativas minoritárias que eram, por concepção ou conveniência política, pessimistas.

A tese apresentada por Figueiredo (2014) de que junho decorre de uma inversão de quem se silencia é esclarecedora a respeito da dinâmica que expomos. Para o autor, junho decorre de uma espiral de silêncio em que até aqueles acontecimentos encontravam-se sem voz. Todos aqueles que não acreditavam no Brasil das versões otimistas, a partir de junho, passam a ter vez, voz e espaço. Todas as posições contrárias aos otimistas ganharam capacidade de expressão, dando-se uma quebra de hegemonia e, se abrindo o caminho para novos realinhamentos políticos e sociais. A cadeia de equivalências produzida pelo “lulismo” é interrompida, alguns de seus elos se desligam e passam a flutuar, podendo se realinhar a outras cadeias de equivalências. Significantes vazios ocupados pelos sentidos empreendidos pelo lulismo começam a perder capacidade explicativa e de encadeamento lógico de narrativa com o poder de produzir através de seus discursos verdades e realidades. O lulismo, porém, era apenas o “estado da arte” de um quadro de insuficiência mais amplo, ou seja, a “Nova República”, com seu modelo de sociedade nunca implantado e seu sistema político de narrativa progressista e de funcionamento conservador. A perda de hegemonia dos discursos otimistas abre, portanto, duas fissuras, uma no próprio “lulismo”, outra e na “Nova República” como trajetória histórica da democracia brasileira.

A questão agora é apontar quem teve voz durante a vigência da conjuntura dual e quem passou a ter voz em junho de 2013. Tendo como referência a eleição de Lula

como um momento de rearticulação das posições de sujeitos no início dos anos 2000, o Partido dos Trabalhadores se constituiu como um partido de esquerda, nacionalista e de base, portanto, para a história política do Brasil, um partido radicalizado. Ao longo dos anos 1990, configurou-se como a maior força política e social de esquerda no Brasil, liderando um bloco político de partidos de centro-esquerda e esquerda e uma base social constituída por setores médios de funcionários públicos, trabalhadores urbanos da indústria e setores afeitos ao discurso nacionalista de esquerda, isto lhe conferiu uma capacidade política eleitoral de pelo menos um quarto do eleitorado. A capacidade de articulação de posições de sujeitos pelos discursos nacionalista, desenvolvimentista, sindicalista, ambientalista, participacionista, socialista e trabalhista criava o bloco político liderado pelo PT. É só com o realinhamento discursivo do começo dos anos 2000 que o bloco liderado pelo partido passou a ter condições de agregar novos segmentos sociais.

O PT e seu bloco de poder nos anos 2000, entretanto, não mais se caracterizava por um desenvolvimentismo forte como nos anos 1980 e 1990, mas por uma versão que incorporou parte do consenso liberal hegemônico no Brasil e no mundo daquele momento, atraindo para seu bloco no poder parte da classe média, do empresariado e do capital financeiro:

no programa da Coligação Lula Presidente, divulgado no final de julho de 2002, há perceptível câmbio de tom em relação ao capital. Em lugar de confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Para dar garantias aos empresários, o texto assegurava que o futuro governo iria “preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo cumprir os seus compromissos”, seguindo *pari passo* o que anunciado na carta [aos brasileiros] um mês antes (SINGER, 2012:96).

Todavia, essa incorporação era apresentada ao eleitorado e sua base tradicional como subordinada aos compromissos anteriores, já para os novos segmentos que o bloco político liderado pelo PT desejava atrair era a subordinação das pautas históricas do partido às novas condições políticas. Ao incorporar em seu discurso compromissos como a não ruptura de contratos, o respeito à política econômica vigente, o combate à inflação nos moldes construídos no segundo governo de FHC e a lógica do sistema político restritivo à participação social, fortemente ancorado nos partidos políticos do Congresso, o bloco petista conseguiu ser eleito e criar um consenso social majoritário. A emergência de um novo padrão econômico distinto da ortodoxia liberal surge, contudo, só a partir de 2006, com o modelo que muitos vêm chamando de novo-

desenvolvimentista (BASTOS, 2012; MORAES E SAAD-JUNIOR, 2011; SALLUM, 2013; SINGER, 2013; PINTO; TEIXEIRA, 2012).

Ainda nos primeiros anos de governo, três fatores iniciaram um rearranjo da base social do bloco petista e de desconfiguração do seu bloco político, o primeiro foi o desgaste do petismo com parte de sua base social, o funcionalismo federal, que foi profundamente afetado pela reforma do sistema previdenciário de caráter liberal. O segundo refere-se à efetivação de programas sociais de transferência de renda que se estruturou por meio de uma apropriação menor por parte da classe média tradicional do crescimento econômico, como já discutimos anteriormente. Tal processo tendeu a afastar parte da classe média e aproximar os setores mais precarizados (e beneficiados) da sociedade ao lulismo. O terceiro fator a operar na reconfiguração da base social petista foi a emergência do escândalo do “mensalão”, tal como cunhado pela mídia tradicional, que retirou do PT sua aura de partido da ética de modo que esta queda de confiança afastou do petismo outros segmentos de classe média que haviam votado no PT não por seus compromissos econômicos e sociais mas pelo moralismo de seu discurso. Acompanhem os dados apresentados na tabela 5 sobre o percentual de intenções de voto nas candidaturas petistas à presidência da república com base nos grupos de renda em cinco anos eleitorais.

**Tabela 6- Percentual de intenções de voto em candidaturas petistas à presidência da república nas eleições de 1989, 2002, 2006, 2010 e 2014, segundo faixas de renda.**

Anos eleitorais	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ 5 a 10 SM	+ De 10 SM	Total
1989	41%	49%	51%	52%	40%
2002	43%	46%	50%	50%	46%
2006	55%	41%	30%	29%	45%
2010a	53%	43%	37%	31%	47%
2010b	56%	49%	45%	39%	51%
2014	64%	52%	33%	26%	49%

Fonte: SINGER, 2012: dados de 1989 a 2010b; Datafolha: dados de 2014.

Os dados acima, apesar de sua heterogeneidade por se tratar de pesquisas realizadas no segundo turno 1989, 2010 e 2014<sup>113</sup> e de primeiro turno 2002, 2006 e 2010, aponta-nos a mudança gradual do perfil social do eleitor de candidatos petistas. Se nas eleições de 1989 e 2002, foram nas duas faixas de maior renda que o partido obteve os maiores percentuais de votos, nas eleições de 2006 a 2014, configura-se o inverso, os segmentos em que o PT obteve os maiores percentuais de apoio foram os de renda mais baixa. O Partido dos Trabalhadores que até os anos 90 era um partido de movimentos sociais e populares e de eleitor de perfil mais médio, setores tipicamente mais organizados de nossa população. A partir de 2006 o partido vive um distanciamento dos movimentos, mas com uma inserção forte entre os mais pobres, e aqui estamos falando de uma massa de excluídos estruturalmente, o que Souza (2013) chama em seus trabalhos provocativamente de “ralé”, fruto de suas políticas de redução da pobreza e aumento da renda dos mais pobres.

Se é verdade que o Bolsa Família teve papel destacado no combate á pobreza extrema, segundo Neri a queda dos índices de Gini se deve, sobretudo, aos “rendimentos do trabalho”, responsáveis por 66% da redução da desigualdade. O aumento dos benefícios previdenciários explica 16% da redução e os programas sociais 17% (SINGER, 2012:184).

A partir do segundo governo Lula, consolidava-se a nova configuração social do petismo e de seus discursos, quando segmentos minoritários nas classes médias, dos trabalhadores urbanos de carteira assinada e uma leva de “excluídos” e “ex-excluídos” que se viram beneficiados com as políticas de transferência de renda. Esta nova base social sustentou o otimismo que hegemoniza as percepções sobre o país até a ocorrência dos eventos de junho <sup>114</sup>.

Ao longo dos governos petistas, foram ocorrendo rupturas em sua base social e novas adesões, mantendo-se os percentuais de votos para ganhar as eleições sempre em segundo turno, mas como observamos na tabela 5, a margem de vantagem em relação aos adversários diminuía. As rupturas com o petismo ao longo do “lulismo” não tinham condições de se articular em projeto único, dada entre outras coisas a ausência de um discurso que as articulasse, mas atuaram no sentido de constituir um mal estar silenciado.

---

<sup>113</sup> PAULINO Mauro; JANONI Alessandro. **Divisão entre Aécio e Dilma é socioeconômica e não geográfica**. Folha de São Paulo, Eleições 2014, 10 de outubro de 2014.

<sup>114</sup> Necessário destacar que, após a crise de 2008, persistiu a tendência de incorporação de novos segmentos sociais à classe média tradicional, ampliando a força do discurso otimista, na mesma medida em que tensionava o futuro de uma política de redução da pobreza e desigualdade pautada no menor crescimento da renda e bem estar das tradicionais classes médias em relação aos mais pobres e aos muito ricos.

Os silenciados irromperam, então, em junho de 2013. Se junho resolveu a conjuntura dual em favor do pessimismo, não significou delegar a quaisquer agentes políticos a condição eminente de seus representantes. Estava-se, portanto, em um vácuo e o problema não era este ou aquele partido, mas o sistema político e o modelo de sociedade, ou em outros termos, os empecilhos que o sistema político impunha à construção do bem-estar, fosse ele social como aponta a Constituição, fosse liberal como postulavam outros.

Num exercício de apontar o perfil socioeconômico dos manifestantes da fase excepcional dos eventos de junho para sabermos em que medida nossa formulação sobre os silentes e eloquentes se confirma, atentamos para o nível educacional dos manifestantes.

**Tabela 7- Nível de escolaridade dos manifestantes na segunda fase das manifestações de junho de 2013 no Brasil.**

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	1% Fund.	2% Fund.	14% Fund.	8% Médio inc.	4% Fund.
Intermediária	22% ensino médio	20% ensino médio	52% com superior inc.	49% com superior inc.	31% Médio
Alta	77% Superior	78% Superior	34% Superior completo	43% Superior completo	66% Superior
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SINGER, 2012.

Apesar dos enquadramentos entre as pesquisas serem muito distintos, podemos observar um predomínio de manifestantes com nível de ensino intermediário e alto, o que significa ter entre ensino médio (a partir de 9 anos de estudo) e ensino superior (acima de 12 anos de estudo). Em São Paulo, no dia 20 de junho, mais de três quartos dos manifestantes tinham curso superior completo ou cursavam. No mesmo dia, no Rio de Janeiro, mais de um terço tinha ensino superior completo. Para que possamos ter uma ideia do que isto significa no Brasil, em 2012, segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)<sup>115</sup>, o Brasil era o 38º país em uma lista de 40 em percentual da população com nível superior de ensino, algo como 11% da população entre 25 e 64 anos<sup>116</sup>, ou seja, o percentual de brasileiros com

<sup>115</sup> PINTO, Paulo Silva. e OLIVEIRA, Priscila. **Pouco ensino trava o desenvolvimento**. Universidade de Brasília. Brasília, 27 de janeiro de 2013.

<sup>116</sup> Nesta faixa etária a OCDE recomenda pelo menos 31% da população com ensino superior completo.

este nível de formação é muito pequeno em relação aos percentuais vistos nas manifestações, variando entre 3 e 8 vezes mais em relação à frequência na população brasileira, segundo as referências da OCDE. Podemos, portanto, apontar que junho se tratou de manifestações de uma elite educacional brasileira. Os dados econômicos apontam, entretanto, em um sentido muito distinto.

Apesar de diferenças na designação das faixas de renda<sup>117</sup> entre as pesquisas durante as manifestações de junho 2013, e destas em relação aos dados nacionais que lançamos mão, temos condições de fazer algumas análises com base na faixa de renda. Notamos, por exemplo, que se tomarmos por base os dados da tabela 6, referentes à frequência por grupo de renda no Brasil em 2013, tendemos a acreditar que nas manifestações de junho havia uma representação mais ou menos equilibrada entre os grupos de renda no Brasil com uma leve sobre representação do segmento de renda que chamamos de renda alta, excetuando o caso do Rio de Janeiro. Esta leitura ou nos leva a crer que em junho deram-se manifestações de todos ou dos ligeiramente mais abastados em relação à média nacional. Porém, se compararmos caso a caso o retrato pode ser outro, vejamos o Rio de Janeiro das colunas A e da B onde podemos perceber que a faixa mais alta, o equivalente ao que se classifica por faixa de renda AB nas manifestações foi aproximadamente metade do que os dados do IBGE apontavam para 2010 naquela cidade. Se compararmos com o grupo intermediário a percepção que temos é que este é superior ao percentual apontado pelo IBGE. Não há também diferença expressiva entre os dados oficiais do IBGE de 2010 e os dados da pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 20 de junho, no que se refere aos números da camada mais baixa. Desta forma tendemos a crer que no Rio de Janeiro as manifestações tenderam a ser representativa da população carioca, com uma representação um pouco mais alta dos estratos intermediários e dos mais baixos.

---

<sup>117</sup> Disponíveis em Singer (2012): a) pesquisa do dia 20 de junho no Rio de Janeiro define como faixa de renda mais baixa os entrevistados com até 1 salário mínimo familiar mensal; por intermediária equivale ao grupo entre 2 a 10 salários mínimos e por alta aqueles acima de 11 salários mínimos; b) pesquisa do dia 20 em oito capitais e do dia 22 em Belo Horizonte definem como faixa de renda mais baixa os entrevistados com até 2 salário mínimo familiar mensal; por intermediária equivale ao grupo entre 2 a 10 salários mínimos e por alta aqueles acima de 10 salários mínimos.

**Tabela 8- Frequência por faixa de renda dos manifestantes na segunda fase das manifestações de junho de 2013 e do Brasil no mesmo ano<sup>118</sup>.**

Faixas	Rio de Janeiro		Oito capitais		Belo Horizonte		Brasil
	20/6 (A)	2010 (B)	20/06 (C)	2010 (D)	22/06 (E)	2010 (F)	2013 (G)
Alta	10%	20,3%	23%	20%	21%	22,4%	9,8%
Intermediária	55%	51,7%	56%	51%	60%	54,5%	49,6%
Mais baixa	34%	28%	15%	23,1%	20%	23,1%	36,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SINGER (2012) e IBGE/SIDRA 2015.

Quando nos concentramos nos dados das oito capitais e comparamos a coluna C referente à pesquisa IBOPE com a coluna D baseada nos dados do IBGE percebemos que o grupo de renda mais alta nas manifestações eram apenas três pontos percentuais superior aos dados oficiais. É o grupo intermediário que está levemente sobrevalorizado em 5 pontos percentuais de diferença em relação aos números do órgão oficial para estas cidades, já os dados da faixa mais baixa encontram-se subapreciados, o deságio é de quase 35% a menos da coluna C em relação a D. Neste quadro, quando analisamos os dados de Belo Horizonte percebemos que o setor de renda mais alta bem como o de renda mais baixa encontram-se levemente sub-representados nas manifestações enquanto os setores intermediários estão mais presentes. Se levarmos em conta que a tendência de redução dos estratos mais baixos de renda no Brasil continuou caindo e os mais altos subindo nos três anos que seguem aos dados do IBGE de que dispomos, é bem possível que os estratos mais altos estivessem ainda mais sub-representados no momento em que as manifestações ocorriam no Brasil. Parece, assim, claro que, do ponto de vista da renda, junho tendeu a ser o mês das manifestações dos segmentos médio e baixo da sociedade brasileira.

A aparente incoerência - do ponto de vista educacional tratou-se de manifestações de elite, mas do ponto de vista da renda há uma tendência a uma maior representação dos seguimentos intermediários e baixos – explica-se pelo pertencimento etário dos manifestantes. A tabela 9 nos ajudará nesta observação.

<sup>118</sup> Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Bando de dados agregados. Censo demográfico e contagem da população. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. 2015.

**Tabela 9- Perfil etário dos manifestantes na 2ª fase dos protestos de junho de 2013.**

Faixas	São Paulo	São Paulo	Rio de Janeiro	Oito capitais	B. Horizonte
	17/06	20/06	20/06	20/06	22/06
Mais jovens	53%	51%	41%	43%	55%
	(12 a 25)	(12 a 25)	(15 a 24)	(14 a 24)	(Até 25)
Intermediária	35%	31%	39%	38%	29%
	(26 a 35)	(26 a 35)	(25 a 34)	(25 a 39)	(26 a 39)
Mais velhos	12%	19%	20%	19%	17%
	(acima de 36)	(acima de 36)	(acima de 35)	(acima de 40)	(acima de 40)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SINGER. 2012.

Como podemos observar, há uma predominância dos segmentos mais jovens perfazendo nunca menos que 80% dos manifestantes. Para melhor balizar nossa consideração, segundo os dados do IBGE<sup>119</sup> o segmento entre 15 e 39 perfazia pouco mais do que 42% da população brasileira em 2010. Quando comparamos com a pesquisa nas 8 capitais no dia 20 de junho (a maior mobilização de todo junho) 81% dos manifestantes estavam na faixa de 14 a 39 anos, o que mostra uma sobre representação deste grupo etário. É esta presença majoritária de jovens que explica a contradição de manifestações de elite segundo critérios educacionais e outra bem mais popular quando temos por base a renda. Junho de um ponto de vista social tratou-se de manifestações de jovens bem escolarizados e com precária inserção no mercado de trabalho.

<sup>119</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse dos resultados do Censo 2010. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil. 2015.

A tabela 10 no ajudará a compreender um pouco mais sobre o avanço da renda entre os mais escolarizados, lançando luz sobre as condições relativas dos jovens mais escolarizados nos Brasil.

**Tabela 10- Evolução da renda segundo o nível de estudo entre 2003 e 2011 no Brasil.**

Nível de escolaridade	2003	2011	Varição
Até 8 a. de estudo	R\$ 654,49	R\$ 854,83	30,60%
De 8 a 10 a. de estudo	R\$ 809,49	R\$ 960,23	18,60%
Mais de 11 a. de estudo	R\$ 2033,51	R\$ 2098,35	3,20%
Com Ensino Superior	R\$ 3839,93	R\$ 3850,52	0,30%

Fonte: COSTA, Fernando Nogueira da. Debate sobre a distribuição de renda no Brasil. **Cidadania & e Cultura**. 27 de fevereiro de 2012. SCHREIBER, Mariana. Curso superior não tem elevado renda, diz estudo do IBGE. Folha de São Paulo, 21 de fevereiro de 2012.

Como podemos perceber no período de 2003 e 2011, com base nos dados que lançamos mão os trabalhadores com curso superior tiveram um incremento de renda inferior a 05% no acumulado do período, enquanto outros trabalhadores com menor nível escolar perceberam um incremento superior ao do grupo mais escolarizado, tal diferença apesar de não transformar o quadro de profunda desigualdade de renda que se observa no Brasil, produz sem dúvida nos setores que não obtiveram ganhos expressivos a sensação de perda relativa, ao mesmo tempo que percebe que outros grupos tem ganho mais, bem como pelo fato de que a classe média brasileira, extrato dos mais escolarizados, é consumidora de um amplo leque de serviços prestado justamente pelos profissionais de menor escolaridade e mão de obra mais barata.

Todavia é necessário considerar que no período de 2003 a 2011, o número dos profissionais com curso superior cresceu em 63%, o que pode explicar em termos de oferta e demanda o baixo crescimento da renda deste segmento em séria contrariedade às expectativas daqueles jovens ao fazer seu curso superior supondo uma quase imediata entrada no mercado de trabalho em ocupações condizentes à sua qualificação e que tragam uma expansão de renda. Se considerarmos, também, as perspectivas dos jovens que pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade brasileira e que eram a primeira geração de graduados na família é possível que o curso superior já tenha significado algum incremento de renda porque provavelmente superou a escolaridade dos demais familiares mas, após entrar no mercado de trabalho, provavelmente não perceberam o ambicionado incremento de

renda, como demonstram os dados acima. Para os jovens de famílias de classe média, é possível que na medida em que não subiram de escolaridade em relação aos progenitores e, ainda, entram no mercado de trabalho com remunerações menores do que as esperadas sem avistar grandes margens de progressão, testemunhando outros segmentos sociais, os mais subalternizados, ascenderem, é possível que não percebam ganhos para si da distribuição de renda petista que privilegiou a classe baixa sem ousar contrariar os interesses dos muito ricos.

Junho, então, é também a expressão da frustração difusa, sem foco e sem narrativa, dos jovens mais escolarizados de diferentes classes sociais no Brasil. Não que houvesse piorado suas condições de vida, o que não havia era esperança e horizonte para esses jovens que se ressentem com os caros serviços privados e não confiam no retorno de serviços públicos vendo cada vez mais obstáculos ao seu esforço pessoal. Quais acessos discursivos e identitários têm essas pessoas para acreditar que seu direito será respeitado. Não nos esqueçamos que estamos tratando de perspectivas sociais, portanto por onde se veem as questões, mas também de posições de sujeitos. Lançando mão das preferências político partidárias dos jovens em manifestação em São Paulo no dia 20 de junho de 2013, percebemos uma ruptura destes com o petismo como narrativa a representá-los, a tabela 11 nos ajudará nesta visualização.

**Tabela 11- Preferência partidária na cidade de São Paulo e dos manifestantes na capital paulista no dia 20 de junho de 2013.**

Partidos	São Paulo	Manifestantes
Nenhum	47%	72%
PT	32%	6%
PSDB	8%	6%

Fonte: Datafolha: Perfil dos manifestantes. 2013.

Neste sentido o “lulismo”, como último estágio da “Nova República”, que acumulara o saldo da redemocratização, da estabilização da moeda e produzira a redução da desigualdade chegara ao seu limite e exaustão. A fórmula de conciliação política e de classe para concessão de alguns avanços sociais não trouxera perspectivas de futuro para os segmentos médios da sociedade brasileira, sobretudo, os mais jovens. Isto aponta para uma série de insuficiências de bem estar social tais como na saúde, transporte, educação, segurança e seguridade social para todos, por outro, não concretizou também o bem estar liberal que aponta a qualificação pessoal como garantia para uma boa inserção no mercado

de trabalho. Se os pais destes jovens podem ter sido beneficiados com os avanços sociais e econômicos das últimas duas décadas, estes jovens não têm padrão anterior de comparação e miram, em tempos de globalização, os padrões das sociedades mais desenvolvidas. Se a esquerda não conseguiu garantir o bem estar social, a direita não assegurou a livre concorrência como máxima a premiar o mérito e esforço pessoal.

Não eram apenas os jovens a evidenciar o mal estar social. Junho como evento histórico decorre do aparecimento de vozes minoritárias que, ao serem reprimidas, ganham a solidariedade de mais manifestantes. Uma vez todas as vozes nas ruas, múltiplas indignações decorrentes de diversas posições de sujeito, perspectiva social, interesses e opiniões explodiram. Não eram narrativas discursiva ou ideologicamente coerentes, isto só se tornou possível na medida em que processos articulatórios foram desenvolvidos por agentes políticos e sociais no pós-junho.

#### **4.2 Os significados históricos de junho**

Há uma necessidade de compreendermos o sentido da ação dos sujeitos em outro nível, se até agora trabalhamos com a dimensão demanda, incorporamos agora a nossa análise ao mesmo tempo a admissão de existência de um campo de conversação social unificado pelas redes sociais e pela mídia e que sendo unificado tendeu a produzir uma agenda de conversação civil.

Com base na admissão de um campo unificado de conversação civil composto por uma agenda construída na própria conversação propomos a esquematização destes em *tipos ideais* segundo o método weberiano dos temas em disputa a partir das manifestações de junho, ou melhor, de percepções dos temas em disputa, que apresentamos no quadro 4. Encontramo-nos no campo da compreensão da articulação entre elementos/momentos dos discursos como nos aponta Laclau (2013), entendendo os elementos como as menores unidades de análise do discurso e compreendendo este como um construto intelectual que se dá, nos termos de Young (2001), a partir de uma perspectiva social, aquela que decorre das posições de sujeito. Este enquadramento não é dotado de um conteúdo específico, não pode ser confundido com opinião ou interesse, trata-se daquilo que leva os agentes à conversação. Aqui, percepções e perspectivas sociais estão imbricadas.

Propomos que junho abriu a possibilidade da conversação civil amplificada sobre oito percepções mais ou menos gerais na sociedade brasileira, a saber: a) de que o Estado brasileiro é injusto e consente com a desigualdade; b) de que o Estado brasileiro

é violento e autoritário; c) de que o Estado brasileiro é negligente e ineficiente; d) de que, nas últimas décadas, a corrupção tem ampliado; e) de que a classe política brasileira é, em geral, desqualificada, privilegiada e não representativa; f) da quebra de hierarquias sociais; g) de que houve uma ampliação da agitação social e política; e h) de que o ciclo virtuoso na economia perdera a força. Os quadros 4, 5 e 6<sup>120</sup> apresentam as descrições destes tipos ideais.

**Quadro 4- Tipos de percepção social que emergiu e norteou a conversação civil a partir de junho de 2013 no Brasil com foco no Estado.**

<b>Tipos de percepções</b>	<b>Definição</b>	<b>Eventos exemplares</b>
Do Estado como injusto e condescendente com a desigualdade.	Trata-se dos casos em que o Estado democrático de direito e a igualdade jurídica entre os cidadãos não se efetivam; em que a positivação do direito não é suficiente para a garantia da igualdade e respeito aos direitos humanos; em que o Estado não interrompe a reprodução de relações de desigualdade material, simbólica e jurídica; ou mesmo em que à revelia da lei ou no uso desta se excluem etnias, grupos sociais ou menos indivíduos.	Ataque aos direitos dos indígenas; remoção forçada de comunidades para implementação de grandes projetos econômicos.
Do Estado como violento e autoritário.	Trata-se dos casos em que agentes ou instituições estatais atuam de maneira violenta e autoritária contra cidadãos brasileira à revelia da lei ou em nome dela, não preservando os direitos humanos e atuando no controle e punição de práticas, indivíduos e populações com base na estigmatização, marginalização, incriminação e criminalização.	Ações violentas em favelas; repressão policial às manifestações nas ruas.

<sup>120</sup> A discussão foi compartimentada em três quadros para facilitar a visualização de leitor e nossa exposição.

Do Estado como negligente e ineficiente.	Trata-se dos casos em que o Estado através de suas instituições e agentes prevarica no cumprimento de seus deveres constitucionais ou quando os cumpre o faz de maneira não planejada, descoordenada com efeito de prestação de maus serviços públicos e desperdício de recursos.	Tragédias cotidianas que poderiam ter sido evitadas (enchentes; deslizamentos; “bala perdida” etc.); Tragédia na boate Kiss; Violência urbana.
--	---	--

Fonte: elaboração do autor. 2015.

O primeiro grupo de percepções toma o Estado como objeto de discussão, não diz respeito propriamente a um dos poderes, mas a lógica de relação entre o Estado e sociedade, porém dado a forma do debate político brasileiro, que por vezes sobrecarrega as funções e expectativas sobre o executivo, em particular o federal, pode assumir com maior frequência os contornos dos órgãos, serviços e lógicas de ação do poder executivo, mas sem dúvida não é exclusivo, e em muitos casos nem mesmo majoritária.

**Quadro 5- Tipos de percepção social que emergiram e nortearam a conversação civil a partir de junho de 2013 no Brasil com foco no legislativo.**

(Continua)

<b>Tipos de percepção</b>	<b>Definição</b>	<b>Eventos exemplares</b>
Da ampliação da corrupção.	Trata-se do fato da corrupção pública ter se tornado cada vez mais visível, revelando a existência de grupos especializados em saquear os cofres públicos para enriquecimento pessoal, para instrumentalizar grupos políticos ou para obter vantagens empresariais e fiscais.	“Mensalão”, cobertura da mídia e repercussão; denúncia de cartel em licitação de metrô em São Paulo.

De que a classe política é desqualificada, privilegiada e não representativa.	Trata-se dos casos em que fica flagrante que a classe política se distancia e se apresenta como superior à média dos cidadãos brasileiros através da votação de aumentos em seus próprios salários, ampliação de privilégios; construção de pautas parlamentares de caráter antipopular e sectário com objetivos de adquirir dividendos políticos ou chantagear o Executivo; da proteção corporativista de membros do parlamento que cometem desvios éticos e/ou roubos; posturas debochadas e cínicas em relação à opinião pública.	Eleição do pastor Marco Feliciano para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal; eleição de Renan Calheiros para a presidência do Senado; rejeição da cassação do mandato do deputado federal preso Natan Donadon; autoridades viajam a lazer com família e amigos em avião da FAB; projeto de “Cura gay”; tramitação da PEC 37.
---	--	---

Fonte: Elaboração do autor. 2015.

Esta duas percepções atingem fortemente o poder legislativo e suas conexões, por mais que em situações concretas se espraie para outros poderes e relações, todavia a imagem de político corrupto e descomprometido no Brasil normalmente é atribuída ao legislativo ou prefeito de cidades interioranas. No caso do legislativo possivelmente este atributo negativo devesse também a traços intrínsecos deste poder como a representação e mediação de interesses de seguimentos, interesses e grupos sociais, econômicos, étnicos, religiosos específicos etc. diversos.

**Quadro 6- Tipos de percepção social que emergiram e nortearam a conversação civil a partir de junho de 2013 no Brasil com foco no lulismo.**

<b>Tipos de percepções</b>	<b>Definição</b>	<b>Eventos exemplares</b>
Da quebra das hierarquias sociais.	Trata-se dos casos em que os cidadãos em suas relações cotidianas percebem com estranheza a quebra de tradicionalismos que se sustentavam em desigualdades “naturalizadas” como classe, etnia-raça, gênero, escolaridade, território, origem social, religiosidade e sexualidade.	Lei das empregadas domésticas; instituição do sistema de cotas em universidades federais; surgimento da “nova classe média”; existência de programas sociais de transferência de renda.
De que o recente ciclo virtuoso na economia perdera a força.	Trata-se do fato de que o ritmo do crescimento econômico experimentado de 2004 a 2010 desacelerou e tendeu a reduzir o ritmo de avanço da renda do trabalhador e da lucratividade dos capitalistas, com possíveis impactos nas políticas de distribuição de renda no curto e médio prazo.	Disparada do preço do tomate; redução do ritmo de crescimento econômico a partir de 2011.
De que se ampliou a agitação social.	Trata-se do fato de que o número de greves, manifestações e protestos estava relativamente mais elevado que o período imediatamente anterior.	Greve de funcionalismo público federal; protestos contra lideranças políticas; manifestações contra os chamados megaprojetos.

Fonte: Elaboração do autor. 2015.

Este último grupo de percepções liga-se particularmente aos efeitos dos governos petistas tornando-se parte fundamental do debate político e social nas redes sociais no período de efervescência de junho, em que a polarização entre defensores do legado do lulismo e as vozes dissonantes deu a tônica e mesmo muito dos significados e pujança dos eventos de junho.

Desta forma as percepções indicam-nos agregados de discussões cotidianas de modo que ao selecionar acontecimentos contemporâneos a junho e observar como se tornavam objetos de conversação civil, vemos que contribuíram na formação das ditas percepções sociais, múltiplas e que se realizaram nos embates nas redes sociais *online* e *off-line*. Nesse sentido, ao se considerar a importância de aspecto (a) para a ocorrência do evento (y), dever-se-ia também levar em conta os aspectos (b, c, d...) sobre tal evento

bem como que (y) se relacionava, se articulava, se subordinava ou coordenava os eventos (x, w, z...). Dessa forma, a conversação civil implicava uma “nebulosa de associação”<sup>121</sup> entre temas, aspectos, perspectivas sociais, posições de sujeito, opiniões, interesses, estabelecendo ligações que criaram nexos de causalidades plausíveis nas articulações discursivas.

A conversação civil na medida em que saíra da contestação imediata do reajuste das tarifas do transporte público ou de sua qualidade e passara a questionar os gastos com os grandes eventos, a qualidades dos serviços públicos em geral, mas também dos privados, a legitimidade da representação e dos representados tendeu, aos poucos, a polarizar o debate público, de um lado, entre opositoristas e governistas, de outro lado, entre esquerda e direita. Era possível encontrar cidadãos sendo tensionados a ocupar estas posições, limitando as rearticulações possíveis de posições e discursos. Isto particularmente após a fase que chamamos de excepcional, neste sentido o diagrama 3 nos ajuda a visualizar a redução das posições políticas possíveis e das posturas em relação ao governo.

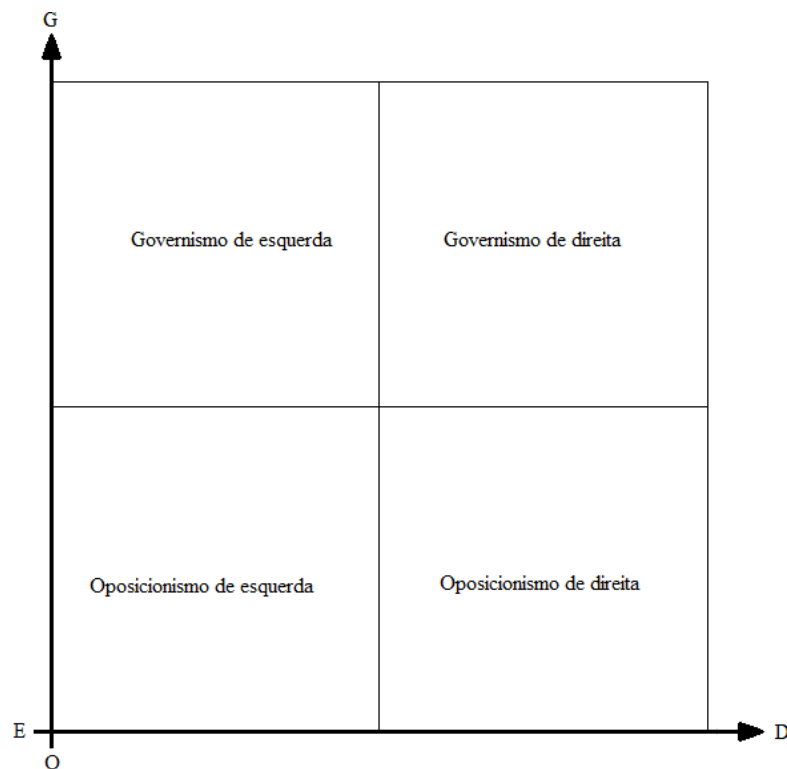
Esta polarização em eixos comportamentais e atitudinais frente à conjuntura política acarretaram uma redução dos discursos possíveis naquele momento, silenciando vozes minoritárias que não cabiam em rótulos. Ou seja, se no período excepcional de junho houve uma ruptura da hegemonia dos discursos otimistas e emergiram para cena pública os muitos discursos não alinhados ao otimismo vigente, na fase subsequente de junho, a radicalizada, as polarizações tornaram-se dominantes e os discursos e visões políticas tenderam a se enquadrar em pares de oposição.

Se, na fase excepcional, foi difícil localizar a origem e para onde se direcionavam pautas, demandas e sujeitos, na fase radicalizada, houve este realinhamento que, por mais que as identidades políticas ainda não fossem claras já que as posições de sujeito ainda se realinhavam, a configuração dos quatro polos tensionadores de posições de sujeitos e discursos pareciam pressionar para configuração de novas totalizações, ainda que dicotômica, embora nenhuma das partes conseguisse conformar-se como hegemônica.

---

<sup>121</sup> Tomamos emprestado de ACSELRAD (2011) o conceito de nebulosa associativa aplicada a redes de movimentos sociais, que para o autor é nebulosa em dois sentidos que também se aplicam ao fenômeno que analisamos: por um lado ao ser composto por múltiplos atores políticos (em nosso caso temas, aspectos, perspectivas sociais, posições de sujeito, opiniões, interesses) que tornam tais redes (conversações) sem forma (em nosso caso a forma é dada na conversação que hierarquiza o que se conversa, portanto não está previamente definido e pode se recombinar no processo interacional) e dois por mover-se de forma imprevisível.

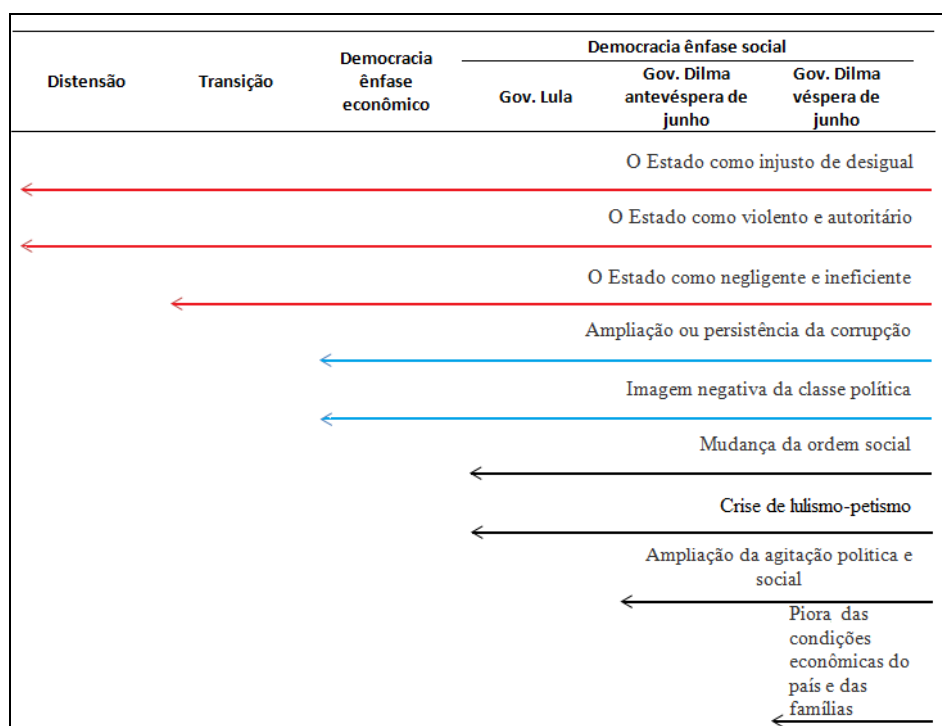
**Figura 4. Diagrama de polarização política dos comportamentos com base nos polos direitas e esquerda e governistas e opositoristas.**



Fonte: Elaboração do autor. 2015.

Apesar do estreitamento, gerador de invisibilidades de diversas posições que não conseguiram ou não aceitaram estas tentativas apressadas de totalizações parciais, a fase radicalizada produziu antagonismos sociais que passaram a disputar o horizonte político que se abria com o fim da hegemonia otimista. As percepções apresentadas acima se tornaram a agenda da conversação civil, em particular nas redes sociais *online*. Configurados os antagonismos, as narrativas voltaram-se para a memória dos vínculos políticos e ideológicos, lançando-se mão de argumentos históricos em que temas como o “janguismo”, o Golpe, a repressão militar, torturas e desaparecimentos voltaram ao centro dos debates. No diagrama 4 apresentamos a tendência de atribuição de origem histórica das percepções presentes na esfera pública a partir de junho de 2013.

**Figura 5- Diagrama de enraizamento histórico das percepções sociais que emergiram em junho de 2013.**



Fonte: Elaboração do autor. 2015.

O embate público promovido nas redes sociais *online* e *off-line* trouxe para a conversação civil a trajetória histórica da Nova República, mas também o “lulismo”. Nesse sentido, tendeu a se direcionar para o passado em busca da origem dos problemas nacionais e dos agentes neles implicados. Por mais que a polarização tenha dificultado o debate público em diversos momentos, já que produziu fortes ruídos e muitos desentendimentos, a própria conversação foi capaz de reconstruir os problemas. Quando vindo do polo oposicionista, no geral, os problemas eram contemporâneos aos governos petistas e os legados anteriores a estes sempre positivos, quando vindo do polo governista, as qualidades eram contemporâneas aos governos de Lula e Dilma e os problemas tinham raízes históricas. A conversação civil produziu tese e antítese sem produzir síntese, apenas pontos iniciais de tensão<sup>122</sup>.

Não se conseguiu, porém construir uma cadeia de equivalências mais geral entre as demandas possibilitando sua rearticulação em novos caminhos possíveis. Junho configurou-se como uma profusão de demandas fragmentadas que, com o tempo, foi tendencialmente polarizada, empobrecendo-se, sem produzir uma síntese operada na lógica da equivalência. Não houve uma mediação destas demandas democráticas em

<sup>122</sup> Apesar de minoritária a variante relevante deste esquema era a esquerda oposicionista, que no geral ou tendia a concordar, mantendo as críticas, com a leitura da esquerda governista ou consideravam as duas fases históricas existentes nos discursos políticos um grande contínuo indistinguível de fracassos.

novos processos de articulação por agentes e organizações sociais ou políticas que pudessem traduzi-las como demandas populares capazes de exigir dos que detêm o poder um caminho para a resolução das demandas postas. Tal ausência ou incapacidade teve por efeito manter, ainda que numa atmosfera de polarização, manifestações múltiplas que nunca foram respondidas de maneira satisfatória e promoveram o que chamamos de ciclo de confrontos, sem que se anunciasse um projeto ou pacto a coordenar as vozes.

### **4.3 As possibilidades históricas**

Junho não foi capaz de se fechar em uma nova totalidade social, na verdade, fora apenas abertura. É nesse quadro que um pós-junho como desdobramento e continuação daqueles eventos foi possível e mesmo inevitável. A partir de junho de 2013, abriu-se a possibilidade de construção de novas trajetórias de desenvolvimento para o modelo de sociedade e o sistema político brasileiro posto em xeque com as manifestações. No *devir* da história, as escolhas dos agentes mostravam-se relevantes para a conformação dos desdobramentos, a partir de um conjunto limitado de possibilidades históricas que se apresentam aos agentes em uma dada conjuntura. Quando certas trajetórias históricas se esgotam, novas possibilidades se apresentam, configurando-se um momento crítico: “uma situação de transição política e/ou econômica vivida por um ou vários países, Estados, regiões, distritos ou cidades, caracterizada por um contexto de profunda mudança, seja ela revolucionária ou realizada por meio de reforma institucional” (FERNANDES, 2002:85).

Nosso modelo explicativo apontou que as percepções sociais que emergiram em junho de 2013 para a conversação civil tenderam a produzir três tipos e impactos institucionais, a saber: a) crise da atuação do Estado; b) crise de legitimidade e representatividade política e c) crise do “lulismo”, que nos possibilitam apresentar o seguinte quadro hipotético: ao não se fechar em uma nova totalidade social, mas estruturando-se em múltiplas parciaisidades, o período subsequente a junho lançou o Brasil em um ciclo de confronto em que se observou a polarização da sociedade e do sistema político e, cabe ressaltar, com certo realinhamento político de caráter conservador. Acompanhemos o quadro 7, elaborado pelo autor.

**Quadro 7- Modelo de nexos prováveis entre tipos de percepções, de impactos institucionais e efeito hipotético de possibilidade histórica.**

Algumas questões e fatos significativos	Tipos de percepções	Impactos institucionais	Efeito hipotético
<p>Caso Amarildo</p> <p>Ataque aos direitos de indígenas</p> <p>Morte da empregada doméstica Claudia após ser arrastada por carro da PMRJ</p> <p>Remoções de comunidades para implementação de grandes projetos.</p> <p>Tragédias provocadas por chuvas</p>	<p>Percepção do Estado como injusto e desigual</p>		
<p>Tragédia na boate Kiss</p> <p>Violência urbana</p> <p>Problemas na saúde pública</p> <p>Lei das empregadas domésticas</p>	<p>Percepção do Estado como ineficiente e negligente</p>		
<p>Instituição do sistema de cotas em universidades federais</p> <p>Instituição do Programa Mais Médicos</p> <p>Rolezinho</p> <p>Surgimento da “nova classe média”</p> <p>Existência de programas sociais de transferência de renda</p> <p>Greve de funcionalismo público federal</p>	<p>Percepção da mudança da ordem social</p>	<p>Crise da atuação do Estado</p> <p>Crise do lulismo</p>	<p>Emergência de um momento crítico na forma de ciclo de confrontos, com a polarização da sociedade e realinhamento político de caráter conservador</p>
<p>Greve de policiais estaduais</p> <p>Greve de garis no Rio de Janeiro durante o carnaval</p> <p>Greve dos metroviários no período anterior à Copa do Mundo</p> <p>Disparada do preço do tomate</p>	<p>Percepção de ampliação de agitação política e social</p>	<p>Crise de legitimidade e representatividade política</p>	
<p>Redução do ritmo de crescimento econômico a partir de 2011</p> <p>“Mensalão”, julgamento, cobertura da mídia e repercussão.</p>	<p>Percepção de piora das condições econômicas</p>		
<p>Denúncia de cartel em licitação de metrô em São Paulo</p> <p>Divulgação da Operação Lava-Jato e “Petrolão”.</p> <p>Eleição do pastor Marco Feliciano para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal</p>	<p>Percepção de corrupção</p> <p>Percepção negativa dos agentes políticos</p>		
<p>Eleição de Renan Calheiro para presidência do Senado</p>			

(Conclusão)

<b>Algumas questões e fatos significativos</b>	<b>Tipos de percepções</b>	<b>Tipos de impactos institucionais</b>	<b>Efeito hipotético</b>
Rejeição da cassação do mandato do deputado federal preso Natan Donadon Autoridades viajam em avião da FAB Projeto de “Cura gay” Tramitação da PEC 37	Percepção de corrupção  Percepção negativa dos agentes políticos	Crise da atuação do Estado  Crise do lulismo  Crise de legitimidade e representatividade política	Emergência de um momento crítico na forma de ciclo de confrontos, com a polarização da sociedade e realinhamento político de caráter conservador

Fonte: elaboração do autor. 2015.

Como observamos os tipos de impactos institucionais decorrem da convergência dos tipos de percepções sociais, dessa forma, a convergência entre: a) Estado como injusto e desigual; b) Estado como violento e autoritário; c) Estado como negligente e ineficiente, atuaram solidariamente para produzir uma crise da gestão do Estado. Compreendemos esta como sendo uma crise mais ou menos generalizada de confiança na gestão pública, sem distinção relevante entre os três níveis federativos, caracterizando-se por uma desconfiança sistemática por parte de grandes segmentos da sociedade nas intenções e ações governamentais bem como na capacidade de oferecer serviços públicos adequados aos cidadãos brasileiros. Exemplarmente, podemos falar aqui das ações das polícias contra manifestantes nas ruas ou nas ações contínuas em comunidades ou favelas, passando pelos gastos com os megaeventos ou a qualidade dos serviços públicos. Já no fim de 2014 e início de 2015 uma desconfiança mais centrada no governo federal e de sua capacidade de manter o padrão de vida alcançado nas últimas décadas e do crescimento econômico. Já a convergência da: a) persistência ou ampliação da corrupção e b) imagem negativa da classe política produziram uma forte crise de representatividade e legitimidade política que atingiu particularmente os legislativos, produzindo uma desconfiança generalizada em relação ao papel, objetivo e qualidade dos representantes e da representação, o que teve um efeito contraditório nas

eleições de 2014, já que tal desconfiança não atçou um olhar mais atento e criterioso, como parece ter acontecido em relação ao executivo federal, fazendo emergir um Congresso Federal com perfil ainda mais elitista e avesso a participação e controle social da política. Tal crise atingiu particularmente os agentes mediadores políticos como os partidos, as casas legislativas mas também sindicatos e os movimentos sociais tradicionais. Por fim, a convergência das percepções: a) mudança da ordem social; b) ampliação da agitação política e social e c) encerramento do ciclo virtuoso na economia tiveram por efeito a crise do lulismo que se caracterizou pela perda de força da narrativa petista na conformação de maiorias sociais e eleitorais, fortalecimento de discursos concorrentes, perda de aliados políticos e sociais e dificuldade de estabilidade de um projeto político.

Nesse sentido, as duas primeiras crises apontam para uma terceira que se direcionou ao agente político que contemporaneamente conduz o Estado brasileiro em seu nível mais alto, a federação, portanto, indicou a saturação do pacto de poder que permitia este grupo político governar o país, com relativa estabilidade. Vivendo crises que abalam a estruturação e atuação do Estado; sua representatividade legitimidade política, com efeitos sobre as condições de governança e o sistema de escolhas eleitorais, foram abertas as condições para que o conflito social tomasse o país e se configurasse na forma histórica das relações políticas e sociais deste momento.

A partir dos eventos de junho, o Brasil experimentou um ciclo de confronto, hipótese arriscada, primeiro porque ainda não contamos com o vantajoso distanciamento dos acontecimentos; segundo, porque esta hipótese depende de comprovação empírica; e, terceiro, porque no nível teórico a conceituação se depara com não poucas controvérsias.

Diani e Bison (2010) que apontam haver riscos na passagem dos movimentos sociais de uma categoria específica para parte de um contínuo analítico – “confrontos políticos” (ciclo de confrontos; movimentos sociais; revoluções), como se não passassem de “fenômenos” ou “episódios”. Recusam, assim, que a categoria de movimentos sociais se subordine a outros eventos de estatutos epistêmicos maiores e preferem pensar os movimentos sociais pela “perspectiva de redes”, diferenciando-os de outros coletivos e da realização de campanhas.

Ainda assim, tal formulação (TARROW, 2009A; MCADAM, TARROW E TILLY, 2009), que diz respeito à ideia de “confronto político”, por sua vez, cobrindo o “ciclo de confronto”, de que fazemos uso em nossa análise - além de outras

configurações como os movimentos sociais e as revoluções - ajuda-nos precisamente a distinguir os protestos havidos em junho de 2013 no país dos outros dois tipos.

Descartamos, pois, a hipótese de que os eventos de junho possam ser compreendidos como manifestações de movimentos sociais, pois se tomarmos emprestada a conceituação de movimentos sociais de autores como Castells (2013), Scherer-Warren (2012), Tarrow (2009) e mesmo de Diani e Bison (2010), percebemos que, apesar das diferentes conceituações, os atores apontam como elementos constitutivos dos movimentos sociais a formação de redes de solidariedade, a construção de identidade coletiva e a ação conjunta e coordenada. Não tivemos todos estes elementos nos eventos de junho e nos momentos subsequentes, não se pode falar em identidade coletiva em junho, tratava-se de uma profusão de pautas e demandas.

Se não podemos classificar os eventos de junho como movimentos sociais ou redes de movimentos, muito menos podemos falar em revolução porque, até no plano do senso comum, se tem clareza de que os eventos iniciados em junho de 2013 - tirando as disputas nas redes sociais de internet, no calor das manifestações, em que se acusavam uns aos outros de tentativa de golpe à direita ou risco de revolução à esquerda - sabe-se que os eventos iniciados em junho não pretendiam produzir nem produziram efetivamente transformações profundas e rápidas, tampouco desestabilizaram seriamente e permanentemente os governos. Não vimos este nível de radicalização nos protestos, por mais que os discursos pretendessem colocar em xeque as instituições e as práticas políticas.

Chantal Mouffe (2003) ajuda-nos ainda a rechaçar as formulações que não viram racionalidade nas manifestações de 2013. Para a autora, a concepção liberal de democracia em que os conflitos são tomados por irracionais e não se coadunam com a democracia são equívocos que se tornam empecilho para a prática democrática. A democracia, a despeito do credo liberal, pressupõe o conflito e este não se dá exclusivamente segundo as normas e procedimentos com vistas ao consenso<sup>123</sup>, ao contrário: a democracia supõe a impossibilidade da resolução total dos conflitos.

---

<sup>123</sup> Habermas propõe um modelo de democracia baseado na conversação social e constituição da esfera pública para o exercício do diálogo e entendimento mútuo. Esta concepção postula que existe uma racionalidade comunicativa universal de maneira que é possível eliminar os ruídos de comunicação e permitir que a racionalidade se instale para produzir acordos ainda que provisórios mas sempre substituídos por novos acordos, pautadas na sinceridade dos interlocutores, eliminando-se assim a luta e o poder que silenciaria pessoas ou grupos. Segundo Mouffe, “para a visão habermasiana de ‘democracia deliberativa’, por exemplo, quanto mais democrática é uma sociedade, menos poder seria constitutivo das relações sociais” (2003).

Não sendo nem movimento social nem revolução, e sendo rechaçada a explicação de irracionalidade das massas, a proposta de Tarrow (2009a), McAdam, Tilly e Tarrow (2009) de “ciclo de confronto” parece-nos até o momento a mais adequada para analisar os acontecimentos de junho. Nesse sentido, o ciclo de confronto aparece como um processo de mudança qualitativa na frequência, ritmo e intensidade dos conflitos em uma sociedade, potencializando a passagem de um determinado estágio para o outro, seja da relativa paz social e política para ciclos de protestos, explosões de confronto ou de ciclos de movimentos sociais para ciclos revolucionários. “A dinâmica do ciclo é produto de sua interação” (TARROW, 2009a: 183). Desta forma, é um processo aberto de interação entre os contendores, as oportunidades e as restrições políticas que determinam o maior acirramento ou não do conflito, permitindo sua passagem para outras formas mais radicais ou moderadas.

Um ciclo de confronto caracteriza-se por haver: a) uma fase de conflito acentuado perpassando todo o sistema político; b) um rápido avanço de ações coletivas de setores mais mobilizados da sociedade para outros menos mobilizados; c) um ritmo também rápido de inovação nas formas de confronto; d) a criação e disponibilização de quadros interpretativos das ações coletivas sejam estes novos ou transformados; e) a combinação de participação organizada e não-organizada e, por fim, f) aumento do fluxo de informações e interações entres os desafiadores e as autoridades desafiadas (TARROW, 2009a). Todas estas propriedades podem ser observadas a partir dos acontecimentos de junho e elas nos apontam um processo dinâmico em construção, que é o processo de mobilização que estamos estudando.

Acerca da primeira característica – aquela que enfatiza se tratar de uma fase de conflito a atravessar um sistema social – vale dizer que em junho os governos foram profundamente afetados pelas manifestações. Os governos federal, estaduais e municipais viram seus índices de aprovação popular e de legitimação “despencarem” como nos aponta Nogueira (2013). Como já dito, a presidente da república, Dilma Roussef, convocou governadores e prefeitos das capitais, regiões metropolitanas e das maiores cidades do país para a construção de um pacto com cinco eixos: mobilidade urbana; equilíbrio fiscal; saúde; educação e reforma política. Também fez um comunicado em cadeia nacional em que reconheceu a legitimidade das manifestações e apresentou sua plataforma, incorporando parte das demandas das manifestações. A estratégia da presidente, sem dúvida, foi um dos fatores que colaborou para não radicalização das reivindicações em nível federal, o que demonstrou a pesquisa realizada em setembro de 2013 pela CNT-MDA em que 63,3% dos entrevistados

tinham a percepção de que o governo atendeu parte das demandas e 0,6% achava que o governo atendeu todas as demandas, havia ainda 32,7% que avaliavam que o governo não havia atendido as demandas das manifestações. Estes números apontavam que houve por parte do governo alguma capacidade para incorporação das demandas.

As fases pós-junho também foram marcadas por esta crise sistêmica perpassando o sistema político e em dois momentos ela ficou bastante visível, uma foi o abandono por parte de grande parte da classe política da defesa da Copa do Mundo se esquivando e responsabilizando exclusivamente o governo federal, a presidente e seu partido pelo evento, o que gerou um isolamento do governo. Todavia esta crise mostrou-se particularmente aguda após a reeleição da presidente Dilma, que uma semana após a sua reeleição já enfrentava um clima de fim do governo que nem se iniciara, como protestos organizados por movimentos de direita, mas também articulações de partidos da oposição para reprovação das contas do governo, por auditorias nos resultados eleitorais. O novo mandato iniciou e o primeiro semestre que mal fechara foi marcado por mobilizações e protestos tão grandes quanto os de junho, por mais que nem tão diversificado e confirmando nossa posição de polarização da sociedade.

O caráter de rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados também marca as manifestações iniciadas em São Paulo contando com cinco mil<sup>124</sup> manifestantes que, segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios, até o dia 20 de junho, em 438 cidades tiveram manifestações e segundo levantamento do Jornal O Estado de São Paulo chegariam a 490 manifestações no Brasil até o dia 29 de junho<sup>125</sup>. Em acordo as polícias militares<sup>126</sup>, todos estes protestos mobilizaram mais de 2 milhões de pessoas e o auge, no dia 20 de junho, contou com mais de 150 cidades mobilizadas e mais de um milhão de manifestantes nas ruas.

A partir de junho viu-se a emergência para a cena política brasileira de um avanço de narrativas à direita do espectro político que com o passar nos meses se confirmaram no surgimento de movimentos como MBL e consolidação de outros como Revoltados Online e Vem Pra Rua, apontando que setores não mobilizados e mesmo desorganizados, como é o caso da direita social brasileira desde o fim do regime militar. Tal caráter de passagem da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados é que possibilitou as massivas manifestações antipetistas e de direitas vistas no fim de 2014 e no primeiro semestre de 2015.

---

<sup>124</sup> G1 BRASIL. **Resultados das Manifestações de junho**. Brasil, 2013.

<sup>125</sup> BURGARELLI, Rodrigo; MANSO, Bruno Paes. **Epidemia” de manifestações tem quase um protesto por hora e atinge 353 cidades**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 de junho de 2013.

<sup>126</sup> G1 BRASIL. **Manifestações pelo Brasil**. Brasil, 2013.

Os protestos inovaram as formas de confronto: das manifestações de rua para ações performáticas; ocupações de prédios públicos; construção de estratégia em redes sociais e assembleias deliberativas; protestos filmados em tempo real, criando novas relações entre os ativistas envolvidos nas ocupações e algumas centenas ou milhares de ciberativistas, atentos aos abusos do poder policial. O Coletivo Mídia NINJA alcançou picos de audiência de 80 mil visualizações em sua página na web, a Pós-TV, na primeira cobertura em tempo real das manifestações no dia 18 de junho de 2013.

Greves de professores combinadas com ocupações de espaços públicos, greves de garis em período de carnaval, ações de ativismos em redes sociais e mídias sociais e painelaços em pronunciamento da presidente em cadeia de rádio e TV marcaram outras inovações nos repertórios dos protestos que tem ocorrido no Brasil a partir de junho.

Eram criados novos quadros interpretativos de ação coletiva, ou antigos eram transformados. Os quadros interpretativos dos acontecimentos mais emblemáticos eram produzidos e cristalizados em “memes” que os enquadrava, dotando o que era “memetizado” de significado amplamente compartilhado. O “estar com” da militância *off-line* que fora necessariamente um “estar junto” no mesmo espaço físico, deu lugar a um “estar com” que prescindia de partilhar deste espaço. Uma forte disputa em torno dos significados de “deprecação de bens públicos e privados” se deu entre mídias tradicionais, militantes de movimentos sociais, partidos políticos, governos, coletivos e indivíduos, assim como o próprio sentido das manifestações, se para a direita, para a esquerda, se antissistêmica ou se nenhuma destas opções.

A polarização que se seguiu a partir de junho trouxe de volta quadros interpretativos da época da guerra fria como acusações de avanço comunista, agora chamado de bolivarianismo, respondidos com acusações de fascismo ou como “coxinha”, expressão depreciativa de posicionamentos políticos à direita. Estes quadros interpretativos tenderam a fortalecer a configuração de dois polos políticos rivais e em crescente demonstração de ódio recíproco.

Dos protestos inicialmente mobilizados pelo MPL aos protestos que surgiam através de eventos criados no *Facebook*, viu-se uma expansão rápida de setores militantes e organizados para setores pouco acostumados a protestos. Dessa forma, houve um primeiro momento de mobilização dos organizados por redes sociais horizontais, *online* e *off-line*, posteriormente, mobilização dos desorganizados por redes sociais *online*, também horizontais, assim como a mobilização de outros grupos organizados em redes sociais *off-line* hierárquicas, até que estas fronteiras em certa medida perdessem sentido e novos processos organizacionais e de conexão emergissem.

É isto que podemos concluir ao vermos greves à revelia de sindicatos mas com amplo apoio de movimentos sociais, coletivos, ciberativistas e partidos políticos de esquerda.

Houve, também, forte interação entre desafiantes e autoridades, fossem as repressões, sobretudo, dos governos estaduais, fossem através dos encontros “forçados” pelos manifestantes com autoridades, ou ainda as “rodadas” de negociação e conversas iniciadas em um segundo momento por diversos governos. Os desafiantes se fizeram ouvir, moveram do lugar as autoridades que até aquele momento encontravam-se apáticas e mesmo indiferentes aos cidadãos em diversas de suas demandas.

Ao afirmar que estamos analisando um ciclo de confronto e destacar cada uma das propriedades que nos permitem produzir esta afirmação, queremos apontar uma segunda que decorre da primeira. Trata-se do fato de que este ciclo tem levado movimentos sociais, coletivos, ativistas, partidos políticos de esquerda e indivíduos autônomos a reconfigurarem suas posições, produzindo um novo arranjo e articulação entre todos estes agentes sociais. Mas não só, as forças de direita e conservadoras também alteraram sua disposição para a luta política. Com isto estamos indicando que o ciclo de confronto tem possibilitado a construção de novas redes para estes agentes e é isto que explica a mudança na qualidade e tipo de manifestações que vimos. Redes de coletivos, redes sociais e redes de movimentos sociais estão emergindo e uma nova configuração política que contesta a conciliação política e de interesses tem se formado, particularmente no campo da direita, este processo tem se dado de maneira acelerada, devido à forte presença de mecanismos de conexão via rede mundial de computadores.

Como sabemos, o ciberespaço foi o lócus privilegiado dos protestos na medida em que divulgou, mobilizou, serviu como espaço de contra discurso e horizontalizou a produção dos significados das manifestações, o que intensificou a troca de informações entre manifestantes, governos e não-manifestantes.

Se, como já explanado, o sistema político brasileiro, definido como um “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1989), mais do que expressar a autonomia do Executivo, revela uma cada vez mais dependência dos aliados no Congresso, podendo também ser nomeado como “presidencialismo de concessão” que teria garantido uma redemocratização conservadora, com a manutenção de uma cultura política autoritária, assistencialista e patrimonialista, paradoxalmente ou nem tanto, tendo como indutor o desenvolvimento capitalista, a intervenção estatal assumiu o progressivismo como ideologia do sistema político. Na prática, à esquerda “conciliada” com o desenvolvimentismo fez com que nenhum grupo político no Brasil, nas décadas de 1980, 1990 e 2000 tivessem “coragem” de se apresentar para a sociedade como

sendo de direita. O pemedebismo converteu-se, pois, no campo ético político daqueles que tinham medo do rótulo de direitistas.

Como analisado, o petismo reconfigurou-se, ao longo de três décadas, como uma ideologia governista capaz de, nos limites da conciliação, introduzir demandas genuinamente progressistas como o fim da fome, o combate e erradicação da pobreza extrema, o enfrentamento a desigualdade racial e de gênero. Entretanto, para a conquista da hegemonia, era capaz de se conciliar aos interesses dos agentes financeiros e da ideologia da ortodoxia econômica. A par disso, seu declínio ético, explorado à exaustão pelos antigos e novos adversários de direita, legou para o Partido dos Trabalhadores um desgaste de difícil comparação. Formas diversas de conservadorismo, desde o fundamentalismo religioso ao avanço da oposição ao “politicamente correto”, reemergiram. Os acontecimentos de junho de 2013 demonstraram o alto grau de descontentamento da sociedade com o Estado e a condução da sociedade.

Admitir a presença de manifestantes e mesmo manifestações com pautas de direita e mesmo conservadoras não significa o mesmo que dizer que os protestos perderam seu caráter hegemonicamente progressista. A pulverização das demandas fez com que se voltasse a ver como há muito não se assistia a uma polarização em termos de visão de mundo. A tabela 11 informa-nos sobre posições morais e ideológicas da população paulistana e dos manifestantes no dia 20 de junho, um dos com maior registro de grupos de extrema direita e agressões a manifestantes militantes de partidos de esquerda.

Foram 12 os temas pesquisados e, como podemos observar na maioria dos casos, os manifestantes na cidade de São Paulo de 20 de junho foram menos conservadores do que a média dos moradores da cidade. Apenas duas das afirmações dos manifestantes mostraram-se mais conservadores que as dos munícipes paulistas, no que se refere à motivação da criminalidade, em que a maioria acreditava relacionar-se com a “maldade” das pessoas e a crença de que sindicatos mais servem para “fazer política” do que para defender os trabalhadores, mesmo assim as respostas dos manifestantes não foram tão mais expressivas que a dos munícipes nestas duas questões. Como podemos também observar, nas repostas sobre aceitação da homossexualidade e os efeitos da crença em Deus, os manifestantes mostraram-se mais progressistas.

**Tabela 12- Concepções morais e ideológicas dos manifestantes na Av. Paulista (SP) no dia 20 de junho e do munícipe da capital paulista.**

<b>Frase que mais concorda</b>	<b>Munícipe capital</b>	<b>Manifestantes</b>
O homossexualismo deve ser aceito por toda sociedade	69	88
Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidade	68	84
Pobres que vêm trabalhar em SP contribuem com o desenvolvimento e a cultura	69	80
A posse de armas deve continuar proibida, pois representa ameaça à vida	77	75
A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas	62	66
Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor	20	64
Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores	53	61
Não cabe a justiça matar uma pessoa que tenha cometido um crime grave	58	60
Adolescentes que cometem crime devem ser punidos como adultos	71	59
O uso de drogas deve ser proibido porque toda sociedade sofre	81	55
O uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre	17	38
Adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados	17	38

Fonte: Datafolha: Perfil dos manifestantes. 2013.

Para balizar nosso argumento de que junho deu visibilidade aos grupos políticos de direita, mas não foi uma manifestação de direita, lançamos mão dos dados da tabela 13 que nos apresenta mais informações sobre a vinculação ideológica dos manifestantes naquele protesto.

**Tabela 13- Localização dos manifestantes no espectro ideológico. São Paulo, 20/06/2013**

<b>Espectro político</b>	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	NS
	22%	14%	31%	11%	10%	13%

Fonte: Singer (2013).

Como podemos perceber, os manifestantes que se identificavam como de centro-esquerda e esquerda somavam 36% do total dos participantes naquele dia, já os de direita e centro-direita perfaziam 21%. Dessa forma, se tivermos como foco os extremos do espectro político, em um dos dias com maior manifestação da extrema direita, o maior contingente era de pessoas que se identificaram, em alguma medida, com ideias de esquerda. Mas se retiramos o foco dos extremos e atentarmos para o ponto médio, reorganizando as associações que fizemos para deixarmos juntos centro-esquerda, centro e centro-direita, forma-se uma maioria de 56% dos manifestantes flertando com o centro do espectro político. Desse ponto de vista, junho, ao menos o dia 20 na Paulista, não foi formado de grupos radicalizados, mas de moderação política.

É necessário notar, porém, que os anos de 2013 e 2014 caracterizam-se pelo fortalecimento dos discursos conservadores e de direita. Segundo a tabela 14, há um encolhimento no número de brasileiros que se autodeclaram de esquerda e um crescimento dos que se autodeclaram de direita.

**Tabela 14- Perfil ideológico do brasileiro em 2013 e 2014.**

	Esquerda		Centro-Esquerda		Centro		Centro-Direita		Direita	
	3	4	3	4	3	4	3	4	3	4
Comportamento	%	%	5%	1%	2%	1%	7%	0%	2%	5%
Economia	%	8%	5%	5%	7%	7%	8%	0%	%	0%
Comportamento + Economia	0%	%	1%	8%	0%	9%	20%		0%	3%
								32%		

Fonte: DATAFOLHA. Brasil Eleições 2014. 2014.

A tabela 15 trata do nível de convicção sobre democracia dos anos de 1989 até 2014, e contribui no processo de análise do pós-junho.

**Tabela 15- Histórico do nível de convicção democrática do brasileiro.**

Fases	9/89	6/00	3/03	7/05	2/08	2/14	2/14
Democracia é sempre melhor do que qualquer forma de governo.	30	77	99	66	11	22	66
Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.	8	4	8	3	7	1	4
Tanto faz se é uma democracia ou uma ditadura.	2	4	9	8	8	9	6
NS	5	1	0				

Fonte: Folha de São Paulo. Democracia é melhor regime para 66%, aponta Datafolha. 2014.

Nesse sentido, três leituras foram se configurando na cena social e política, de um lado que junho foi o clamor por um Estado de Bem-estar Social; por outro, que foi o clamor por um Estado de Bem-estar Liberal; e, por fim, também vieram à tona interpretações que destacavam as pautas conservadoras que pediam a volta do regime de exceção militar.

Como podemos observar acima, de 2008 para fevereiro de 2014, há praticamente uma manutenção, com um leve crescimento, no número de pessoas que consideram a democracia o melhor regime sempre. Porém, há um aumento de 3% no número dos que acreditam que, em certas circunstâncias, ditaduras são melhores do que democracia. Mesmo com este crescimento, esta era a segunda menor marcada da série até aquele momento, tornando-se a terceira quando incluímos os dados de dezembro de 2014<sup>127</sup>.

<sup>127</sup> Os dados de dezembro de 2014 não podem ser diretamente atribuídos ao junho de 2013 e aos seus desdobramentos, já que antes desta pesquisa, em outubro de 2014, ocorreram eleições nacionais, o que tende a impactar a percepção do cidadão sobre a democracia. Contudo, é relevante, pelo fato de ter sido um ano disputado, em que diversas vezes movimentos de caráter golpista e saudosista da ditadura saíram

Para além da “barulheira” dos defensores do regime militar, as duas interpretações majoritárias foram as de bem-estar social e liberal. São estas interpretações que vão percorrer as estratégias políticas hegemônicas no período de julho de 2013 a junho de 2014, ainda mais ao se aproximar as eleições em outubro de 2014. Existia um ponto pacífico entre manifestantes e os agentes políticos de oposição ou de situação, de direita ou de esquerda: era necessário mudar, buscar um novo rumo para a construção de um padrão de bem estar, fosse ela custeada pelo Estado ou conseguida no mercado.

Com os resultados das eleições de 2014 e a reeleição da presidente Dilma Rousseff com uma margem apertada de votos no segundo turno, após uma campanha altamente disputada e polarizada, formando-se o Congresso mais conservador, pouco após o resultado, a oposição radicalizou o discurso ao ponto de questionar a resposta das urnas e sua legitimidade. Viu-se ainda, pelo perfil político do novo mandato e as escolhas ministeriais que as demandas de junho de 2013 ficaram adiadas. Nem a saída social democrata nem a liberal para o problema do bem-estar seriam encaminhadas, já que dois vetores do imobilismo se apresentavam incólumes, de um lado, o “condomínio pemedebista” que cresceu; de outro, as políticas de ajuste fiscal que sinalizaram para arrocho salarial, limitando o poder de compra e a solução individual para o problema do bem-estar. Sem falar na redução do investimento e gastos públicos em áreas como a educação que se tornariam palpáveis. Desta as aberturas feitas por junho no sistema político brasileiro e as denúncias contra o modelo de sociedade continuam abertas e sem resposta, nem vimos uma reforma política que mereça este nome, nem existem sinais de avanço na garantia dos direitos, o único caminho realmente viável para a efetivação de uma sociedade livre, justa e igualitária.

Vimos um momento de abertura pré-populista, as cadeias de equivalência anteriores foram quebradas, mas outras não se estabeleceram isto porque, os discursos que tentam rearticular as demandas sociais em uma nova parcialidade social hegemônica que possa se apresentar como uma nova totalização está comprometido com o “edifício” político (Nova República) que se encontra a desmoronar.

Neste quadro de falta de respostas, vivemos polarizações profundamente artificiais como as existentes entre PT e PSDB, a despeito de diferenças importantes,

---

às ruas, o fato de que a maioria dos brasileiros dá sustentação ao regime democrático. Isto aponta também que uma ampliação da direita, quer no eleitorado, quer no Congresso, não significou um recuo nos valores democráticos, o que mostra a compreensão que temos de que o sistema político brasileiro começa a perder seu verniz progressista, já que não se declaram mais de direita apenas os apoiadores de ditaduras.

particularmente nos resultados de seus governos, neste momento configura-se uma estranha situação em que o governo petista adotara outra vez o receituário tucano de política econômica e social, inclusive com indicações de quadros econômicos ligados aos seus adversários na pós-eleição e de outro o PSDB, assumindo postura similares a do PT na oposição no ano de 1990, em que os tucanos no Congresso votam contra políticas desenvolvidas por seus governos, como o fim da reeleição, o fim do fator previdenciário<sup>128</sup> e contra um ajuste econômico que pregava antes e durante as eleições.

Tal polarização artificial tem dado espaço para que grupos políticos radicalizados a direita tomem o debate público, pautem os partidos, o Congresso e até mesmo a presidência da república, como tem sido caso da redução da maior idade penal, a anistia de dívidas de igrejas e entidades religiosas, ou os atentados contra a diversidade que tem ocorrido em níveis estadual e municipal na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação<sup>129</sup>.

Há uma abertura de projeto de sociedade neste momento e não existem hoje nos campos moderado à esquerda ou à direita lideranças capazes de produzir sínteses satisfatórias, todavia no polo da radicalização a direita tem se inovado em diferentes formas de falas populares, se o populismo na América Latina tradicionalmente é de esquerda como aponta Laclau (2006 e 2013), a pouco menos de um ano o Brasil começa inovar em sentido diferente.

---

<sup>128</sup> MANZANO, Gabriel. VESCELAU, Pedro. **‘PSDB votar pelo fim do fato previdenciário abala seu prestígio1, afirma FHC**. Estadão, Política. 5 de junho de 2015.

<sup>129</sup> BRITO, Patrícia. REIS, Lucas. **Por pressão, planos de educação de 8 estados excluem ‘ideologia de gênero’**. Folha de São Paulo, 25 de junho de 2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa discutimos as manifestações de junho de 2013 no Brasil, desta forma ao longo de quatro capítulos orientamo-nos pela busca de abordagens teóricas e metodológicas a tratar um conjunto amplo de dados a fim de propor interpretações que nos auxiliassem na compreensão dos motivos, significados construídos e desdobramentos daqueles eventos. Guiados pela necessidade de responder o problema sobre em quais aspectos junho de 2013 carrega em si conexões com a história recente da democracia brasileira, encaminhamos a presente análise.

Pensamos o *social* como agregação de relações sociais e trouxemos Latour (2012), antes de retomar dois clássicos, respectivamente, Simmel (2006), em seu debate sobre a socialização e Weber (2003), concebendo a ação social como dotada como significação cultural, isto é, sentidos intersubjetivos. Além disso, recorreremos a Laclau (1986) e Mouffe (2003) na ênfase ao social como discurso e na luta pela hegemonia.

Ocupamo-nos ainda da democracia como confronto político. Inspirado em Tilly (2013), quisemos perceber a democracia tal como ela é ou como tem se desenvolvido. Numa perspectiva crítica à formulação liberal, apontamos para importância do conflito e das relações de poder, conforme Laclau e Mouffe (1985), bem como incorporamos abordagens que nos oferecessem instrumentais para o tratamento dos eventos concretos, tendo sido particularmente úteis os conceitos de ciclo de confronto e confronto político de Tarrow (2009a). Nesta esteira, também pudemos problematizar o lugar da *classe* hoje como uma categoria renovada para análise sociológica, a partir da perspectiva relacional e identitária de Eder (2001) e Souza (2013). Abordamos questões pertinentes à mudança da ação coletiva, dentre elas, o traço da (des) hierarquização das relações entre ativistas, que traz as marcas simultâneas da individualidade e da constituição das múltiplas redes segundo Scherer-Warren (2012). Por fim, coube discutir a representação política em sua nova acepção, entendida como relacionamento entre representantes e representados, marcado por momentos de encontros, desencontros, negociações, tomadas e retomadas, em acordo com Young (2000) e Urbinati (2000).

Dada às características dos eventos de junho e do lugar que a sociabilidade *online* cumpriu nestes, voltamos nosso olhar para as redes, mídias e informações. Com Lévy (1999), frisamos o avanço das redes como novas formas de socialização e experiência cultural bem como o papel social e político do ciberespaço para construção de uma *conversação civil* ampla, possibilitando a emergência de novas práticas políticas

e sociais. Com Miguel (2002) apontamos o papel social e político do ciberespaço para construção de uma conversação civil ampla, possibilitando a emergência de novas práticas políticas e sociais, não perdemos de vista que tais dinâmicas se dão em contexto de expansão das formas mercantis e corporativas de produção de informação e cultura Moraes (2002).

Ao indicar nossa pretensão de propor a construção de uma análise e explicação social e histórica, tratamos do papel do pesquisador na construção do argumento e na seleção dos elementos a compor sua análise. Nesse sentido, qualquer imputação causal do desenvolvimento histórico e social que viéssemos a estabelecer mediante nexos prováveis, caberia à investigação demonstrar ter sido uma eleição factível e válida, sem recair, por isso, em na ilusão de um conhecimento total, ao contrário, este como assumidamente parcial e provisório, contudo, legítimo. A construção da problemática teórica funcionou como uma lente para a compreensão de um conjunto amplo de elementos não previamente relacionados. Tivemos condições de perseguir nosso objetivo de propor um modelo explicativo para os eventos de junho de 2013 e apresentar seus principais desdobramentos. Dessa forma, conceitos como o de *path dependence* foram profícuos em nossa análise temporal, permitindo-nos desenvolver um olhar para a história recente do Brasil, apontando que “a trajetória de redemocratização” do país configurou-se como o desenvolvimento de dois caminhos institucionais, por um lado, do sistema político, por outro, do modelo de sociedade. O primeiro significou a passagem de um regime autoritário para um sistema político de conciliação e o segundo de um modelo de sociedade baseado no crescimento econômico não inclusivo para outro que, sendo inclusivo em diversos aspectos na letra da lei, não se efetivou a contento na experiência cotidiana do cidadão.

A distensão do regime civil-militar pode ser compreendida como o fim de um legado, a saber, aquele que unira em um só o regime autoritário e o nacional-desenvolvimentismo. Dessa forma, demonstramos terem surgido os elementos para a conformação de um *momento crítico*, com a crise econômica, a falta de sustentação do regime junto à classe média, a emergência de movimentos pelo fim da ditadura bem como o retorno dos exilados políticos. É neste cenário de desgaste do regime autoritário que se dava a decisão dos militares de abrir o regime de cima para baixo, mantendo-se o máximo possível de controle da lenta distensão. Ao se instalar de maneira sistêmica a dupla crise, de modelo de sociedade e de regime político, constituiu-se a oportunidade política para a transição de regime. A derrota da campanha pelas *Diretas Já!* e a opção conciliadora que permitiu a manutenção e transição de antigos apoiadores do regime

militar para democracia conviveu com as disputas em torno da Constituinte e a construção de um modelo de sociedade baseado na justiça social.

Apontamos que, nos anos 1990, configurou-se uma *democracia com ênfase no econômico* que herdou um sistema político com velhas figuras e práticas, cada vez mais operado pela lógica da conciliação, todavia crescentemente pressionado por demandas modernizantes pró-mercado na tensão com as demandas populares. Discutimos as opções feitas no governo FHC pela modernização liberal, que se chocou com o modelo de sociedade previsto na Constituição, mas que logrou êxito na estabilização econômica. Demonstramos que a combinação de um sistema político restrito e a necessidade de produzir reformas antipopulares levaram à construção de um tipo de sistema político marcado pela concessão de espaços e vantagens pelo executivo a agentes do legislativo na busca por governabilidade.

Tendo se consolidado o processo de redemocratização, abordamos a configuração de uma segunda fase a da *democracia com ênfase no social*, que tem início com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. Evidenciamos a *esperança* que embalou boa parte da sociedade brasileira nos primeiros entre 2003 e 2005, tanto pela possibilidade de construção de um novo modelo de sociedade, como pela aposta na superação da lógica pemedebista. Apontamos, todavia, que o PT cedeu e se adaptou aos agentes e interesses que criticara, para chegar e se manter no poder, e que tal escolha, junto com as políticas de redução da pobreza, da desigualdade, elevação da renda dos mais pobres e constituição de um novo setor intermediário de consumidores no Brasil, alteraram a base social deste partido. Discutimos ainda o caráter desta redistribuição ao indicar que ela foi viabilizada a partir de uma apropriação menor das classes médias do crescimento econômico, em favor tanto dos muito pobres quanto dos muito ricos. Formulamos que o “lulismo” como aliança entre petismo e pemedebismo, respectivamente, partidarismo de esquerda e patrimonialismo de direita, ampliou o caráter de concessão do sistema político que, agora, não só fazia concessão a agentes parlamentares em busca de governabilidade mas à própria governabilidade permitiu a operacionalização de concessões sociais aos mais pobres sem contrariar os interesses dos muito mais ricos.

Ao analisar o processo de redemocratização brasileira, conseguimos construir, com base em um conjunto amplo de dados, uma sequência dos elementos causais mais importantes para ocorrência de junho, já que atribuímos a tais acontecimentos uma conexão com o desenvolvimento insuficientemente democrático do modelo de sociedade e do sistema político brasileiro.

Neste sentido é que os eventos de junho foram retomados em detalhes por nós, que demonstramos ter havido mobilizações contra o aumento das tarifas do transporte público desde o início do ano em diversas partes do país mas que foram as manifestações ocorridas em São Paulo que obtiveram a maior repercussão, avançando de pautas localizadas para nacionais, bem como de reivindicações focadas no transporte público para uma profusão descoordenada de demandas, gerando grandes mobilizações em todo país em centenas de cidades e, até o fim de junho, em todos os estados da federação.

A partir do levantamento denso de acontecimentos, buscamos compreender tais eventos, enfatizando a sequência alucinante de fatos que marcaram junho, os quais analiticamente foram organizados em três distintas fases, uma que chamamos de *corriqueira*, já que se tratam de manifestações de atores políticos já conhecido no Brasil há pelo menos 10 anos, outra que apontamos como *excepcional*, já que foi a primeira grande mobilização social via redes sociais *online* no Brasil, sem a participação de organizações sociais como partidos políticos de esquerda e movimentos sociais e sem pautas unificadoras e coordenação de ações. Por fim, apontamos a existência de uma fase *radicalizada*, em que permaneceram nas manifestações sujeitos mais engajados e comprometidos com pautas e organização, bem como houve a adoção de repertórios de protestos mais fortes com a adoção de estratégias de ocupação de prédios públicos e, no limite, depredação de bens públicos e de alguns tipos de bens privados.

Tendo podido propor uma compreensão de junho, passamos ao debate sobre seus desdobramentos quando discutimos os impactos daqueles eventos na conjuntura política e social subsequente, apontando a prevalência de quatro distintos momentos. O primeiro deles, no segundo semestre de 2013, caracterizou-se por mobilizações de grupos sociais e movimentos que não foram atores relevantes em junho de 2013. Já no primeiro semestre de 2014, observamos a opção pela radicalização estratégica em torno da Copa do Mundo como instrumento de crítica ao governo federal, de disputa de espaço político junto aos movimentos sociais, bem como de contraposição a outros governos estaduais e municipais. Dois outros momentos foram a eleitoralização das retóricas sobre junho pelo efeito inicial da Copa do Mundo no debate eleitoral, mas principalmente, pela adoção de um discurso de mudança de todas as candidaturas, inclusive a de reeleição no executivo federal. É quando também se deu a configuração de um quadro de instabilidade política em nível federal, decorrente da combinação de

duas crises, uma política<sup>130</sup>, fruto da perda de hegemonia do bloco petista, e outra econômica, decorrente do esgotamento da alternativa anticíclica aplicada desde 2009. A combinação destas duas crises tem levado o governo a perder popularidade, apoio social, e a viver sob a permanente ameaça de pedido de *impeachment* por parte da oposição e de “aliados”, mas também como resultado da perda de hegemonia para discursos e articulações conservadoras tanto no âmbito social e político.

Pudemos expor padrões analíticos observáveis em junho, como a prevalência de demandas de alcance nacional e implicando grandes majorias sociais, como questões pertinentes a saúde, educação e segurança pública. Apresentamos uma análise do perfil da base social do *lulismo* que adotava uma postura mais otimista em relação ao país em contraste ao descontentamento dos setores mais alijados do pacto lulista e que, na medida em que suas demandas chegaram à superfície, encontraram acolhimento social amplo, inclusive na base social do petismo e ao irromperem a hegemonia otimista e trouxeram para a cena pública o contraditório. Para tanto foi ao debater “os significados históricos de junho” apontando para a emergência de perspectivas sociais norteadoras do debate público nas redes sociais *online* e *off-line* em torno dos temas nacionais, é que demos o passo analítico, que nos permitiu conectar presente e passado. Demonstramos o enraizamento histórico de tais apreensões na correlação com a insuficiência da redemocratização brasileira.

Tendo estabelecido as ligações entre passado e presente, indicamos que as percepções sociais se aglutinaram em três cenários de crise, da atuação do Estado, de legitimidade dos representantes e do “lulimos”, desestabilizando o atual grupo de sustentação do legado da “Nova república” e abrindo assim “as possibilidades históricas”. A partir de junho, configurou-se um ciclo de confrontos em que com intenso fluxo entre contendores e autoridades desafiadas, houve avanços das mobilizações para setores menos mobilizados bem como inovação no repertório de ação coletiva. Tivemos, também, um processo de realinhamento conservador mas que ainda persiste aberto sem uma totalização social que permita a reconstrução da hegemonia político e social.

---

<sup>130</sup> Esta para o grande público é percebida como tendo a ver com as investigações e denúncias no âmbito de investigações como a Operação Lava-Jato que desde de março de 2014 vem mostrando o envolvimento de políticos e empreiteiros em possíveis esquemas de lavagem de dinheiro, entrega de propinas, cartéis em licitações etc. Este escândalo tem atingido partidos como Partido Progressista, PMDB e PT, bem como PSB e PSDB, todavia tem atingido mais fortemente os partidos da bases aliada. A esta questão somam-se outras entorno das “pedaladas” fiscais como dispositivos para fechar as contas do governo em 2014, fazendo crer existir uma “gastança” e mau uso dos recursos públicos. Como toda crise, é composta em parte de “fatos”, mas também de interpretações diversas em choque e em disputa.

Nesta última discussão alcançamos nosso terceiro objetivo que era apresentar os principais significados e possibilidades históricas abertas em junho. O cumprimento de nossos objetivos significou, portanto, responder, as seis perguntas que nos nortearam: a) o que foi junho? Manifestações massivas de indignação com a insuficiência democrática do sistema político e do modelo de sociedade brasileira; b) como aconteceu junho? Como mobilizações corriqueiras que ao serem interpeladas por um processo convergente de atenção da mídia, sociedade e Estado encontrou acolhimento e apoio na sociedade convertendo-se em evento excepcional; c) por que em junho? Pela confluência de ator social provocador importante, de ampliação da atenção social sobre os acontecimentos devido a ocorrência de um grande evento esportivo internacional, de se desenrolar em uma das principais cidades do país e por conseguir a simpatia dos cidadãos; d) por que ocorreram tais manifestações? Porque existiam indignações latentes em torno de demandas não atendidas que se articularam produzindo cadeias de equivalências; e) quem as compôs? Particularmente os sujeitos que não foram satisfatoriamente contemplados pelo pacto lulista que deu continuidade à sustentação da “Nova República”; f) para onde segue junho? Claramente está em aberto esta resposta mas existem elementos que apontam para uma fragilização dos discursos progressistas e um fortalecimento de discursos conservadores, sem que se tenha um processo estruturado em torno de uma nova trajetória de desenvolvimento histórico. Apenas na “largada da corrida”, os conservadores mostraram velocidade, mas a disputa continua sendo da resistência.

Consideramos pertinente ainda um último olhar para o que discutimos nesta pesquisa: a incapacidade do Estado brasileiro de levar a cabo o pacto democratizante em seus termos mais popular e participativo, como limitador de nosso atual estágio de desenvolvimento democrático. Encontramos em Tilly (2013) as condições para uma última análise crítica do regime democrático brasileiro tanto em seu nível de democracia quanto de capacidade de ação do Estado.

O problema do nível de democracia apresenta-se, primeiro, quando a amplitude do pacto democrático é distorcida pelo capital econômico, e por relações de desigualdades estruturais, impedido que grupos minoritários e segmentos sociais mais frágeis participem da política, a não ser na condição de legitimadores dos arranjos, já definidos pelos que realmente têm poder de mando. Esta exclusão participativa atinge os indígenas, os negros, as mulheres, os quilombolas, os pobres, os homossexuais, as

peçoas trans<sup>131</sup> e uma gama de outros cidadãos. Este quadro agrava-se quando não se revertem às perversas relações desiguais ou quando as revertem seguindo limites de baixo conflito com interesses instituídos, que têm tido por efeito a possibilidade de mudanças, desde que não tenha impacto nos capitais já acumulados. Apesar de todos os esforços feitos na última década, foram muitos e importantes, o passivo estrutural é tão extenso que a igualdade no acesso à justiça, à proteção social, à saúde, à educação e à segurança ainda está longe de ser direito de todos.

Quando temos por foco a proteção dos cidadãos pelo Estado e das arbitrariedades cometidas pelo próprio Estado ou seus agentes, o quadro é lastimável. O nível de violência policial em comunidade populares é conhecido, o acesso à justiça e ao julgamento justo, que incluem defesa justa e em tempo célere não é realidade para os pobres, estando na casa das duas centenas de milhares os presos sem julgamento no Brasil<sup>132</sup>. Quando pensamos o caráter mutuamente vinculante, ou seja, a existência de um direito e o efetivo acesso a ele, por mais que tenhamos melhorado, o quadro é de precariedade para os pobres e mesmo parte da classe média que, por vezes, sem contatos dentro do poder público, sem recursos para suborno ou para chantagem não, têm acesso ao que é, direito, não privilégio.

É necessário ainda apontar que tanto as opções de gestão econômica liberal pró-mercado, quanto o pemedebismo como forma de governabilidade, ao levarem o Estado brasileiro ao nível de “refém” dos mercados e dos políticos fisiológicos, instituindo um sistema e modelo de sociedade de concessões e não de participação, controle e acesso a direitos, limitam a atuação do Estado. Ele mesmo que, tendo os dispositivos constitucionais e legais, não consegue efetivar uma consulta, participação e acesso a direitos amplos, igualitários, protegidos e mutuamente vinculantes.

Neste quadro, o pacto em torno da gestão do mal-estar social seja ele comando pelos petistas ou pelos “tucanos” é tudo que não vai apaziguar o Brasil, nem vai ser capaz de incorporar as demandas existentes e apontar para um novo futuro. Não há sinais críveis da superação deste quadro, não existem projetos alternativos, não estão sendo gestadas novas soluções com visibilidade e que empolgue a nação. O que há é o recrudescimento de conservadorismos de todos os tipos, reativando as potências antidemocráticas em alguma medida adormecidas no Brasil. O atual ciclo de confronto e momento crítico só pode ser superado, na medida em que se constitua um novo pacto

---

<sup>131</sup> Categoria utilizada pelo movimento social de travestis e transexuais no Brasil.

<sup>132</sup> BRASIL DE FATO. **Denúncia: 40% dos presos no Brasil estão encarcerados sem julgamento e condenação. 9 de setembro de 2009.** <http://www.brasildefato.com.br/node/29774>

democratizante envolvendo a grande maioria dos brasileiros, portanto, os setores populares, mas também médios e parte da elite nacional.

É neste sentido que acreditamos serem frutíferas iniciativas de pesquisa que explorem teórica, realista ou normativamente, formas de governança populares, plurais e democráticas existentes, mas com base empírica sólida como em alguns casos latino-americanos no começo deste século. Com rigor e crítica, sem se deixar seduzir pelo triunfalismo e defesas ideológicas acríticas. Quem sabe pudemos, minimamente, com esta dissertação ter reforçado a necessidade dos cientistas sociais brasileiros poderem falar sobre as teorias democráticas contemporâneas, inspirados em suas observações e análise de contextos a partir do que toda teoria se ergue.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Hudson de. Presidencialismo de Coalização: O Dilema Institucional Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. V. 31. Nº. 1, 1988.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: *Estudos Avançados* São Paulo, v. 24, nº 68, p. 103-119, jan. 2010.

ALVAREZ, Maria Inês. F. “Além da racionalidade: o estudo das emoções como práticas políticas”. *Mana*, v.17, nº. 1, p.41-67, abr. 2011.

AGOSTINE, Cristiane. ‘Lulista’ criticam gestão da crise na Petrobras e políticas de Dilma. *Valor Econômico*. São Paulo 05 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3895858/lulistas-criticam-gestao-da-crise-na-petrobras-e-politicas-de-dilma>> Acesso em 18 jul. de 2014.

ALENCAR, Kennedy. Kennedy Alencar entrevista Dilma Rousseff. *Jornal do SBT*, Brasil 5 de junho de 2014. <http://www.sbt.com.br/jornalismo/noticias/42213/Kennedy-Alencar-entrevista-a-presidente-Dilma-Rousseff.html#.U6Lz3vldU1M>. Acesso em 18 jul. de 2014.

ALONSO Angela. GUIMARÃES Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly. São Paulo: *Tempo Social*.. vol.16, nº.2. 2004.

AL’HANITI, Yuri. Para 45% país mudou após os protestos. *Gazeta do Povo*, 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1434680tml>. Acesso em 18 jul. de 2014.

ALVARENGA, Darlan. Classe média brasileira é o 18º maior 'país' do mundo em consumo. São Paulo, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/classe-media-brasileira-e-o-18-maior-pais-do-mundo-em-consumo.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em ciberespaço: limites e insuficiências metodológicas. *Revista USP*, São Paulo, nº. 86, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/107510887/Revista-USP-Docie-Cybercultura-Etnografia-e-pesquisa-em-cibercultura-limites-e-insuficiencias-metodologicas>. Acesso em 18 de jul. de 2014.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. Mercado Brasileiro. 2013. Disponível em: <[http://ri.animaeducacao.com.br/anima/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=49056](http://ri.animaeducacao.com.br/anima/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=49056)> Acesso em 04 jul. de 2015.

APERTO DE MAO. Eu sou Brasileiro com muito orgulho e muito amor: Abertura da Copa do Mundo FIFA Brasil. Youtube. Brasil, 13 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-c-hf3SmpOw>. Acesso em 18 jul. de 2014.

AQUINO, Yara. Apoio da população ao Programa Mais Médicos alcança 84,3% na pesquisa CNT. Agência Brasil. Brasil, 7 de novembro de 2013. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-11-07/apoio-da-populacao-ao-programa-mais-medicos-alcanca-843-na-pesquisa-cnt>. Acesso em 18 jul. de 2015.

AZEREDO, Mariana; NOVAES, Mariana. **SP**: MPL deixa ato e diz que direita quer da ‘ares fascista’ a protesto. Terra Cidades, São Paulo, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-mpl-deixa-ato-e-diz-que-direita-quer-dar-ares-fascistas-a-protestos,1586fb147546f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso em 18 jul. de 2015.

BALZA, Guilherme; MELO, Débora. Manifestante diz ter sido hostilizada por usar camisa vermelha durante ato em SP. UOL Notícias, São Paulo, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/avenida-paulista-em-sp-se-divide-entre-partidarios-e-manifestantes.htm>. Acesso 18 jul. de 2014.

BAND. COM. BR. Políticos falam em trabalho após queda. UOL, Brasil, 2 de julho de 2013. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000610685/politicos-falam-em-%E2%80%98trabalho%E2%80%99-apos-queda-de-popularidade.html>. Acesso 18 jul. de 2014

BAND. COM. BR. MPL anuncia que não convocará mais protestos. UOL, Brasil, 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000608197&t=> Acesso 18 jul. de 2014.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012.

BAUER, Martin, W. GASKELL, George. Pesquisa quantitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2002.

BECK, U. GIDDENS, A. LASH S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. In: Introdução: O que significa modernização reflexiva? São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BENFORD, Robert D. e SNOW David A. Framing processes and social movements: An Overview and Assessment. Annu. Revista de Sociologia.

BENVENUTI, Patricia. A Rede Globo e o Bônus de Volume, Tudo a Ver! Vermelho Portal. Brasil, 27 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/227372-6>. Acesso 18 jul. de 2014.

BOCCHINI, Lino; LOCATELLI, Piero. Fora do Eixo. Sociedade. Carta Capital, 16 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html>. Acesso 18 jul. de 2015.

BOTTINE FILHO, Luciano; RIBEIRO, Bruno; ZANCHETTA, Diogo. Carecas iniciaram agressões a partidos. Política Eleições, O Estado de São Paulo, Brasil, 23 de

junho de 2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,caracas-iniciaram-agressoes-a-partidos-imp-,1045874>. Acesso 18 jul. de 2014.

BRAGA, Isabel. Reforma Política tem apoio de 85% da população, aponta pesquisa. Brasil, 6 de agosto de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/reforma-politica-tem-apoio-de-85-da-populacao-aponta-pesquisa-9386786>. Acesso 18 jul. de 2014.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. São Paulo: Ed. Cadernos Pagu, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso 18 jul. de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Distrito Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Editais Pontos de Cultura. Distrito Federal: MINC. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural1>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acesso em 04 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei 11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em 18 out. de 2014.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm). Acesso em 18 out. de 2014.

\_\_\_\_\_. MDS. Bolsa Família contribui para reduzir evasão escolar de jovens, aponta pesquisa. Brasília, 11 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/abril/bolsa-familia-contribui-para-reduzir-evasao-escolar-de-jovens-aponta-pesquisa>. Acesso em 04 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. MEC. Censo da Educação Superior 2012. Brasil. 2012. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/apresentacao\\_coletiva\\_censo\\_superior\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/apresentacao_coletiva_censo_superior_2012.pdf). Acesso em 04 jul. de 2014.

BRASIL 247. Brasil passa da rejeição a adesão total à Copa. 15 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.brasil247.com/pt/247/247\\_na\\_copa/143551/Brasil-passa-](http://www.brasil247.com/pt/247/247_na_copa/143551/Brasil-passa-)

da-rejei%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-ades%C3%A3o-total-%C3%A0-Copa.htm>  
Acesso em 18 jul. de 2014

\_\_\_\_\_. Datafolha Copa é aprovada por 83% dos estrangeiros. 15 de julho de 2014. Disponível em <[http://www.brasil247.com/pt/247/247\\_na\\_copa/146730/Datafolha-Copa-%C3%A9-aprovada-por-83-dos-estrangeiros.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/247_na_copa/146730/Datafolha-Copa-%C3%A9-aprovada-por-83-dos-estrangeiros.htm)>. Acesso em 17 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Eleitor quer mudança, mas vê Lula como mais apto. 5 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/135804/Eleitor-quer-mudan%C3%A7a-mas-v%C3%AA-Lula-como-o-mais-apto.htm>> Acesso em 18 jul. de 2014

\_\_\_\_\_. Brasil passa de rejeição à adesão geral à Copa. Brasil, 15 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.brasil247.com/pt/247/247\\_na\\_copa/143551/Brasil-passa-da-rejei%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-ades%C3%A3o-total-%C3%A0-Copa.htm](http://www.brasil247.com/pt/247/247_na_copa/143551/Brasil-passa-da-rejei%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-ades%C3%A3o-total-%C3%A0-Copa.htm). Acesso em 18 jul. de 2014

\_\_\_\_\_. Com tecnologia, o conceito de segunda tela ganha força. Brasil, 14 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/24280/Com-tecnologia-conceito-de-segunda-tela-ganha-for%C3%A7a.htm>. Acesso em 18 jul. de 2014.

BRASIL DE FATO. Denúncia: 40% dos presos no Brasil estão encarcerados sem julgamento e condenação. 9 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/29774>> Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Bandeira do Brasil na fachada da FIESP não era homenagem só aos "neo-carapintadas". Brasil, 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13316>. Acesso em 18 jul. de 2014.

BRASÍLIA NA COPA. Brasília. Disponível em: <http://www.copa2014.df.gov.br/o-que-e-copa-das-confederacoes/5360-o-que-e-copa-das-confederacoes>. Acesso em 18 jul. de 2014

BRESSANE, Ronaldo. Guerra de Memes. Piauí, julho de 2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/esquina/guerra-dos-memes>. Acesso em 18 jul. de 2014

BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.) O que esperar do Brasil? In: SALLUM Jr. Brasília. O desenvolvimentismo e o Estado brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. O que esperar do Brasil? In: SINGER, André Victor. Lulismo e coalizões de classe. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. Florianópolis: Política e Sociedade, vol. 10, nº 18, abril de 2011.

\_\_\_\_\_. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. Dossiê temático. IESP. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em:

[http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossi%C3%AA%20NETSAL%203%20\\_versao%20final.pdf](http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossi%C3%AA%20NETSAL%203%20_versao%20final.pdf). Acesso em 18 jul. de 2014.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Mauricio (Coor. Geral). Dossiê Temático: As jornadas de junho em perspectiva global. IESP, Rio de Janeiro, n.º. 3, 2013. Disponível em:

[http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossi%C3%AA%20NETSAL%203%20\\_versao%20final.pdf](http://netsal.iesp.uerj.br/images/dossie/Dossi%C3%AA%20NETSAL%203%20_versao%20final.pdf). Acesso em 18 jul. de 2014.

BRITO, Patrícia. REIS, Lucas. Por pressão, planos de educação de 8 estados excluem ‘ideologia de gênero’. Folha de São Paulo, 25 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>> Acesso em 18 jul. de 2014.

BRUGGER, Mariana; CARDOSO, Rodrigo; SEGALLA, Amauri. Por que as cotas raciais deram certo no Brasil. Isto é Independente, Brasil, 5 de abril de 2013. Disponível em:

[http://www.istoe.com.br/reportagens/288556\\_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DE+RAM+CERTO+NO+BRASIL](http://www.istoe.com.br/reportagens/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DE+RAM+CERTO+NO+BRASIL). Acesso em 18 jul. de 2014

BURGARELLI, Rodrigo; MANSO, Bruno Paes. “Epidemia” de manifestações tem quase um protesto por hora e atinge 353 cidades. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 de junho de 2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,epidemia-de-manifestacoes-tem-quase-1-protesto-por-hora-e-atinge-353-cidades,1048461>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CAMPANERUT, Camila. Petição contra Renan será entregue hoje no Senado; Ong que abriga manifestação arrecada US\$ 25 mi em cinco anos. UOL, Brasília, 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/02/20/peticao-contra-renan-sera-entregue-hoje-no-senado-ong-que-abriga-manifesto-recebe-us-25-mi-em-cinco-anos.htm>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Lula fecha governo com 80% de aprovação e bate novo recorde, diz CNI/IBOPE. UOL, Brasília, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/16/aprovacao-a-governo-lula-e-de-80-e-bate-novo-recorde-diz-cniiboep.htm>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas, Poderes oblíquos. In: \_\_\_\_\_. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2006.

CALGARO, Fernanda. Brasileiros aprovam protestos, mas 93% rejeitam “black blocs”, diz pesquisa. UOL Notícias. Brasília, 7 de novembro de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/07/maioria-aprova-protestos-mas-93-dos-brasileiros-reprovam-black-blocks-diz-pesquisa.htm>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CARTA CAPITAL. Quinta-feira terá protestos contra o aumento da passagem em cinco capitais. Brasil, 13 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quinta-feira-tera-protestos-contra-o-aumento-da-passagem-em-cinco-capitais-1099.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. – 4 ed. – Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Pedro. Dados apontam que ascensão da classe C incomoda consumidores da classe AB. IG, São Paulo, 12 de setembro de 2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2012-09-12/dados-apontam-que-ascensao-da-classe-c-incomoda-consumidores-da-classe-ab.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CARDOSO, Adalberto, Moreira. ‘Conluio antidistributivo’ puniu Dilma, e a campanha será mais radicalizada, diz sociólogo. Folha de São Paulo. 07 de junho de 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1466547-conluio-antidistributivo-puniu-dilma-e-campanha-sera-mais-radicalizada-diz-sociologo.shtml>> Acesso em 18 jul. de 2014.

CARDOSO, Clarice. Os protestos de 15 de março pelo Brasil. Carta Capital. 15 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/os-protestos-de-15-de-marco-pelo-brasil>> Acesso em 18 jul. de 2014.

CARTA CAPITAL. Câmara aprova fim da reeleição. 27 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/reforma-politica-camara-aprova-o-fim-da-reeleicao-1434.html>> Acesso em 18 jul. de 2014.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Madeiros. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Carlos. Ninja, um novo modelo de jornalismo. Observatório da Imprensa. Brasil, 6 de agosto de 2013. Disponível: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/\\_1](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/_1). Acesso em 18 jul. de 2014.

CASTANHO, Fábio de Mello; MARQUES, Dassler; PAIVA, Celso. Dilma e Blatter são vaiados, e presidente da Fifa pede "*fair play*" a fãs. Terra na Copa, Brasília 15 de junho de 2013. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/dilma-e-blatter-sao-vaiados-e-presidente-da-fifa-pede-fair-play-a-fas,12dd29f4e294f310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CASTRO, Juliana. Em pesquisa, 64% dos policiais assumem não ter treinamento adequado para lidar com protestos. O GLOBO, 2 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/em-pesquisa-64-dos-policiais-assumem-nao-ter-treinamento-adequado-para-lidar-com-protestos-11476813>. Acesso em 18 jul. de 2014.

CASTRO, Fábio Ávila de, MEDEIROS, Marcelo e SOUZA, Pedro H. G. F. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: vol. 58, nº 1, 2015.

CAUSA BRASIL. Veja pelo que o país protesta. 2015. Disponível em: <<http://www.causabrasil.com.br/>> Acesso em 17 de jul. de 2015.

CENTRAL BRASILEIRA DE NOTÍCIAS. Amigos, eu errei. É muito mais que 20 centavos. Brasil, 17 de junho de 2013. Disponível em:

<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>. Acesso 17 de jul. de 2014.

CETELEM. Observador Brasil 2012. Brasil, 2012. Disponível em: [http://www.cetelem.com.br/portal/Sobre\\_Cetelem/Observador.shtml](http://www.cetelem.com.br/portal/Sobre_Cetelem/Observador.shtml). Acesso em 17 de jul. de 2015

CLEMENS Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 161-218.

COSTA, Fernando Nogueira da. Debate sobre a distribuição de renda no Brasil. Cidadania & e Cultura. 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/02/27/debate-sobre-distribuicao-de-renda-do-trabalho-no-brasil/> Acesso em 5 jun. de 2014.

COHN, Gabriel. Sociologia: Max Weber. Editora Ática, São Paulo-SP, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- IBOPE. Avaliação do Governo e pesquisa eleitoral. Brasil, junho de 2014. Disponível em: [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI\\_IBOPE\\_JUN2014\\_WEB.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_JUN2014_WEB.pdf). Acesso em 5 jun. de 2014.

CONGRESSO EM FOCO. Ibope: 84% querem a reforma política válida em 2014. UOL, Brasil, 6 de julho de 2013. Disponível em: <http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ibope-diz-que-84-querem-reforma-politica-valida-em-2014/>. Acesso em 5 jun. de 2014.

CONGRESSO EM FOCO. Jornais: Copa começa hoje com seleção em alta e organização em xeque. Brasil, 12 de julho de 2014. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/jornais-copa-comeca-hoje-com-selecao-em-alta-e-organizacao-em-xeque/>. Acesso em 5 jun. de 2014.

CORREA Vanessa; MAISONNAVE, Fabiano. Rejeição a protesto é o maior desde junho, diz Datafolha. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/153706-rejeicao-a-protestos-e-a-maior-desde-junho-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 5 jun. de 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. TV por assinatura chega a 18,02 milhões de clientes, crescimento de 11%. Distrito Federal, 07 de fevereiro de 2014. Disponível em: [http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/02/07/internas\\_economia,411711/tv-por-assinatura-chega-a-18-02-milhoes-de-clientes-crescimento-de-11.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/02/07/internas_economia,411711/tv-por-assinatura-chega-a-18-02-milhoes-de-clientes-crescimento-de-11.shtml). Acesso em 5 jun. de 2014.

COSTA, Camila. Sob Holofotes, Mídia Ninja quer ampliar. BBC Brasil, São Paulo, 5 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130805\\_midia\\_ninja\\_cc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130805_midia_ninja_cc.shtml). Acesso em 5 jun. de 2014.

COSTA, Luciano Martins. O linchamento do Mídia NINJA. Observatório da Imprensa. Brasil, 19 de agosto de 2013. Disponível: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o\\_linchamento\\_da\\_midia\\_ninja](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_linchamento_da_midia_ninja). Acesso em 5 jun. de 2014.

COSTA, Sérgio. As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CRESPO, Sílvio Guedes. Número de greves no país em 2012 é o maior em 16 anos. UOL Notícias. Brasil, 23 de maio de 2013. Disponível em: <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/05/23/pais-tem-maior-numero-de-greves-dos-ultimos-16-anos-diz-dieese/>. Acesso em 5 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Com Dilma a economia do país cresce no menor ritmo desde Collor. UOL Economia. Brasil, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/02/27/com-dilma-economia-do-pais-cresce-no-menor-ritmo-desde-collor/> Acesso em 5 jun. de 2014.

DATAFOLHA. Brasil Eleições 2014. São Paulo, 5 de setembro de 2014. Registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número – BR 00517/2014.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. Cai aprovação de Cabral no estado do Rio, e Paes recua entre os cariocas. UOL, 1 de julho de 2013. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/07/1304291-cai-aprovacao-a-cabral-no-estado-do-rio-e-paes-recua-entre-cariocas.shtml>. Acesso em 5 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Paulistanos rejeitam mascaras e balas de borracha em protestos. UOL, 16 de setembro de 2013. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/09/1342628-paulistanos-rejeitam-mascaras-e-bala-de-borracha-em-protestos.shtml>. Acesso em 5 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Apoio as manifestações cai de 74% para 66%. UOL, 28 de outubro de 2013. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/10/1363246-apoio-as-manifestacoes-cai-de-74-para-66.shtml>. Acesso em 5 jun. de 2014.

DIANI, M.; BISON, I. “Organizações, coalizões e movimentos”. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3, 2010, pp. 220-249.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EDER, Klaus. A classe social tem importância nos estudos dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.16, nº 46, 2001.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPN. O bate e rebate da tumultuada relação entre Fifa e governo federal. UOL, Brasil, 8 de janeiro de 2014. Disponível em: [http://espn.uol.com.br/fotos/380231\\_o-bate-e-rebate-da-tumultuada-relacao-entre-fifa-e-governo-federal-veja-em-fotos](http://espn.uol.com.br/fotos/380231_o-bate-e-rebate-da-tumultuada-relacao-entre-fifa-e-governo-federal-veja-em-fotos). Acesso em 18 jul. de 2014.

ESQUERDA. NET. Cronologia dos 20 dias que abalaram o Brasil. Brasil, 29 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/cronologia-dos-vinte-dias-que-abalaram-o-brasil/28450>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. O significado e as perspectivas das mobilizações. Brasil, 29 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/o-significado-e-perspetivas-das-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-de-rua/28470>. Acesso em 18 jul. de 2014.

FERREIRA, Fabio, A. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. Revista Espaço Acadêmico, Nº 127, Dezembro de 2011.

FERNANDES, Antônio, S.A. Path Dependency e os Estudos históricos comparados. BIB, São Paulo, n. 53. 2002.

FIGUEIREDO, Rubens. A “espiral do silêncio” e a escalada da insatisfação. In: \_\_\_\_\_ Junho de 2013: A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014. P 23-38.

FEGHALI, Jandira. Que Ninja é esse? Jornal do Brasil, 24 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2013/07/24/que-ninja-e-esse/>. Acesso em 18 de jul. de 2014.

FERNANDES, Antônio, S.A. Path Dependency e os Estudos históricos comparados. BIB, São Paulo, n. 53. 2002.

FEDERACAO INTERNACIONAL DE FUTEBOL. Copa do Mundo da FIFA. Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/worldcup/>. Acesso 18 jul. de 2014.

FIAT AUTOMÓVEIS BRASIL. Vem Pra Rua. Youtube. Brasil, 16 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SxMIwZZPlcM>. Acesso em 18 jul. de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Intenção de voto para presidente da República. Brasil, 5 de abril de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/04/82376-intencao-de-voto-para-presidente-da-republica.shtml>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Editorial: Retomar a Paulista. Brasil, 13 de junho de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Manifestações levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo país. Brasil, 20 de junho de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. O que a Folha pensa: Em época de manifestações e ano de eleição, verifique os principais pontos de vista defendidos pela *Folha*. São Paulo, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/152882-o-que-a-folha-pensa.shtml>. Acesso em 18 jul. de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Protestos em 10 cidades. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/04/82398-protestos-em-10-cidades.shtml>>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Greve em 10 cidades. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/04/82399-greves-em-10-cidades.shtml>> Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Protestos contra a ampliação da terceirização atingem 23 estados e o DF. São Paulo, 15 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1616783-manifestantes-bloqueiam-dutra-contra-projeto-de-terceirizacao.shtml>> Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Perfil dos manifestantes: Pesquisa Datafolha revela quem são e o que pensam os manifestantes. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml>> Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Democracia é melhor regime para 66%, aponta Datafolha. 8 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559020-democracia-e-melhor-regime-para-66-aponta-datafolha.shtml>> Acesso 17 jul. de 2015.

FRANCESCHINI, Gustavo; MONTES, Luiz Paulo; PASSOS, Paulo; PERONE, Ricardo. Torcida vaia e constrange Dilma na abertura da Copa das Confederações. Brasília, 15 de julho de 2013. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/15/dilma-e-muito-vaiada-na-abertura-e-blatter-da-bronca-na-torcida.htm>. Acesso em 18 jul. de 2014.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo: revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP. – Vol. 1, n. 1 (1991)-. -- São Paulo: Departamento de Antropologia/FFLCH/USP, 1991-[2006]. 231-240.

G1 BRASIL. Protestos de junho e julho. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>> Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Resultado das manifestações de junho. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em 4 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações. São Paulo, 24 de junho de 2013.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>> Acesso em 4 jul. de 2015.

G1 SÃO PAULO. Movimentos sociais fazem atos contra direita e cobram reforma populares. 13 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/sem-teto-e-movimentos-se-reunem-na-avenida-paulista-em-ato-contra-direita.html>> Acesso em 4 jul. de 2015.

G1 POLÍTICA. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ das eleições. Brasília, 30 de outubro de 2014. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>> Acesso em 4 jul. de 2015.

G1 BRASIL. Manifestações pelo Brasil. Brasil. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em 18 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. Resultados das Manifestações de junho. Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb>. Acesso em 4 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Veja pesquisa completa do IBOPE sobre as manifestações. São Paulo, 24 de junho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integrada-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

G1 SÃO PAULO. Aprovação de Alckmin cai de 52% para 38%, aponta Datafolha. São Paulo, 1 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/07/aprovacao-de-alckmin-cai-de-52-para-38-aponta-datafolha.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Dilma é hostilizada durante abertura da Copa do Mundo em São Paulo. São Paulo, 12 de junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/dilma-e-hostilizada-durante-abertura-da-copa-do-mundo-em-sao-paulo.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. Conheça a história dos ‘rolezinhos’ em São Paulo. São Paulo, 14 de janeiro de 2014. Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso em 18 jul. de 2014.

GARCIA, Janaina; MELO, Débora. Hostilidade a partidos e tom de balada marcam 7ª manifestação em São Paulo. O Estado de São Paulo. São Paulo, 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/21/hostilidade-a-partidos-e-tom-de-balada-marcam-7-manifestacao-em-sao-paulo.htm>. Acesso em 04 jul. de 2014.

GLOBOESPORTE.COM. Torcida emociona ao cantar hino nacional e parte protesta de costas. Fortaleza, 19 de junho de 2013. Disponível em: <http://blogdotarso.com/2014/06/17/hino-brasileiro-a-capela-no-castelao-em-fortaleza-jogo-brasil-e-mexico-na-copa/>. Acesso em 04 jul. de 2014.

GOHN, Maria da Gloria. Sociologia dos movimentos sociais. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GRIPP, Alan. Retrospectiva: Manifestações não foram pelos 20 centavos. Editorial de cotidiano. Folha de São Paulo, Brasil, 27 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/12/1390207-manifestacoes-nao-foram-pelos-20-centavos.shtml>. Acesso em 04 jul. de 2014.

GRUPO DIGNIDADE. Lâmpião da Esquina. Brasil. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>. Acesso em 04 jul. de 2014.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, nº 36, 1995.

HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. São Paulo. Lua Nova, nº 58, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultura na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Estudos culturais. In: \_\_\_\_\_. Da Diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

IG. STF absolve ex-presidente Fernando Collor de Melo por falta de provas, São Paulo, 24 de abril de 2014. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-04-24/stf-absolve-ex-presidente-fernando-collor-por-falta-de-provas.html>. Acesso em 04 jul. de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor. 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/ipca-inpc\\_201505\\_3.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201505_3.shtm)> Acesso em 04 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Bando de dados agregados. Censo demográfico e contagem da população. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3562&z=cd&o=17>> Acesso em 04 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinopse dos resultados do Censo 2010. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?codigo=0&frm>> Acesso em 04 jul. de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e política de renda. Brasília: Governo Federal, 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicado\\_doipea155\\_v5.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado_doipea155_v5.pdf). Acesso em 17 jul. de 2015.

JABOR, Arnaldo. Jornal da Globo. Brasil, 13 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acesso em 04 jul. de 2014.

KASTRUP Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Psicologia & Sociedade; 19(1): 15-22, jan/abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a03v19n1>. Acesso em 04 jul. de 2014.

KEEP WALKING, BRAZIL. O Gigante Não Está Mais Adormecido. Youtube. Brasil, 25 de outubro de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0QTn-WfDFY8>. Acesso 18 de julho de 2014.

KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspectiva. Vol.15. Nº. 4. São Paulo Oct./Dec. 2001.

LACLAU, Ernest. A razão populista. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Três Estrelas, 2013.

\_\_\_\_\_. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 2, Vol.1. São Paulo: Ed. Cortez, Outubro de 1986.

\_\_\_\_\_. "Posfácio", em MENDONÇA, Daniel de & RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDPUCRS. 2008.

\_\_\_\_\_. Consideraciones sobre el populismo latino-americano. Cuadernos del CENDES, Caracas, vol. 23, núm. 62, mayo-agosto, 2006, pp. 115-120.

LACLAU, E. e MOUFFE, C. Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics. Londres: Verso. 1985.

LATOURET, Bruno. Reagregando o Social – uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: Edufba; São Paulo: UDUSC, 2012.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução Carlos Irineu da Costa – São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEWGOY, Bernardo. A invenção da (Ciber) cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 9, n. 2, 2009.

LIMA, Maria Solange. Análise do sistema partidário brasileiro: A evolução das bancadas parlamentares na década 90. 2005. Trabalho acadêmico, especialização em gestão legislativa - Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2005.

LIMA, Venício, A. Os mídia e os cenário de representação política. São Paulo: Lua Nova, nº 38, 1996.

LIMA, Daniela, LIMA, Galeano e URIBI, Gustavo. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. Folha de São Paulo, 1 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>> Acesso em 17 jul. de 2015.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”, São Paulo: Lua Nova, nº 76.

MACEDO, Roberto. Uma visão econômica e política dos protestos juninos. In: FIGUEIREDO, Rubens. Junho de 2013: A sociedade enfrenta o Estado. 1ª Ed. São Paulo: Summus, 2014, p. 39-60.

MC DALESTE. O Gigante Acordou. Youtube. Brasil, 23 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r3tavFBcH4E>. Acesso em 04 jul. de 2014.

MAIA, Samantha. Mercado nota 10, Carta Capital, O Fator pessimismo: a diferença entre o mau humor justificável e a tática eleitoral do “quanto pior, melhor”, ano XX, nº 799, 14 de maio de 2014, Brasil.

MAISONNAVE, Fabiano. Aprovação à realização da Copa é a menor em 5 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1416810-aprovacao-a-realizacao-da-copa-e-a-menor-em-5-anos.shtml>. Acesso em 04 jul. de 2014.

MARQUES, Francisco P. J. A. Debates políticos na internet. A perspectiva da conversação civil. Campinas: Opinião Pública, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MARTINS, Diogo. Desemprego médio em 2012 é o mais baixo desde 2003, diz IBGE. Valor Econômico. Brasil, 31 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2990916/desemprego-medio-em-2012-e-o-mais-baixo-desde-2003-diz-ibge>. Acesso em 04 jul. de 2015.

MARTINS, Rodrigo; TRUFFI, Renan. A artilharia política no Facebook. Facebook guerra eleitoral: boatos, mentiras e virulência movem o debate na rede social preferida dos brasileiros, ano XX, nº 801, 28 de maio de 2014, Brasil.

MATSUKI, Edgard. Dilma começa a se recuperar e aprovação sobe a 54%, diz CNI/Ibope, UOL, Brasília, 27 de setembro de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/09/27/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em 04 jul. de 2014.

MATOSO, Filipe. e PASSARINHO, Nathalia. Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara em primeiro turno. Brasília, G1 Política, 1 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html> Acesso em 04 jul. de 2014.

MANZANO, Gabriel. VESCELAU, Pedro. ‘PSDB votar pelo fim do fato previdenciário abala seu prestígio’, afirma FHC. Estadão, Política, São Paulo. 5 de junho de 2015.

Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-votar-pelo-fim-do-fator-previdenciario-abala-seu-prestigio--afirma-fhc,1701303> Acesso em 04 jul. de 2014.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Pesquisa qualitativa on-line a etnografia virtual. Revista Teias, v 13, n 30, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. São Paulo: Lua Nova, nº 55-56, 2002.

MORAES, Dênis. Mídia e globalização neoliberal. Rio de Janeiro: Revista Contracampo, nº 7, 2002.

\_\_\_\_\_. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: Mídia, poder e contra poder: da concentração monopólica à democratização da informação. (Org.) Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Revista de Sociologia Política*. Vol. 2, nº 3, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015/1763>. Acesso em 04 jul. de 2014.

\_\_\_\_\_. En torno a lo político – 1ª Ed. 2ª reimo. – Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 2011.

\_\_\_\_\_. Por um modelo agonístico de democracia. In: Dossiê democracias e autoritarismos. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*, Nº. 25, 11-23, Novembro de 2005.

NASSIF, Luis. Foi um voto de confiança, por Delfim Neto: conteúdo jornalístico. Brasil: GGN, 2014. Disponível em: < <http://jornalggn.com.br/noticia/foi-um-voto-de-confianca-por-antonio-delfim-netto>> Acesso em 04 jul. de 2015.

NAVARRO, Vicente. Existe uma terceira via? Uma resposta a “terceira via” de Giddens. São Paulo: Lua Nova, n 48, 1999.

NERI, Marcelo. De volta ao País do Futuro: Projeções, Crise europeia e a Nova Classe Média. Rio de Janeiro: FVG/CPS, 2012. Disponível em: < [http://www.cps.fgv.br/cps/bd/ncm2014/NCM2014\\_TextoCompleto\\_Fim\\_texto.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/ncm2014/NCM2014_TextoCompleto_Fim_texto.pdf) > Acesso em 04 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Choque de Democracia – Razões da revolta. Breve Companhia, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia: Ensaio sobre o Brasil contemporâneo. Ed. Contraponto - Brasília-DF, 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Chegou a hora do basta. Opinião, Brasil. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,chevou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>. Acesso 18 de julho de 2014.

O GLOBO. Os inimigos da democracia: o assassinato de Santiago jogou luz sobre a atuação, em vários níveis, de grupos autoritários. Agora, partidos, sindicatos e etc. tem de mostrar, às claras, de que lado estão. Brasil, 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinioao/os-inimigos-da-democracia-11575241>. Acesso 18 de julho de 2014.

O OBSERVADOR BRASIL. Quatro em cada dez brasileiros desconhece a crise. 15 de agosto de 2012. Disponível em: <http://oobservadorbrasil.blogspot.com.br/2012/08/quatro-em-cada-dez-brasileiros.html>. Acesso em 04 jul. de 2014.

OTAVIO, Chico. Ninjas querem verbas oficiais para sobreviver. O GLOBO. Brasil, 04 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/ninjas-querem-verba-oficial-para-sobreviver-9343258>> Acesso em 04 jul. de 2014.

ORTELLADO, Pablo. Redes em protestos refletem as ruas. Observatório da Imprensa, 31 de dezembro de 2013. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed779\\_redes\\_em\\_protestos\\_refletem\\_as\\_ruas](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed779_redes_em_protestos_refletem_as_ruas). Acesso em 04 jul. de 2014.

PAPP, Anna Carolina. 'O usuário está desprotegido na rede'. Estadão, 27 de junho 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/o-usuario-hoje-esta-desprotegido/>> Acesso em 04 jul. de 2014.

PAPP, Anna Carolina e ROCHA, Camilo. Na internet, atos mobilizam 136 milhões. Estadão, 22 de junho de 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/na-internet-atos-mobilizam-136-milhoes/>> Acesso em 04 jul. de 2014.

PASSARINHO, Nathalia. Após manobra, Câmara aprova proposta para reduzir maioria. G1 Política, Brasília, 2 de julho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/apos-rejeitar-pec-camara-aprova-novo-texto-que-reduz-maioridade.html>> Acesso em 04 jul. de 2014.

PAULINO Mauro. e JANONI Alessandro. Divisão entre Aécio e Dilma é socioeconômica e não geográfica. Folha de São Paulo, Eleições 2014, 10 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530190-analise-divisao-e-socioeconomica-e-nao-geografica.shtml>> Acesso em 04 jul. de 2014.

PINTO, Paulo Silva. e OLIVEIRA, Priscila. Pouco ensino trava o desenvolvimento. Universidade de Brasília. Brasília, 27 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=93727>> Acesso em 04 jul. de 2014.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Bolsa Esmola. Editorial. Brasil, 13 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/bolsa-esmola-editorial/> Acesso em 04 jul. de 2014.

PEREIRA, Fábio Henrique. Intelectuais e mídia: um estudo comparado entre Brasil e França. Estudos em Comunicação, n 1, 2007.

PLATAFORMA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO. (Sem título). Brasil. Disponível em: <http://www.reformapolitica.org.br/>. Acesso em 04 jul. de 2014.

PORTAL BRASIL. Classe C passou a ser maioria da população brasileira em 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/03/classe-c-passou-a-ser-maioria-da-populacao-brasileira-em-2011>. Acesso 18 de out. de 2014.

\_\_\_\_\_. Queda da desigualdade de renda no Brasil é movimento que acontece em todo o mundo aponta FGV. Disponível em: [http://www.brasil.gov.br/acl\\_users/credentials\\_cookie\\_auth/require\\_login?came\\_from=http%3A//www.brasil.gov.br/governo/2012/03/queda-da-desigualdade-de-renda-no-brasil-e-movimento-que-acontece-em-todo-o-mundo-aponta-fgv](http://www.brasil.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A//www.brasil.gov.br/governo/2012/03/queda-da-desigualdade-de-renda-no-brasil-e-movimento-que-acontece-em-todo-o-mundo-aponta-fgv). Acesso 18 de out. de 2014.

PORTAL FÓRUM. Editor de Veja vai comandar campanha de Aécio Neves. Brasil, 19 maio de 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/editor-da-veja-vai-comandar-campanha-de-aecio-neves/>. Acesso 18 de out. de 2014.

\_\_\_\_\_. Tag “Mensalão”. Brasil. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/tag/mensalao/> Acesso 18 de out. de 2014.

\_\_\_\_\_. Em coletiva, Marina Silva tenta explicar mudança em seu programa de governo. 1 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/09/em-coletiva-marina-silva-defende-estado-laico-e-uma-legislacao-sobre-homofobia/> > Acesso 18 de out. de 2014.

RAMAN, Clara. Movimentos gay reagem a suspensão de kit anti-homofobia. Carta Capital. 27 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-gay-reage-a-suspensao-de-kit-anti-homofobia> Acesso 18 de out. de 2014.

REDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v 17, n.3, 2005.

RODA VIVA. “Um dos objetivos é se tornar desnecessário”: Bruno Torturra e Pablo Capilé, idealizadores do Mídia Ninja, falam sobre o coletivo de jornalismo. TV Cultura, São Paulo, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/roda-viva-recebe-idealizadores-do-grupo-midia-ninja>. Acesso 18 de out. de 2014.

RODRIGUES, Léo. Entenda o que é a PEC 37. Portal da EBC. Brasil, 26 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>. Acesso 18 de out. de 2014.

RODRIGUES, A. T. Ciclos de mobilização política institucional no Brasil. Revista de Sociologia e Política, nº 17, Curitiba Nov. 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: v. 17, nº 48, fevereiro de 2002.

RODRIGUES, Fernando. PT cresce 63% nas Assembléias Legislativas. Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200214.htm> Acesso em 04 jun. de 2014.

ROSSI, Amanda; TOLEDO, José Roberto de. Desigualdade de Renda cai em 80% dos municípios do Brasil em uma década. Estado de São Paulo. Brasil, 03 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,desigualdade-de-renda-cai-em-80-dos-municipios-do-brasil-em-uma-decada,1060330,0.htm>. Acesso em 04 jun. de 2014.

R7 NOTÍCIAS. Manifestações agradaram a 84% dos brasileiros, diz pesquisa. Brasil, 6 de agosto de 2013. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/manifesticoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013>. Acesso em 04 jun. de 2014.

SÁ, Nelson de. Grupo Mídia NINJA se projeta ao cobrir protestos ao vivo. Caderno Poder, Folha de São Paulo, 28 de julho de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1317943-grupo-midia-ninja-se-projeta-ao-cobrir-protestos-ao-vivo.shtml>. Acesso em 04 jun. de 2014.

SANTANA, Ana Elisa. Entenda a diferença entre Sisu, Prouni e Fies. Portal da EBC. Brasil, 1 de março de 2013. Disponível em: [http://www.kennedy.br/arquivos\\_up/documentos/entendaadiferencaentresisu.pdf](http://www.kennedy.br/arquivos_up/documentos/entendaadiferencaentresisu.pdf). Acesso em 04 jun. de 2014.

SANTIAGO, Tatiana; PINHO, Márcio. Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do centro de SP. G1 São Paulo, 22 de março de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acesso em 04 jun. de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. In: Introdução. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. A Globalização e as ciências sociais. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SALES, Robson e SARAIVA, Alessandra. Revisão do PIB eleva taxa de crescimento. Valor Econômico, 27 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3979764/revisao-do-pib-eleva-taxas-de-crescimento>>. Acesso em 04 jun. de 2015.

SALLUM, B. Junior. O desenvolvimentismo e o Estado brasileiro contemporâneo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. O que esperar do Brasil? Ed. 1ª. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. B. Junior. O Brasil sob Cardoso – neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social, São Paulo, nº 2, v.11, p. 23-47, 1999.

SCHREIBER, Mariana. Curso superior não tem elevado renda, diz estudo do IBGE. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de fevereiro de 2012. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/26965-curso-superior-nao-tem-elevado-renda-diz-estudo-do-ibge.shtml#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/26965-curso-superior-nao-tem-elevado-renda-diz-estudo-do-ibge.shtml#_=_)>. Acesso em 17 de julho de 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes emancipatória: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa Brasileira de Mídia 2014. Brasília, fevereiro de 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em 04 jun. de 2014.

SENADO FEDERAL. As 20 metas do PNE aprovadas pela Comissão de Educação. Agência do Senado de Notícias, Brasília. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd\\_507.html](http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_507.html). Acesso em 04 jun. de 2014.

SERRANO, Pascual. Outro jornalismo possível na internet. In: *Mídia, poder e contra poder: da concentração monopólica à democratização da informação*. (Org.) Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduos e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Ed. Alianza, 1997.

SINGER, Andre. Brasil, junho de 2013 classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 97, 2013.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Luis. A repercussão do Roda Viva com o idealizadores do Mídia Ninja. *Pragmatismo Político*. 6 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/08/roda-viva-entrevista-idealizadores-do-midia-ninja.html>. Acesso 18 de julho de 2014.

SOARES, Saullo Rigon. Manifestação RJ: Eu sou Brasileiro com muito orgulho e muito amor. Youtube. Brasil, 17 de junho de 2013. Em manifestação no Rio de Janeiro: [https://www.youtube.com/watch?v=wVqzA\\_46WWQ](https://www.youtube.com/watch?v=wVqzA_46WWQ). Acesso 18 de julho de 2014.

SOCHA, Eduardo. Pequeno glossário da teoria de Bourdieu. *Revista Cult*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>. Acesso 18 de julho de 2014.

SOUZA, Nivaldo e CARAM, Bernardo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz DIAP. Exame, 06 de setembro de 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/diap-congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964> Acesso em 04 jun. de 2014.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009a.

\_\_\_\_\_. *OUTSIDERS INSIDE INSIDERS OUTSIDE: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos*. Caderno CRH, Vol. 22, nº 55, enero-abril, 2009, pp. 151-161. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009b.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. BARTELT, D. D. A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. P. 56-68.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protesto e democracia no Brasil. Florianópolis: Política e Sociedade – vol. 13 – nº 28 – Set./Dez. de 2014.

TEIXEIRA, R. A. e PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Campinas: Economia e Sociedade, v.21, Número espacial, p. 909-941, dez. 2012.

TERRA ELEIÇÕES. Brasil. Disponível em: [http://noticias.terra.com.br/eleicoes/est/lula/lula\\_quatrocampanhas.html](http://noticias.terra.com.br/eleicoes/est/lula/lula_quatrocampanhas.html). Acesso em 04 jun. de 2014.

TERRA. Brasil-Fifa um casamento tumultuado. Brasil, 2 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil-fifa-um-casamento-tumultuado,fd73e12eba4a2410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso em 04 jun. de 2014.

THE NEW YORK TIMES. Sweeping Protests in Brazil Pull In an Array of Grievances. 20 de junho de 2013. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2013/06/21/world/americas/brazil-protests.html?pagewanted=2&ref=world&\\_r=2&](http://www.nytimes.com/2013/06/21/world/americas/brazil-protests.html?pagewanted=2&ref=world&_r=2&). Acesso em 04 jun. de 2014.

TERRA NOTÍCIAS. Nordestinos são hostilizados após a vitória de Dilma Rousseff. 27 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/nordestinos-sao-hostilizados-apos-vitoria-de-dilma-rousseff,aa13fc86bd059410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>> Acesso em 17 jul. de 2015

THE GUARDIAN. How Brazilian protesters are using Twitter. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/news/datablog/2013/jul/04/brazilian-protesters-twitter-microsoft>> Acesso em 17 jul. de 2015.

TILLY, Charles. Democracia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

TOLEDO, José Roberto de. Datafolha mostra Dilma de volta aos 38% e indica estabilidade. Estadão, 3 de julho de 2014. <<http://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/datafolha-mostra-dilma-de-volta-aos-38-e-indica-estabilidade/>> Acesso em 17 jul. de 2015.

TOLEDO, José Roberto de. Ibope: protestos derrubam credibilidade das instituições. Estadão, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ibope-protestos-derrubam-credibilidade-das-instituicoes,1059657>. Acesso em 18 de julho de 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>> Acesso em 17 jul. de 2015.

TURINO, Célio. Elementos para uma nova política econômica. Carta Capital. 6 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras->

palavras/elementos-para-uma-nova-politica-economica-4216.html> Acesso em 17 jul. de 2015.

TV UOL. Ponto a Ponto. Entrevistando Pablo Capilé. Brasil, 15 de setembro de 2013. Disponível em: <http://tvuol.uol.com.br/video/ponto-a-ponto-entrevistado-pablo-capile-04028D19306ADCB14326/> Acesso em 04 jun. de 2014.

UOL COPA. Ronaldo reforça vergonha, critica governo e diz que Copa é vítima. São Paulo, 29 de maio de 2014. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/29/ronaldo-reforca-vergonha-critica-governo-e-diz-que-copa-e-vitima.htm#fotoNav=6>. Acesso em 04 jun. de 2014.

UOL EDUCAÇÃO. Ernesto Geisel. Brasil. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-henrique-cardoso.jhtm>. Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Fernando Henrique Cardoso. Brasil. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-henrique-cardoso.jhtm>. Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. José Serra. Brasil. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/jose-serra.jhtm>. Acesso em 18 de julho de 2014.

UOL ELEIÇÕES. Raio X das Eleições. 2006. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2006/placar/infograficos/camaradeputados.jhtm>> Acesso em 04 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Raio X das Eleições. 2010. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/raio-x/deputados-federais-eleitos/>> Acesso em 04 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. O mapa completo de quem vai fazer as leis do Brasil. 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/congresso#capa>>. Acesso em: 04 de julho de 2015.

UOL NOTÍCIAS. Protestos contra Dilma reúnem cerca de 560 mil em 24 estados e DF. 12 de abril de 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/12/protestos-contradilma-ocorrem-no-df-e-em-6-estados.htm>> Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Cinegrafista atingido por explosivo em protesto do Rio de Janeiro tem morte encefálica. Rio de Janeiro 10 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/10/morre-cinegrafista-daband-atingido-por-explosivo-em-protesto-no-rio.htm>. Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Entenda a vinda de médicos estrangeiros para o Brasil. Brasil, 28 de jun de 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/infograficos/2013/06/28/entenda-a-proposta-do-governo-de-contratacao-de-medicos-estrangeiros-para-atuar-no-brasil.htm> Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Julgamento do Mensalão. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/infograficos/2012/07/30/o-escandalo-do-mensalao.htm>. Acesso em 04 jun. de 2014.

URBINATI, Nadia. O que torno a Representação democrática. São Paulo: Lua Nova, nº 67, 2000, pp. 191-228.

VARGAS, Rodrigo. Fora do Eixo deixou rastro de calotes na origem em Cuiabá. Folha de São Paulo, 18 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/124596-fora-do-eixo-deixou-rastro-de-calotes -na-origem-em-cuiaba.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/124596-fora-do-eixo-deixou-rastro-de-calotes-na-origem-em-cuiaba.shtml). Acesso em 04 jun. de 2014.

VEJA. 'Quero que essa instituição seja desmantelada', diz Lobão, que lança música contra Fora do Eixo. Escute. 1 de outubro de 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/quero-que-essa-instituicao-seja-desmantelada-diz-lobao-que-lanca-musica-anti-fora-do-eixo>. Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Governo Lula pulveriza investimento em publicidade. Brasília, 28 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/governo-lula-pulveriza-investimento-em-publicidade>. Acesso em 04 jun. de 2014.

WEBER, Max. Metodologias das Ciências Sociais. Parte 1. 4º São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: (Org.) COHN, Gabriel. Max Weber Sociologia 7ª. Editora Ática, São Paulo-SP, 2003.

\_\_\_\_\_. Economia e sociedade: sociologia compreensiva/ Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WISNIK, José Miguel. Mídia Ninja: Considerações sobre o movimento Fora do Eixo e a entrevista ao ‘Roda Viva’. O Globo, Brasil, 17 de agosto de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/midia-ninja-9586115>. Acesso em 04 jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Mídia Ninja: O touro á unha. O Globo, Brasil, 22 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/o-touro-unha-11679101>. Acesso 18 de julho de 2014.

ZENDRON, Mariane. Funkeiro. MC Daleste morre após levar tiro em show; fã registra momento em vídeo. UOL Entretenimento. São Paulo, 7 de julho de 2013. Disponível em: <http://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/07/funkeiro-mc-daleste-e-baleado-durante-show-em-campinas-fa-registra-momento-em-video.htm>. Acesso em 04 jun. de 2014.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. São Paulo: Lua Nova, nº 67, 2000, pp. 139-190.